

REVISTA DO  
INSTITUTO  
ARQUEOLÓGICO,  
HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO  
PERNAMBUCANO

VOL. LVII

RECIFE - 1984

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



REVISTA DO  
INSTITUTO ARQUEOLÓGICO  
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
PERNAMBUCANO

VOL. LVII

RECIFE - 1984

PUBLICAÇÃO REALIZADA SOB OS AUSPÍCIOS DO:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Minístra Prof. Esther de Figueiredo Ferraz

SECRETARIA DA CULTURA

Secretário Dr. Marcos Vinícios Vilaça

## DIRETORIA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO EM 1984:

Presidente:	Prof. José Antonio Gonsalves de Mello
Vice-Presidente:	Dr. Salomão da Silva Carneiro
1º Secretário:	Prof. José Luiz Mota Menezes
2º Secretário:	Profa. Fernanda Ivo Neves
Tesoureiro:	Dr. Dagoberto de Carvalho Júnior

## COMISSÕES:

De Contas: Dr. Aloísio de Melo Xavier, Sr. Fernando Pio dos Santos e Prof. José Luiz Marques Delgado

Da Revista e Estatutos: Prof. José Luiz Mota Menezes, Dr. Salomão da Silva Carneiro e Dr. Fernando da Cruz Gouvêa

De História e Geografia: Prof. Nilo Pereira, Prof. Gláucio Veiga e Prof. Roberto Marques Pereira

De Arqueologia e Etnografia: Dr. Ulysses Pernambucano de Mello, Dr. Ruy dos Santos Pereira e Dr. Leonardo Dantas Silva

De Genealogia: Dr. Orlando Cavalcanti, Dr. Sylvio Paes Barreto e Dr. Reinaldo José Carneiro Leão

De Admissão de Sócios: Padre Theodoro Huckelmann, Prof. José Aragão Bezerra Cavalcanti e Profa. Fernanda Ivo Neves

NOTA: O Secretário Perpétuo, Dr. Olympio Costa Júnior, está licenciado



## S U M A R I O

José van den Besselaar, Breve Introdução à leitura dos <b>Epigrammata Americana</b> .....	9
Johan Bodecher Banning, <b>Epigramas Americanos (1639)</b> .. .. .	15
J. A. Gonsalves de Mello, <b>A Congregação do Oratório de São Filipe Neri em Pernambuco</b> .....	41
<b>Notícia que dão os Padres da Congregação de Pernambuco</b> ....	45
Cap. I. Do princípio que teve a Congregação .....	46
Cap. II Descreve-se a Igreja e Convento de Santo Amaro	49
Cap. III Pede-se a Roma a confirmação dos Estatutos ....	52
Cap. IV O Padre Sacramento e cousas pertencentes às casas de Santo Amaro e do Recife .....	54
Cap. V Do nº de sujeitos que teve a Congregação .....	57
Cap. VI Breve relação dos papéis do cartório da Congregação .....	60
Descrição da Igreja Nova (da Madre de Deus do Recife) ....	65
Carta do Padre Prepósito Inácio da Silva ao Padre Bernardo Lopes, Recife 30 de maio de 1757 .. .. .	68
Memória do Irmão Manuel Pereira († 1700) .....	69
Memória do Irmão Diogo de Abreu († 1703) .. .. .	70
Notícia da imagem de N.S. da Escada da Aldela de Ipojuca (1722)	
Memória do Padre Luís Ribeiro († 1688) .....	77
Notícia da vida do Ven. Padre João Duarte do Sacramento († 1686) .....	84
Notícia do Padre João Alvares da Encarnação († 1719) ....	105



Evaldo Cabral de Mello, Os alicerces no canavial: a açucarcocracia pernambucana ante-bellum (1570-1630) .....	145
J. A. Gonsalves de Mello, J. B. Banning, um professor da Universidade de Leiden no Recife (1638-39) .....	169
J. A. Gonsalves de Mello, A Relação das praças fortes do Brasil (1609) .....	177
Diogo de Campos Moreno, Relação das Praças Fortes do Brasil (1609) .....	185
O Museu do Instituto Arqueológico. Roteiro de visita .....	247
José Luís Mota Menezes, Arquitetura dos Conventos Franciscanos do Nordeste .....	271
Napoleão Barros Braga, Notas sobre os baobás de Pernambuco .....	283
Fernanda Ivo Neves, A Revista do Instituto Arqueológico .....	291
J. A. Gonsalves de Mello, Um Ministro da Igreja Calvinista do Recife holandês: Vicente Soler .....	317
José Aragão: Relatório das atividades do Instituto Arqueológico em 1983 .....	335

REVISTA  
DO  
Instituto Arqueológico, Histórico e  
Geográfico Pernambucano

---

---

VOL. LVII — ANO DE 1984

---

---

BREVE INTRODUÇÃO  
À LEITURA DOS  
EPIGRAMMATA AMERICANA

*JOSÉ VAN DEN BESSELAAR*  
Prof. da Universidade Católica  
de Nijmegen (Holanda).

A palavra “epigrama” é de origem grega, e quer dizer “inscrição”. Uma inscrição redigida em prosa ou em linguagem métrica, e gravada em bronze, pedra, barro, madeira ou qualquer outro material. Encontra-se em monumentos públicos, em oferendas destinadas aos deuses, em presentes dados a amigos, etc. Tudo isso se fazia na Antiguidade, como ainda se costuma fazer hoje em dia.

Mas os Gregos criaram também o epigrama como gênero literário. Ainda possuímos uns 6000 epigramas gregos de cerca de 300 poetas, que vão do século VII a.C. até à época bizantina; eles ocupam as folhas de pergaminho da famosa *Anthologia Palatina*. Os Latinos, também neste ramo discípulos dos Gregos, adotaram o epigrama literário, praticando-o com bom êxito; foi Marcial (ca. 44-ca. 102), natural de Espanha, que se destacou no gênero. O epigrama, quase inexistente na Idade Média, foi redescoberto pelos humanistas que, inspirados pelos autores clássicos, lhe deram vida nova. O gênero, uma vez renascido, não tardou a entrar nas diversas literaturas nacionais da Europa. Em todas elas existem epigramatistas mais ou menos célebres, como Voltaire na França, Huygens na Holanda e Bocage em Portugal.

O epigrama clássico é um poemeto de poucas linhas, redigido em “dísticos”, isto é, parelhas de dois versos em que

se alternam o hexâmetro e o pentâmetro. Reduzido à sua forma mais elementar, compõe-se de um só dístico, sendo que muitas vezes, nesta forma, atinge o mais alto grau de perfeição. Existem, porém, também epigramas de dois, três ou mais dísticos, mas são raros os espécimes que vão além de sete ou oito dísticos, e em geral, são estes considerados de valor inferior. A brevidade sentenciosa é uma qualidade essencial de um bom epigrama.

A brevidade sentenciosa. Não basta que o epigrama seja breve, mas a brevidade deve ser combinada com o que os franceses chamam de *pointe*, isto é, um elemento de surpresa, de imprevisto, de espirituoso. Sem este elemento, não há bom epigrama, como também não existe bom soneto (considerado por alguns como uma forma poética evoluída do epigrama clássico) sem um bom "fecho". O que diferencia o "fecho" de um epigrama do de um soneto é que aquele é muitas vezes (mas não necessariamente) satírico, irreverente ou zombador, ao passo que este geralmente (mas não necessariamente) externa um pensamento nobre, um sentimento delicado ou uma verdade sublime.

Seja-me permitido dar aqui alguns exemplos de epigramas: dois clássicos, e dois modernos.

Na *Anthologia Palatina* (VII 309) encontramos este epitáfio de um poeta grego anônimo:

"Aqui jazo, Dionísio de Tarso, morri na idade de sessenta anos.

Não casei. Oxalá também meu pai não tivesse casado!"

Zombando dos Habsburgos, que viam os seus territórios constantemente ampliados por meio de casamentos proveitosos, Matias Corvino (1440-1490), rei da Hungria, fez este epigrama freqüentemente citado:

*Bella gerant alii; tu, feliz Austria, nube!*

*Nam quae Mars aliis, dat tibi regna Venus.*

Ou, em Português:

"Que outros façam guerras; tu, feliz Austria, casa!  
Pois os reinos dados a outros por Marte, a ti são dados por Vênus".

Voltaire escreveu para o busto de *l'abbé de Saint-Pierre* este epigrama mordaz:

*Ce n'est là qu'un portrait.  
L'original dirait quelque sottise.*

Finalmente, Bocage, compôs sobre a guilhotina, invenção do médico Joseph-Ignace Guillotin, a seguinte quadra:

“Consta que um médico fora  
Inventor da guilhotina;  
Deu bem rapidez à morte,  
mostrou saber medicina”.

Basta esta seleção, feita à toa e sem nenhuma pretensão de sistematizar os diversos tipos de “fecho” que um epigrama pode — e deve — ter. Para quem estiver à procura de tal elemento de surpresa, de imprevisto ou de original, a leitura dos *Epigrammata Americana* de J.B. Bannings vai ser uma decepção. É verdade que ele era bom latinista e hábil verzejador, cometendo pouquíssimos erros contra a complicada métrica latina, mas faltava-lhe a graça poética, como também o talento criador. Para ele, a *pointe* residia, quase exclusivamente em trocadilhos, em analogias e em antíteses rebuscadas. Artificialização do conteúdo e artificialização da linguagem, — por outras palavras, tanto o conceptismo como o cultismo levados ao seu extremo. Esta poesia maneirista existia, na época do Barroco, em quase todos os países da Europa. Apresenta-nos um bom exemplo do que, naquele tempo, se fazia em Portugal o livro dedicado a D. João IV pela Universidade de Coimbra em 1641: “Applausos da Universidade”, livro em que se encontram poesias latinas, portuguesas, castelhanas e italianas, quase todas elas artificiais, cerebrais e destituídas de inspiração poética.

Os maneiristas da Holanda, como, aliás, os de muitos outros países da Europa, encontravam na poesia latina um terreno apropriado para dar mostras da sua perícia naquela arte pirotécnica. O Latim exigia deles muita habilidade técnica, muita erudição, muita engenhosidade, — faculdades muito apreciadas, que pareciam dispensá-los de talento e inspiração. Qualquer acadêmico que se prezasse de bom

latinista julgava-se capaz de escrever um poemeto latino, fosse professor, bacharel, magistrado ou — profissão eminentemente cara às Musas — predicante. Entre esses poetas havia poucos que se aventuravam ao gênero épico, estritamente reservado aos espíritos denodados. Um desses atrevidos foi Francisco Plante, ex-capelão de Maurício no Recife, que compôs a epopéia *Mauritias* em doze cantos, obra publicada em 1647 com o fim de immortalizar os grandes feitos do Conde no Brasil. O poema nada contribui para a glória póstuma do homenageado, tendo a desvantagem de estigmatizar o autor de mau poeta. A grande maioria dos poetas neo-latinos era porém mais modesta: conscientes das suas limitações, escreviam só poesias breves, preferivelmente, epigramas, destinados a figurar num *liber amicorum* ou numa das primeiras páginas de uma obra literária ou erudita da lavra de um amigo, à guisa de elogio ou recomendação. Quase todas as publicações daquela época saíam acompanhadas de uma série de epigramas encomiásticos, redigidos por amigos que, decerto, esperavam ver retribuídos, um dia, os seus favores poéticos. Uma panelinha de elogios mútuos.

Não sei se Janus Boderich Banningh pertenceu a uma daquelas panelinhas. Conheço-o apenas como autor dos *Epigrammata Americana*, coleção de epigramas que celebram alguns episódios da vida de Maurício de Nassau, todos eles situados no triênio que vai de 1636 a 1638. É um comentário elogioso, não uma narrativa mais ou menos objetiva; pelo que vejo, não traz dados históricos ou biográficos que pudessem enriquecer os nossos conhecimentos sobre o Brasil Holandês. Comenta fatos já conhecidos. O elemento picante ou satírico, tão próprio do epigrama clássico, falta-lhe quase por completo. O que predomina, neste opúsculo, é o tom panegírico, variado com umas invectivas contra a perfídia dos povos ibéricos e com umas reflexões moralizantes. A linguagem dos epigramas é artificial e, não raro, obscura, colocando o leitor diante de vários problemas. São poemets cerebrais, cheios de erudição despropositada e reminiscências da literatura clássica; o tom, pouco compatível com o que se ajusta ao epigrama, é frequentemente patético, fazendo uso excessivo de exclamações e apóstrofes retóricas; fervilham os jogos de palavras, chegando ao ponto de enfadarem o leitor.

Encarreguei-me de traduzir os *Epigrammata Americana* a pedido do meu illustre amigo, o Professor J.A. Gonçalves de Melo. A tarefa foi mais difícil e demorada do que eu imaginava no momento de assumir o compromisso. A primeira leitura foi para mim uma decepção: tanta obscuridade, tanta complicação e tao pouco valor estético! A medida que eu me enfronhava no texto, ele tornava-se para mim cada vez mais um desafio, a que cumpria dar uma resposta adequada. Esforcei-me por assimilar bem o pensamento do poeta e reproduzi-lo fielmente em "meu" Português; vi-me obrigado a recorrer a diversos livros históricos (Barléu, Boxer, Netscher, etc.) para compreender bem as numerosas referências a fatos históricos, chegando à conclusão de que a "História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil" de Gaspar Barléu (ed. Recife) resolvia muitos dos meus problemas; procurei as alusões à mitologia e as referências à literatura clássica nas fontes, etc. O leitor encontrará, nas notas que se seguem a cada um dos epigramas, o resultado das minhas pesquisas, que espero lhe sejam de alguma utilidade. Enfim, o trabalho acabou por dar-me alguma satisfação do ponto de vista filológico e histórico. O julgamento sobre o resultado dos meus esforços deixo-o ao critério dos meus leitores. Se ele for negativo, consola-me a consideração de, pelo menos, não ter deturpado uma jóia da literatura latina.

Banningh introduz a sua coleção com uma carta (aqui não traduzida), dirigida ao seu amigo Pedro Scriverio (Leida, 1 de dezembro de 1639), na qual lhe comunica que o número de 32 epigramas apresentados corresponde ao dos raios de uma rosa-dos-ventos. No verso da folha encontramos um epigrama elogioso de Scriverio, do qual traduzimos aqui quatro dísticos:

"Que outros façam guerras! Nós outros, os favoritos de Febo, somos nascidos para tocar a cítara e manejar o douto plectro. Nossa tarefa é confiar ao perene papel as heróicas façanhas e divulgar, ao som da trombeta, as grandes batalhas que podem rivalizar com os Andes [*sic*]. Boderich [Banningh] transplantou as Musas para a Índia Ocidental, cujos povos agora são menos selvagens. A bárbara Olinda acostumou-se ao comércio das facundas Camenas, e atreve-se a tocar as cordas da lira órfica..."

Se Banningh, com o som mágico da sua douta lira conseguiu civilizar os selvagens brasileiros e a bárbara Olin·da, tanto não se atreve a esperar o tradutor dos seus epigramas. Mas talvez encontrem neste trabalho os brasileiros de hoje — já civilizados, graças a Banningh! — um comentário curioso a alguns episódios da história pátria e — quem sabe? — um divertimento, senão altamente estético, ao menos, interessante e instrutivo.

Um aditamento: O Prof. Dr. José van den Besselaar teve a gentileza de comunicar ao Instituto ter localização na Biblioteca Real de Haia (Holanda) alguns opúsculos de autoria de J. B. Banningh não mencionados na sua biografia. São eles, por ordem alfabética dos títulos:

- 1) **Bredaidos Libri III** (Leiden 1638)
- 2) **Dido** (Leiden 1634). É uma tragédia neerlandesa.
- 3) **Gouden Munt-Godin** (Leiden 1628). Contra a cobiça.
- 4) **Leydsche Oorlofdaghen** (Amsterdam, 1630). Poesia.
- 5) **Oratione duae** (Leiden 1635). Os dois títulos são: "De contagione" e "De morte contemnenda". Aula inaugural como Professor de "Physica" sobre a peste de 1635.
- 6) **Poemata** (Leiden 1637)
- 7) **Satyricon** (Leiden 1631). Aí está a aula inaugural de 1629 como Professor de "Ethica". Neste opúsculo, de 116 pp., o Autor fulmina as suas invectivas contra a depravação da juventude acadêmica de Leiden, em especial as orgias noturnas e o uso do tabaco.

Johan Bodecher Banning, Epigramas Americanos dedicados ao Conde de Nassau  
(1639)

I

Perto do Forte de Schenckenschans uma parte da orelha direita foi arrancada ao Exmo. Conde, pouco tempo antes da sua saída da Batávia

Apenas se apoderara do Forte do indômito Schenck (1) o Ibero (o qual não soube tirar proveito da sua bela vitória), logo Orange (2) conseguiu com a sua coragem inverter o triunfo, cabendo a Maurício o laurel no meio das águas. Naquele local onde o Reno e o Pai Waal (3) correm com grande massa de água, ele avança-se com suas tropas inquebrantáveis. Mas quando ele, comandante fogoso, se arrojava à batalha, eis aqui lhe caiu, ferida por uma bala, uma parte da orelha direita. Quem acaba de vencer os inimigos no meio das águas, esse não precisa temer os deuses do Oceano. Agora, ó Brasil, ele irá aos Índios Ocidentais para dirigir a guerra, sendo o primeiro da estirpe dos Nassaus a aparecer-te. O herói que teve a orelha direita ferida e rachada, pode, graças à sua boa estrela, contar com a glória ditosa (4).



## COMENTÁRIO

As Províncias Unidas possuíam, desde 1586, um forte chamado *Schenckenschans* e situado no território do antigo ducado de Cleve, no local, onde naquela época o Reno se dividia em dois braços: o Reno (Inferior) e o Waal. O forte, muito importante para a navegação fluvial da Holanda, foi conquistado pelos Espanhóis no verão de 1635, mas retomado pelo *stadhouder* Frederico Henrique a 29 de abril de 1636, empresa militar em que Maurício se distinguiu. Ele deu provas também de ser bom administrador, quando, depois da reconquista do forte, foi nomeado comandante dele. Tudo isso chamou a atenção dos diretores da Companhia, de modo que se pode dizer que *Schenckenschans* decidiu, até certo ponto, do destino de Maurício.

## NOTAS

- (1) O forte de *Schenckenschans* foi assim chamado em homenagem ao "condottiere" Martim Schenck van Nideggen (ca. 1540-1589) que, durante algum tempo, prestou serviços importantes à Jovem República e se afogou no Waal perto da cidade de Nijmegen.
- (2) Orange, a saber, Frederico Henrique, Príncipe de Orange (1584-1647), *stadhouder* de cinco das Sete Províncias e comandante-em-chefe das tropas dos Estados Gerais.
- (3) Seria mais lógico dizer-se "o Pal Reno e o Waal", porque é o Reno que se ramifica perto de *Schenckenschans*, embora o Waal leve dois terços da água do rio.
- (4) Jogo de palavras, impossível de reproduzir em Português: *auris dextra* (= a orelha direita) e *gloria dextra* (= a glória oportuna/ditosa/feliz).

## II

## O Retrato do Excelentíssimo Conde

Maurício, cuja fama não cabe dentro dos limites da sua terra, não podia deixar de procurar outro orbe: "até onde se estende a terra".

## COMENTÁRIO

O retrato a que o autor se refere é o de Michiel van Miereveld (1637), o qual se perdeu, sendo-nos conhecido apenas por gravuras em cobre, feitas por Willem Jacobszoon Delff. Neste retrato aparece, pela primeira vez, a divisa de Maurício: *Qua patet orbis* = "Até onde se estende a terra".

## III

## Palavras de despedida

Se aos Nassaus convém o guerrear, não lhes convém (1) a frustração dos seus empenhos guerreiros. Daqui te promete a América, sem dúvida, um nome mais ilustre do que tem o grande Cipião (2) ou Metelo (3).

## NOTAS

- (1) O autor usa aqui de uma circunlocução pouco elegante e, por assim dizer, inepta: "convém que não convenha" (*non decuisse decent*).
- (2) Cipião "o Africano" (nome completo: Públio Cornélio Cipião). Houve dois Cipiões que ficaram com este apelido: o vencedor de Hanibal (*Scipio Major*, 235-183 a.C.) e o destruidor de Cartago (*Scipio Minor*, 185-129).
- (3) Metelo (nome completo: Quinto Cecílio Metelo "o Numídico", séc. II a.C.) foi o vencedor de Jugurta, rei da Numídia (106 a.C.). — O autor quer dizer que, assim como alguns ilustres generais romanos sobreviveram com o apelido derivado de um continente ou país, assim Maurício sobreviverá na história como "o Americano".

## IV

## Mais umas palavras de despedida

Como?! Tu, Maurício, saís da terra dos Batavos, que aí gozavas de uma reputação superior à de qualquer outro? Assim como Basiléia (1) te amanhou os primeiros anos da tua

meninice, assim Hesse (2) te promete uma larga messe: serias ingrato se o negasses. Aquela *Alma Mater* (3), lembrada de Guilherme e Filipe (4), apresenta-te [ao mundo], aperfeiçoado em excelentes estudos. Quem assentou os alicerces da sua vida com estas armas superiores está duplamente preparado para se dedicar às obras da guerra. Vai-te, com bons agouros, aonde te leva a tua fortuna, a tua virtude e o teu destino! E ao visitares um território confinante à extrema parte do mundo, então, tema *Ultima Thule* (5) os teus avanços! Por que tanto elogiar um Vespúcio, o intrépido Colombo ou os reis e almirantes da Hespéria (6)? A Maurício se abre um terreno mais vasto. Por onde quer que ele ande, aí se fixará com certeza uma lembrança do Príncipe andante.

#### N O T A S

- (1) Em 1614, com dez anos de idade, Maurício foi estudar em Basiléia, donde voltou em fins de março de 1616.
- (2) Hesse, nome de um "landgraviado" alemão, emprega-se aqui para designar-lhe a capital: a cidade de Cassel, onde o "landgrave" Maurício o Sábio (casado com Juliana, meia-irmã de Maurício de Nassau) fundara o *Collegium Mauritianum* (uma espécie de "Colégio dos Nobres"), escola freqüentada por Maurício de Nassau de 1616 a 1619.
- (3) *Alma Mater*; o texto latino dá apenas: *alma*, mas parece-me fora de dúvida que este adjetivo deve ser completado assim; *alma mater*, em Latim medieval e humanista, designava "academia, universidade".
- (4) Guilherme e Filipe eram dois filhos do "landgrave" Maurício de Hesse; eles, apesar de serem sobrinhos de Maurício de Nassau, tinham praticamente a mesma idade que ele, com quem estudavam tanto em Basiléia como em Cassel.
- (5) *Ultima Thule*, nome dado pelos Romanos (cf. Virg. *Georg.* I 30 e Sêneca *Medéia* 380) a um país fabuloso situado numa parte extrema da terra e, às vezes, identificado com Islândia ou Xetlândia.
- (6) Hespéria, isto é, a Península Ibérica (=Ocidente), palavra muitas vezes empregada pelo autor para indicar Espanha e Portugal.

## V

## Rebenta uma horrível tempestade, perde-se uma parte da esquadra, mas três navios conseguem salvar-se num porto da Inglaterra

Éolo soltara os ventos aéreos para provocar um turbilhão desenfreado, e as vagas dispersaram as quilhas curvadas dos navios. Tudo estava tomado de pavor: os marinheiros estavam esgotados e ninguém sabia a tarefa que devia executar. O espírito de Maurício continuava inabalável, mas enjoado no corpo inteiro, toda a sua diligência em nada resultava senão em vomitar. Percebeu-o Nereu, farejando que o mar tinha um novo habitante e que um herói, igual aos deuses, navegava com energia as ondas (1). Sem demora, desponta um porto seguro aos navios: a Inglaterra, e as ondas cessaram de suas perniciosas ameaças. Por que, ó Tritão, reivindicas para ti o governo das águas? É porque, [sob o teu governo], o Oceano se abre com mais comodidade aos Nassaus.

## N O T A

- (1) É quase cômico este dístico "heróico" que se segue imediatamente ao que descreve o pobre de Maurício "vomitando"...

## VI

## A boa acolhida que Carlos, Sereníssimo Rei da Grã-Bretanha, deu ao Excelentíssimo Conde

Júpiter escolheu como lugar do seu trono o famoso Olimpo, mas, deus soberano, nem por isso deixa de reinar nas outras partes do mundo; ao Rei Britânico (1) pertencem Albion e os reinos do Tamisa, ainda que o próprio Rei

costuma residir numa única cidade. Detinhas-te, ó inclito Rei, na bela Londres quando enviaste embaixadores que transmitissem os teus melhores votos a Maurício. Eis que aparecem de todos os lados cavaleiros e pessoas de antiga nobreza, que residiam nos arredores de Valmuda (2). Grande honra convém a grandes homens: ao herdeiro do sangue do Imperador Romano (3) convinha que fosse homenageado por todos eles unanimemente.

#### NOTAS

- (1) Trata-se de Carlos I (reinou de 1625 a 1649), que morreu decapitado.
- (2) Valmuda, nome latinizado de Falmouth, porto situado em Cornualha, onde Maurício se deteve uns 40 dias antes de poder atravessar o Oceano, cf. Barléu, *História*, etc., p. 32-33.
- (3) Alusão a Adolfo de Nassau (ca. 1255-1298), que em 1292 foi eleito para Imperador do Sacro Império (mas não chegou a ser coroado).

## VII

### O almirante de Dunquerque ameaça a ruína à esquadra de Nassau

Ó Dunquerque (1), intentas assaltar a frota de Nassau, mas com todo o ardor bélico de teus soldados vês frustrada a tua tentativa de uma batalha. Aquela frota transporta heróis mais corajosos do que o comum dos mortais. As entranhas de uma águia não são comida apropriada para moscas (2).

#### NOTAS

- (1) A cidade de Dunquerque, que originariamente fazia parte do condado de Flandres e, sob Luís XIV, foi anexada pela França, era em 1636, data da viagem de Maurício, a sede de temíveis piratas.
- (2) Variação pouco feliz de um dito latino: *Aquila non petit muscas*, isto é: "A águia não faz caça a moscas".

## VIII

A chegada do Excelentíssimo Conde  
a Pernambuco

Depois de vogares a fio, ó Maurício, sobre as ondas do Oceano, assoma finalmente a terra confiada ao teu comando. O fértil campo exulta e, expansivamente, abraça-te o colo, para saudar tamanho governador. A praia acha-se munida de rochedos ameaçadores, uma obra em que a Natureza se supera a si mesma. Os indígenas preparam-te uma casa e um lar doméstico no sítio onde a ilha (1) oferece uma costa mais fértil. Basta teres construído em Haia um palácio com pedras de Bentheim (2), aqui te deves contentar com uma habitação mais modesta.

## NOTAS

- (1) A ilha, a saber, a de Antônio Vaz.
- (2) Alusão à casa que Maurício, desde 1636, fez construir em Haia, para a qual importou material (ferro, pedras, etc.) de diversos países da Europa e, mais tarde, do Brasil (madeira). Esta casa (*Mauritshuis*) ainda existe, servindo de museu e tendo uma pequena, mas valiosa coleção de telas. — Bentheim, um antigo condado alemão, atualmente integrado na Saxónia Inferior, fornecia pedras para a construção do palácio.

## IX

O sítio e a tomada do Porto Calvo  
pelo Excelentíssimo Conde

Enquanto Banjola (1) dispersa os seus troços assoladores pelos campos e os devasta, vangloriando-se dos seus ensíferos soldados; enquanto Olinda tenta sujeitar o vencedor Recife, arremessando nele os seus belos projéteis de uma indevida perfeição (2); enquanto a praia, totalmente desabrigada, retumba sob a fuzilaria de muito perto, e o estrondo dissipa as aves pelos ares; então, Maurício, logo depois

da sua chegada, reúne as tropas e, em supremo comandante, avança-se com os seus soldados bem armados. Ajunta-se muita gente parda, que se reparte por terços compostos de pretos; ajuntam-se os Batavos, tanto os da infantaria como da cavalaria; ajunta-se a gente provada pelo mar e pelo sol, e destinada a completar as tropas auxiliares. Assim que o exército atravessou o rio perto do Porto Calvo, a terra começou a tremer, pressentindo a iminência da sua derrota por Nassau. Foi então que (por que se chama Felício (2) o infeliz que ocupa esta terra?) lhe havia de ser roubada a felicidade por uma pessoa verdadeiramente feliz. Que fulgor de clâmides com penachos (3) e de couraças que protegem o corpo! Quanta luz letifera resplandesce nos escudos! Todos têm vergonha de não seguir o exemplo do seu chefe. Travam-se numerosos combates que, finalmente, resultam na vitória dos nossos. Aqui Schkoppe, praticando façanhas, ali Arciszewki, fazendo uma hábil evolução, abrem caminho por onde se esconde uma senda áspera. Forçam-se as linhas (5) dos inimigos que se vão retirando; cede-se aos nossos a vitória e o grande reduto com o qual o Ibero nos poderia vencer. Mas maior importância deve-se ligar à presença de tamanho general, impossível de quebrantar por nenhum ato de violência.

#### NOTAS

- (1) Banjola, forma errada do nome de Giovanni Vincenzo de San Felice, conde de Bagnuoli, "condottiere" italiano, a serviço do rei de Espanha no Brasil.
- (2) "De uma indevida perfeição" (=perfeição que os projéteis não deviam ter) parece-me a tradução das palavras latinas: **non digno culmine**
- (3) Felício, alusão a um dos elementos do nome do conde de Bagnuoli (San Felice), aproveitado pelo autor para fazer um trocadilho.
- (4) Clâmides; eram assim chamados os mantos dos gregos, que não tinham "penachos" (em oposição aos elmos e capacetes, na época heróica dos gregos). Relacionar os "penachos" com os soldados índios de Maurício apresenta também uma dificuldade, porque eles não usavam "clâmides". O texto é obscuro.
- (5) "Forçam-se as linhas", assim traduzi *Fit via vi* (cf. Virgílio, *Enéida*, II 494).

## X

## Peneda tomada por surpresa

Aonde foges, ó vesano Banjola (1)? Em que terra julgas encontrar repouso, ou em que lugar esconder-te seguro? O teu cuidado restitui-te as tuas coortes dispersas, e Peneda (2) vem a ser indicada por onde todas elas juntas devem regressar. Mas esta canalha nada consegue. Graças à vigilância enérgica do grande Maurício, também esta vila não tarda a cair-lhe nas mãos.

## NOTAS

- (1) Banjola, ver IX, nota 1.
- (2) Peneda, erroneamente, por Penedo.

## XI

## O inimigo afugentado de quatro capitánias (1) de Pernambuco; a pedido dos habitantes é-lhes concedido um salvo-conduto

A administração civil instala-se, ó feliz Brasil, nas tuas tórridas regiões, e a Paz Mauriciana reina nas tuas paragens. A benfazeja Paz em nada prejudica a guerra. O inimigo está afugentado, e a guerreira Palas (2) raiva num lugar distante. Nada senão tranqüilidade reside nas terras pernambucanas; nada senão segurança, possibilitada pela tranqüilidade, acolhe os unânimes habitantes.

## NOTAS

- (1) O autor diz: e quatuor Praefecturis, parecendo-me que toma a palavra Pernambuco no sentido lato de "Nordeste".
- (2) Palas (Atena), nome grego da deusa romana Minerva e, sobretudo, empregado para caracterizá-la como deusa da guerra.



## XII

A proteção das estradas que dão acesso  
ao Recife nos meses da chuva

Já que se iniciou a estação invernal, levanta-se o imbrifero Orion, e a água devora a terra ressequida pela sede do Sol. Júpiter impele as ondas diluvianas dos rios, e a terra toda fica a nadar debaixo da Pléiade umedecente. Quem se atreveria a viajar a pé? As estradas lamacentas mal as pode transitar a vigorosa perna de um cavalo. Deu-se o bastante às obras de Marte; agora que o estio cessou de ferver, começa a faltar talvez também aos soldados exaustos o fervor. Assim se vão revezando as coisas, mas o único cuidado de Maurício consiste em conservar bem a sua conquista. Implora os rústicos Faunos, esses numes pulantes, e as Ninfas da terra brasileira, que se deixam acariciar pela água dos rios: "Ó deuses, defendei-me as colinas deformadas, para que nenhum Ibero nelas consiga encaminhar-se! E vós, deusas, não afasteis da terra a água, para que não se abra uma senda aos Beticolas (1)!" Assim falou: anuíram a ele os reventos dos deuses, e os soldados começaram a construir cavalos de frisa, sentindo-se mais fortalecidos do que num terreno silvoso. Quem é piedoso e casa à firmeza a fé, esse realiza obras do agrado a todos os deuses.

## NOTA

- (1) Beticolas = "habitantes da Bética", uma das três províncias em que os Romanos dividiam a Península Ibérica e que coincidia, mais ou menos, com a atual Andaluzia; por extensão, Beticola = "Espanhol".

## XIII

## O mesmo assunto

Procurai um movimento perpétuo e bem equilibrado!  
Achá-lo-ás (1) ali onde não há nenhum descanso.

## NOTA

- (1) O autor salta do plural "Procural" (Querite) para o singular "achá-lo-ás" (invenies). — A este epigrama falta não só graça, mas também agudeza ou subtilidade, qualidades em que o autor, às vezes, prima.

## XIV

A organização do Estado pelo  
Excelentíssimo Conde

Fiquem suspensos os prudentes decretos de Platão da raça de Solão! (1) daqui em diante poderás viver mais seguro (2) sob a legislação de Maurício.

## NOTAS

- (1) "Platão da raça de Solão" (em Latim: *Platonis Solonigenae*, palavra forjada pelo autor). Platão não descendia diretamente de Solão, mas era parente afastado dele; o autor, muito provavelmente, quer apontar a afinidade espiritual e cultural que existia entre Solão (ca. 640-ca. 560), o legislador da cidade de Atenas, e Platão (427-347), o legislador de uma cidade ideal na obra *Politéia* ou *Respublica*.
- (2) Trocadilho: "mais seguro" (Latim: *cautior*), e "os prudentes decretos" (Latim: *cauta edicta*).

## XV

Alguns magistrados e eclesiásticos  
mandados para casa

A cúria [dos conselheiros] desde há muito está vacilando: banuiu-se dali a honestidade. Os templos estão deitados no chão: a religião ficou desmoralizada (1). "Voltaí para casa! Já estais saciados! Chega, já é tarde! Ide-vos! (2) Que o rosto franzido entregue esses bodes (3) [às conseqüências das] suas práticas fraudulentas!"

## NOTAS

- (1) Cf. Barléu, *História*, etc. p. 50, que diz que se recambiaram para a Holanda alguns civis e ainda eclesiásticos indignos.
- (2) A frase: "Voltaí... Ide-vos!" é uma adaptação de Virgílio, *Bucôlica* 10, 77, onde um pastor, falando às suas cabritas, diz: *Ite do-*

*mum saturae; venit Hesperus; ite, capellae!* (=“Voltai para casa, bem saciadas; já vem surgindo a estrela da noite; ide-vos, cabritas!”). Julguei dever traduzir as palavras: *venit Hesperus*, no texto do nosso autor, como: “já é tarde!”

- (3) “Esses bodes”, provavelmente, além de uma reminiscência “bucólica”, uma alusão ao Evang. de Mateus 25, 32, onde se diz que, no Juízo Final, serão separados os “bodes/cabritos” das ovelhas. — O nosso autor joga aqui com as palavras: *frons caperata* (=“rosto franzido”) e *capros* (=“bodes”).

## XVI

### A Linha Equinocial

A extrema parte do mundo foi conquistada pelas lanças de Maurício. Que ela, conquistada, agora começa a obedecer a Deus que triunfou! Antigamente, o crime tinha toda a licença (envergonho-me de confessar tudo); agora a Linha já não faz com que o crime fique escondido (1).

#### NOTA

- (1) Alusão ao dito latino: *Ultra Aequinoctium non peccari* (=“Além do Equador não existem pecados”), cf. Barléu, *História* etc. p. 49.

## XVII

### Os preços dos gêneros alimentícios são estabelecidos pelo Excelentíssimo Conde

Doravante compre qualquer um o que sabe bem ao seu paladar! Quem sabe das tabelas fixadas por Maurício é, de fato, sábio (1).

#### NOTA

- (1) Jogo engenhoso com os três significados do verbo latino *sapere*: a) saber bem a/ agradar; b) saber/conhecer; c) ser sábio.

## XVIII

Funcionam de novo os engenhos  
de açúcar

A terra, antigamente intratável, o ar que nos circunflui, o fogo e a água, que costumava ir contra a corrente, — tudo isso presta agora sua homenagem a Maurício. Apenas sentiu a terra do Brasil o ligeiro beijo deste príncipe, logo todos os elementos (1) puseram-se debaixo da sua autoridade. A terra, restituída a si mesma, deleita-se de poder produzir canas em abundância; o ar alegra-se em afagar os favos (2) que tremulam ao vento; a água que afluí, dá movimento às rodas; e o fogo remata a obra, criando sólidos blocos de mel nectáreo.

## NOTAS

- (1) Os quatro elementos da física antiga: terra, água, ar e fogo.
- (2) "Os favos", por: "Os caules/As hastes" (das canas de açúcar).

## XIX

## A restauração das fortificações

Já se vão levantando os valados, erguidos com novos torrões de barro; a floresta dá prontamente ajuda por fornecer vimes que devem servir de fundamento. Quem dá vigor à Natureza, nada de valioso dá (segundo se crê) a não ser que se esforce por conservar o vigor efetuado. Salienta-se o Poder de Deus neste cuidado, e assim fazendo, o homem faz-se igual a Deus (1). Não basta ser piedoso só uma vez. Se for necessário perder-se alguma coisa, perca-se, contanto que se não tenha a vontade de perder coisa alguma.

## NOTA

- (1) Assim como Deus criou o Universo e o conserva, assim o homem deve manter em bom estado as coisas produzidas por ele.

## X X

A conquista do Castelo de São Jorge  
da Mina na Guiné

Há também umas paragens tuas, ó árida Africa, que foram conquistadas por Maurício, essa grande glória da sua gente. Tomou-as não para aí cavar, no seio da tua terra, o fulvo ouro (apesar de ser este o alimento apropriado da guerra), mas muito mais para pôr freio aos fulvos Iberos, cujo coração (que vaidade!) tanto se apaixona por ele. O castelo da Mina, bem fortalecido, fica em frente aos campos da Guiné, situando-se num local muito bem escolhido, onde Hiperion (1) se mostra moderado; por baixo se estendem campos férteis, levemente inclinados, com glebas auríferas. Koin (2) foi daqui [sc. de Pernambuco] mandado com velozes navios para ali travar combates, e dentro de pouco tempo concluiu a viagem. Não tardaram os seus formidáveis canhões a espalhar a morte, e o feiticeiro africano (3) cortou a extremidade do fígado [dos animais sacrificados] e, examinando-lhes as entranhas, tentou prognosticar o futuro. Muitos cadáveres de homens jaziam misturados por toda a parte, e o sangue vermelho corria-lhes do peito negro. As aljavas e as curvadas fânetras lhes caíram das mãos, e o próprio Cântabro (4), temendo os assaltos, começou a vacilar. Se eles, durante um longo período de paz, não se incomodaram com as empresas dos Oranges (5), agora, derrotados, pagam duplamente o seu desleixo.

## N O T A S

- (1) *Hyperion* (o autor emprega, menos corretamente, a forma: *Hypé-rius*) designa o Sol.
- (2) O coronel João (Hans) Koin, ou Coen, ou Kühn.
- (3) O texto latino dá: *Ifricus*, palavra que não consegui encontrar em nenhum dicionário ou enciclopédia e que, portanto, tenho por uma gralha: *Africus*, termo genérico que traduzi por "o feiticeiro africano". Este, seguindo servilmente o ritual dos "harúspices" romanos, "teria cortado a extremidade do fígado" (*abscindere caput jecoris*).

- (4) Os Cântabros constituíam, na Antigüidade, uma tribo Ibérica (misturada com elementos ligúricos), que moravam no Norte da Espanha (Astúrias, Biscaia, etc.); aqui, por extensão: "os Espanhóis".
- (5) Em 1625, o castelo fora assaltado em vão pela Companhia sob o comando de Veron.

## XXI

### A doença do Excelentíssimo Conde

Uma febre mirradora apodera-se dos membros de Maurício que, enfermo e exausto, deve ficar de cama. Já o assedia (que horror!) a negra morte, atrevendo-se a levá-lo consigo extinguido para o lançar aos pântanos do Estige (1). Ai, febre, monstro cruel, mais cruel do que qualquer espectro! Confessa que, pelo menos, não presumes de fazer tal coisa!

#### NOTA

- (1) O Estige é um rio no Inferno da mitologia grega, e por extensão (como aqui), o próprio Inferno.

## XXII

### A tomada do Sergipe del-Rei

Sergipe del-Rei vexava os colonos batavos, sendo que seus soldados queimavam os nossos campos. Mas Marignério (1), que já antes se tinha distinguido no manejo das armas e não menos nas obras da paz (2), logo pegou em dardos pontiagudos e formou, ao mesmo tempo, tropas bem providas dos mesmos. Nesse ínterim, Lichthart navegava nos arredores da costa da Bahia e tentava, iludindo o adversário, divertir-lhe as ameaças. Banjola (3) abandonou o seu abrigo, e a cidade sofreu a destruição total que ela pretendia preparar a outros. Para que não sobrassem alimentos aos sinistros inimigos durante a sua retirada, mataram-se os rebanhos e sacaram-se por toda a parte as pastagens. Quem está seguro de alcançar tal vitória durante uma doença de Maurício, com quantas vitórias poderá seguramente contar quando ele estiver de boa saúde?

## NOTAS

- (1) O comandante a quem foi confiada a tomada do Sergipe era Sigmundo Von Sch(k)oppe, o qual, na minha opinião, deve ser a pessoa indicada aqui como *Marignerius* (palavra toponímica?).
- (2) Em Latim, existe a oposição: *arma* ("obras da paz") e *toga* (= "obras da paz", ou também "obras da administração civil", etc.). O nosso autor acrescenta, evidentemente com o fim de embelezar a expressão, à palavra *toga* o aposto *syрма* (= "uma espécie de talar"), acréscimo impossível de traduzir.
- (3) Banjola, cf. IX nota 1.

## XXIII

A ocupação do Ceará a pedido  
dos seus habitantes

Agora que te solicita, ó sublime general, a rica e muito amena Siera (1), ansiando ser governada por ti, que obsta a aliar à Fortuna o duro Marte? Aquela poderia dar-te o que este, sem dúvida, te dará. Grande militar, como és, possuis amplos conhecimentos das artes [militares], cultivadas por teus progenitores, às quais, no reinado de Carlos (2), a Suécia devia a sua segurança. Tens a boa fortuna de tua mãe (3), graças à qual Schleswig produziu um neto capaz de honrar os seus ilustres avós. Assim, por duas razões, vais subindo ao nível dos homens (4) e dos deuses. Mas lembra-te de que, porventura, também a Ventura não nega os seus favores aos deuses celestes!

## NOTAS

- (1) Siera = o Ceará, pacificado por Jorge Garstman (dez. de 1637), cf. Barléu, *História* etc. p. 68: "Neste comenos, os índios moradores do Ceará pediram paz e ofereceram o seu auxillo contra os Portuguezes, rogando ao Conde que sujeitasse ao seu poder o forte dall, occupado pelos Lusitanos...".
- (2) Se bem entendo o texto, este Carlos deve ser Carlos IX da Suécia (reinou de 1604-1611) que, em segundas núpcias casou com Cristina de Holstein-Gottorp, que era aparentada à Casa de Schleswig-Holstein-Sonderburg, à qual pertencia Margarida, a mãe de Maurício de Nassau.

- (3) João VII, o pai de Maurício de Nassau e conde de Nassau-Siegen (1561-1623), casou, em segundas núpcias, com Margarida (ver a nota anterior), duquesa de Schleswig-Holstein-Sonderburg.
- (4) Ao nível dos homens, sc. "ao nível dos homens ilustres/dos heróis", que não podem prosperar sem os favores da Fortuna; o acréscimo "e dos deuses" vem a ser explicado no verso seguinte, onde vemos que também os deuses não os desprezam.

## XXIV

### O Excelentíssimo Conde recobra a saúde

Que os gritos de alegria jubilosa voem pelo mundo inteiro, por onde quer que se abra um caminho aos navios de Nassau. A saúde recobrada deste só significa a salvação (1) de muitos; a saúde deste só é o remédio de muitos males. Quem teria a coragem de me retratar (2) a derrota dos nossos exércitos e o roubo das bandeiras de guerra a varões tão corajosos? Todos os triunfos cederam ao triunfo da Febre, e Febo tem os seus dardos para arremessar (3). Diz-se que o próprio Pai Marte, vendo-o de cama, ficou triste e molhou seu rosto com lágrimas abundantes. Diga, embora, a Antigüidade que os deuses nunca choram, os netos (4) viram com os próprios olhos o que os tempos antigos não queriam crer. Se é verdade que os grandes numes descem do céu, nunca trouxe nenhuma estrela nume maior ao mundo do que é Maurício.

#### NOTAS

- (1) Trocadilho; a palavra latina *salus* quer dizer "salvação" e "saúde".
- (2) "Retratar"; assim traduzi o verbo latino *praeponere*, aqui usado, menos corretamente, em vez de *proponere*.
- (3) O deus Febo Apolo espalhava com os seus dardos doenças contagiosas; cf. o exórdio da *Iliade*.
- (4) "Os netos" (sc. da Antigüidade) = "os modernos".



## X X V

O Rei dos Tapuias manda embaixadores  
ao Excelentíssimo Conde

Diga-se, embora, que os carnívoros Croatas (1), gente parda cujo corpo cobre uma pele eriçada, moram em outra parte, aqui vivem, dispersas pela América, as tribos dos Tapuias, horríveis também para aqueles que conseguem sair vivos de um combate com eles. Seus rostos petrificam, como o de Medusa quando raiva, mas (2) suas ferozes mãos são muito aptas para combater. Uns deles têm o queixo, outros o lábio e as faces perfuradas com um pedaço de osso ou pau. Quanto à velocidade dos seus pés, nem Atalanta (3) nem Hipómenes seria capaz de superá-los na corrida. Nos dedos seguram os seus dardos para os arremessar com braço forte; sim, nos dedos seguram facilmente estes seus dardos. Uma cabeleira comprida cai-lhes da cabeça, e todos têm penteado igual; não lhes agradam sobrancelhas pequenas ou módicas. Desta gente não fazem visita uns embaixadores para nos prestar homenagem, trazendo pequenos presentes como mostra visível da sua lealdade; presentes pequenos, mas oriundos da sua terra e (para que não pareçam pequenos) mandados por uma ordem especial do seu rei. As dádivas eram uma ema (4), que tinha o seu corpo magro coberto de penas variegadas, e um arco acompanhado de flechas ligeiras. Alegre, Maurício aceita os presentes, provas da sua lealdade, e manda, por sua vez, presentes destinados ao seu rei: cálices de vidro, e anzóis de que pendem peixes, e vestimentas (não de gala!) para cobrir-lhes os corpos robustos. Contudo que continuem concordes os ânimos dos Batavos, ó Brasil, então o próprio Ibero promete confiar-se a Maurício.

## N O T A S

- (1) Os Croatas, povo desconhecido aos Antigos, não podem ser uma reminiscência clássica. Não consegui descobrir em que fato se baseava a opinião do nosso autor seiscientista acerca da antropofagia dos antigos Croatas; a famosa gruta de Crapina, na Croácia, onde se acharam vestígios de antigos festins canibais, foi só descoberta em 1902.
- (2) Justifica-se, talvez, o emprego da conjunção adversativa "mas" (em Latim: *licet*) pela oposição entre o rosto imóvel e petrificante de Medusa e as mãos ágeis dos Tapuias.

- (3) Atalanta, uma princesa de que fala a mitologia grega; só querendo casar-se com quem a vencesse na carreira, passava à frente de todos os concorrentes e matava-os; Hipómenes venceu-a, graças a três pomos de ouro, que Vênus lhe dera de presente; quando ele via que Atalanta ia alcançá-lo, deixava cair um dos pomos, e ela parava para o apanhar. Assim chegou a vencer a velocíssima Atalanta.
- (4) Cf. Barléu, *História etc.*, p. 76, e nota 95 (p. 377).

## XXVI

### O cerco da Bahia — Fala a Bahia

Já uma vez arrancada ao poder dos Nassaus (1), eu desta vez devia ter sido reconquistada por [Maurício de] Nassau, se ele tivesse suas tropas reforçadas. Apesar de bastante apertada, consegui divertir os navios e bloquear, às escondidas, as estradas. Mas eis que aparece Maurício oportunamente para vigiar os rios sinuosos e os esconderijos sepultados na escuridão. Embora eu tenha conseguido que os meus santos padroeiros (2), agora desbaratados, se me associassem; embora eu tenha conseguido acabar com as fações discordantes (3), um dia cai o forte de Santo Alberto, outro o de São Filipe, e outro dia chega ainda em que se perde o de São Bartolomeu (4). Na minha opinião, foram os maiores santos que (sem o consentimento dos santos [invocados]) aqui mediram as suas forças. Surgem, depois, ao redor de dois outros fortes as hostes dos inimigos: o do Santo Rosário não tarda a servir de alojamento aos soldados enérgicos [da Batávia] (5), mas a Lua (6) resistiu aos ataques dos belgas; talvez não fosse favorável aos Belgas a lua (7). Mas a lua fez a Maurício o favor de lhe oferecer canas que, espremidas numa prensa, fornecem o excelente mel branco. O exército [batavo] levou consigo também grande número de escravos capturados (7); a inveja gostaria de passar também este fato em silêncio.

#### COMENTÁRIO

Trata-se da tentativa feita por Maurício em abril-maio de 1638 para conquistar a capital do governo português do Brasil; malogrou-se a expedição, a única frustração séria

que teve Maurício nos primeiros anos do seu governo. Ele conseguiu, porém, retirar-se com muita habilidade e levar consigo uma presa considerável de açúcar e escravos; cf. Barléu, *História* etc. p. 79-90.

#### NOTAS

- (1) Em 1624-1625, a Bahia estivera, durante quase doze meses, em poder da Companhia.
- (2) É assim que julgo poder interpretar o verso: *Est mihi fas pulsos nobis sociasse penatels*. Parece-me que o calvinista Banningh aqui se zomba da crença dos "papistas", como também nas linhas mais adiante.
- (3) Parece-me uma alusão ao apaziguamento das desavenças que existiam entre o general Bagnuoli e o governador geral Pedro da Silva.
- (4) Também Barléu, *História* etc. p. 82 fala na conquista do forte de São Bartolomeu (p. 82), mas cf. a nota 103 (p. 377).
- (5) Crelo que o nosso autor fala aqui nos soldados da Companhia, porque a linha seguinte se inicia com a conjunção adversativa "mas". Contudo diz Barléu *História* etc. (p. 82-83): "Atirando continuamente das baterias contra o forte do Rosário, que era ao pé do morro, expulsamo-lhe o presidio. Entretanto, por causa da estância inimiga próxima, a cujos tiros estava exposto o dito forte, não pôde ser ele tomado e ocupado pelos nossos, de sorte que não era de nenhuma das duas partes; constituía mais propriamente matéria de glória marcial que de vitória..."
- (6) A Lua deve ser a "obra cornuta" nas alturas do Convento do Carmo, cf. Barléu *História* etc. p. 83.
- (7) Se bem entendo o texto, temos aqui um jogo de palavras: o autor chama à obra cornuta de "Lua", e o assalto deu-se em noite de luar, cf. Barléu, *História* etc. p. 83.
- (8) Maurício capturou 400 escravos, cuja venda contribuiu para compensar as despesas da expedição.

## XXVII

### O forte erguido em cima de um rochedo e ornado com o nome de Maurício

Se podemos dar crédito às palavras dos poetas (1), os Púnicos adquiriram [para a construção de] Bursa, [a cidadela da sua cidade], um terreno que se circunscrevesse nos limites da pele de um touro (2). Contudo, com este fundamento, pereceu: mal subsistem as ruínas, ruínas deixadas num terreno pouco firme (3). Mas a palavra de Mau-

rício permanece firme, como um rochedo imóvel (4) que dissipa o sopro dos ventos. Ela merece melhor do que uma pele, merece pedras, que não se gastam quando entulhadas com lama suja. Ainda que tu, ó Cântabro (5), não reconheças os atos valerosos do teu adversário, as pedras hão de apregoá-los, e elas resistirão ao tempo.

#### NOTAS

- (1) Virgílio, *Eneida* I 367-368.
- (2) Uns refuglados fenícios (=púnicos), liderados pela rainha Dido, chegaram à África, onde pretendiam fundar uma nova cidade (Cartago); compraram aos indígenas um terreno para a construção da sua cidadela (Bursa) sob as condições estipuladas no texto do epigrama, mas usando de um ardil, ampliaram consideravelmente o terreno, cortando a pele do touro em finíssimas tiras.
- (3) O terreno era pouco firme por ter uma pele de touro por fundamento; mas era menos firme ainda por serem pérfidos os Cartagineses; cf. a expressão: "fé púnica".
- (4) O forte de Maurício foi construído num morro alto e inclinado, presidindo a margem do Rio São Francisco, cf. Barléu, *História*, etc., p. 144.
- (5) O Cântabro, ver XX nota 4.

## XXVIII

### Descobre-se uma conjuração e repele-se um assalto da esquadra espanhola

Ó feroz Lusitânia, como desejo que Luso (1) seja demorado em tomar posse do seu reino do Tejo aurífero! É verdade que dele fazem menção as notícias elogiosas da Antiguidade, mas é verdade também que ele reinou na vida do Faraó (2). As ondas do Mar Rubro mataram este déspota, que tinha o coração tão endurecido (3). Estas ondas, ó Mouro (4), estão também à tua espera sob o comando de Maurício.

#### COMENTÁRIO

Parece que a chave para a compreensão deste epigrama nos é dado pelo que diz Barléu, *História* etc. p. 103: "Seguiu-se à expedição de Jol uma conjura, tramada, ao parecer, por instigação de Portugueses, pois sempre se inclina-

vam à rebelião os ânimos dos que às ocultas, favoreciam ao partido espanhol, conquanto às claras nos prestassem obediência". É provável que os Portugueses pernambucanos se dessem por inimigos dos Espanhóis, os usurpadores do seu Reino, e manifestassem aos Holandeses as suas saudades de "um rei natural", aqui simbolizado pela figura lendária de Luso.

#### NOTAS

- (1) Segundo os humanistas portugueses, que procuravam vincular a origem da sua nação com uma figura histórica ou lendária da Antiguidade clássica (allás, completamente de acordo com o que faziam os seus colegas na França, Inglaterra e Holanda), o fundador da nação lusitana seria Luso, filho ou companheiro do deus Baco. O tal Luso é uma invenção de André de Resende, que se baseia num texto de Plínio (*Nat. Hist.* III 3,8); este porém diz que o "jogo/brincar" (=lusus) de Baco deu este nome à Lusitânia. O erro foi fecundo, dando origem ao título d'*Os Lusíadas* de Camões, allás, palavra igualmente forjada por André de Resende.
- (2) Segundo Frei Bernardo de Brito, autor da *Monarquia Lusitana*, Luso teria morado em Portugal por volta de 1500 a.C.; o êxodo dos judeus é geralmente também situado nesta época. Como poderia Banningh saber a existência de Luso? Talvez através das obras eruditas de Resende.
- (3) Cf. *Exodo* 7, 13: "E endureceu-se o coração de Faraó".
- (4) "O Mouro" designa, também na epopéia de Plante (*Maúritias*), muitas vezes o habitante da Península Ibérica.

## XXIX

### Os cunhadores de moedas falsas

Nada pior do que a redonda moeda, que tudo venaliza; mas atrever-se a cunhar moedas falsas, isso é criminoso.

## XXX

### Chegam reforços militares da Batávia

Em vão foi a Bahia uma vez assediada por aquele a quem a Fortuna (fora este único malogro) nada costuma

negar. A própria Fortuna lamenta o ter-lhe sido negado dar a ele tanta [fortuna] como ele mesmo não nega merecer (1). Agora, [ó Maurício], podes desbaratar as maltas hespérias (2), sob cujo jugo geme todo o território do Brasil. O terrorismo do nosso adversário desumano, que nada quer saber de piedade (3), exige de nós uma atitude de varões religiosos e, ao mesmo tempo, humanos. Que presumes de ti, ó fugidia Fortuna? Será um prazer sairmos e derrotarmos o teu rebanho, que se curva à religião marrana (4). Não a astúcia, mas a coragem de um militar brioso é o que sustenta as façanhas de Maurício: é assim que ele vem conquistando os seus louros.

#### NOTAS

- (1) Construção extremamente complicada (e obscura); espero ter-lhe reproduzido os elementos essenciais.
- (2) Hespérias, ver IV nota 6.
- (3) Piedade, na dupla aceção da palavra: a) "compaixão" (em relação ao próximo); b) "devoção, religiosidade" (em relação a Deus).
- (4) A religião "marrana" deve ser a religião católica dos Portugueses e Espanhóis. Os Holandeses usavam do termo depreciativo *maranen* para designar os Espanhóis.

## XXXI

### Prosopopéia de Pernambuco

Consome-me a terrível fome, e não tardará a esvaecer-me o ardor bélico, mas o Belga nutre o meu ardor para reter [o meu esvaecimento]. Quero que as expedições militares, organizadas por Maurício, sejam fortes e velozes: ele pôs sua vida ao meu dispor, e faz com que eu ponha a minha ao dispor dos meus. O alimento (1) recreia os varões, ao passo que só uma coisa é necessária: não querer que as mãos que se metem ao trabalho sejam frouxas de cansadas. O meu corpo vive na indigência, e a disenteria atormenta os meus intestinos na barriga, mas afinal de contas, a indigência afeta apenas o meu corpo. O brio nasce-nos do espirito: não são os alimentos que nos dão o espetáculo de um combate entre touros cornudos, [mas o seu brio inato].

## COMENTARIO

Barléu, *História* etc., refere-se algumas vezes à penúria de mantimentos no Brasil holandês (p. ex. p. 145 e p. 259). A circunstância originou ao nosso autor um epigrama, no qual declara que o brio e a coragem não dependem exclusivamente de comerem bem os soldados: basta que eles comam o suficiente para poderem bater-se. Esta parece-me ser a lição moral desta "Prosopopéia", cujo texto é muito obscuro e apresenta diversos problemas, que não posso expor aqui. Basta dizer que, para a sua compreensão, devo muito à ajuda do meu colega, Prof. Dr. G. Bartelink, latinista da Universidade Católica de Nijmegen.

## NOTA

- (1) O alimento, sc. rico e abundante.

## XXXII

## O nascimento do Delfim

Ah, três vezes feliz a Gália que, pelo nascimento de um príncipe (1), poderá continuar a sua sagrada realeza e o cetro próspero! Viver sob este monarca é uma alegria para todos os que consideram como única maneira de poder viver dignamente o não querer viver debaixo de um jugo indigno! Os Austríacos (2) serão esmagados pelas trevas soturnas, e já refulge a branda luz para todos os que velam por uma causa melhor. Gustavo (3) suplica auxílio, a cuja morte lamentável no campo de batalha a Germânia presta todos os anos as honras funerárias. A notícia [do nascimento] percorreu as cidades da Batávia, e não tardou a atingir também o Brasil. O alegre fogo de artifício disparado em outras partes, esse fogo de alegria nós [no Brasil] não o tivemos. Na verdade, justifica-se falar em estilo elevado quando o Céu nos é propício e, pelo favor divino, nos nasce um augusto rebento. Oxalá prosperem os lírios colocados na coroa dos Burbons; elas não menos prosperam do que o poder dos Oranges (4). Quem ordena aos mortais levar uma vida boa, ainda que ele mesmo é Deus, não lhes ordena que eles sejam deuses (5).

## NOTAS

- (1) Trata-se de Luís XIV, que nasceu a 5 de setembro de 1638. A França allara-se a outras potências européas (Holanda, Suécia, etc.) para combater a Casa de Habsburgo.
- (2) Os Austriacos, isto é, a Casa de Habsburgo, que tanto reinava na Alemanha como em Espanha, Itália, etc.
- (3) Gustavo Adolfo, Rei da Suécia de 1611 a 1632, meteu-se (1630) na Guerra dos Trinta Anos e calu na batalha de Lützen na Alemanha (6 de novembro de 1632). — A expressão: "a cuja morte a Germânia presta todos os anos as honras funerais" quer dizer, talvez: "cuja morte a Germânia continua a lamentar".
- (4) Esta afirmação do poeta não carece de certo exagero patriótico!
- (5) Confesso não compreender bem a conexão entre esta frase e as anteriores.





# A CONGREGAÇÃO DE SÃO FILIPE NERI EM PERNAMBUCO

## INTRODUÇÃO

*José Antonio Gonsalves de Mello*

O Instituto Arqueológico Pernambucano mantém o objetivo de "coligir, verificar e publicar os documentos, monumentos e tradições históricas que lhe for possível obter, ou de que tiver notícia, pertencentes à história das Províncias que formavam as antigas Capitânicas de Pernambuco e Itamaracá", estabelecido desde os seus primeiros estatutos, de 1862.

Entre os documentos de interesse para essa história — de vários em exame que serão considerados no futuro — está um relativo à Congregação do Oratório de São Filipe Neri, aqui também conhecida como Congregação da Madre de Deus, da invocação da sua casa principal, no Recife. O documento diz respeito a uma instituição já extinta e esquecida entre nós, mas cuja memória deve ser preservada pela importância que teve, tanto do ponto de vista religioso quanto por sua participação econômica, cultural e política no passado. É certo que a Congregação foi tema de dissertação de mestrado e de livro de ilustre professor universitário. Mas uma das fontes históricas em que se basearam esses trabalhos permanece inédita — e é exatamente aquela em que se tenta, em meados do século XVIII, reconstituir a sua história e recordar alguns dos Padres que deixaram lembrança na Capitania por vida e ação incomuns.

A Congregação de São Filipe Neri começou no Reino pela iniciativa do Padre Bartolomeu do Quental (1626-1698), a quem D. João IV nomeou por decreto de 22 de outubro de 1654 capelão, pregador e confessor da capela real, interrompendo assim a série de Jesuítas que sempre exerciam

tais funções. Açoriano da Ilha de São Miguel, era Padre secular. Foi famoso orador e sua pregação dirigia-se, segundo certo autor, "não a deleitar entendimentos, mas a comover corações" e outro afirmava que, "se não excedia, certamente igualava ao grande Vieira", seu contemporâneo. Esse Padre associou-se a outros sacerdotes da capela real para exercícios de piedade e uniram-se numa associação que teve o título de Nossa Senhora das Saudades (1659). Entre os que assim se associaram estava o futuro Padre João Duarte do Sacramento, ainda clérigo minorista. Mais tarde essa associação recebeu aprovação pontifícia e foram-lhe concedidos os estatutos da Congregação de São Filipe Neri, em Roma.

Entretanto o Padre João Duarte do Sacramento, juntamente com um companheiro, o Padre João Rodrigues Vitória, embarcaram para a Ilha de São Miguel, para daí irem para a América para missionar entre o gentio. De lá partiram para Pernambuco, onde chegaram em fins de 1659, ao tempo do governo de André Vidal de Negreiros. Tendo trabalhado na área do Rio São Francisco e, depois, no Açu, no Rio Grande do Norte, foi ao primeiro deles que o Governador Francisco de Brito Freire encarregou de reunir grupos de tapuias nas cabeceiras do Rio Ipojuca (1661), os quais vieram a ser estabelecidos nas proximidades do Rio Capibaribe, na missão que mais tarde se denominou do Limoeiro, início do povoamento das terras da atual Cidade e Município desse nome; e, ainda, de tentar atrair os negros aquilombados nos Palmares, com o oferecimento da liberdade para eles e seus descendentes (1662).

Foi ao tempo do mesmo Governador que os Padres receberam um local para estabelecer um recolhimento e casa de repouso após os trabalhos das missões: a Ermida de Santo Amaro, nas proximidades de Olinda, ermida que remontava a anos anteriores à invasão holandesa de Pernambuco. Ao lado dela foi construído um pequeno convento, ao qual a devoção do Governador deu o patrocínio de Nossa Senhora da Encarnação. Nesse convento formaram os dois sacerdotes, e outros que se lhes juntaram, uma Recoleta, isto é, uma comunidade religiosa de vida austera e recolhida. Os seus membros eram chamados Recoletos de Santo Amaro. Em terrenos dessa comunidade localiza-se hoje uma grande vila popular denominada — não se sabe bem por quê — Ouro Preto!

Para essa Recoleta, obtido para ela o reconhecimento do Bispo da Bahia (1664), foi solicitada confirmação pontifícia, a qual foi conseguida do Papa Clemente X, em data de 17 de julho de 1671, dando-se-lhe os estatutos da regra de São Filipe Neri, da qual confirmação há transcrição no texto do manuscrito aqui publicado, entretanto omitida por desnecessária ao nosso objetivo. A principal figura da Recoleta era o Padre João Duarte do Sacramento, que foi eleito Bispo de Pernambuco, o segundo, o qual não chegou a ser empossado por falecer antes da chegada da notícia de sua eleição.

A ação desses Padres acabou por levá-los ao Recife, onde a população numerosa requeria os exercícios religiosos e a pregação da palavra de Deus. Entre 1679 e meados de 1680 foram construídos uma capela e um hospício para os agora Congregados de São Filipe Neri no bairro portuário do Recife, da invocação da Madre de Deus, sendo o benfeitor dessa nova casa o Capitão Antônio Fernandes de Matos, doador do terreno e de esmola substancial para as obras de construção, feitas sob sua direção. Em 1683, no dia de Natal, a capela foi tornada pública, abrindo-se-lhe porta para a rua.

É a história da vida e da obra em Pernambuco do Padre João Duarte do Sacramento, da Congregação do Oratório, dos seus missionários e das igrejas por ela fundadas — a casa de Santo Amaro em Olinda e o convento da Madre de Deus no Recife — o tema do documento agora aqui publicado pela primeira vez no seu conjunto (com a omissão referida).

O manuscrito (original, ao que parece) está no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, na Coleção Livros do Brasil códice 23, infelizmente danificado por furos em boa parte das suas 42 páginas. Dele parece ser autor o Padre Inácio da Silva, conforme se lê em carta datada da Congregação do Recife em 30 de maio de 1757 dirigida ao Padre Bernardo Lopes, cronista da Congregação na casa de Lisboa, carta que se conserva no manuscrito no próprio original, segundo parece. Entretanto, não parece ser ele o autor de algumas das vidas de religiosos que se seguem à história da Congregação de Pernambuco.

A leitura textual, a partir de um microfilme, é de minha responsabilidade, sendo atualizada a ortografia e ficando em branco alguns pequenos espaços que os furos de bichos (sobretudo na junção das folhas) não permitiram ler.

Parte do manuscrito aqui publicado foi divulgado pelo Dr. Augusto de Lima Júnior, sob o título "A Congregação do Oratório e suas Igrejas em Pernambuco", na *Revista do SPHAN* vol. 9 (Rio 1945) pp. 331-346. Ai estão transcritas as descrições do Convento de Santo Amaro (pp. 334-37), da fundação da Congregação do Recife (pp. 339-42) e da Igreja da Madre de Deus (pp. 342-46). Não indicou, porém, onde havia encontrado o manuscrito do qual fazia transcrição parcial.

## Notícia que dão os Padres da Congregação de Pernambuco acerca da sua Congregação, desde a sua ereção

É geral costume dos historiadores queixarem-se repetidas vezes dos antigos, que olvidados da sua obrigação e menos caritativos com os vindouros, deixaram com o tempo feneceer toda a notícia da antigüidade, ou seja por desculparem a sua pouca diligência de mendigarem as necessárias noticias do que escrevem, ou talvez por encobrirem a limitação das proezas que intentam engrandecer e exagerar. Não pelos mesmos motivos se vê precisa a Congregação de Pernambuco a formar semelhante queixa de seus antepassados; porque sendo comum tradição de todo este território, que foram muitas as maravilhas e prodigiosos os efeitos, com que esta Congregação e os seus filhos, desde o seu primeiro nascimento, floresceram, merecendo mais o título de um paraíso terrestre, ou um céu aberto na terra em que habitavam uns, se na realidade homens ou na aparência anjos; contudo, reforçadas todo o possível as diligências e repetidas pesquisas, um quase nada descobrimos do passado, e todas as notícias que hoje temos mais parecem sombras do que foi, do que relação individual do que se pretende, ou fosse porque não poucos papéis têm dela desaparecido, pela confusão de dois dilúvios que tem experimentado, já pela fatal desolação dos males, e já pelas controvérsias que nela sobre os estatutos houveram [sic], em que com a saída de uns e mortes de outros, em cujas mãos estavam, deram também fim e saída a muitos escritos; ou também (e parece o mais verossímel) porque os nossos primeiros Padres, certos de que no Livro de Deus, aonde só pretendiam ter nome, se iam gravando individualmente com letras de ouro as suas proezas para perpétuas eternidades, cuidaram mui pouco de serem neste mundo conhecidos, antes toda a diligência pu-

nham só em ocultar o que lhes podia servir para o diante de popular aplauso e caduca estimação: pela qual razão nem dos mais publicos acontecimentos em muita parte há memória neste cartório da Congregação, e só de alguns Padres mais antigos, conferidas as noticias com os de alguns escritos antigos, se colheram as seguintes noticias.

## CAPÍTULO PRIMEIRO

### *Do principio que teve a Congregação de Santo Amaro em Pernambuco, e de seu fundador*

Sendo a Congregação do Oratório tão antiga em outros Reinos, pois logo em Roma a instituiu o nosso Santo Patriarca Filipe Neri no ano de 1595, e experimentaram os povos a sua utilidade, e que todo o seu estatuto se cifra em serviço do próximo e encaminhá-lo para Deus, começaram não poucos Reinos e Cidades a solicitá-la; e, com efeito, a conseguiram tão fecunda como publicam tantas e tão prodigiosas fundações, com que se têm estendido na Italia, França, Castela e outros Reinos.

Só o nosso Portugal vivia privado desse bem e dele careceu até o ano de 1662, sendo nesta América a primeira Congregação que então se fundou. Teve por seu fundador ao venerável Padre João Duarte do Sacramento, cuja vida prodigiosa, brevemente recopilada, vai escrita, ficando no nosso Cartório do Recife o transunto, e por isso não individuíamos aqui as suas virtuosas e heróicas ações em que floresceu. O dito venerável Padre foi filho de Lisboa, da freguesia dos Anjos, ou dos Mártires, como testificam outros; e tendo muitos anos assistido na Capela Real por Credenciário, com geral aceitação e título de Santo, tudo deixou pelo abraçado zelo da conversão das almas, com as circunstâncias que constam dos escritos de sua vida. Ordenou-se de Sacerdote, e junto com o Padre João Rodrigues Vitória, varão de conhecido zelo e virtude, se embarcaram para a Ilha de São Miguel aonde disseram a sua primeira missa na noite de Natal, retirados em um recolhimento de clérigos reformados que ali há e se intitula, pelo lugar, a Congregação de Val de Cabaços. Da dita Ilha se embarcaram para Pernambuco, aonde consideravam melhor emprego para os seus intentos, assim pela muita gentilidade que nele havia, como pelos abusos em que permanecia do mau exemplo dos holandeses, de cujo poder se tinha restaurado poucos anos antes.

## Notícia que dão os Padres da Congregação de Pernambuco acerca da sua Congregação, desde a sua ereção

É geral costume dos historiadores queixarem-se repetidas vezes dos antigos, que olvidados da sua obrigação e menos caritativos com os vindouros, deixaram com o tempo fenececer toda a notícia da antigüidade, ou seja por desculparem a sua pouca diligência de mendigarem as necessárias notícias do que escrevem, ou talvez por encobrirem a limitação das proezas que intentam engrandecer e exagerar. Não pelos mesmos motivos se vê precisa a Congregação de Pernambuco a formar semelhante quicixa de seus antepassados; porque sendo comum tradição de todo este território, que foram muitas as maravilhas e prodigiosos os efeitos, com que esta Congregação e os seus filhos, desde o seu primeiro nascimento, floresceram, merecendo mais o título de um paraíso terrestre, ou um céu aberto na terra em que habitavam uns, se na realidade homens ou na aparência anjos; contudo, reforçadas todo o possível as diligências e repetidas pesquisas, um quase nada descobrimos do passado, e todas as notícias que hoje temos mais parecem sombras do que foi, do que relação individual do que se pretende, ou fosse porque não poucos papéis têm dela desaparecido, pela confusão de dois dilúvios que tem experimentado, já pela fatal desolação dos males, e já pelas controvérsias que nela sobre os estatutos houveram [sic], em que com a saída de uns e mortes de outros, em cujas mãos estavam, deram também fim e saída a muitos escritos; ou também (e parece o mais verossímil) porque os nossos primeiros Padres, certos de que no Livro de Deus, aonde só pretendiam ter nome, se iam gravando individualmente com letras de ouro as suas proezas para perpétuas eternidades, cuidaram mui pouco de serem neste mundo conhecidos, antes toda a diligência pu-



no mês de agosto do dito ano, principiando então a sua fundação desejada, em sinal do que tomou ele por suas próprias mãos a roupeta como fundador, e logo a lançou a seu Companheiro, o Padre Joao Rodrigues Vitoria. Era a roupeta de pano da serra pardo; cingiam-se com uma correia sem voltas e barretes de quatro cantos, como os demais clérigos.

Para maior firmeza desta nova fundação, visto não haver ainda neste tempo Bispo em Pernambuco, a estar *sede vacante* o Bispado da Bahia, por falecimento do ilustríssimo D. Pedro da Silva e Sampaio, sétimo Bispo daquela Diocese, recorreu o venerável Padre Sacramento ao Cabido da dita Cidade, rogando-lhe confirmasse a licença da Congregação que fundara e os Estatutos que ele tinha feito, até que comodamente recorressem à Sé Apostólica. Já na Cidade da Bahia estavam todos certificados do bem que lograva Pernambuco e do superior talento e virtudes daqueles Missionários de Cristo; mas por não faltar aos termos ordinários expediu aquele advertido e prudente Cabido várias ordens para o seu Provisor e Vigário Geral de Pernambuco, o Dr. Antônio Velho da Gama, tirasse uma jurídica informação, pelas pessoas mais qualificadas, do procedimento e prendas do novo Fundador e Companheiro, e das conveniências que teria a Congregação que fundavam, encarregando outrossim a todos os Prelados das Religiões que o informassem por certidão do conceito que formavam nesta matéria. Assim se fez esta diligência em novembro de 1663, com tanto lustre e crédito dos nossos Padres, que geralmente o publicavam, jurando ser convenientíssima a fundação, e que de tão conhecido zelo e virtudes seguramente se esperava o fruto das almas mais copioso; e tais foram os elogios dos Prelados das Religiões, do Governador, da Câmara e mais pessoas principais, que parecem não achavam termos equivalentes para o muito que se achavam obrigados a dizer; o traslado jurídico dos ditos informes se acha no nosso Cartório do Recife. Ficou muito satisfeito o ilustríssimo Cabido da Bahia e dando por justificado o procedimento e intentos do nosso venerável Padre Sacramento, lhe enviaram uma amplíssima licença, confirmando a sua nova fundação na Ermida de Santo Amaro, e em tudo e por tudo lhe aprovaram os seus Estatutos até a nova disposição da Sé Apostólica; estes se obrigaram a guardar os nossos Padres, com tanta reforma e exemplo dos povos, que quando saíam à Cidade ou a esta Vila do Recife acudiam os moradores à competência a beijar-lhes as mãos de joelho como a Santos.

## CAPÍTULO SEGUNDO

*Descreve-se a Igreja e Convento de Santo Amaro  
com algumas circunstâncias*

Nenhuns comodos havia na Ermida de Santo Amaro pela sua pequenez, para os novos habitadores e outros muitos que logo se foram aceitando, e foi preciso fazerem-se algumas obras, ouatando a igreja, fabricando-se à roda alguns cubiculos em forma de convento. Não tinham os Padres cabedal para esta empresa, porque as esmolas das suas missas e alguns limitados patrimonios pobremente lhes chegavam para o sustento, vestuário e gastos das ditas missões; e isto os acobardava a começarem a obra, porém teve tudo o efeito desejado com as esmolas de muitos que se prezavam de ser benteitores daqueles santos varões; e os que com mãos mais larga concorreram naquele princípio, foram o Governador Francisco de Brito Freire, o Mestre de Campo D. João de Sousa, João Batista Pereira, o Padre Domingos Gonçalves, Domingos Monteiro, etc. Ajudados destes fizeram os Padres as suas obras, que sendo em si sem grandeza, regulada pelo espirito de seus habitadores, se julgou bastante-mente espaçosa.

Está o dito templo edificado em a planície de um elevado e vistoso monte, do qual se descobre não só a maior parte da cidade de Olinda e toda a vila do Recife, légua e meia distante, mas também se divisa a barra, e quantos navios, aparecem assim do Norte como do Sul, aumentando-se a recreação com os vistosos arvoredos e frescas roças, que por ficarem em baixa circunvizinhas são dominadas daquele monte, quanto os olhos podem dar alcance. Não era mui dilatada a área do edificio, mas para ele bastantemente acomodado.

Vencida a subida do oiteiro ainda se sobem 3 degraus para o átrio do templo; tem o dito átrio de comprido 124 pés e 55 de largo com seus assentos pelas duas partes que descobrem o caminho e fronteira da Igreja, porque da outra fica o muro do convento, mas hoje já não existe este muro e fizeram no seu lugar também assentos. Ocupa o meio do átrio um cruzeiro sobre 3 degraus pouco suntuoso, mas mui devoto. Defronte dele fica a Igreja com seu proporcionado alpendre, que serve de disfarçar assim o pouco dilatado do Templo, como de abrigar os romeiros, que a horas improporcionadas chegam a venerar aquela casa de devoção. Tem

uma só porta e sobre ela um devoto nicho de Santo Amaro, e das bandas duas janelas com suas grades de ferro, as quais ficam dentro do mesmo alpendre. Compreende a Igreja 48 palmas de comprido e 30 de largo com duas janelas no coro e uma tribuna deironte do púlpito para assistência dos governadores ou alguma pessoa principal; tem a capela-mor 16 palmos em quadra, azulejada de azul e branco do antigo. Do pavimento se sobem para o altar 3 degraus cercados de suas grades de pau preto perfilado de ouro. Antigamente teve um retábulo dourado, que foi o primeiro que se viu em Pernambuco e pela consunção da madeira se veio a tirar, suprindo hoje as suas vezes algumas pinturas que se fizeram. Na boca da tribuna e meio do retábulo estava uma imagem de Nossa Senhora da Encarnação e em 2 nichos ou arcos, que tinha por bandas, se viam da parte do Evangelho colocadas as imagens de São Pedro e Santo Amaro, e da Epístola, São Cosme e São Damião, perfeitas e mui milagrosas como publicam os continuados romeiros que a ela recorrem pela saúde que pretendem uns e conseguem outros, deixando pendentes nas paredes os sinais dos alcançados benefícios. Tem dois altares colaterais somente, em um dos quais se venera uma primorosa pintura da Senhora da Soledade e no outro o retrato de São Miguel e Almas do purgatório, com seus crucifixos de marfim, etc. Tem no cruzeiro duas portas, uma que serve de serventia para a sacristia e outra que vai ter ao claustro interno; neste cruzeiro entre as duas grades se divisam duas campas de sepulturas com epitáfios e armas seguintes: a que está da parte do Evangelho diz assim = Aqui jaz o Dr. Manuel Pessoa de Figueiredo, Prelado e Administrador que foi do Rio de Janeiro, presbítero desta Congregação do Oratório do Brasil: faleceu nesta Casa de Santo Amaro aos 28 de agosto de 1673. Tem por armas um chapéu de Bispo com suas borlas, e por baixo cinco folhas de figueira em um escudo.

A outra campa que está da parte da Epístola, tem a seguinte inscrição: Aqui jaz Fernando de Sousa Coutinho, Governador que foi desta Capitania de Pernambuco, Irmão desta Congregação do Oratório do Brasil: faleceu nesta Casa de Santo Amaro aos 16 de janeiro de 1664. Pede um Padre Nosso e uma Ave Maria pelo amor de Deus. Tem por armas um escudo repartido em quatro partes, das quais duas ocupam as 5 quinas de Portugal e duas dois leões.

Estes sujeitos se intitulam congregados porque, alcançando em vida carta de Irmandade desta Congregação,

em as suas últimas doenças recolhidos a Santo Amaro, tomaram a roupeta e com ela morreram. Também no corpo da Igreja se acha da parte esquerda junto a grade uma campa pequena com esse título = Sepultura do licenciado Domingos Monteiro de Oliveira e de sua mulher e herdeira = Ano 1678 =.

Não contem mais esta Igreja de Santo Amaro. Não falamos no torro da Igreja por não conter cousa especial, e era toda forrada de estuque, que esse é também o forro da sacristia, e da mesma maneira o dos corredores, e maior parte dos cubículos. Ao lado esquerdo da Igreja está encostada a sacristia, bastantemente espaçosa, com um caixão e armário de jacarandá com seu lavatório de pedra de feição ordinário. Tem duas janelas que recebem luz de um claustrozinho, que lhe fica contíguo, e neste a portaria com entrada mui vistosa e alegre. Da parte direita da Igreja fica um corredor que servia de noviciado, porque o outro que fica por detrás da Igreja era habitação da mais comunidade; por debaixo destes estavam as oficinas precisas ao Convento, com saída para outro claustro com vários nichos e imagens de devoção, para que em toda a parte tivessem os congregados despertadores que lhes elevassem as potências ao emprego do Criador.

Os cubículos não passavam de 12 palmos de comprimento e 8 de largo sem mais adereço que uma pequena barra, uma tábua pregada na parede em lugar de mesa e um banquinho em que se sentavam: só excediam esta regra um grande cubículo que intitulavam a Casa do Bispo, por ser onde se recolhia, quando lá ia, e mais 3 que serviam para os hóspedes, os quais sem turbação da Comunidade tinham serventia pelo claustro da portaria, tudo com tanto asseio e pinturas, que, quantos ali entravam, se não podiam apartar e interiormente se confessavam recolhidos e devotos.

A cerca era espaçosa e toda murada, adornada de muitas árvores frutíferas e variedade das flores que permite o terreno e neste jardim se deram em Pernambuco os primeiros jasmims e esponjas que de Portugal vieram de mimo ao Governador João Fernandes Vieira, que ofertou a Santo Amaro. Nisto se cifrava toda a fábrica do templo e convento de Santo Amaro, sendo a maior parte feito de barro e adobe, somente com arrebóque da cal, razão por que teve pouca permanência, e já hoje se divisam algumas ruínas, porém não chegaram as esmoladas para mais despesa e suntuosidade.

## CAPITULO TERCEIRO

*Pede-se a Roma a confirmação dos Estatutos e noticia do que resultou*

Neste pobre convento viviam retirados os novos Congregados do Brasil, muito contentes e fervorosos, acudindo com muita pontualidade as missoes e observando a risca os seus primeiros Estatutos por espaço de nove anos, os quais, feitos pelo venerável Padre Sacramento seu fundador, estavam somente confirmados pelo Cabido da Bahia. Tendo porém já comodidade para mandarem sugeito à Roma, foi eleito o Padre Joao Rodrigues Vitória, primeiro Companheiro e filho desta Congregação, para que informando a Sua Santidade dos fins desta nova Congregação do Brasil impetrasse a confirmação de sua ereção e seus Estatutos, ou o que melhor parecesse à Sé Apostólica para o intento. Com efeito se embarcou para Portugal e daí para Roma, e porque já neste tempo principiasse o venerável Padre Bartolomeu do Quental a fundar a florentissima Congregação de Lisboa, fazendo de uma via dois mandados, supplicou o Padre Vitória ao Sumo Pontífice Clemente X quisesse benignamente confirmar os Estatutos que levava, assim para a Congregação de Pernambuco, já fundada, como para a Congregação de Lisboa que se principiava a erigir.

Examinado pelo Sagrado Colégio o rigor e novidade do instituto, se não deferiu a súplica, por se não multiplicarem novidades de Congregações, de que resultou confirmarem-se estas duas casas de Pernambuco e Lisboa *ad instar* da de Roma, com os próprios Estatutos do nosso Patriarca, São Filipe Neri, aos 17 de juho de 1671, como consta do Breve *Ex injuncto nobis coelitus*, etc., concedendo indulgência plenária a todos que usassem a roupeta, e enriquecendo a casa de Santo Amaro com grande número de reliquias que enviou o Padre Vitória, ficando-se em Roma para o mais que fosse necessário e aí morreu com grande opinião.

Vieram de Roma os Estatutos para a Congregação de Lisboa e Pernambuco e nestas foram aceitas e se começaram logo a guardar na forma possível; porém, como estes Estatutos, sendo santíssimos, não eram acomodados ao terreno e em muita parte se não podiam praticar no nosso Reino e conquistas, tratou logo o venerável Padre Bartolomeu do Quental de escrever outros, que sendo na substância a mesma que os de Roma, continham outras muitas per-

feições e modificações, proporcionadas a nosso território; e avisando de tudo ao venerável Padre Sacramento recorreu segunda vez a Roma por nova confirmação das mesmas duas Casas, de Lisboa e Pernambuco. Não teve dificuldade este requerimento, e o mesmo Pontífice Clemente X os aprovou e confirmou em 24 de agosto de 1672 em forma de Breve que começa *Ex injuncto nobis coelitus*, etc., com cláusula *sublata* e decreto irritante. Estes Estatutos se começaram a guardar na Congregação de Lisboa desde seu princípio, porém na de Pernambuco não tiveram vigor no dito ano, nem aceitação por falta da maior parte de votos da Comunidade, que por reverência do nosso Grande Patriarca continuavam em fazer a diligência de ver se podiam guardar em tudo os seus Estatutos, obedecendo à primeira confirmação de Roma e primeiro parecer do Vigário de Cristo, em testificação do que pelo ano de 1675 fizeram os Congregados de Santo Amaro três dias de festa pela solenidade do Espírito Santo, pela demonstração da cordial aceitação que tinham feito, e determinado ânimo com que estavam de guardar os primeiros Estatutos confirmados pela Sé Apostólica.

Nesta maneira de vida permaneceram até o ano de 1686, em o qual já desenganados da impossibilidade que havia em se guardarem com perfeição no Brasil os Estatutos de Roma, de mútuo consenso de toda a Comunidade mandaram a Lisboa os Padres André Luis e Servan Louzel, como procuradores desta Congregação, a buscar a Lisboa os Estatutos que fez o venerável Padre Bartolomeu do Quental, confirmados também para esta Congregação de Pernambuco, como já dissemos, e a pedirem juntamente um Padre diretor e mais alguns sujeitos de que estavam necessitados para as missões e mais ministérios desta Casa.

Foram em Lisboa bem aceitos os dois Padres Procuradores, e chegaram em dezembro de 1686, e logo em 29 de março de 1687 se tornaram para Pernambuco com os Estatutos pretendidos, vindo por Diretor o Padre João Lobo, sujeito pelas suas letras digno desta ocupação, e com ele vinte sujeitos entre Padres e Irmãos. Chegaram a Pernambuco aos 10 de maio de 1687 e em 13 do dito mês, congregados todos os Padres e Irmãos, fizeram pública aceitação dos Estatutos, Regras e Apêndice de Lisboa, que se obrigaram a guardar *in perpetuum*, ficando desde então estas duas Casas e todas as mais que ao depois se fundaram no nosso Reino de Portugal em tudo parecidas e irmanadas,

com os mesmos Estatutos e modo de vida interior e exterior em tudo e por tudo. É verdade que pouco depois desta última aceitação quiseram alguns Padres resistir, tornando aos antigos Estatutos, de que resultaram algumas controvérsias, acudindo, porém, a atalhar esta novidade os demais Congregados, depois de várias sentenças, conseguindo o amparo do Sereníssimo Rei D. Pedro II de gloriosa memória e ultimamente em um *motu proprio* que resultou do Santíssimo Papa Clemente XI, ficando expulsos os que se não sujeitaram, se impôs a tudo perpétuo silêncio e continuou esta Congregação a florescer como sempre no serviço de Deus e salvação das almas, observando-se até o presente com aquela paz e caridade que é notório.

#### CAPÍTULO QUARTO

*Últimas notícias do venerável Padre Sacramento e cousas pertencentes à Casa de Santo Amaro, e primeiras notícias da Casa do Recife*

Por não interrompermos a narração do capítulo acima, acerca da variedade de Estatutos que se observaram nesta Congregação de Pernambuco, deixamos de propósito algumas das principais notícias do venerável Padre Sacramento para este lugar, que me parecem são as mais expressivas do geral conceito que do seu grande talento formavam todos. Logo que para este Bispado foi nomeado por primeiro Bispo o Senhor D. Estêvão Brioso, examinando a mais exemplar e digna pessoa deste Bispado para lhe cometer a procuração de fazer as suas vezes, tomando posse e governando esta Diocese até a sua chegada, não descobriu quem melhor desempenhasse o dito cargo, enviou ao nosso venerável Padre Sacramento, constituindo-o governador do seu Bispado aos 9 de abril de 1677; e não se enganou, porque o dito venerável Padre o fez com tanto acerto no espiritual e temporal, que havendo o dito Reverendo Bispo, depois de alguns anos, de voltar a Portugal o deixou novamente com o governo do Bispado, vindo desta maneira a governá-lo duas vezes, com aceitação tão reconhecida de Suas Majestades, que sendo transmutado o Senhor D. Estêvão Brioso para o Bispado das Ilhas, foi nomeado em seu lugar por segundo Bispo desta terra o venerável Padre Sacramento no ano de 1684, a qual nomeação aceitou à violência de rogos dos seus Congregados, que nisto afiançavam o aumento da

sua Congregação. Houve demora em se procurarem as Letras pelas causas que na sua vida se apontam, mas com efeito chegou a ser confirmado e vieram as Letras de Roma, posto que baldadamente, porque chegando defronte deste porto e barra do Recife um navio que as trazia, neste mesmo tempo e dia expirou, ferido da peste que então estragava este país, o qual contágio contraiu pelo incansável zelo com que quotidianamente acudia aos apestados, administrando-lhes os Sacramentos, até que chegou, como bom pastor, a dar a vida pelas suas ovelhas.

Foi a sua doença e morte prodigiosa pelas circunstâncias que se escrevem na sua vida. Da sua amorosa companhia ficamos privados aos 10 de janeiro de 1686, com geral sentimento de todo este Bispado. Foi sepultado em um presbitério da parte do Evangelho da primeira Igrejinha que tivemos nesta Congregação do Recife, donde foi trasladado em 13 de abril de 1715 para o presbitério da parte do Evangelho da Igreja nova.

Insensivelmente e sem direita tenção viemos a falar em a casa que no Recife tem esta Congregação de Pernambuco, da qual ainda não fizemos menção, nem do motivo que houve para a sua ereção neste lugar, e foi o seguinte. Estava fundada a Congregação, como já dissemos, na casa de Santo Amaro, distante da Cidade de Olinda meia légua e suposto que para o fim dos Missionários pareceu muito a propósito o dito retiro e para lá se procuraram todas as confirmações necessárias, e a Sereníssima Rainha a Senhora D. Luísa se dignou tomar esta Casa debaixo de sua proteção, intitulado-se por uma Provisão real sua padroeira, e agradecendo com muitas cartas honorificas o serviço que esta Casa fazia a Deus Nosso Senhor na conversão das almas e utilidade da Real Coroa de Portugal; contudo, como pelos novos Estatutos acresceu a obrigação dos sermões e práticas todos os domingos e dias santos, assistência quotidiana nos confessionários e outras muitas perfeições, que no dito deserto se não podiam observar pela falta de gente, pois muito a penas acudiam os de mais perto a ouvir missa nos dias de preceito, e os de longe por função a alguma romaria, estando o mais do tempo ocioso o zelo dos Padres que naquela Casa residiam, além dos que andavam nas Missões, quando todos suspiravam por se empregarem no serviço dos próximos, determinou o venerável Padre Sacramento, com o parecer do Bispo e Governador que então eram de Pernambuco, fundar no Recife um hospício,



onde viessem os Padres de Santo Amaro revezados a pregar, confessar e fazer oração mental publicamente e mais reuniões próprias dos Congregados. Impetrou licença da Câmara e vencidas algumas dificuldades, lhes foi concedida a fundação do dito hospício para habitação de doze sujeitos, em terras que doou o Capitão Antônio Fernandes de Matos, em o ano de 1687, como consta da sua escritura, que está no nosso cartório, feita depois de toda a obra acabada, com obrigação de uma missa quotidiana.

Brevemente se concluiu toda a fábrica do dito hospício, por ser feita de taipa, de uns tijolos simples com uns paus, constando a Igreja de uma capela-mor e de dois altares colaterais pequenos, forrada de esteira, porém toda pintadinha e devota e a todo o possível proporcionada para o intento. Nos primeiros tempos, por impedimento da Câmara, se não abriu na Igreja porta para a rua, e somente os homens, que entravam pela portaria, gozavam do bem espiritual que fervorosamente lhes dispensavam estes novos operários, até que, crescendo os requerimentos do povo, com o patrocínio do Governador Aires de Sousa e o Ilustríssimo Bispo D. Estêvão Brioso, se rompeu a porta para a rua, e se começaram a exercer para todos, homens e mulheres, os exercícios que se costumavam na Congregação, em o ano de 1683, em dia de Natal.

Correram os anos e como o trabalho desta Casa do Recife ia em aumento, foi preciso habitarem nela mais sujeitos e notando-se que o fruto que aqui se fazia era inexplicável, e muito numeroso o concurso do próximo, o que se não via na Casa de Santo Amaro, conseguimos uma ampla licença del Rei D. Pedro II para que esta Casa do Recife fosse a principal da Congregação e o dito Senhor a tomou debaixo da sua proteção, fazendo-lhe uma cômputa de 500 arrobas de açúcar todos os anos, como ao diante diremos. Também impetramos um Breve Apostólico vindo em o 1º de julho do ano de 1688, o qual trouxe em sua companhia o Senhor D. Matias de Figueiredo, terceiro Bispo desta terra, e nele se determina que esta Casa do Recife seja a principal da Congregação e que a de Santo Amaro fique servindo de hospício para os convalescentes e sujeita em tudo aos Prelados da Casa do Recife. Nesta forma se conserva, passando-se para o Recife todo o corpo da Comunidade e as cousas do seu uso, e conducentes ao ministério da Congregação, servindo a de Santo Amaro para as férias dos estudantes e retiro dos convalescentes. Com esta maioria de su-

geitos que advieram à Casa do Recife e concurso do povo, que continuou com aumento na frequência dos Sacramentos e práticas, e também por se ir já arruinando com o tempo a primeira Igrejinha, pela debilidade e corrupção de seus materiais, tendo já em muitas partes feito algum estrago, como cair uma noite o frontespício e duas paredinhas internas, foi preciso aos Padres fabricarem nova Igreja de pedra e cal, com mais fortaleza para a duração e mais espaçosa para o concurso.

Não tinha para isto a Congregação cabedal suficiente, mas tirando forças da fraqueza, com algumas esmolas dos benfeitores, amparados do nosso Fidelíssimo Rei D. João V de gloriosa memória, que foi servido conceder-nos a esmola de cinco mil cruzados, se deu princípio à nova Igreja, que se acha já acabada, e dela ao diante faremos especial menção.

Lançou-se a primeira pedra para o dito edifício em 15 de julho de 1706, e estando feita a metade se passou para ela o Santíssimo, e em 5ª feira Santa 19 de abril de 1715 se cantou a primeira Missa. Ultimamente acabado o frontespício e coro nos começamos a servir em toda a Igreja no Domingo de Ramos, em 24 de março de 1720. De parte do Evangelho está o Convento, que faz quadra perfeita com um espaçoso claustro. Por menos advertência ficou esta obra tão baixa a respeito da Igreja e têm mostrado tão pouca firmeza os seus materiais, que já em uma noite se arruinou em muita parte de um corredor que servia de noviciado, vindo por este princípio a ser necessário o reedificar-se ao diante. No dito Convento não há singularidade notável de que se faça menção, exceto a boa vista que logra, descobrindo o mar e terra com notável recreação.

Esta Casa e Igreja do Recife está debaixo da proteção e padroado del Rei D. João V de feliz memória, de que temos Provisões. Segundo as diversas cores de que usa a Igreja Romana, tem a nossa todos os ornamentos com aquele asseio que permitem as posses. Não é grande a nossa livraria, mas se reputa pela maior e melhor de Pernambuco.

## CAPÍTULO QUINTO

### *Do número de sujeitos que tem esta Congregação e dos ministérios em que se empregam*

Sessenta e nove são os sujeitos que ao presente tem esta Congregação de Pernambuco, entre Padres e Irmãos,

e como uns deles são velhos e achacados outros, é incrível o como podem acudir a tantas partes e ministérios a que dão condição, se o amor de Deus e zelos das almas lhes não estivesse administrando forças para executarem o que pareceria impossível a maior número de operários. Temos quatro missões de assistência perpétua em aldeias de gentios Caboclos e Tapuias, em as quais se acham oito sujeitos deputados, e com não pouco trabalho pela rudeza, inconstância e vícios de semelhante gentilidade. Tivemos outras muitas mais aldeias, as quais os Senhores Bispos e Governadores, como presidentes das Juntas das Missões, avaliando ser carga intolerável para uma só casa de Congregação, estando Províncias inteiras de tantos Conventos Religiosos nesta terra aliviados, repartiram com eles as ditas missões, ficando a Congregação só com as quatro referidas. Dista a primeira desta praça 15 léguas e é a que chamam Ipojuca; a outra intitulada Uratagui dista 18 léguas; a terceira, a quem o sítio dá o nome de Limoeiro, dista 20 léguas; e a última, que é a de Ararobá, dista 60 léguas grandes, que outros com mais consciência contam 80.

Em diversos tempos do ano se revezam outros Padres em missões deambulatórias, pregando pelas freguesias e lugares mais povoados, aonde raras vezes chegam a ouvir quem desta maneira os desengane de seus erros e os encaminhe para o céu; e não fazem a sua derrota os seus missionários tanto pelo perto, que já por muitas vezes não chegassem a caminhar duzentas léguas nesta empresa do serviço de Deus, pregando, confessando e ensinando a doutrina aos povos, de que resultam admiráveis conversões, casos prodigiosos, que não pertencem à brevidade desta relação.

Temos de ordinário estudos abertos de Filosofia e Teologia, não só para os de casa mas também para os de fora, que se querem aproveitar; e suposto que algumas vezes succede não haver ao mesmo tempo os ditos dois cursos ou estudos, senão sucessivamente, é por falta de sujeitos que nelles entrem a estudar. Temos invariavelmente prática todos os Domingos e dias santos, vários sermões, conferências espirituais, e o emprego dos Irmãos é ensinarem a doutrina Cristã e rudimentos da fé. Quotidianamente assistimos nos confessionários enquanto há quem se queira confessar, e além disso estão sempre Padres consignados, esperando nos confessionários para que alguém se de novo vier, sem trabalho de o chamar, ache exposto o alívio e remédio das suas consciências; acudimos a todas as confissões que nos cha-

mam fora de casa, de dia e de noite, para os enfermos e cárceres, com não pouca fadiga, por ser mui numerosa de povo esta Vila, principalmente de escravos, por não haver desta banda do Recife outro Convento a quem recorram, senão à Congregação. Nesses ministérios exteriores, além dos internos, dos nossos Estatutos, reformadamente nos empregamos com o bom exemplo que é notório.

Têm florescido nesta Congregação muitos sujeitos de grande opinião e raras virtudes, como indicam os ecos que permanecem de sua fama e algumas breves contas que se acham nos seus assentos nos livros da Comunidade, porém as individuais memórias de suas ações com o tempo feneceram, e só de alguns poucos de que até aqui se puderam averiguar algumas das suas virtudes, há epílogos das suas vidas. Entre todas uma das mais prodigiosas e penitentes é a do venerável Padre João Álvares da Encarnação.

Não temos Convento algum de Religiosas, porque estes nos são expressamente proibidos pelos Estatutos. Não há em todo o Brasil outra nenhuma Casa de Congregação senão esta de Pernambuco, na Vila do Recife, e o retiro e recreação dos convalescentes em Santo Amaro não é Congregação distinta, como também não foi distinta Congregação a casa de Nossa Senhora da Penha de França, da banda de Santo Antônio, aonde por muitos tempos assistimos, exercitando os exercícios da Congregação por ordem de Sua Majestade, pelo motivo de se terem mandado retirar os Religiosos Capuchinhos Franceses que nele habitavam, e agora de presente o vieram habitar os Religiosos Capuchinhos Italianos. É verdade que há muitos anos, repetidas vezes se tem pretendido na Bahia fundação da Congregação, que indubitavelmente será de grande serviço de Deus. Tivemos repetidas cartas do Senhor Arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide e de seus Cônegos, e do Senhor Vice-Rei Vasco Fernandes César, e de muitas pessoas principais, licença da Câmara, consignação de sítio, informação do Procurador da Coroa, convidando-nos com todas as veras para a nova fundação da Congregação naquela Cidade, metrópole do Brasil; e agora de presente a pretendem outra vez os moradores da dita Cidade, e para este intento deixou um deles a sua fazenda. Espera-se pela licença de Sua Majestade, que Deus guarde.

## CAPÍTULO SEXTO

*Em que sumariamente se dá relação de todos os papéis que se acham no cartório desta Congregação do Recife, pelos quais se verão os Breves, privilégios e doações que tem tido esta Congregação*

Tem este cartório da Congregação 13 repartimentos com seus números por sua ordem. No primeiro repartimento estão seis massas de papéis numerados. O masso número primeiro e segundo consta de vários Breves perpétuos que tem esta Congregação e são os seguintes: Breve em que o Sumo Pontífice Gregório XV concedeu indulgência plenária em dia de nosso Santo Patriarca para a Congregação de Roma e para todas as mais que se fundassem, aos 6 de maio de 1622; Bula de ereção desta Congregação pelo Sumo Pontífice Clemente X, aos 17 de julho de 1671, com os Estatutos de Roma; Breve em que se derogam os sobreditos Estatutos de Roma para se observarem os de Lisboa pelo Papa Clemente X, aos 24 de agosto de 1672; transunto do Apêndice novamente confirmado pelo Papa Inocêncio XII em 30 de janeiro de 1694; Breve para se poder dizer missa aos doentes da Congregação em altar privado, concedido pelo Papa Clemente X, aos 16 de março de 1674; Breve para os Padres da Congregação poderem dizer missa meia hora antes da aurora e meia hora depois do meio-dia, concedido pelo Papa Clemente X, aos 7 de março de 1675; Breve de muitas indulgências plenárias concedidas aos Congregados e Congregantes pelo Papa Inocêncio XI aos 30 de abril de 1677; Breve para, sem dependência do Ordinário, se tirarem as inquirições dos Congregados para serem castigados quando delinquirem, por seus Prelados como Juizes privados e isentos do Ordinário, aos 21 de janeiro de 1678 (o mesmo Breve concedeu o Papa Inocêncio XII, aos 23 de dezembro de 1694); Breve concedido ao Padre João Lobo, como Diretor da Congregação de Pernambuco, para a translação da Casa de Santo Amaro para o Recife, dado aos 7 de abril de 1688; Provisão do Governador do Bispado para se passar a Congregação de Santo Amaro para o Recife; Decreto de Sua Santidade que ordena se guardem em Santo Amaro e no Recife os mesmos Estatutos, em 16 de novembro de 1699; *Motu proprio* no qual o Papa Clemente XI impôs perpétuo silêncio às controvérsias que houveram nesta Congregação, sobre qual dos Estatutos se deviam guardar, expedido a 10

de dezembro de 1701; Breve do Senhor Núncio para se não emprestarem os bens da sacristia e livraria nem ainda aos Prelados da Congregação, passado aos 25 de agosto de 1703; Breve de indulgências perpetuas para os Confrades de Nossa Senhora Madre de Deus pelo Papa Clemente XI, aos 16 de junho de 1706; Breve de indulgências perpétuas pelo mesmo Pontífice aos Confrades de Nossa Senhora da Saúde aos 3 de fevereiro de 1706; Breve perpétuo para se poder rezar do nosso Santo Patriarca em algum dia não impedido de todas as semanas, excetuando Advento e Quaresma, pelo mesmo Pontífice, aos 16 de junho de 1708; Breve perpétuo para se poder rezar de Nossa Senhora da Conceição nos sábados não impedidos, com a mesma restrição de tempo que o precedente, pelo mesmo Pontífice, aos 21 de setembro de 1711; Breve para se rezar do Santíssimo Sacramento ainda no Advento e Quaresma, em qualquer dia da semana, estando impedida a quinta-feira, concedida pelo Santo Padre e Sumo Pontífice Benedito XIV, que Deus guarde; Breve do Senhor Núncio para os Irmãos estudantes de nossa Congregação trazerem coroa aberta de menores antes de as receberem, passado aos 8 de maio de 1713; Breve de indulgência aos Confrades da Senhora Sant'Ana e de altar privilegiado, passado aos 4 de junho de 1714, pelo Pontífice Clemente XI; Breve de indulgências concedidas aos escravos de Nossa Senhora dos Remédios e de altar privilegiado às segundas-feiras, pelo mesmo Pontífice, ao 1º de fevereiro de 1718; Breve perpétuo para se poderem ordenar todos os anos quatro sujeitos Congregados a título *mensae communis*, pelo mesmo Pontífice, aos 11 de maio de 1720.

O terceiro masso consta de vários Breves que concedem o jubileu para se expor o Senhor os três dias das quarenta horas; *item* os privilégios dos Missionários Apostólicos a 12 sujeitos da Congregação que o Prepósito nomear, como Prefeito Apostólico das suas missões; *item* Breve para publicar indulgência plenária nas missões deambulatórias; *item* indulgência plenária para os que tomarem os 3 dias de exercícios, assim os de casa, como os de fora; *item* altar privilegiado quatro dias cada semana; *item* indulgência plenária em uma festa de Nossa Senhora *ad arbitrium*; *item* indulgência plenária 12 vezes no ano aos que visitarem sete altares nesta Igreja e todas as graças que ganham os que visitam as sete Igrejas de Roma; *item* indulgência plenária aos que assistirem a ladainha aos sábados e fizerem a novena do Natal nesta Igreja; *item* indulgência plenária uma

vez cada mês aos que assistirem aos exercícios quotidianos nesta Congregação; *item* varios Breves para se ordenarem 12 sujeitos a titulo *mensae communis*: *item* 8 Breves de varias graças para a casa da penha de França nos anos que neia assistimos. Todos estes Breves concederam os Sumos Pontifices acima nomeados, porem ja estao alguns acabados por se passar o tempo da sua concessão. *Item* um Breve do Nuncio contra os retentores dos bens da Congregação, passado no ano de 1703.

O masso numero quatro consta de várias fórmulas de varios papeis. O masso numero cinco consta de todos os sobrelitos que estavam acabados, novamente renovados pelo Santissimo Padre Inocência XIII, concedidos no ano de 1722. O masso numero sexto consta do inventario de todas as reliquias que tem esta Congregação e suas autênticas. No masso numero sétimo estão varias cartas de Roma em resposta de alguns negócios desta Congregação. No masso numero oito estao os transuntos autênticos das informações que se tirou do venerável Padre Sacramento por ordem do Cabido da Bahia, para fundação desta Congregação; *item* certidões das Religiões e carta do Governador Francisco de Brito Freire sobre a mesma matéria; *item* a procuração pela qual o primeiro Bispo desta terra, o Senhor D. Estevão Brioso, mandou ao venerável Padre Sacramento tomar posse do Bispado, e o declara seu Governador; *item* uma provisão do mesmo Bispo em que declara segunda vez ao dito venerável Padre por Provisor e Governador do Bispado, pela ausência que fez para Lisboa. No masso numero nove estão vários originaes de algumas vidas que se escreveram de alguns Congregados de sinalada virtude, como do venerável Padre Sacramento, do Padre João Álvares da Encarnação, do Padre Luís Ribeiro, Tomás Conselino e do Irmão José Correia.

No segundo repartimento do cartório estão as inquirições dos Padres e Irmãos desta Congregação. No terceiro repartimento estão as escrituras dos patrimônios de alguns Padres; *item* estão os titulos de várias moradas de casas que compramos e de outras que se deixaram, com obrigação de quatro missas quotidianas que dizemos, e várias capelas semanárias; *item* estão alguns testamentos de alguns Padres que faleceram. No quarto repartimento estão várias provisões e cartas reais, a saber, uma provisão da Serenissima Rainha D. Luísa, de gloriosa memória, em que toma a Casa de Santo Amaro debaixo da sua proteção; alvará no

qual a mesma Senhora faz mercê ao Padre João Lobo, Prepósito e Diretor desta Congregação, de nomeá-lo Cavaleiro-Idalgo e seu Capeiao com 450 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia e sua vestiária ordinária por ano; alvara pelo qual o Senhor D. Pedro II, sendo Príncipe Regente, tomou a Congregação do Recife debaixo da sua proteção e a dotou de 400 arrobas de açúcar branco e 100 de mascavado todos os anos, enquanto permanecessem no zelo das missões; *item* varias cartas do dito Senhor em que declara que as ditas 400 arrobas de açúcar sejam do fino e do melhor que houver no almoxarifado; *item* alvará pelo qual o mesmo Rei D. Pedro II fez mercê a esta Congregação de 40\$ todos os anos, pagos no estanco do tabaco, o qual principiou a correr no ano de 1687; *item* uma carta do mesmo Senhor em que ordena ao Prepósito da Congregação que o informe sobre a tapagem da ponte da Cidade, que pretendia a Câmara de Olinda; *item* duas cartas mais em que agradece aos Padres o ânimo de quererem largar a Casa de Santo Amaro para os Religiosos Arrábidos, posto que não teve efeito; *item* outra em que recomenda ao Governador de Pernambuco o amparo da Congregação, particularmente na execução de um Breve do Núncio; *item* oito cartas mais em que agradece o zelo dos Padres nas missões dos gentios e salvação das almas; *item* duas cartas do Fidelissimo Rei D. João V, de gloriosa memória, em que recomenda ao Bispo de Pernambuco a grande estimação que deve ter dos Padres da Congregação e que faça com todos os povos que os venerem e respeitem; *item* uma provisão do dito Senhor em que nos manda dar cinco mil cruzados de esmola para as obras da Igreja nova que fazíamos, pagos em cinco anos; *item* duas cartas em que agradece aos Padres a fidelidade e zelo real com que se houveram nas perturbações e levantes de Pernambuco; *item* traslado de uma carta em que o dito Senhor manda ao Governador de Pernambuco faça continuar as obras da nova Igreja que estavam embargadas pela Câmara de Olinda, nos tempos dos levantes; *item* uma carta em que encomenda aos Padres a instrução da Fé aos gentios escravos da Mina e Guiné; *item* uma provisão pela qual Sua Majestade nos absolve dos direitos de todo o vinho necessário para o consumo da Congregação e missões; *item* outras provisões pelas quais o mesmo Senhor confirmou as Irmandades de Nossa Senhora dos Remédios e Santa Ana em duas capelas desta Igreja; *item* uma alvará pelo qual dito Senhor tomou esta Casa debaixo



da sua real proteção e declarou ser o seu padroeiro; *item* várias copias de peiçoes e informações que foram a Sua Magestade sobre a nova igreja da Congregação que se estava fabricando.

Tambem está outro masso de cartas do nosso venerável Padre Bartolomeu do Quental escritas a esta Congregação; *item* outro masso de cartas dos Prepositos das Congregações do Reino a esta de Pernambuco. No quinto repartimento estão diversas cartas dos Procuradores da Congregação e outras pessoas, tocantes a negócios particulares desta Casa. No repartimento sexto estão os titulos de algumas terras que temos, em que se criam gados para ajuda da sustentação da Casa e algumas lavouras para o mesmo intento. *Item* estão várias sentenças contra os que malevolmente quiseram perturbar a posse e usurpar algumas das ditas terra, com varias cartas e papéis a esse respeito. No repartimento sétimo se acham varios massos de papéis que contém as listas dos nossos Índios das aldeias, regimentos que se tem dado para o seu bom governo, ordens que para o aumento delas se conseguiram, informações várias que se apresentaram nas Juntas das Missões e o que se resolveu e diversos avisos e cartas dos Padres Missionários acerca dos acontecimentos das aldeias, e os inventários do que nelas há. No repartimento oitavo estão vários massos de cartas dos nossos Procuradores de Lisboa e Porto, em que declaram tudo o que despenderam e receberam por ordem desta Congregação. No repartimento nono se acham vários créditos, recibos e quitações pertencentes à Congregação. No repartimento décimo estão pareceres vários dos Padres sobre se havia de fazer a Igreja nova sobre a parte da ponte deste Recife ou não. *Item* vários pareceres sobre matérias morais feitos pelos Padres desta Congregação. *Item* vários papéis pertencentes às coisas dos levantes. *Item* várias petições e papéis sobre o impedimento que a Câmara pôs quando embargou as obras da Congregação. *Item* vários precatórios e monitórios feitos a favor dos bens da Congregação. *Item* a sentença que alcançou a Congregação contra o Vigário do Recife Francisco da Fonseca Rego que pretendia entrar na nossa Igreja e encomendar os defuntos, perturbando a isenção que logramos. *Item* várias sentenças e diversas fórmulas pertencentes a diversas matérias. No repartimento undécimo estão vários livros pertencentes ao governo da Casa, da entrada dos sujeitos e disposições das suas juntas. *Item* está um Livro que contém os Estatutos, Regras e Apêndice

e confirmações Pontificias e da aceitação que de tudo fez a Congregação, tudo autêntico, por Notario Apostólico. *Item* vários livros da receita e despesa do Procurador conventual desta Casa, dos assentos das missas que se disseram e vão dizendo os sacerdotes da Casa, das moradas de casas que tem a Congregação, dos moradores que as ocupam e alugueis que pagam, etc. No repartimento doze estão os termos da comunicação dos sufrágios dos defuntos entre esta Congregação e todas as outras do Reino de Portugal. *Item* todas as cartas que vieram da Bahia da nova fundação que requerem da dita Cidade. No repartimento treze estão vários papéis pertencentes às controvérsias antigas que teve esta Congregação e outros de uma testamentaria que tem a Congregação do defunto Duarte Rodrigues de Andrade.

#### DESCRIÇÃO DA IGREJA NOVA

A Igreja de Nossa Senhora Madre de Deus da Congregação do Oratório de São Filipe Neri em Pernambuco, não sendo a maior, se pode numerar por uma das melhores em sua arquitetura e pela mais perfeita que de presente há em todas estas capitâneas de Pernambuco. Tem de comprimento, livre da grossura das paredes, 145 palmos craveiros, e de largura 58. Tem de alto 64 palmos. É forrada de esteira e assenta o dito forro sobre uma bem obrada cornija, que tem de alto com seu friso e arquitrave 7 palmos; desta para baixo tem por banda 5 tribunas meio fingidas que dão luz à dita Igreja. Assentam as soleiras destas sobre outra cornija da mesma obra, mas com menos altura, porque tem só 4 palmos e meio; esta reveste quatro capelas por cada lado, duas paramentadas e duas fingidas, em que saem duas portas, uma no meio do cruzeiro, outra em baixo junto ao coro. Esta dita cornija vai a revestir com os capitéis do arco da capela-mor e dos capitéis dos arcos das capelas do corpo da Igreja se ata com outra cornija mais pequena, sobre a qual assentam quatro tribunas de cada lado com suas grades entalhadas e com sanefas e remates também de talha; servem estas tribunas para acomodar gente nos dias de maior concurso. As capelas do corpo da Igreja têm de alto até o fecho do arco 34 palmos e de largo 15; as capelas colaterais têm a mesma altura e 11 de largo. A capela-mor tem de fundo com a Casa da tribuna 80 palmos e de largo 36 com duas tribunas de cada lado para pessoas de distinção. O retábulo da mesma capela-mor é a obra mais

perfeita que há nestas partes. Nas ilhargas tem dois óculos, um de cada parte que a fazem muito clara e também estão cobertos de talha com oito quadros de painéis em que se vêem pintados os principais mistérios de Nossa Senhora. Toda esta obra se anda agora dourando. Sobem do pavimento para o supedâneo cinco degraus feitos e lavrados ao moderno, com seus presbitérios. Abaixo destes de cada parte fica uma porta com 14 palmos de alto e 7 de largo. Junto ao arco da mesma capela está pendurada uma bem primorosa alâmpada, que tem de prata 5 arrobas e meia com onze palmos de alto, circunferência proporcionada. Sobem e descem com muita facilidade. Da capela-mor para fora distância de 10 palmos para o cruzeiro fica uma grade que ocupa de parede a parede, em que se dá a Sagrada Comunhão. Desta para baixo fica o cruzeiro que tem de largo 25 palmos. O corpo da Igreja se divide com duas teias fixas para separação de homens e mulheres, cada uma destas teias tem cinco confessionários e fecham as ditas duas teias com umas grades no cruzeiro, e em cada lado também tem suas grades.

O coro tem de largo 31 palmos e assenta a sua madre sobre duas colunas de pedra e estas sobre seus pedestais com 6 palmos de alto: tem o dito coro duas portas, uma em correspondência da outra e 3 janelas de 11 palmos de alto e 6 1/2 de largo. Tem o frontispício 3 portas: a do meio de 21 palmos de alto e 11 de largo e as duas 18 palmos de altura cada uma e 9 1/2 de largo. Sobre os quartões da porta do meio assentam as armas reais. Ao lado do dito frontispício sobem uma torre quadrada de 23 palmos de largo e 26 de alto até o sobreleito da dita cornija e desta para cima sobem a cúpula de tijolo em forma elítica ou ovada com 20 palmos de alto. A outra torre correspondente a esta ainda não está feita. As duas portas da capela-mor saem duas vias sacras que vão parar a uma sacristia que tem 40 palmos de largo, 70 de comprido e 25 de alto. Tem essa casa quatro janelas bem rasgadas que caem sobre o rio com suas vidraças e caixilhos destas à inglesa. O forro dessa casa ou sacristia é de talha repartida em painéis com grande perfeição. Tem um lavatório singular de pedra de várias cores, bem lavrado com suas figuras e uma tarja em que estão as armas da Congregação. O caixão é de um pau que chamam jacarandá, está feito com a maior perfeição que pede a arte, como também o respaldo; no meio tem um oratório, em que se adora uma devota imagem de Cristo crucificado, e debaixo Santa Maria Madalena. Tem também dois armá-

rios de cada parte para os amitos e cálices. Estão também lavrados e primorosos com sua ferragem dourada e o caixão também tem a ferragem dourada. E das melhores cousas que ha por estas partes esta sacristia. Por cima dela fica outra casa do mesmo comprimento e largura com outras quatro janelas de assentos de 13 palmos de alto e 6 de largo. O frontispicio desta Igreja demora diretamente ao nascente. A portaria fica debaixo de uma das torres; corre dela para detras um corredor de 238 palmos de comprido e 18 de largo, em cujo corredor saem de uma parte as duas portas da Igreja, uma da via sacra e outra da sacristia e da outra parte uma da casa da portaria e duas para o claustro; neste corredor há vários confessionários para o povo que é grande em dias particulares e não pouco em os Domingos e dias santos. Na capela-mor do arco para dentro estão sepultados alguns varões insignes em virtude, como o venerável Padre João Duarte do Sacramento fundador desta mesma casa e Bispo eleito de Pernambuco, o Padre João Alvares da mesma Congregação e também Manuel de Sousa Tavares, Governador e Capitão-general que foi destas capitánias. Abaixo da tribuna da mesma capela-mor está em um nicho o mistério do Nascimento, com as imagens do Menino Deus, o patriarca São José e Nossa Senhora, todas mui perfeitas. Fazia-se a sua festa que é a do orago desta Igreja aos 26 de dezembro; agora porém se faz no primeiro Domingo de Maio, por neste dia se rezar da maternidade da Senhora com particular reza. A ilharga do nicho e mais embaixo está da parte do Evangelho, o apóstolo São Pedro e da outra o patriarca São Filipe Neri.

As capelas colaterais têm a da parte do Evangelho uma bela imagem de Nossa Senhora com o título da Saúde em seu nicho e com sua vidraça, a da outra parte tem uma respeitosa imagem de Cristo crucificado de 11 palmos de alto, tem ao pé da cruz a Senhora da Piedade com seu benedito Filho morto nos braços. Desta mesma parte, no corpo da Igreja, está a capela de Nossa Senhora dos Remédios, imagem das melhores que há nestas partes; têm sua irmandade, os irmãos da qual se intitulam escravos da Senhora e se faz a sua festa em dia do nome de Maria. Defronte desta está a capela de Sant'Ana, em que estão também as imagens de Nossa Senhora da Conceição, Sant'Ana, São Joaquim e o Menino Jesus; tem também sua irmandade mui lustrosa e se faz a festa no dia da Santa com o Senhor exposto todo o dia e procissão de tarde e a novena antecedente

com o Senhor na boca do sacrário. A festa da Senhora da Saúde fazem os seus confrades aos 2 de fevereiro; as outras duas capelas, que se seguem em correspondência, a da parte da Epístola tem no meio uma perfeita imagem do nosso glorioso Padre São Francisco de Sales e de uma ilharga São Gonçalo e da outra ainda não tem imagem alguma, a da parte do Evangelho é de Nossa Senhora com o título de Mae dos Homens, e de uma ilharga está Santo Ovídio e da outra ainda não tem imagem alguma.

[Segue-se aqui no MS (fls. 9-10) cópia em latim do Breve do Papa Clemente X, Roma 17 de julho de 1671, de criação da Congregação, passada por Antônio Paes Maciel, Notário Apostólico (selo).

A fls. 11-12 verso, esta cópia do mesmo Breve feita no Recife em 24 de abril de 1707, subscrita por Cipriano da Silva, com selo branco [da Congregação?], com um M na parte central e nele um texto de leitura impossível].

#### M. R. Padre Bernardo Lopes.

Duas cartas de VR. a que não posso responder mais do que com uma, porque nem o tempo nem as moléstias que padeço me permitem repetir a escrita. Desejo que VR logre boa saúde para a despendar no serviço do Senhor, que lha dá e lha conservará como for servido, para honra e glória sua. Já disse que a minha é pouca ou nenhuma, mas da fraqueza saberei tirar forças para servir a VR.

Remeto a V. R. o que me pediu e o que pude descobrir das notícias que me pede; mais lhe pudera dar se neste nosso Brasil não houvera um bicho chamado preguiça. Não sofre VR. deste achaque pela diligência que faz e eu lhe louvo, desejando continue esse trabalho que tem tomado para glória de Deus e crédito da Congregação.

Vai a vida do N. V. Padre Sacramento e vão 13 cartas do V. Padre Quental que esta Comunidade reparte com essa, para que todos tenhamos algumas prendas dele.

que VR. pede dos seus ditames ou ditos sentenciosos e espirituais não vai, porque nenhuma diligência bastou para descobrir, não na secretaria da Comunidade, mas sim em alguma mão particular, pois me lembra que em certa ocasião o estava ditando o Padre M. Ferrão, que Deus haja, e fazendo traslados. Em todo o tempo que aparecer terei cuidado de o remeter a VR.

A cópia do Breve por onde rezamos do Santíssimo na Quaresma e Advento também vai e quero reduzi-lo a pública-forma. Para tudo o que for do serviço de VR lhe ofereço a minha vontade, sempre certo no seu obséquio. Encomendemo-nos a Deus que guarde a VR como deve.

Recife e Congregação, 30 de maio de 1757

De VR.

Ir. no Senhor muito venerador e obrigado

*Inácio da Silva*

[O texto acima não parece cópia, mas a carta original.]

*Memória do Irmão Coadjutor Manuel Pereira, que faleceu noviço nesta Congregação, em setembro de 1700.*

Foi natural do Bispado do Porto, nasceu na freguesia de Freixieiro do Concelho de Baião, da dita Cidade. Seus pais se chamavam Domingos Pereira e Maria Pereira, da mesma freguesia, os quais o criaram com o Santo temor de Deus. Partiu para Lisboa a estudar a surtição, que praticou algum tempo sem deixar de continuar o exercício da oração mental na nossa Congregação de Lisboa, aonde se confessava com o Padre Simão de Almeida. Foi dotado de uma santa simplicidade, muito fervoroso nos exercícios de piedade e grande zelo de querer aproveitar a todos no espírito com a doutrina Cristã, com especialidade aos gentios da América. Tomou a roupeta de noviço em Lisboa em 7 de março de 1700, donde partiu em companhia de outros noviços que trouxe para esta Congregação o Padre Tomás Consulino. Era de conhecida bondade e ansioso de ajudar a salvar almas, pela qual razão andava sempre estudando e repetindo os artigos da nossa santa fé, persuadido que seria mandado às missões dos índios a ensiná-los. Sucedeu que no mesmo ano da aprovação, vindo da cerca e trazendo com outro Irmão um pote de água, como é costume, para o lavatório do noviciado, passando pelo corredor que vai para o dito noviciado, que se andava soalhando, pôs um pé em o vão que mediava entre duas traves, por negligência dos carpinteiros o não terem coberto. Calu no corredor de baixo

que vai para o refeitório e logo começou a botar sangue pela boca, narizes e ouvidos, ficando quase morto e correndo em si se confessou geralmente e recebeu todos os Sacramentos com summa devoção e mostras de conformidade com a vontade de Deus. Durou três dias, fazendo sempre vivos atos de fé, esperança e caridade e na hora em que morreu pediu a um Irmão que lhe assistia, lhe quisesse pôr nas mãos um crucifixo que estava no altar que no seu cubículo se tinha erigido, e recebendo a imagem nos braços, que era de dois palmos e meio, começou em voz alta, com os olhos fixos nela, a dizer o Credo, o que reparando o assistente, fez sinal à Comunidade para o ajudarem a bem morrer, e continuando o moribundo o Credo com pausa e grande ternura, chegando às últimas palavras, levantando mais a voz nas palavras — Creio na ressurreição da carne e na vida eterna. Amem Jesus — inclinou a cabeça e entregou a alma nas mãos de seu Criador, ficando todos os Padres que tinham concorrido já ao seu cubículo invejando a feliz e ditosa morte deste Irmão, que só teve sete meses de noviço. Neles se entende logrou prodigiosos favores do Céu, e segundo o que comunicou com a sua simplicidade lhe apareceu a Senhora uma tarde no oratório do dito noviçado. Faleceu em setembro do dito ano de 1700.

*Memória do irmão coadjutor Diogo de Abreu  
que faleceu nesta Congregação em 6 de fevereiro de 1703*

Foi este Irmão natural da Cidade de Lisboa, filho legítimo de Manuel Coelho Quintel e da sua mulher Antônia de Abreu. Logo dos primeiros anos se inclinou aos exercí-cios espirituais na Congregação de Lisboa, aonde continuamente estava de manhã e de tarde assistindo no oratório dos exercí-cios, nos quais se afervorou tanto no desejo de servir a Deus e fechar os olhos do mundo, que procurando alguns sujeitos o Padre Manuel Neri que desta Congregação tinha ido à de Lisboa para os trazer consigo, se ofereceu o dito Irmão para leigo, e como era conhecido e amado de todos aqueles Padres pela sua virtude, facilmente o admitiu o Padre ao número dos mais noviços que consigo trouxe no ano de 169      provação com exemplaríssimo exemplo de modéstia e perfeição o mandaram para a cozinha, aonde mostrou o grande cabedal de virtude que tinha depo-

sitado na sua alma, especialmente da suma paciência, caridade e mortificação, pois sendo esta ocupação nesta casa a de maior trabalho por lidar com negros e tantos quantos ela tem, nunca se ouviu ao dito Irmão palavra que mostrasse impaciência alguma ou desagrado à obediência; a caridade foi exatíssima com todos no seu ministério e parece que Deus lhe revelara para as socorrer. Sucedeu em uma ocasião que sendo o Padre José Ferrão noviço e estando no refeitório um dia sem poder comer, desejou interiormente uma pinga de vinho para lhe abrir a vontade de comer, e estando com esse pensamento lhe trouxe um servente da mesa uma tigela com ele, dizendo que bebesse porque o Irmão Diogo da cozinha lho mandava; e admirado o dito noviço, confessava que chorara de edificado de tanta caridade e tão prodigiosa. A sua mortificação foi tal que no livro dos falecimentos dos Congregados desta casa tem a seguinte cota: *abreviou a vida com a sua mortificação*. Porque foi tão calado que nunca se queixou de moléstia que padecesse, por cuja causa padecendo uns cursos de sangue procedidos do grande calor da cozinha, quando descobriu a moléstia foi a tempo em que já se não poderam (sic) remediar e desenganado dos médicos que morria, aceitou a notícia com tanta alegria que parece nada mais desejava do que morrer para ir gozar de Deus, em cuja presença sempre andava fazendo fervorosos atos de seu divino amor. O dia em que faleceu, saindo os Padres do refeitório depois de jantarem, foram alguns ao seu cubículo a visitá-lo, lhes perguntou ele que horas eram, ao que lhe responderam que meio-dia. Valha-me Deus, disse o Irmão olhando para o céu, ainda tenho de viver uma hora, como quem desejava o último instante de vida. Logo depois disse: graças a Deus que já me falta a vista; Senhor eu vos ofereço esta privação dos olhos, e assim foi perdendo os mais sentidos até dar ultimamente a alma a Deus. na mesma hora que ele tinha predito, deixando a todos os companheiros saudosos de sua santa companhia em 6 de fevereiro de 1703.

No princípio do mês de agosto de 1722 chegou a esta Praça do Recife a notícia de que havia suado a imagem de Nossa Senhora da Escada da nossa Aldeia de Ipojuca; não quis a Congregação com esta nova dar-se por entendida ou de cousa alguma, enquanto não tinha mais certeza por cartas do Padre Missionário, o Reverendo Padre Alvaro Barbosa. que nela assistia. Passados poucos dias chegou carta do dito Padre Missionário e nela em suma referia o tal pro-



díglo do suor e que ainda continuava. Com esta notícia certa deu logo ao Cabido do referido o Reverendo Padre Prepósito José Ferrão, mas não publicando a Congregação ser o que se dizia, infalível, porque pendia de maior averiguação e exame pelo povo já estava esta nova muito espalhada e muito mais pelos contornos daquela Aldeia, para a qual já concorria de muitas partes e de longe muita gente de todos os estados, todos movidos desta notícia, que estava divulgada por aqueles matos.

Em 12 de agosto partiu o dito Reverendo Padre Prepósito para a dita Aldeia, levando-me em sua companhia, aonde chegamos aos 14 do dito pelas cinco horas da tarde e nela achamos muita gente que concorria a venerar a sagrada imagem e sem repararem no tempo, que era de inverno e os caminhos rigorosos e muito bem trabalhoso o caminho das três léguas últimas para chegar à dita Aldeia por ser uma mata fechada. Entramos logo na Igreja e não achamos nela a Sagrada imagem; o porquê na relação do caso o direi. Fomos à sacristia, aonde estava, e ainda de joelhos, venerando a Senhora, confesso que me causou um respeito e veneração mais do costumeado, porque vi claramente que o rosto da Senhora estava mais fermoso sem comparação do que antes era. Fiz esta observação porque estive nesta Aldeia algum tempo, e depois que dela me retirei se mandou encarnar e pintar de novo esta imagem, que é de pau muito pesado, e não ficou tão fermoso como agora se vê; isto mesmo observaram algumas pessoas que tinham ido a esta Aldeia e visto esta imagem muitas vezes.

No dia seguinte, 15 de agosto, à vista de tanta gente que achamos e estava concorrendo, começamos uma missão que durou 10 dias, assistindo a ela não só a gente que achamos e a que vinha de novo, mas também muita da que já tinha vindo, tornando a vir segunda vez, uns por nos verem passar, e outros pela notícia que tiveram da vinda dos Missionários, e todos estiveram até o fim, ainda que padeciam algum incômodo por falta de sustento e agasalho. Em todos esses dias se pregou à noite, precedendo ao sermão o terço da Senhora e logo uma meditação dos Novíssimos. Quase toda a gente se confessou, durante as confissões da manhã até o meio-dia e, depois do sermão, quase até à meia-noite, que apenas davam lugar para algum breve descanso dos Missionários; e esta frequência de confissões com todo trabalho experimentaram sempre os Missionários desta Congregação nas missões ambulatórias que fazem no discurso

do ano, fora desta praça do Recife, fugindo todos de se confessarem com os clérigos seculares, chegando alguns a seguirem os Missionários quando passam de uma parte para outra, só a fim de se confessarem com eles; nem faltaram missas para se dar a todos a comunhão, porque concorriam muitos Sacerdotes a visitar a sagrada imagem e dizer a missa no seu altar. Acabada a missão se retirou toda esta gente, mas no mesmo dia veio outra e continuamente estão vindo uns e indo outros em romarias a venerar esta Senhora, durando estas romarias perto de um ano.

Vindo pois à relação deste prodígio, o Reverendo Padre Alvaro Barbosa o referiu na forma seguinte: em 29 de julho do ano referido, estando o dito Padre dizendo missa, lançando o ajudante, que era um homem de fora, os olhos para a imagem da Senhora viu que pelas faces lhe corriam muito devagar umas como lágrimas, com cuja vista ficou tão assustado que não teve ânimo para dizer ao Padre Missionário acabada a missa e só de tarde lhe veio a descobrir o que tinha visto, o qual com esta nova se foi logo à Igreja e viu que assim era e que o suor se tinha ajuntado em uma das voltas do regaço do vestido que é de madeira, como já disse, e que algum suor ia correndo pelos vestidos mas ainda não chegava aos pés. E como este Padre não é fácil em crer semelhantes prodígios, pelas falsidades e erros que em outros semelhantes se tem achado, subindo em cima do altar levantou a imagem, que é furada e não achou no buraco nem sobre a peanha sinal algum de água, e tirando-lhe a coroa da cabeça meteu um papel no buraco e o tirou seco, sem o menor sinal de molhado. Logo examinou o guarda-pó pintado de muitos anos, que cobre a Senhora e o achou por cima seco e cheio de poeira, e o mesmo fez no forro da Capela e não achou vestígio algum donde pudesse coligir era este suor cousa suposta, e feita por ação externa de outra pessoa. E para mais tirar desta dúvida, tirando a Senhora do altar a colocou na sacristia sobre o caixão dos ornamentos e a cobriu com uma toalha do altar lavada e dobrada, fechando por dentro a porta que vai da sacristia para a capela e a porta que sai para fora, trazendo consigo as chaves. Neste dia se recolheu na mesma sacristia e fechando-se por dentro, só a fim de ver se de noite sentia alguma cousa donde coligisse ser o suor outra cousa, em demandando segredo ao ajudante da missa, de sorte que nem ainda os Índios da Aldeia sabiam cousa alguma, nem o que se obrava com esta cautela. Pela manhã se levantou o Pa-

dre muito cedo e chegando-se logo ao lugar donde a Senhora estava, viu que toda a toalha que ficou chegada a sagrada imagem estava molhada, e o suor foi em tal abundância que correu pelo caixão, o qual alimpou com a parte da toalha que estava enxuta e fez a mesma diligência no buraco da coroa, como já tinha feito na Igreja, e o achou seco como dantes; examinou o forro da sacristia e estava sem o menor sinal de molhado. Três dias levou o dito Padre este prodígio em silêncio, para ver se passava aqui, mas como continuasse então o publicou, tendo sempre a Senhora na sacristia, com todas as cautelas necessárias.

Publicada esta nova e este prodígio começou a concorrer multidão de gente, sendo os primeiros os que moravam mais perto desta Aldeia, que são de três léguas, caminhando os de perto e de longe de dia e de noite, sem reparo do caminho nem do tempo, que era rigoroso por ser inverno, como tenho dito, sendo tanta a gente que concorria que, para verem a Senhora, entravam pela Igreja e saíam pela sacristia, cantando o terço, tendo-se por mais ditoso os que podiam chegar de mais perto a ver a sagrada imagem e por mais venturosos os que a viam suar, o que muitos viram repetidas vezes, pois succedeu este prodígio algumas vezes, quando todos eles cantavam a ladainha, que a repetição desta e do terço era exercício em que todos se ocupavam, repetindo-se este suor da Senhora várias vezes entre dia e noite, pois nove ou mais foram os dias que a Senhora suou, sendo alguns interpolados, ou que não suava. Este suor da Senhora se formava desta sorte: apareciam no rosto da Senhora e nas mãos umas pingas de água como miúdos aljófares, que com as luzes das velas brilhavam como pérolas e logo iam correndo e avultando cada vez mais; as pingas do rosto correndo se juntavam na ponta da barba e caíam no regaço da roupa, e as das mãos correndo se juntavam na junto aos pulsos e as pingas que apareciam nos vestidos, crescendo como as mais, corriam até os pés. E alimpando o Padre Missionário a sagrada imagem daí a tempos e às vezes passadas algumas horas e outras meio-dia, se via repetir o mesmo suor. Tocando muitos neste sagrado licor contas, fitas e outras cousas que a devoção e pressa lhes ministrava, levando alguns deste licor algumas pingas, da que caía aos pés da Senhora, e algumas vezes ao tempo que a Senhora suava, o Padre Missionário à vista de todos os presentes metia no buraco da coroa um papel e o tirava seco e queimava sem dificuldade, para desengano de que

não era o suor cousa suposta. Por esta causa alguns Seculares perseveraram largo tempo diante da Senhora e tal houve que perseverou uma noite inteira, vendo neste tempo repetir-se o suor algumas vezes, sem verem cousa estranha de que pudessem haver a menor suspeita.

Nestes dias em que durou o suor da Senhora, quando o Padre Missionário ia dizer missa, mandava por um amigo confidente que com ele assistia neste tempo, fechar por dentro a porta que entra para a Igreja e logo a porta de fora trazendo o amigo a chave consigo enquanto durava a missa, a qual acabada abria as ditas portas, e algumas vezes sucedia que vindo o Padre do altar se achava a Senhora suando, com que à vista destas prevenções e cautelas que teve neste caso o Padre Missionário nunca se pôde colher o mais leve indício fosse este suor da Senhora obrado por alguma ação externa.

Uma cousa digna de reparo observou o Padre Missionário neste caso, como também outras pessoas, como eu lhe ouvi; e foi que quando a sagrada imagem suava se lhe mudava a cor do rosto, ficando como pálida e triste, e acabado o suor se mostrava alegre e como se naquela hora se acabara de encarnar; também ficou o rosto da Senhora não só mais fermoso do que dantes, como observei e tenho dito, mas também lhe ficava o rosto como resplandecente ou como uma claridade à maneira de estrela quando cintila, donde vieram alguns a dizer que a Senhora tinha uma estrela na testa; o que eu posso afirmar é que nas lágrimas dos olhos divisava claridade como luz de estrela. Com que a vista de todo o referido, com as cautelas que pôde levar o Reverendo Padre Missionário, parece não ter este prodígio alguma dúvida; mas deixo o seu exame, pelas circunstâncias referidas, aos doutos na matéria; e também parece tira toda a dúvida na matéria o que a Senhora obrou com aplicação do suor em algumas pessoas, do que direi alguma cousa pelo ouvir às mesmas pessoas, o que passaram por certidão.

"José Galvão Álvares (?) morador no freguesia do Cabo estando no mato serrando um pau lhe caiu um galho tendo notícia do suor da Senhora foi à Aldeia, aonde a viu suar e molhando molestando com o suor da Senhora logo começou a melhorar e no dia seguinte estava de todo bom e afirma o dito que ficou com melhor vista neste olho do que tinha dantes. O Padre João Máximo, clérigo de epístola, padecia moléstia nos olhos por causa de uma névoa que neles tinha, de sorte que mal podia rezar, e foi visitar a

dita imagem e não só a viu suar, mas botando-se-lhe nos olhos dois pingos de suor cobrou perfeita vista e eu vi escrever ao dito Padre o referido de sorte que bem mostrava não ter defeito algum na vista. Pascoela de Araújo, viúva moradora no Pantorra, freguesia do Cabo, tendo um de seus filhos, por nome João de Barros da Cruz gravemente enfermo e já sem esperança de vida, assistindo-se-lhe de noite como a moribundo, lhe deu a beber uma gota de água na qual lançou uma pequenina de algodão que foi tocado no suor da Senhora e logo o enfermo começou a melhorar, de sorte que no dia seguinte se levantou da cama. Margarida Nunes, mulher viúva moradora no Salgado, da freguesia de Ipojuca, vindo a venerar esta sagrada imagem, trouxe consigo um filho, por nome Cipriano Martinho, de idade de 16 anos, o qual havia 15 dias não tinha sossego por causa de uma veemente dor de cabeça que padecia, em forma que o não deixava dormir e ainda comer, sem grande moléstia, e bebendo uma gota de água em que se lançou primeiro um pingo do suor da Senhora, logo ficou livre de tudo o que padecia. Francisca Lopes, mulher casada da freguesia de Ipojuca, moradora três léguas antes da Aldeia, havia três semanas padecia um fluxo de sangue e tendo notícia do suor da Senhora se foi logo assim molestada a visitar a sagrada imagem a pé e a viu suar, e depois de enxuta a viu suar outra vez, e bebendo uma gotinha do suor da Senhora se viu logo livre do que padecia, sem até o presente padecer semelhante moléstia.

Dos dois seguintes posso eu ser testemunha. Em 21 de agosto do ano referido, sétimo dia da nossa missão, quase pelo meio-dia, nos chamaram alguns homens que na Aldeia se achavam, para que fôssemos ver uma negra que sendo muda por doença estava falando; indo logo à casa do índio, onde estava em companhia de outra gente de fora, nos disseram que havia alguns dias que ali estava em companhia deles, pedindo esmolas por acenos, o que testificaram os que a conheciam e lhe deram esmola no mesmo dia pela manhã, e perguntada a negra pelo que tinha feito respondeu que fora à Igreja e ouvira missa e depois molhara a mão no azeite da alâmpada e untara a garganta e também chupara os dedos engolindo algum, e que de joelhos interiormente pedira à Senhora lhe desse fala, e logo indo-se para casa começara a falar, e no princípio que começou a falar não formava bem as palavras, tornando ao costumado das ações [acenos] como dantes, mas em breves dias falou bem claramente como se

nunca tivera tal impedimento. O segundo que eu posso testificar foi que em 23 de agosto, nono dia da nossa missao, um clérigo que nesta Aldeia se achava, por nome Antonio Duarte de Carvahno, que era o confidente do Padre Missionario, como acima disse, no dia referido foi à caça levando consigo um moço por nome Miguel Pais da Costa, morador na                    de Cima, freguesia de Santo Antônio do Cabo, e passando neste exercicio a maior parte do dia, quando já se voltava para casa, estando ainda distante da Aldeia lègua e meia, pouco mais ou menos, uma cobra jararaca, que é uma das mais peçonhentas, mordeu no peito do pé direito ao dito Miguel Pais, saindo tanto sangue que em breve cobriu quase todo o peito do pé; vendo-se nesta aflicção e destituído naquele lugar de todo o remédio, invocou por duas ou três vezes a Senhora da Escada e lhe prometeu uma missa, e logo experimentou o favor da Senhora, porque lhe não inchou o pé, nem padeceu dor alguma, nem teve ânsias, que são efeitos da peçonha, não lhe fez mal pisar as lamas e molhar o pé, o que tudo é danoso a estas mordeduras, e eu no dia seguinte lhe vi no peito do pé o sinal da mordedura da cobra, como também viu o Reverendo Padre Preposito e outras mais pessoas.

Outros mais prodígios tem obrado esta Senhora da Escada com os seus devotos que a vão visitar, obrigados do milagroso suar da sua imagem, que não refiro por não haver delas mais que a noticia e nem a clareza necessária".

*Memória do Padre Luís Ribeiro que faleceu na Congregação de Pernambuco em 19 de setembro de 1688.*

Foi este grande Padre natural de Vila Franca, arcebisado de Lisboa, filho de honrados pais que logo de pequeno o inclinaram à                    e mandaram estudar à dita Cidade letras divinas e humanas; estudou Teologia e Filosofia assim especulativa como moral nas aulas de São Domingos, de cujos estudos saiu grandemente aproveitado, particularmente na Teologia moral, em que foi tido por oráculo naquelas partes de Pernambuco, pelas muitas noticias e continuado estudo que desta matéria fazia, tão necessária para                    espiritual das almas. Ordenou-se na mesma cidade e como era inclinado ao trato com Deus, feito já Sacerdote, se retirou para a Serra da Arrábida a fazer vida solitária, fugin-

do dos tráfegos e enganos do mundo, para se empregar melhor no santo exercício da oração e aproveitamento do seu espírito. Deste retiro vinha algumas vezes à Cidade comunicar o seu espírito ao venerável Padre Bartolomeu do Quental, o qual ainda não tinha fundado Congregação, porém já era conhecido por homem espiritual e mestre de oração. Vendo o venerável Padre os impulsos que Deus comunicava ao Padre Ribeiro para a conversão das almas, lhe aconselhou viesse para Pernambuco, para onde tinha vindo havia pouco tempo o Padre Sacramento, ajudá-lo na determinação que tinha de fundar uma Congregação de vários Missionários, cujo exercício havia de ser doutrinar índios, reduzi-los à fe, aldeá-los e converter pecadores a melhor vida.

Animado o Padre Ribeiro com este conselho, entendendo ser esta a sua vocação e vontade de Deus, e que não podia empregar melhor os dias da sua vida do que em trabalho de tanto agrado seu, se embarcou para Pernambuco em companhia do grande Francisco de Brito Freyre, que então ia governar aquele Estado. Recebeu-o o Padre Sacramento como homem mandado do céu para o ajudar nas missões em que já andava. Deu-lhe a roupeta de Congregado no ano de 1662; e foi este sujeito o terceiro Congregado e um dos mais fervorosos operários que Deus enviou à vinha daquele Bispado, e como era de tanta confiança e reconhecida virtude, o enviou o Padre Sacramento para os sertões do Rio São Francisco, que fica cem léguas para o sul distante desta praça. Partiu sem demora, tanto que teve o preceito a desabafar o espírito abrasado que trazia no zelo da honra de Deus e salvação das almas. Nesta missão gastou dez anos instruindo aos índios, batizando-os e administrando-lhes os sacramentos, aldeando-os e reduzindo-os ao trato humano, sendo aldeados e andavam espalhados como bárbaros indômitos desde o tempo em que tinham entrado os holandeses, por causa das guerras e hostilidades.

Foram inumeráveis os trabalhos e perigos que experimentou nesta missão. Em uma ocasião vindo pelo Rio de São Francisco (um dos mais caudalosos rios que tem a América e se navega mais de 600 léguas) se virou a canoa em que vinha, com manifesto perigo de vida, de que não escapara se os índios que com ele vinham o não trouxessem a nado à praia. Vendo-se em terra sem o breviário que era toda a sua bagagem, sentidíssimo de não ter por onde satisfazer a obrigação do officio divino de que era sumamente cuidadoso, correndo os olhos pela margem do rio deu com

os olhos nele, posto em terra, admirando-se os índios de o verem enxuto como se não tivera caído na água.

Semeilhantes perigos lhe aconteceram por aqueles sertões e passagem de rios que por sua humildade e suma modestia ocultou sempre, e como andava so sem companheiro que o observasse, ficamos privados das suas individuações para os podermos relatar, testificando ainda hoje os que o conheceram por aqueles sertões, ser homem santo, prodigioso e admirável. Estando na Missão do Ararobá, que havia pouco mais de ano que a tinha fundado o Padre Sacramento, em presença de alguns homens brancos que com ele estavam, deu um ai sentido, pondo as mãos na cabeça, dizendo: agora caiu o negro com a frásqueira que trazia de vinho para as missas designando o lugar em que cairá, e era distância de dez léguas pouco mais ou menos. E acrescentou: mas graças a Deus que só um frasco se quebrou. Conheceu-se ser verdadeiro o sucesso ao outro dia, quando o negro chegou e referiu o mesmo que o Padre tinha predito.

Depois de ter ilustrado tantos anos aqueles sertões com a sua doutrina veio por ordem do Padre Sacramento para a Missão do Aradum e hoje se chama Missão de Ipojuca, e consta de índios da língua geral e que chamamos caboclos, distante só da praça do Recife 20 léguas. Aí exercitou mais a sua caridade e paciência por ser esta casta de gente ladina e muito maldosa. Nesta Missão lhe sucedeu que, tendo o demônio entrado em muitos daqueles índios, botou-o fora só com alguns golpes leves das suas disciplinas, tocando-os com desprezo dos demônios que nos obsessos estavam, dando Deus tal virtude a este modo de exorcizar que todos que tocavam as disciplinas ficavam livres daquela diabólica companhia; e conhecendo os índios com evidência a facilidade com que o servo de Deus afugentava o demônio dos corpos obsessos, achando-se o Padre fora da aldeia, entraram de repente alguns demônios possuindo alguns daqueles miseráveis índios e lembrados do que fazia o Padre para os afugentar foram no cubículo e lhe tiraram as disciplinas de um cabaço em que estavam (estes são as guardaroupas e gabinetes, caixas e gavetas dos Missionários da América) lhes fizeram os mesmos exorcismos na fé do Padre, com os quais fugiram os demônios, como tinha sucedido ao mesmo Padre.

Perguntado ele pela certeza deste caso, respondeu que assim sucedera, acudindo logo com o seu humilde dis-



farce, dizendo, que os demônios tinham tanto horror à penitência que até dos seus instrumentos fugiam. Ainda neste ano de 1723 vive um irmão leigo de grande crédito e virtude na Congregação de Pernambuco, que herdando estas disciplinas por morte do Padre Luis Ribeiro se não atrevia a trazê-las consigo, pelo subido e delicioso cheiro que respiravam, e por não causar alguma nota se desfez delas, e não sabemos o fim que tiveram.

Era incansável o Padre Ribeiro nas diligências do bem espiritual daquelas almas e verdadeiramente de todas tinha indigência o estado em que naquele tempo Pernambuco estava, porque havia pouco tempo que dele saíra a heresia dos holandeses, e não só os índios viviam destituídos de Missionários senão também as paróquias de Párocos e sacristãos, vivendo os pobres índios pelos matos e sertões sem que tivessem quem lhes pregasse o Evangelho e administrasse os Sacramentos, sucedendo instruir muitos meninos brancos de dez e mais anos para lhes poder administrar os sacramentos do batismo. E não podia deixar de ter a alma adornada de todas as virtudes quem resplandecia tanto na caridade de Deus e serviço do próximo. A guarda dos preceitos de Deus e Igreja era o alvo de toda a sua atenção; foi tão miúdo na sua observância que não permitia que escravo algum fizesse trabalho por mínimo que fosse em domingo ou dia de festa. Na pureza foi vigilantíssimo, e para a guardar segura de qualquer perigo se fortificava com todas as armas e defensas da castidade. Nunca falou com mulher que não fosse ou no confessionário ou por respeito à sua salvação, e então era com tal modéstia e recato que nunca se soube pusesse os olhos em rosto de diverso sexo. Quando veio para Lisboa a estudar procurou a casa de certo homem para nela assistir, mas tanto que soube que nesta casa havia mulher se apartou dela, buscando outro agasalho. Tal era o receio que tinha à mínima sombra de poder perder a jóia da castidade, quando ainda secular. A abstinência era tal que parecia um perpétuo jejum: não [bebia vinho?] e raras vezes comeu carne. O seu sustento comum era mingau de farinha de trigo ou papas de farinha, por outro nome, quando a achava, e com este sustento passou quase o tempo todo de sua vida. A matalotagem que fazia para as missões para onde ia era farinha e alguns [pedaços?] de jerimum, a que chamamos abóboras meninas, e porque tanto que fazia ou havia de fazer demora em alguma das Missões as semeava para poder ter o sustento com que passar, comendo os jeri-

muns assados ou cozidos na falta dos seus mingaus. A cama em que dormia era um girau tosco ou barra feita de varas cortadas no mato e nodosas, sem mais colchao ou travesseiro, quando nao dormia pelos matos em alguma rede ou encostado em algum pau, exposto as inclemências do tempo, onças, cobras e tigres. Nao se exprimem as rigorosas disciplinas com que castigava o corpo, cujo exercicio, sendo da obrigação dos Congregados pelo Estatuto, nao faltava a ellas nas Missões em que andava, e quem assim tratava a sua carne nao e muito tivesse a alma defendida dos inimigos da pureza e castidade.

Era pobrissimo por extremo, porque as suas riquezas se reduziam a instrumentos de penitência e uns poucos caboços, cuias e surroes que lhe serviam de móveis e adorno das choupanas em que habitava, e não era muito que desprezasse os bens da terra, andando tão influído na conversão das almas para o céu, quem ainda em Lisboa, antes de ser Congregado, não quis aceitar uma grandiosa bolsa de dinheiro a um cavaleiro seu confessado, ficando tão escrupuloso de lhe ter sucedido este caso que logo foi dar parte dele ao seu director o venerável Padre Quental. Andava totalmente esquecido de si e abstraído das cousas deste mundo; não escrevia nem dava resposta da Missão às cartas que lhe escreviam alguns devotos seus, mais que as do seu Prelado, por não entreter communicações inúteis que o pudessem remover ou distrair da applicação em que andava, e por isso fugia de saber novidades e sucessos do mundo. Estava em uma ocasião à sombra de uma árvore indo de viagem para uma missão; buscou-o um homem que ali morava e saudando-o lhe perguntou que novas trazia de Pernambuco, ao que ele com toda a modéstia e sumissão respondeu que de lá vinha, porém que lhe não trazia algumas, porque não era correio de novas, ficando o secular advertido da sua curiosidade e pouca prudência com que inquiria novas do mundo ao que devia fugir sabê-las. Daqui lhe nascia o fugir sempre de concursos festivos, aonde a vaidade e luxo mostram as suas cores. Quando em Santo Amaro, que foi a primeira casa da Congregação de Pernambuco e está meia légua distante da Cidade de Olinda, havia alguma festa das mais solenes, se retirava com licença dos seus Superiores para um monte que lhe fica fronteiro a passar o dia em oração e colóquios com Deus, e fugindo da mais leve ocasião em que pudesse perigar a sua modéstia e recolhimento interior. Era acérrimo inimigo do vício da murmuração, porque lhe tinha

tanto odio que em se falando palavra alguma contra o próximo infaivelmente se retirava da companhia em que estava o murmurador, e como se lhe conhecia esta sua displicência, não havia quem em sua presença se atrevesse a falar mal de outrem. Na oração mental foi verdadeiro filho do grande Patriarca São Filipe Neri, porque nela gastava muitas horas do dia e da noite. Houve quem observasse que passando algumas vezes pelo seu cubiculo alta noite lhe ouviam sentidos suspiros e amorosos desabafos do seu espirito. Desta rica mina da oração tirava o ouro da caridade com que amava a Deus sobre tudo, sacrificando-lhe as potências da alma, vida e saúde; com esta mina enriqueceu de tal sorte o seu espirito que sempre teve forças espirituais para resistir aos inimigos da alma; desta mina finalmente tirava o conforto para poder suportar sempre alegre as grandes adversidades, dificuldades e trabalhos que se lhe opunham ao serviço de Deus. Vinte e quatro anos gastou este grande Missionario na conquista das almas pelos sertões de Pernambuco e neste emprego gastaria todos os dias da sua vida se a obediência o não avocasse para Prepósito da casa da Congregação, por falecimento do venerável Padre Sacramento que em 10 de janeiro de 1686 acabou a vida eleito já Bispo e confirmado, por cuja causa foi o Padre Luís Ribeiro eleito em 29 de maio do mesmo ano Prepósito da Congregação e substituidor do seu venerável fundador, por conhecerem todos aqueles virtuosos Sacerdotes o grande cabedal de virtude e prudência que seu espirito mostrava. Obrigado da obediência e do grande serviço que a Deus fazia com o sacrificio da sua pessoa para a continuação dos santos exercícios do Oratório, se sujeitou à pesada carga do governo dela, e tomando posse do officio tratou logo da melhor forma e de pôr os mais convenientes meios para a sua conservação e perpetuidade: determinou com os Padres da Junta mandar procuradores a Lisboa, como foram os Padres André Luís e Servan Louzel, que solicitaram do venerável Padre Bartolomeu do Quental a união das duas casas e estatutos que de Clemente X pela Bula *Ex injuncto nobis coelitus* etc., tinha já confirmado para as mesmas casas em 22 de agosto de 1672 e se não tinham ainda praticado na de Pernambuco, por repugnarem alguns Padres daquela Congregação ao modo de novos estilos, acostumados já a diferentes direções, estatutos e regras.

Aceitaram os Padres de Lisboa a união das duas casas e enviou o venerável Padre Bartolomeu do Quental, junto

com os procuradores, ao Padre João Lobo, insigne teólogo, que tinha lido muitos anos Teologia Moral, para diretor dos Estatutos, Regras, Apêndice. Chegado que foi o Padre Lobo a Pernambuco a 10 de maio de 1687, com os procuradores que tinha mandado, e vários noviços que levaram em sua companhia a conquista daquelas almas que viviam pelos sertões da América sem luz da fé, os recebeu com grande júbilo de sua alma, vendo tantos companheiros que deixando a patria o vinham ajudar para o fim que ele tanto desejava. Deu principio sem demora ao exercício dos Estatutos que hoje se observam em todas as Congregações de Portugal e era para ver o Padre Luís Ribeiro, que sendo Prelado da Casa parecia o mais moderno noviço, obedecendo, observando e como Prelado mandando observar tudo o que o Diretor ordenava em ordem à boa direção e guarda dos Estatutos, que de novo pediram e queriam guardar.

Dois anos só governou a Congregação com humildade e sumissão, que não parecia Prelado senão súdito o mais exemplar e obediente, porque era tal a sua brandura, modestia e displicência de superioridades que claramente mostrava queria antes obedecer do que ser obedecido, e ser mandado mais do que mandar. Neste santo exercício foi acometido dos males que ainda reinavam em Pernambuco e de que morreu. E na enfermidade não tinha cousa que mais o molestasse do que o continuo cuidado da carga da Prelazia que à força lhe impuseram os Padres como entendiam. Vendo que cada dia se agravava mais a enfermidade e entendendo que acabava a vida pediu aos Padres lhe administrassem os Sacramentos, que recebeu com tanta disposição e fervor de espirito que a todos os circunstantes provocou a muitas lágrimas. Recebidos os Sacramentos pediu ao Irmão enfermeiro que lhe assistia mandasse lavar uma roupeta parda de que usara nas Missões, uns calções velhos e meias de estamemha; fazendo o Irmão o que lhe tinha pedido, cerrada a porta do cubículo e despedido o dito Irmão, tirou as meias, calções e roupeta que tinha vestidos (porque foi tal a sua modestia que nunca, por mais enfermo que estivesse, se deitou na cama sem roupeta) e se [sic] começou a se amortalhar em vida, calçando as meias que tinha mandado lavar, calções e roupeta, para que até depois de morto conservasse modestia e honestidade.

Feita esta diligência foi a uma caixinha que tinha no cubículo, tirou dela uns papéis, que rasgou em tão miúdas partes, que por mais que os quisessem [ler] se não perce-

beria cousa alguma do que continham. Deitando-se logo sobre a sua barra assim vestido e já amortalhado, chamou pelo enfermeiro que estava da parte de fora e lhe disse fizesse sinal à Comunidade para se ajuntar a ajudá-lo a bem morrer, porque já queria acabar a vida. Feito o sinal e junta toda a Comunidade com enternecidos colóquios e intensos atos de fé, esperança e amor de Deus, entregou com toda a paz e serenidade a alma nas mãos de seu Criador, que para tanta glória sua e salvação de tantas almas naquele mundo novo o tinha criado.

*Notícia breve e sumária da vida do Venerável Padre João Duarte do Sacramento, primeiro Prepósito e fundador da Congregação do Oratório de Pernambuco, repetidas vezes Governador do dito Bispado e ultimamente seu segundo Bispo eleito e confirmado.*

Nasceu o venerável Padre João Duarte do Sacramento (venerado geralmente como o Apóstolo do Brasil, como testifica Francisco de Brito Freyre no livro 1<sup>o</sup> da Guerra do Brasil folha 31 § 56 *in fine*) na cidade de Lisboa de pais honrados e conhecidamente virtuosos, ainda que pobres, e batizado na freguesia de Nossa Senhora dos Anjos. Nos anos da puerícia o ensinou um seu tio, religioso de São Francisco de Xabregas, a ter oração mental, dando-lhe para guia os livros do V. P. Frei Luís de Granada e ele se aplicou tanto a este santo exercício, que já dava mostras de grande e conhecida virtude naquela tenra idade, por cuja causa o Padre João Campelo, Mestre de cerimônias da Capela Real, o puxou para a mesma Capela, e lhe deram nela o ofício de credenciário, que ele exercitou com sua devoção e cuidado, trazendo os altares e cálices muito aseados e ajudando a todas as missas que podia, com tanta devoção e modéstia que por ele se afeiçoaram o Sr. D. João o IV e a Senhora D. Luísa. Tinham tanta fé nas suas orações que quando se sentia com algum achaque algum dos Senhores Infantes, costumavam a chamar a João Duarte e pôr-lho nos braços, esperando pela sua muita piedade que teria saúde por aquele meio e por esta mesma causa lhe davam a comer as aparas das hóstias que ele aparava. O tempo que aqui lhe sobejava estava de joelhos ou prostrado por terra diante do Senhor, e quando os seus companheiros lhe perguntavam que fazia all tanto

tempo, respondia com graça: sou um cachorrinho do Senhor e estou aqui de guarda. Assim continuou por alguns anos, vivendo entre o tumulto como se estivesse no deserto.

Neste tempo foi admitido para Capelão, Pregador e Confessor da Casa Real o venerável Padre Bartolomeu do Quental, e por esta ocasião a teve de confessar ao Padre Sacramento, e vendo a pureza de sua alma se lhe afeiçoou com notável extremo.

Por ocasião das confissões que fazia o venerável Padre Bartolomeu do Quental, e para adiantar na virtude os seus confessados, com especial ilustração de Deus Nosso Senhor, deu em fazer na Capela Real os mesmos exercícios do Oratório de São Filipe Neri, a saber, práticas, orações, conferências espirituais e frequência de Sacramentos, o que fez sem ter notícia alguma da Congregação do Oratório de Roma, e ajudava-o nisto o que podia o Venerável Padre João Duarte do Sacramento, que era clérigo *in minoribus*, e de tal maneira se afervorou com estes exercícios que se resolveu a meter-se Frade Cartuxo; mas Deus Nosso Senhor que o queria para outra causa o divertiu destes intentos, pois como ele mesmo disse a uma pessoa muito sua confidente, quando ele mais se afervorava nestes intentos, sentia que lhe diziam interiormente: Tu não te has de salvar por esses Deus te há-de salvar pela Sua misericórdia; trata com as almas e por este caminho te salvarás. E como esta voz interior fosse muitas vezes continuada, desistiu da pretensão de ser Frade Cartuxo e se resolveu a seguir o que Deus lhe inspirava, mas não sabia o modo com que o havia de pôr em execução. Por este tempo faleceu o Senhor D. João IV, que o tinha muito preso e obrigado com favores, e o Padre Sacramento entrou em pensamentos de se ir para a Índia, mas como não era ainda Sacerdote, por não ter ainda a idade para se ordenar, pediu aos religiosos de São Domingos que o levassem em sua companhia e estes com a esperança de que levavam ali um santo o admitiram. Porém depois de embarcado, tendo disto notícia a Senhora Dona Luísa, o mandou tirar da nau repetidas vezes, mostrando-se muito queixosa dele a deixar e guardando-o daí por diante todas as vezes que iam naus para a Índia.

Ficou o Padre João Duarte assistindo na Capela como dantes até que teve idade para se ordenar. Ordenou-se de Sacerdote juntamente com um seu companheiro, grande imitador de suas virtudes, por nome João Rodrigues Vitória, e com conselho do Venerável Padre Bartolomeu do Quen-

tal se embarcaram para a Ilha de São Miguel em uma caravela, para virem daí fazer missão ao gentio da América. Para esta missão fizeram umas roupetas de pano da Serra e uns capotes do mesmo; ficou o Venerável Padre Bartolomeu do Quental exercitando os mesmos exercícios do Oratório em Lisboa e com intentos de ajuntar companheiros para lhes mandar ou vir ele mesmo, se fosse conveniente, ajudá-los.

Na Ilha não acharam os Padres logo embarcação para irem para o Brasil, mas acharam um retiro a que chamam Val de Cabaços, em que se recolheram com outros Sacerdotes, que aí faziam penitência; aí estiveram por espaço de mais de um ano, preparando-se com jejuns, penitências e oração para dizerem as suas primeiras missas, as quais disseram ambos na noite de Natal com o fervor e espírito que se pode conjecturar da preparação que fizeram, e daqui se embarcaram para o Brasil com dois companheiros mais velhos. [Velhos está riscado.]

Não nos consta de certo o ano em que os dois Padres entraram em Pernambuco, mas conjecturamos ser provavelmente no fim do governo de Francisco Barreto, ou no princípio de seu successor, e os trabalhos que tiveram nesta missão são incríveis, porque havia muito pouco tempo que tinham saído desta terra os hereges que tinham assolado e destruído todos os templos e conventos, e os Sacerdotes eram muito poucos, e assim a maior parte do povo não ouvia missa, e muitos índios que tinham sido batizados não tinham notícia alguma dos mistérios da Fé, por estarem totalmente esquecidos deles e nem tinham de Cristãos mais que o nome. Retiraram-se os Padres para uma ermida de São Gonçalo que fica no Cabo de Santo Agostinho, distante oito léguas para o sul deste Recife, levando às costas a pouca roupa que tinham e ornamentos sagrados, e os mais paramentos necessários para dizerem missa. Aqui padeceram aretos (sic) necessidades e fomes, porque não tinham outra coisa de que se valer mais de que beldroegas que comiam cozidas em água e sal; daqui se foram para o Rio de São Francisco, que são cem léguas de caminho para a parte do sul, doutrinando aos brancos e aos índios e administrando os Sacramentos a todos, e muitos dos brancos passavam já de 14 anos quando receberam de suas mãos o Sagrado batismo e os índios não sabiam se tinham sido batizados. Estavam estes embrenhados e divididos em vários ranchinhos e custou excessivo trabalho conduzi-los a estarem nas Aldeias em que estavam an-

tes dos hereges ocuparem esta terra. Quase dois anos gastaram os Padres nesta missão, andando sempre a pé e com os pés descalços, dormindo pela maior parte no mato sem abrigo, e quando tinham grande viático, eram feijões cozidos, embrulhados em farinha e o seu tempero era o do sal e este ainda muitas vezes o não tinham, por cuja causa adoeceram de umas sezões ou maleitas que os puseram às portas da morte; mas assim enfermos se retiraram para o Recife a ver se tinham algum remédio, e foram curados por uma pessoa devota, e tanto que foram curados tornaram outra vez para a parte do norte em missão, na qual chegaram até o Açu, que são quase cem léguas de caminho para a parte do norte deste Recife, obrando o mesmo que fizeram na outra missão.

O Venerável Padre Sacramento nesta missão trabalhou por aldear os tapuias Janduins, ferocíssimos, que várias vezes o tiveram para matar, levados da sua fereza, e assim lho disseram eles mesmos, acrescentando que ele com seus feitiços lhes fazia os corações moles: isto era porque o Padre costumava repetidas vezes pôr-se em oração. Nesta missão vencidos do trabalho adoeceram segunda vez, o Padre João Rodrigues lançando sangue pela boca em grande cópia e o Padre Sacramento repetindo as maleitas. E succedeu-lhe um caso em que se mostra bem a Providência que Deus tinha dele, e foi que albergando-se nas margens de um Rio Pegu, para a parte do norte quarenta léguas, pouco mais ou menos, depois de o terem passado a vau de noite, foi tão grande a crescente do rio que inundou toda a várzea e vendo-se os Padres obrigados a subirem-se a uma árvore para escaparem com a vida, estava o Padre João Rodrigues sumamente desfalecido e não se pôde levantar sobre a árvore e o Padre João Duarte o atou com seu cingulo e com o do mesmo Padre para não cair no rio. Não tinham que comer, mas Deus Nosso Senhor na mesma árvore lhes deu o sustento, a qual dava uma fruta muito amargosa do feitio de amêndoas, a que os índios chamam omaris, e com estas frutas se sustentaram três dias e três noites que estiveram nesta árvore, no fim dos quais quase milagrosamente trouxe Deus por ali um homem que passava o rio a nado sobre uns paus, o qual os tirou da árvore e passando-os à outra parte do rio os pôs em salvo. E desta sorte se retiraram ao Recife desta segunda missão para se curarem; e tanto que estiveram curados foi cada um para sua parte, e agregaram-se-lhes então alguns companheiros movidos do seu exemplo, porém



leigos, por não haver na terra Bispo para os ordenar, dos quais se valia o Padre Sacramento para administradores das aldeias que ia fundando e ajudar a conduzir os índios para elas, e posto que estes tais não chegaram a ser Congregados, serviram muito a Nosso Senhor administrando o batismo em extrema necessidade e ensinando a doutrina.

Neste exercício passaram os Padres alguns anos sem terem casa nem domicílio, dormindo nos ranchos dos tapuias ou no mato debaixo de algumas árvores, que nem Igrejas havia; e porque lhes era necessário virem muitas vezes à praça buscar vinho, hóstias e mais cousas necessárias para as suas missões, se resolveram a fazer algum hospício em que se recolhessem. Ofereceram-lhes na Cidade de Olinda algumas igrejas, mas eles levados do amor do retiro escolheram a Ermida de Santo Amaro, que fica quase meia légua da dita Cidade para a parte do norte, e era tão pequena que do chão se chegava às telhas com as mãos. Ofereciam-lhes com ela algumas terras que lhe ficavam à roda, mas eles levados do amor da pobreza, como homens que tinham deixado o mundo e as esperanças que nele podiam ter, contentaram-se só com a ermida despida até dos ornamentos necessários para dizerem missa, e com tão pouca terra à roda que apenas podiam fazer um pequeno convento para sua habitação.

Aqui se recolheram, indo e vindo das missões, até o ano de 1662, em que veio a governar esta terra Francisco de Brito Freyre, o qual vendo o muito fruto que os Padres tinham feito, o rigor e austeridade com que viviam e que ali naquele retiro eram buscados para as confissões e remédio das almas, deu ordem, com a sua autoridade, para que a Igreja se acrescentasse e se pusesse em melhor forma, e encostado a ela se fez à sua custa um corredorzinho com uns cubículos muito estreitos e pequeninos, medidos pelo espírito da pobreza do Padre Sacramento e do Padre João Rodrigues, e no dia em que pôs a primeira pedra para o aumento da Igreja, que foi dia de Nossa Senhora da Encarnação, tomaram a roupeta desta tal Congregação, primeiramente o Venerável Padre Luís Ribeiro, sacerdote do hábito de São Pedro, natural de Vila Franca, o qual depois de estudar Filosofia e Teologia em Lisboa se retirou à Serra da Arrábida, aonde fez penitência alguns anos, e como este era confessado e dirigido pelo nosso Venerável Padre Bartolomeu do Quental, ele o mandou para esta terra em companhia de Francisco de Brito Freyre para ajudar ao Padre Sa-

cramento e ao Padre João Rodrigues. Este sacerdote foi exemplar e de conhecida virtude, andou sempre pelas missões em que fez a Deus muitos serviços: contam-se dele sucessos milagrosos, que por não tocarem a esta história se não referem. Com estes (sic) tomaram juntamente a roupeta outros companheiros que ordenados todos, depois de Sacerdotes, ajudaram muito ao Padre Sacramento divididos pelas aldeias desta Capitania.

Foi bem aceita da Senhora Rainha D. Luísa a Recoleta que o Padre Sacramento tinha fundado, e mandou Provisão ao dito Padre tomando a dita Congregação debaixo do seu patrocínio, agradecendo com cartas muito honrosas o serviço que lhe tinha feito e a Deus Nosso Senhor na conversão das almas. Não tinham estes novos Recoletos outra Regra que guardar mais que a do dictame do venerável Padre Sacramento, pela qual todos se governavam, por cuja causa lhes pareceu conveniente fazer estatutos para todos guardarem, os quais estatutos mandaram aprovar pelo Cabido da Bahia, Metropolitana do Brasil, por não haver ainda Bispo nesta terra. Eram os Estatutos tão apertados que era impossível às forças humanas aturarem-se, porque além das regras que davam para os Missionários guardarem fora de casa, em casa mandava guardar perpetuamente silêncio, andar sempre descalços, jejuns contínuos de todo o ano, e de pão ou farinha e água três vezes na semana; nas sextas-feiras, naquelas horas em que o Senhor esteve na cruz, estavam em oração e faziam uma conferência espiritual; rezar as horas canônicas no coro e as matinas à meia-noite, não ter nada no cubículo mais que um banquinho e uma tábua pregada na parede em que escreviam, uma barra com uma esteira e uma manta; não tomarem dinheiro nem ainda de missas; não ter para o seu sustento outra cousa mais que os seus patrimônios e para mais confiarem na Providência Divina que lhe acudiriam, sem pedirem esmolas, não terem servos, mas servirem-se eles mesmos, carregando água, lenha e fazendo a cozinha cada um a sua semana, e deste rigor se não isentava nem ainda o Prepósito, que neste tempo tinha o nome de Presidente. Outros mais pontos mui árduos tinham os Estatutos.

Todo este trabalho os Padres com suma alegria e consolação de suas almas pela suma suavidade, amor e brandura com que os levava o Padre Sacramento; assim passaram alguns anos com este rigor de vida, e pareceu conveniente confirmar estes Estatutos pelo Sumo Pontífice,

para o que pareceu conveniente ir o mesmo Padre João Rodrigues Vitória a Roma e assim se pôs em execução. Aparentaram-o a Senhora Rainha da Grã-Bretanha, a Senhora D. Luísa, o Senhor Rei D. Afonso com carta para o Sumo Pontífice e para o Embaixador que então estava em Roma. Foi o Padre bem recebido do Sumo Pontífice que tinha já bastantes notícias do que esta Recoleta tinha obrado: mandou rever os Estatutos para os confirmar, e a resolução foi que pecavam por excesso de rigor, por não ser possível às forças humanas aturar-se tanta austeridade; e assim respondeu ao Padre que se queria fazer alguma nova religião, tomasse a Regra de algum dos Santos Patriarcas antigos, e que fizesse os seus Estatutos acomodados ao seu intento e que então as confirmaria e haveria na Igreja uma nova religião, e que se queriam ser clérigos, sem obrigação de votos, tomassem a regra de São Filipe Neri. Acomodou-se o Padre com o segundo e debaixo da mesma Regra e do mesmo Breve confirmou a Casa de Lisboa com o título de Nossa Senhora da Assunção e a de Pernambuco com o título de Santo Amaro de Olinda. Porém o nosso Venerável Padre Bartolomeu do Quental vendo que os Estatutos do Santo se não podiam praticar no nosso terreno e que não falam nas missões em que a Congregação se exercita, fez outros Estatutos, que substancialmente contêm os mesmos Estatutos do Santo acomodados ao nosso terreno e às missões que a Congregação professa, e os mandou confirmar pelo Sumo Pontífice, o qual mandou dar vista aos Padres da Congregação de Roma, para ver se aqueles Estatutos eram os mesmos de São Filipe Neri, ao que os Padres responderam que eram substancialmente os mesmos e de mais a mais tinham mais pontos de perfeição; e assim confirmou com o mesmo Breve a Casa de Nossa Senhora da Assunção e a de Santo Amaro, com cláusula irritante que revoga o Breve primeiro dos Estatutos de Roma, e manda que de novo se guardem os Estatutos que fez o nosso venerável Padre Bartolomeu do Quental. Vejo esta confirmação e Breve ao Padre Sacramento e começaram-se a guardar em Pernambuco os Estatutos de São Filipe Neri.

Mas como os tais Estatutos mandam fazer práticas, conferências, missões assim dos gentios como das que chamamos deambulatórias, freqüência de Sacramentos e trato contínuo com as almas, viu-se o venerável Padre Sacramento sem ter no deserto de Olinda armas com que exercitar este Estatuto: tinha já bastantes sujeitos em casa, assim para

as Missões como para os mais exercícios do Oratório e ainda que bem exercitados nas latinidades e moral em que o Padre Sacramento os exercitou por alguns anos, não tinham suficiência para pregar alguns deles, por não terem estudado Filosofia e Teologia, por cuja causa depois de chamar um religioso que lhes lesse em casa, vendo que os efeitos não aproveitavam com ele, por ser muito confuso, pediu ao Provincial da Companhia abrisse em Olinda um curso de Filosofia e Teologia em que estudassem os Padres da Congregação, e o mesmo Padre Sacramento se fez também discípulo, sendo que podera escusar este trabalho, pelo muito que tinha estudado, pela facúndia e facilidade que tinha para pregar, por ter a alma muito cheia de Deus e mui ilustrada; mas quis nos dar este exemplo de humildade e viar com os seus súditos esta caridade, e assim estudou com eles a Filosofia e Teologia e tendo sobre si o governo da Casa e das Missões a nada faltou, antes aumentou sempre as Missões.

Depois que os Padres acabaram os seus estudos, logo o Padre mandou fazer missões deambulatórias e ordenou que também os que estavam nas aldeias as fizessem nas igrejas que lhes ficavam mais próximas, com que afervoraram muito estes povos e remediaram muitas almas. Não queria o venerável Padre que os seus Missionários se recolhessem em casa de alguém quando andavam nestas missões e assim ordinariamente se recolhiam nas igrejas. Levavam consigo o viático para comerem e o reformavam quando lhes era necessário, que comumente eram tainhas secas assadas sobre brasas. Nestas jornadas lhe sucederam alguns casos milagrosos, que a sua humildade ocultou, e nos deixou ficar incertos deles, mas um não pôde ele ocultar por mais que fez, e foi que vindo de uma missão para entrar já no Recife, com o Padre Domingos Leitão por seu companheiro, chegou a um sítio aonde chamam a Barreta, por romper ali o mar os recifes, que cercam esta terra e desaguarem por esta parte uns rios caudalosos; havia ali um morador que vivia de pescar: chegou à sua casa a pedir-lhe um negro com a sua canoa para passarem o rio. Mandou a senhora da casa, por não estar aí o marido, a um negro canoeiro, mas boçal, que passasse os Padres e o negro, como boçal, os passou, pondo-os em uma coroa de areia que estava no meio do rio; caminharam os Padres pela coroa e o negro se retirou para sua casa e encontraram os Padres outro braço de rio que corria pela outra parte da coroa. Fizeram várias diligên-

cias para ver se alguma parte achariam vau, mas em nenhuma parte o encontraram, porque é tão alto que navegam por ele navios. Vinha-se cerrando a noite e a maré repontando com muito vento. Com o estrondo do mar que batia no recife não se ouvia nada, ainda que os Padres dessem gritos e assim houveram de ficar sobre a coroa esperando que Deus os socorresse; cerrou-se a noite, encheu a mare e não tiveram mais remédio que abraçar-se um com outro e pegar-se dos bordões e preparando-se para morrer e confessando-se um a outro e assim esperaram que a maré enchesse e vazasse. Soou-lhes da parte do mar uma voz que lhes dizia que fossem para aquela parte; inclinava-se o Padre Domingos Leitão a seguir a voz, mas o Padre Sacramento o deteve, dizendo-lhe que não era voz humana, mas do demônio que os queria afogar, e assim passaram quase toda a noite, até que sobre a manhã lhes apareceu um negro mui disforme que os tirou dali em uma jangada a tempo que já a maré tinha vazado e os Padres de Casa tendo notícia, por lha dar Domingos Leitão, mandaram vadear na preamar do outro dia o lugar aonde os Padres tinham estado e acharam que subia a água muitos palmos sobre a altura dos dois Padres.

Ardia o coração do Padre Sacramento e de seus companheiros em desejos de salvação das almas e vendo que nesta terra por falta de Prelado era muita a dissolução e corrupção de costumes, e vendo que a sua diligência e de seus companheiros não bastava para remediar tantos males, fez muitas e mui repetidas diligências para que o Senhor D. Pedro desse Bispo a esta Igreja, encarregando esse cuidado ao nosso venerável Padre Bartolomeu do Quental e ao nosso Padre Manuel Rodrigues, nesse tempo Desembargador, e Sua Majestade por conhecer o zelo e virtude com que o venerável Padre Sacramento lhe falava, deferiu a sua súplica e nomeou para este Bispado o Senhor D. Estêvão Brioso de Figueiredo. o qual se sagrou no princípio do ano de 75, o qual mandou logo procuração ao Padre Sacramento que tomasse posse do Bispado e o governasse enquanto ele não vinha para ele, e o Padre Sacramento, ainda que com muita repugnância, aceitou a procuração, porque a distância lhe não deu lugar para a regeitar, e tratou logo de dar forma a este grande corpo, que podemos dizer lhe faltava a alma. Pegando-se às Constituições do Arcebispado de Lisboa pôs-lhe uma pastoral para que todos os confessores apresentassem as licenças com que confessavam, por lhe constar de

certo que muitos confessavam sem a terem, nem capacidade para tão alto e santo ministério, e tratou de visitar o Bispado por si e por seus visitadores, que visitou, e como foi pondo remédio aos males foram incríveis os trabalhos e desgostos que o Padre padeceu por esta causa, porque, sendo a natureza humana inimiga do jugo e da reforma, nesta terra estava tão inimiga da forma que devia ter o Cristianismo. Levantaram-lhe muitos testemunhos, escreveram muitas falsidades contra ele a el Rei e ao illustrissimo que estava em Portugal e no fogo desta tribulação, que foi muito grande, quis Deus Nosso Senhor purificar o ouro da virtude do venerável Padre Sacramento, porque Sua Magestade se mandou exata e ocultamente informar de tudo e mandou ir à sua presença as pastorais e mais processos do que o Padre tinha obrado, que foram examinados e aprovados pelo illustrissimo Bispo existente em Lisboa e pelos senhores do Conselho, de que resultou ficar Sua Magestade com tão grande conceito do venerável Padre Sacramento que logo depois nomeou o illustrissimo Bispo D. Estêvão Briosso de Figueiredo para Prelado das Ilhas e nomeou por seu successor ao venerável Padre Sacramento. É incrível o fruto que fez com todas estas oposições, muitos os pecados públicos e escândalos que tirou fazendo missões no Recife e em Olinda e em todas as igrejas do Bispado, porque não só per si e pelos seus Congregados, mas também pelos religiosos das mais religiões dos quais se valia, ardia em contínua guerra contra os pecados e vícios, principalmente públicos. Estava em costume inviolável não irem as mulheres às igrejas senão em Quinta-feira Santa e quando se iam batizar e casar, mas tanto apertou com este ponto que não só introduziu a guarda deste preceito mas ainda a freqüência dos Sacramentos; o modo como tratava aos pecadores públicos escandalosos nas visitas era chamá-los secretamente e aí os exortava com palavras tão brandas e carinhosas que o culpado e o Padre se desfazião em lágrimas, e deste modo sem prender nem condenar a ninguém deu remédio a inumeráveis males.

Veio, enfim, o Senhor D. Estêvão Briosso de Figueiredo para a sua igreja, na Congregação se recolheu e assistiu e dos Congregados se serviu, levando-os em sua companhia às visitas e nas mais ocasiões que se lhe ofereciam de serviço de Deus, e nas ditas visitas confessavam os Padres e pregavam e assistiam nas mais funções que se ofereciam. Não descansava o espírito do Padre Sacramento e o

zeio que tinha das missões, e assim continuamente instava a el-rei que buscasse meio para que este gentilismo tivesse sempre Missionarios; o procurador destas diligências era o nosso veneravel Padre Bartolomeu do Quental e ás instâncias de um e outro foi o Senhor D. Pedro, então Principe regente, servido erigir e levantar o tribunal da Junta das Missões, nomeando para presidente delas os senhores Bispos e Governadores, e para deputados os Prelados das religiões, officiaes de fazenda e ministros e os decretos e ordens deste tribunal trouxe consigo o illustrissimo Bispo, e na primeira Junta das Missões que se fez se ordenou que as religiões tomassem aquellas mesmas aldeias que tinham neste Bispoado antes que os holandeses tomassem a terra, por cuja causa ficou a Congregação aliviada do cuidado das ditas aldeias que a Congregação lhes entregou com todos os pobres paramentos e ornatos que tinham. Mas não pararam ainda aqui os fervores do Padre Sacramento, antes procurou fazer novas aldeias e fez muitas ainda dos índios da língua geral, dos quais reduziu a novas aldeias e muitas dos que andavam divertidos e embrenhados pelos matos, no que trabalharam muito os veneráveis Padres Luís Ribeiro, João Alvares da Encarnação, João da Costa, João Batista, Silvestre Marques, Tomás Consolino, Manuel Neri, Domingos Leitão, Simão Loizel, Manuel de Jesus, Domingos Gonçalves, Filipe da Cruz e outros muitos que neste ministério se occupavam, fazendo-lhes igrejas e reduzindo-os a trato cristão com excessivo trabalho. E ainda foi em aumento o zelo do Padre Sacramento, e assim também procurou trazer a trato humano os tapuias brabos que comiam carne humana e que estavam embrenhados por esses sertões, vivendo mais como feras do que como homens; foi descobrir no fim da ribeira do Capibaribe os tapuias Jacurus, tão feros que ninguém se atrevia a caminhar para aquella parte por medo deles, aldeou-os, assistiu com eles quase seis meses, passando terribilissimas fomes, porque estes bárbaros não tinham casa nem lugar certo, e depois de lhes pôr dois Padres para os doutrinarem se retirou para casa. Mas como o lugar era muito distante e os tapuias por estarem muito distante dos brancos não tinham temor algum dos Missionários, como era necessário, resolveram, com muitas carícias e dádivas, chegarem-nos mais para o trato dos brancos e das terras que estavam povoadas e assim o executaram com conselho e ordem do Padre Sacramento; e sucedeu que certo homem rico, vendo que a ribeira se ia frequentando, pelos Padres lhe terem

aberto a porta, houve por compra ou data uma sorte de terras que incluíam o lugar aonde os Padres tinham posto a aldeia, e assim mandou citar ao Padre Sacramento para despejar os índios daquele lugar. Alguns dos Padres quiseram que o Padre defendesse a causa, mas o venerável Padre lhes respondeu com as palavras de São Mateus cap. 5 versículo 40 *Ei qui vult tecum in iudicio contendere et tunicam tuam tollere dimitte ei et pallium* e assim mandou dizer ao homem que logo tirava os índios da aldeia, e caminhando para ela achou quem lhe vendeu daí perto um pedaço de terra para os tapuias fazerem a sua aldeia e roças; mas como o Padre não tinha dinheiro bastante para lho pagar, deu para acabar de satisfazer uma única negra que os Padres tinham para lhes lavar a roupa; tão desapegado como isto era o espírito do venerável Padre Sacramento. Não tardou a este homem tão duro o castigo de Deus, porque vendendo ele toda a fazenda que tinha, que era muita, e embarcando-se em um navio seu próprio para Portugal, se foi a pique com toda a sua família e fazenda: desgraça que o Padre chorava com repetidas lágrimas. Essa aldeia ainda hoje persevera com grande fruto dos índios e ainda dos brancos, abrindo-se com ela a porta para se povoarem aqueles sertões, que então eram inabitados.

Depois de fazer esta aldeia foi o Padre Sacramento fazer a do Ararobá, sítio que tomou o nome do principal tapuia daquela nação. Dista esta aldeia 60 léguas desta praça do Recife; quando o Padre foi para ela podemos dizer que foi furando os matos, porque não havia caminho para ela. Levou na sua comitiva um mulato forro natural de Braga, um negro que lhe levava um cesto com o seu viático e os ornamentos da missa e o mais necessário para ela levavam-no às costas o Padre Sacramento, seu companheiro e o mulato; caminharam a pé pelas margens de um rio acima, o qual no verão costuma secar, mas fica a água empoçada, por cuja causa é necessário caminhar por dentro do mato, porém no tempo que o Padre o passou levava água o dito rio, o que lhe fez mais dificultoso o caminho. Foi excessivo o trabalho que o Padre passou nele, porque se lhe acabou a poucos dias o viático que levava e foi-lhes necessário valerem-se para o sustento de alguma caça e raízes que tiravam pelo mato, sem gênero algum de adubos, nem ainda de sal. O modo que o Padre tinha nestas jornadas, com seus companheiros, era irem cantando o terço de Nossa Senhora, Magnificat e outros salmos e hinos, e o descanso que to-



mava quando se via muito aflito era pôr-se de joelhos e fazer oração breve para se albergarem aonde os colhia a noite; faziam rancho, tapando-se por cima de alguns ramos de palma para se defenderem das chuvas e serenos, e depois de acomodados os companheiros se retirava o Padre Sacramento a tomar a sua disciplina e a ter a sua oração. Sucedeu chegarem uma noite a um lugar aonde o rio se despenhava em uma cachoeira, na qual para um lado estava uma cachoeira, digo estava uma lapa ou concavidade grande aonde não chegava água, e aqui se pôs em oração como costumava; amanheceu o dia, buscaram os companheiros ao Padre, mas não o acharam e ainda que gritavam por ele não ouvia pelo ruído da água que se despenhava. Buscaram-no por todas as partes e não o achando se persuadiram que as feras o tinham tragado ou os tapuias tinham dado dele e o tinham morto. Foi incrível a pena e sentimento de todos. No segundo dia veio o Padre para eles com a sua costumada alegria, como se nenhuma cousa houvera passado, donde inferiram os companheiros que o Padre havia estado duas noites e um dia em oração contínua, tão abstraído que não havia advertido na falta que tinha feito aos companheiros, nem ao tempo que havia gastado. As novas deste sucesso chegaram depois à Congregação muito diversas do que na verdade tinha sido, porque diziam que os tapuias tinham morto e comido o Padre, cousa que desconsolou muito aos Congregados e a todo este povo.

Merece particular memória neste lugar o principal desta aldeia, a que depois chamaram João Fernandes Vieira Arobá, tomando o nome de João Fernandes Vieira conquistador dos holandeses, por este lhe haver dado algumas esmolas de ferramentas com que se fabricou a aldeia, benefício que depois se recompensou com muitas terras que Sua Majestade por aquela circunstância lhe deu. Este João Fernandes Vieira foi o primeiro tapuia desta nação que se batizou, no qual se viram os poderes da divina graça, porque não só aprendeu bem a doutrina Cristã e mistérios da fé, mas se pôs em estado que tinha oração mental e comungava de 8 em 8 dias, e o Padre Sacramento lhe dava seus vestidos para se tratar com limpeza e com suas mãos domesticou o Padre os índios desta nação, que são os mais bárbaros e valentes de todos os tapuias desta Capitania e os pôs em estado que resistiam às mais nações de tapuias bárbaros circunvizinhos e deu lugar a que todos estes sertões que ficam

para esta parte se povoassem de grandes fazendas de gado em muita utilidade destes povos. Finalmente morreu este tapuia com grandes demonstrações de cristandade e sinais de sua predesinação e os Padres lhe fizeram suas exéquias muito honradas. Assentadas as cousas desta missão deixou o Padre Padres neia e se veio para casa, para dar principio a novas missões.

Estava sem missionários toda a Capitania do Ceara, distante 200 leguas desta praça, e não se achava sacerdote algum que para ella quisesse ir, nem ainda para paroco dos soldados que estavam no presidio, que eram só os povoadores brancos que ali havia, porque desde o Rio Grande, que custa desta praça 60 léguas, até o Maranhão, não havia mais homens que estes soldados com seu Capitão. Era grande o risco da vida e grandes as necessidades que todos padeciam, porque os ditos indios não costumavam plantar cousa alguma, vivendo das raízes do mato e pescaria, por cuja causa os capitães de infantaria davam ração aos soldados e levavam quando iam para o Ceará a farinha que haviam de comer em todo o ano, porque por terra não podia haver esta comunicação, pela fereza dos gentios que ocupavam este caminho; e por esta razão não queriam os soldados ir, sendo necessário fazer-lhes força e prenderem-nos. Mas esta missão, de que todos fugiam por não ter emolumentos ou comodidade alguma, abraçou o Padre Sacramento, e ainda que não foi a ella por lho impedirem os Padres e a occupação das mais missões e governo da Casa, mandou para ella dois sacerdotes, que foram os Padres João Álvares e João do Rosário, que por espaço de quase       anos trabalhou o primeiro, em que padeceu incríveis trabalhos.

Constava esta aldeia de si       aldeias de indios muito grandes, da língua geral e de muita quantidade de tapuias brabos e indômitos. Os indios da língua geral ainda que tinham recebido o batismo, antes que os holandeses occupassem esta terra, estavam já tão esquecidos da doutrina que bem poucos dos velhos se lembravam se eram ou não batizados, por cuja causa foi necessário administrar-lhes novamente o batismo debaixo de condição. Todas estas almas começou a encaminhar para Deus o Padre João Álvares, como se poderá ver mais extensamente em alguma das notícias que já se deram da vida deste grande servo de Deus. Assim se continuou até que no ano de 96, depois da morte do Padre Sacramento, mandou a Congregação novos missionários, que pacificaram todo este gentio que ficava no meio,

entre o Ceará e Rio Grande, e logo se facilitou a comunicação desta Capitania com a do Rio Grande e houve lugar para se povoarem todos estes sertões até Parnaíba, que é muito adiante do Ceará e confina com o Maranhão, com muitas e mui grossas fazendas de gados, e de muita multidão de moradores, nos quais se têm erigido muitas paróquias e tem achado remédio muita pobreza, e esta Capitania e ainda a da Bahia e das Minas estão muito abundantes de gados que daí saem para todas essas partes.

E tornando outra vez a atar o fio na vida do Padre Sacramento, não se satisfizeram com tudo isto os seus ferreiros. Resolveu-se a mudar para a Vila do Recife a Congregação, que estava em Santo Amaro, para fazer os exercícios do Oratório que mandam os nossos Estatutos. Houve conselho sobre este negócio com o Ilustríssimo Bispo D. Estêvão Brioso de Figueiredo e com o Governador destas Capitancias, Aires de Sousa, aos quais pareceu muito bem o intento, e com sua autoridade venceram as dificuldades que havia na Câmara de Olinda para dar licença para a nova transmutação, por serem de parecer os oficiais da Câmara não ser conveniente naquele tempo aumentar-se a povoação do Recife, mas como o negócio era de Deus, surtiu o seu efeito e em dia de Natal de 83, com licença de el Rei Nosso Senhor, D. Pedro, se mudou a Congregação para o Recife e para uma pequena igreja que aí se levantou, e depois com a autoridade Apostólica se confirmou a nova transmutação, ficando a Casa de Santo Amaro servindo de convalescença para os doentes e achacados; e desta Casa tomaram o padroado o Sereníssimo Rei D. Pedro e depois o Sereníssimo Rei D. João, que de presente reina, que nos deu 2:000\$ para a nova igreja. Nem o Sr. D. Pedro deixou esta casa sem renda, porque nos deu 500 arrobas de açúcar de côngrua e o juro perpétuo de 40\$ no tabaco.

Posta a Congregação no Recife, começou o Padre Sacramento os exercícios do Oratório, fazendo práticas, conferências, assistindo no confessionário com os Padres de Casa nos domingos e dias santos toda a manhã, porque introduziu grande freqüência dos Sacramentos. Meteu no exercício da oração inumeráveis almas com grande aproveitamento deste povo, e com estes exercícios não foi preciso mais violência para obrigar às mulheres a ouvir missa. Assistia a estes exercícios o Ilustríssimo Bispo, fazendo também sua prática quando lhe tocava e assistindo no confessionário e dando por sua própria mão a comunhão a todos

os que se confessavam; e assim era inumerável o concurso que concorria a buscar o pasto espiritual, e muito o fervor e a reitoria que em todos se via.

Por este tempo se foi para Portugal o Reverendíssimo Bispo para ir às Caldas, para se curar de seus achaques, e deixou o governo deste Bispado ao Padre Sacramento, o qual governou esta Igreja segunda vez com grande aproveitamento das almas; e como o Senhor D. Pedro fez mercê ao dito Bispo do Bispado das Ilhas, nomeou em seu lugar ao veneravel Padre Sacramento para Bispo desta Igreja. Aceitou o padre a mercê a instancia dos Padres de Casa e a agradeceu por carta a Sua Majestade, mas nao quis procurar as letras da confirmação Apostólica, antes disse a uma pessoa sua confidente: nao quero procurar as letras, porque se este Bispado vem por Deus, Ele inspirará a Sua Magestade que mas mande sem eu as procurar, assim como me deu este Bispado sem eu lho pedir. Mas ainda que o Padre Sacramento nao procurou a confirmação do Bispado, sabendo isto outro Padre da Casa dai a um ano, na frota seguinte, escreveu a Sua Magestade, sem o Padre Sacramento o saber, e o Senhor Rei então lhas mandou buscar e lhas mandou, mas Deus Nosso Senhor que devia atender às suas súplicas, permitiu tirá-lo deste mundo e levá-lo para o céu primeiro que as letras lhe chegassem à mão, porque no mesmo tempo que o Padre estava morrendo passou por este porto um navio para a Bahia em que Sua Magestade lhe mandava as letras; e temos chegado ao tempo de sua ditosa morte.

E bem podemos dizer foi o Padre Sacramento na sua morte vítima da caridade com os próximos. Nos princípios de dezembro da era de 85 deu nesta terra um contágio que os médicos disseram era rama de peste e quase despovoou esta terra de seus habitadores, e se estendeu depois por toda esta América, do que morreram inumeráveis pessoas; e nesta praça, aonde primeiro deu, foi aonde fez o maior estrago. Os Sacerdotes que havia na terra todos fugiram para fora, o pároco da freguesia e os mais clérigos obrigados a ela adoeceram do contágio, ficando só alguns poucos religiosos nos conventos, que os mais se saíram para fora. Só o Padre Sacramento, com os seus Padres, e uns por uma rua e outros por outras, iam administrando o viático, santa unção e mais Sacramentos. Várias instâncias fizeram os officiaes da Câmara, Cabido e outras pessoas graves ao Padre Sacramento e ao Governador para que se retirassem para fora, ao que ele respondia: o açoute de Deus a toda parte chega, e

eu não posso empregar a minha vida melhor que em servir a meus próximos e acudir-lhes nas suas necessidades e trabalhos. E, assim, continuamente, de dia e de noite, andava neste exercício com os seus Congregados; e no tempo que se recolhia a descansar, que era mui pouco, estava no coro prostrado diante do Santíssimo Sacramento, banhando com lagrimas o sobrado, como alguns advertiram. Presume-se com muito fundamento teve o Padre revelação deste castigo e de sua morte, porque pregando o Juizo no primeiro Domingo do Advento, mais com lagrimas do que com palavras, disse do púlpito ao auditorio: esta é mui toscamente pintada a formidável tragédia do dia do Juizo; venham todos à tarde ouvir a explicação da sentença do Supremo Juiz, porque antes de muitos dias quase todos os que estamos nesta Igreja iremos ouvir a nossa sentença ao Seu tribunal.

A comoção que isto fez no auditório foi muito grande, mas logo se experimentou que o Padre falara com espírito profético, porque logo os males se começaram a atear com tal fúria, que havia dia em que morriam mais de 20 pessoas. Foi grande o aperto em que todos se viram, por não haver quem trouxesse à praça galinhas e as mais cousas necessárias para os doentes; mas o Padre Sacramento com sua caridade se valeu de D. João de Sousa e de sua mulher, a Senhora D. Inês, que lhe mandaram quantidade grande de galinhas, de açúcar, de doces e de farinha a que chamam carimã, que serve de fazer caldo aos doentes, por ser mui fresca, com que em muita parte se remediou esta necessidade. O aperto chegou a termos que andavam os Padres de dia e de noite apregoando: quem quer confessar? E também de noite andava o Padre Sacramento com um Sacerdote da Congregação dando o viático e a Extrema Unção; e eram tão poucos os que havia para ajudar, que muitas vezes levavam as varas do pátio e lanternas os negrinhos e rapazes descalços; e da mesma sorte se fazia para sepultura dos defuntos, pois não faziam mais que lança-los da tumba na portaria da Congregação para que os Padres os enterrassem.

Muitos casos espantosos e formidáveis sucederam nesta ocasião, que não referimos aqui por não tocar ao nosso intento. Neste contágio, em serviço dos enfermos apestandos, morreram quase todos os Padres desta Congregação, e foram os mais doutos e antigos dela, e todos geralmente foram feridos da peste, até que em 4 de janeiro de 1686 chegou também ao venerável Padre Sacramento, o qual logo

conheceu que a sua doença era mortal e se preparou para passar para a eternidade. Confessou-se geralmente com um Sacerdote da Congregação, o qual depois da sua morte afirmou que o Padre em toda a sua vida não cometera pecado grave; mas sem embargo disso se tornou a confessar repetidamente com todos os Padres da Casa que estavam ainda vivos, e não só com estes mas também com os Sacerdotes e Religiosos que o vieram visitar, que foram todas as pessoas graves desta terra. Não fez testamento porque não tinha de que o fazer, senão das virtudes de que nos deixou exemplos. Perguntaram-lhe os Padres aonde queria ser sepultado, e respondeu, tomara-me eu sepultar entre os meus tapuias, mas visto não poder ser isto, sepultai-me aonde quiseres, que eu tenho fé e esperança certa que aonde quer que esteja sepultado me ressuscitará Deus Nosso Senhor no dia do Juízo.

Viram os Padres que a doença se ia agravando e intentaram dar-lhe os Sacramentos da Comunhão e extrema unção, e ele respondeu a um que repetidas vezes o exortava a que recebesse este Sacramento: não vos molesteis, eu bem sei que morro, mas quero que estas duas ações sejam as últimas que faço neste mundo; mas para que não cuideis que tenho repugnância a recebê-los, venha o Senhor e a Santa Unção. Para receber o Senhor Sacramentado se compôs o melhor que pode, vestiu a sobrepeliz e pôs a estola, e depois de pedir perdão à Comunidade das suas faltas recebeu o Senhor com suma devoção, ternura e amor e ordenou que o deixassem estar assim recolhido. No dia seguinte, que foram 10 de janeiro, o vieram visitar vários Religiosos, e ele lhes pediu que fossem dizer missa por sua tenção, e vendo que a morte se chegava vestiu a sua roupeta e sobreneliz e pôs a sua estola e logo pediu que lhe trouxessem uma Bíblia sacra e o Saerado Concílio Tridentino, e pondo as mãos sobre estes dois livros fez a protestação da fé com muita devoção, fervor e ternura. Dalí a pouco pediu a vela benta e o Crucifixo, com o qual começou a fazer enternecidos colóquios, e quando já estava para expirar levantou o braco direito em que tinha o Crucifixo e fitos nele os olhos disse as seguintes palavras: *ecce spes mea, ecce gloria mea*. E nesta última palavra abaixou os olhos e exalou a alma, ficando com o braco levantado, ação que todos avaliaram por milagrosa e sobrenatural.

Estava ao mesmo tempo em que ele expirou um Irmão da Congregação muito enfermo do mal e frenético e lhe

pareceu assim no frenesim que via entrar pela porta ao venerável Padre, com aquela sua graça e afabilidade costumada, o qual lhe disse: vós quando haveis de ser bom? E como sorrindo-se se tornou para fora e o Irmão saiu logo do frenesim em que estava e foi melhorando.

O sentimento da Congregação e geralmente de todo este povo foi excessivo: acudiram todos quanto puderam a venerá-lo e a dar-lhe sepultura, que se lhe deu na nossa Igreja, no presbitério da parte do Evangelho, aonde depois vinham os fiéis a venerar e a beijar o lugar deste santo depósito.

Daqui se segue dizer alguma cousa em particular das virtudes e exercícios do venerável Padre. E, começando pela sua oração, podemos dizer que nela era contínua e atual; não se contentava com a que manda ter a regra, mas sempre se erguia mais cedo que todos e ordinariamente tocava a campainha a despertar. Costumava ficar em oração por longo tempo no coro, ou em alguma tribuna depois do exame, ou de joelhos ou prostrado por terra, ou com os braços estendidos em forma de cruz. Trazia sempre ao pescoço as contas e nelas a mão direita, por onde ainda quando estava conversando ia numerando algumas das jaculatórias que costumava fazer. Quando eram vésperas de algum Santo de devoção e das festas de Cristo Senhor Nosso e de Nossa Senhora, costumava passar a noite quase toda em vigília, no coro ou na tribuna, e se tomava algum breve sono era aí mesmo, assentado ou encostado em algum banco. Costumava rezar o officio e outras devoções no coro ou de joelhos ou em pé, e assim na oração cremos que lhe ensinava Deus tudo que depois pregava. A sua mortificação e penitência era a medida de sua oração. Quanto aos jejuns, enquanto não tomou a regra de São Filipe Neri, já falamos arriba, e, depois de ter os Estatutos de São Filipe Neri, contentava-se com o que comia a comunidade, sem nunca admitir cousa particular e desse comum tomava o precisamente necessário com muita parcimônia e nunca fora das horas em que comia no refeitório o viu alguém comer nem beber ainda água; nas missões e caminhos contentava-se com tainhas salgadas e feijões frios cozidos, embrulhados em farinha de pau. Nos seus cilícios e mais penitências era também muito contínuo e excedia o que mandam as regras; a sua cama eram duas tábuas toscas e sobre elas um seirão e uma manta e para cabeceira uma de couro duro ou algum livro.

Quanto à mortificação interior das paixões tinha-as tão mortificadas que parecia não as ter; nenhuma cousa próspera ou adversa lhe mudou o semblante; o que costumava fazer, quando lhe sucedia alguma cousa que lhe podia dar desgosto, era levantar as mãos e dar graças a Deus. A sua pobreza e desapego foi muito grande; o que possuía e lhe deram os Senhores Reis de Portugal deixou tudo a suas irmãs, a roupeta que fez para se vir para a Ilha de São Miguel durou-lhe até a sua morte, a poder de remendos que ele lançava com suas mesmas mãos e vestia todas as noites, despindo a preta; nunca pediu nada a ninguém. No princípio, antes de tomarem os novos Estatutos, nem as esmolas das missas aceitava; algumas pessoas lhe ofereceram caixas de açúcar e outros dons e tudo rejeitava, com muito agradecimento e bom modo. Sabia fazer contas do dinheiro pela pena, porém não o conhecia pelos cunhos, que nunca o tomava nas mãos, e assim por sua morte não se lhe achou cousa alguma.

A sua devoção ao Santíssimo foi muito grande e preparava-se com muita devoção e recolhimento para dizer missa e gastava largo tempo em dar graças depois de a ter dito; estava com tal atenção no altar que parecia estar abstraído e não atender a outra cousa nenhuma; parece que se não podia apartar dos corporais e mais vasos em que celebrava: quando estava exposto o Santíssimo vestia o sobreneliz e não saía da sua presença, ou em pé ou de joelhos, e de ordinário era ele o que dava a comunhão ao povo, e fazia esta acção com tanta devoção que a causava aos que estavam na igreja: as toalhas, sanguinhos e mais ornamentos que serviam no altar não haviam de ter ruga nem nódoa ou defeito algum e havia de estar tudo mui defumado e cheiroso, e por qualquer nódoa que visse em alguma toalha era repreendido o sacristão. Costumava dizer que o Senhor enquanto andou neste mundo sofreu desprezos, mas no Santíssimo Sacramento quer todo o respeito e culto, e trazia o Evangelho de São Lucas 22:12. Tinha dom de lágrimas, e em chegando ao altar começavam as fontes a correr.

A sua fé era muito grande e a confiança que tinha em Deus, como se vê bem das obras que empreendeu e podemos dizer que foi a reforma de toda esta Capitania de Pernambuco, pois tudo obrava com a fé e confiança que tinha em Deus. (sic) A sua caridade com os próximos foi ardentíssima: a todos se estendia e a todos procurava o remédio nas suas tribulações e trabalhos e assim, geralmente, todos os



pobres e aflitos se valiam do seu amparo; mas no que mais resplandece foi no remédio que procurava para as almas. Com os Padres e Irmãos da Casa era excessiva a caridade com que os tratava; quando vinha algum Padre de fora, das missões, ele por suas mãos lhe preparava o cubículo e a cama e dava ordem que lhe trouxessem água para os pés ou a trazia ele mesmo; quando estava algum enfermo, por mais ocupado que estivesse, buscava modo para o visitar repetidas vezes entre dia, e se a doença era de perigo ele mesmo lhe dava o comer, sendo o que lhe compunha os cubículos e os alimpava. Não deixava falta sem repreensão e advertência, mas dava esta repreensão de tal modo que nenhum saía de sua presença molestado, antes muito obrigado. Quando sabia que algum andava aflito ou desconsolado, acudia logo a buscá-lo e ordinariamente o chamava depois do exame para alguma das tribunas, e depois de falar com ele muito branda e carinhosamente, o advertia ou consolava como a necessidade o pedia, por cuja causa era amado de todos.

O seu trato com os de fora era semelhante ao que tinha com os de casa e com esta brandura foram inumeráveis as conversões que fez de grandíssimos pecadores. O seu trato era muito alegre, e com esta alegria misturava muita devoção e via-se claramente que não ia atrás de outra coisa senão de converter aqueles pecadores duros e obstinados, porque parecia que punha Deus nas suas palavras a Sua divina virtude.

Era muito fácil de pregar com uma hora, e menos ainda, de preparação, costumava fazer as suas práticas e sermões, porque tinha muita lição da Sagrada Bíblia, Santos Padres e muita abundância de termos e palavras, e assim em qualquer moralidade que lhe ocorria e lhe parecia acomodada para o seu auditório, fundava o seu sermão ou prática. Esta facilidade adquiriu com muito estudo, porque em tantos anos não houve Padre nem Irmão algum que visse ao Padre Sacramento ocioso, nem o visse sair do cubículo senão para cousas úteis, necessárias e do serviço de Deus. Assim observaram os Padres que quando o buscavam no seu cubículo ou o achavam lendo ou escrevendo, ou estudando ou orando, e como tinha tanta luz de Deus e tanto estudo e oração eram as suas palavras como setas de fogo que feriam os corações, e este efeito fazia não só na gente rude e ignorante, mas ainda nos homens sábios e letrados. A sua humildade era muito profunda. Quando os

Padres diziam as suas culpas pelo primeiro Estatuto, movia à compunção e lágrimas ouvir ao Padre Sacramento dizer as suas prostrado por terra, e não só dizia as faltas exteriores que o Estatuto mandava dizer, mas também as faltas interiores que só Deus podia ver e as distrações na oração e discurso do dia, exagerando-as e chorando-as de tal maneira como se fossem gravíssimos crimes.

*Epítome e breve recopilação das esclarecidas virtudes e prodigiosas obras com que resplandeceu em sua vida e morte o Padre João Álvares da Encarnação, Presbítero da Congregação do Oratório da Vila de Santo Antônio do Recife, natural de Paranambuco.*

Um dos primeiros filhos da florentíssima Congregação do Oratório de Paranambuco foi o Padre João Álvares da Encarnação, cuja vida foi tão prodigiosamente esclarecida em todas as virtudes que se as suas virtuosas obras não foram notórias a toda esta Comunidade e a mim particularmente comunicadas (pois, com sagaz especulação, da sua mesma boca as ouvi) me não resolvera a publicá-las neste limitado tratado e breve epítome, o qual desde logo que o conheci, vendo por ele resplandecer tão brilhantes luzes de uma avantajada santidade, me determinei a fazer. Pelo que protesto e advirto aos que o lerem, que a maior parte do que se vir escrito nesta vida, me foi relatado pelo mesmo servo de Deus e algumas outras cousas por pessoas que o conheceram e presenciaram os sucessos, como em seus lugares tudo declararei.

Nasceu pois o Padre João Álvares da Encarnação na era de 1634, a 4 de março, sendo os seus progenitores oriundos de Portugal. Seu pai foi natural de Entre-Douro e Minho: nasceu em a freguesia de Santo Estêvão de Faiões, lugar sugeito ao primaz Arcebispado das Espanhas, Braga; chamava-se Antônio Jorge Guerra. Sua mãe foi natural da Ilha de São Miguel, descendente da ilustre família e nobre sangue dos Taveiras; chamava-se Isabel Taveira. Fecundados Deus com uma mui dilatada e muito exemplar geração, como é notório a toda esta terra: tiveram cinco filhos, destes um foi o nosso João Álvares, que sendo o terceiro na ordem da geração, a todos os mais levou a primazia, assim pela sua santidade e graça (que bem publica seu nome),

como pela eleição que fez do estado eclesiástico, pois só ele chegou a lograr o estado sacerdotal. Teve este servo de Deus por berço Paranambuco, parte deste novo mundo a mais farta, amena e saudável, pela sua abundância e bondade de seus ares.

Saiu à luz na freguesia de São Lourenço (que chamam o da Mata, assim pela multidão de matas que o cercam, como para distinção de outra freguesia que se acha em Paranambuco, intitulada São Lourenço de Tejucupapo), no lugar chamado Tracunhaém, paróquia que é hoje do título de Santo Antônio. Nos primeiros anos de sua vida se ocupou em casa de seus pais no exercício da caça, mostrando mui grande inclinação a tudo o que era virtude; tanto que foi crescido em idade assentou praça de soldado, sendo o seu fim o livramento de um seu irmão, que para o militar exercício tinham obrigado. Andavam então os deste país cuidadosos em lançar fora dele os holandeses, e era preciso obrigar a todos para conseguir o fim, como se conseguiu o que se intentava. Formou-se logo no nosso João Álvares um bem alentado soldado, pois intrépido nunca rejeitou ocasião e sempre se achava nas dos maiores conflitos, em que bem mostrava a grandeza de seu ânimo e animoso esforço, por cuja causa veio a adquirir muitas estimações de seus cabos maiores e também o posto de Alferes. Depois, finalmente, de militar nove anos, achando ser aquela vida de soldado pouco conducente para se conseguir a vida eterna, alvo de todo seu cuidado (pois sempre costumam ser as vidas dos soldados estragadas e licenciosas) se resolveu a deixar a milícia do Rei da terra e com toda a ânsia militar debaixo da bandeira da Cruz de Cristo: e como esta mais propriamente se encontra nas sagradas Religiões, por mais apertada elegia a do Seráfico Padre São Francisco, querendo nela tomar o hábito e professar vida laical: porém Deus que lá nessa eternidade o havia eleito para mais alto estado, por meio de um religioso, parente seu, o moveu para que com todo o cuidado se applicasse ao estudo da latinidade, tendo já de idade 27 anos, e no espaço de dois anos se aperfeicou nesta arte, ficando com ela apto para os designios com que Deus o dirigia.

Em distância de cinco léguas do lugar de Tracunhaém, em que habitava o nosso João Álvares, se achava de novo situada uma aldeia de caboclos, aonde residia o nosso mui virtuoso e esclarecido Padre João Rodrigues Vitória, inseparável companheiro do nosso Ilustríssimo e Santo Funda-

dor o Padre João Duarte do Sacramento; com o dito Padre João Rodrigues Vitória, pois, começou a ter trato o servo de Deus, buscando-o para suas confissões, dando-lhe inteira e fiel conta da consciência, desígnios e pensamentos com que andava de se recolher a alguma Religião; sendo já neste tempo tanto o seu fervor e tão avantajado o desejo que tinha de servir a Deus que todos os sábados e vésperas de dia santo ia para a companhia do dito Padre só a fim de se confessar e comungar no domingo e dia santo seguinte e ouvir as práticas que o mesmo Padre fazia nestes dias aos seus índios.

Nestes santos exercícios continuou o nosso João Alvares por alguns tempos, até que chegou ao sertão o venerável Padre João Duarte do Sacramento, aonde tinha ido a fundar uma aldeia de tapuias. Incansável foi o zelo do nosso Padre Sacramento em ordem à conversão dos gentios; este foi todo o seu cuidado e desvelo e considerando sem dúvida na sua muita e mui alta oração, e consultando nela com Deus o meio que teria para a propagação da nossa Santa Fé nestas tão bárbaras nações, se resolveu com superior instinto (como pelos efeitos se pode crer) a fundar uma Congregação de clérigos recolhidos, cujo cuidado fosse só a conversão dos gentios. Assim como o intentou assim se fez, dando princípio a esta Congregação, porque por meio de seus filhos tem causado a Deus tanta glória e dado ao céu tantas almas, pela grande assistência que têm nas Aldeias e vigilante cuidado com que tratam da salvação de toda esta gentilidade.

E para que se entenda quanto do agrado de Deus foi este intento do nosso venerável Fundador, dispôs Deus os corações de todos para que com boa vontade cooperassem em obra tanto de seu beneplácito: logo o Governador desta conquista, que então era aquele tão ilustre herói como alentado soldado Francisco de Brito Freyre, assentindo aos desígnios do Padre João Duarte cooperou muito em a fundação Deu-se-lhe a Ermida de Santo Amaro, sita um quarto de légua fora da Cidade de Olinda, a qual em breve espaço de tempo se transformou em uma mui vistosa Congregação e abreviado céu, tendo seu princípio em agosto de 1662; e vendo o nosso Padre quão proveitosa era a Congregação para o fim da salvação das almas, fundou segunda no lugar do Recife, a que chamam Recoleta, para que este numeroso novo participasse também dos santos exercícios que na sua Congregação se faziam: tal era o seu zelo que da bondade

de tão santa obra queria que todos participassem. Era incansável no pregar e confessar, sendo por estas e outras muitas virtudes que de indústria deixo de referir, por não ser esta matéria o principal intento desta história, venerado de todos e tido por homem santo; enfim, basta dizer deste gigante da santidade que, pelo zelo da salvação das almas que ardia em seu peito, acabou largando a própria vida nas mãos da morte e fazendo como Bom Pastor o que Cristo manda no Evangelho aos pastores das almas. Era, no tempo que houve nestas terras uma cruel peste, Governador e já eleito Bispo deste Bispado e vendo a grande necessidade que tinham do pasto espiritual dos Sacramentos suas ovelhas que estavam no lugar do Recife, pois o seu Pároco e outros muitos clérigos se achavam já apestados; ele mesmo em pessoa começou a tratar do bem espiritual de suas ovelhas, administrando-lhes com suas próprias mãos os Santos Sacramentos. Muitas vezes foi buscado e com grande instância requerido pelo Governador, Cabido, Prelados das Religiões e senhores desta terra e principalmente da Cidade de Olinda, para que se retirasse a ela, pois viam correr sua vida evidente risco; porém ele, como vigilante Pastor, não atendendo à própria vida só olhava para o bem das almas de suas ovelhas e observância inviolável do que manda o Universal e Divino Pastor no seu Evangelho. Em o dia, pois, 4 de janeiro de 1686 saiu às 2 depois do meio-dia a administrar os Sacramentos, rogado por um homem que se achava com toda a sua família enferma, e sem os remédios não só corporais, mas também espirituais. Chegou este homem a oferecer a alguns clérigos, que se achavam ainda sem o contágio, estipêndio de dinheiro, para que lhes fossem administrar os Sacramentos; mas vendo que com todas estas diligências renuiam, temerosos do contágio, e que desta sorte sem dúvida não podiam os de sua casa participar das águas salutíferas da graça Sacramental, recorreu à fonte limpa: pediu ao nosso venerável Padre lhos fosse administrar, o que ele sem dilacão ou queixa executou, negando da sobrepele e estola e pondo-se a caminho nas horas sobreditas sem que nele se visse medo, nem se divisasse temor do contágio. Toda aquela tarde consumou em administrar os Sacramentos da penitência e Eucaristia; consumando também com tão santos exercícos os dias de sua vida, pois recolhendo-se à Congregação já alta noite, não saiu mais dela, nem do seu cubículo senão para a sepultura, à qual foi dado seu corpo a 10 de janeiro do sobredito ano,

nao havendo remedio que fosse antidoto para o preservar da morte. Nao so toda a Congregação, como era razao, mas tambem toda esta terra sentiram o seu transitio, e houve homem que oferecia muita de sua fazenda (quando ele ainda vivo) a quem o curasse e livrasse do pestilencial mal. Tudo isto testemunha o Padre Silvestre Simões, Presbitero desta nossa Congregação, conforme a certidao jurada que se acha no Cartorio desta Casa, e é voz comum. Fiz esta breve digressao para que, à vista de um tão abrasado espirito, se entenda quanto cresceria em virtude e santidade o nosso Joao Alvares com a sua comunicação.

Enamorado pois o servo de Deus de uma tão santa e exemplar vida, qual se fazia em a nova Congregação, pretendeu com grande ânsia receber neia a roupeta do nosso Santo Patriarca Filipe Neri, cujos Estatutos então se guardavam; e como os Padres conheciam o seu bom procedimento e grande virtude, não foi muito dificultosa a aceitação: foi recebido à Congregação em 25 de março de 1664, dia bem notoriamente festejado em toda a Igreja Católica, pois nele celebra o inefável mistério da Encarnação do Divino Verbo, sendo sem dúvida esta a razão por que dali em diante se apelidou João Alvares da Encarnação. Tinha já neste tempo 30 anos de idade; foi o sétimo sugeito que teve esta Congregação, logrando a felicidade de ser dos primeiros povoadores de tão santo lugar. Começou logo com o novo estado a florescer o espírito do nosso João Alvares da Encarnação, produzindo este com muito excesso odoríferas flores das virtudes; também mostrou quanto inclinado era à penitência, abstinência e mortificação, virtudes em que mais resplandeceu e muito se singularizou em toda a sua vida, como logo veremos. Nele eram contínuos os cilícios, incessantes as disciplinas e mui avantajada a mortificação da vontade própria, sentidos e potências.

Tanto se apertava com os cilícios que, sem nota grande dos companheiros, os não pôde continuar; e tanto cresceu esta que, levados aqueles do zelo da sua vida e saúde, noticiaram ao nosso venerável Padre João Duarte do Sacramento, como o Irmão João Alvares da Encarnação já se não podia endireitar pelos muitos cilícios com que macerava o seu corpo. Tendo esta notícia o nosso Padre o chamou e com suas próprias mãos lhe tirou o cilício com que cingia todo o corpo, que era o maior; e, querendo-o mortificar com nova e esquisita mortificação, lho pendurou ao pescoço, mandando-lhe que andasse nesta forma todo um dia nos atos

da Comunidade, o que tudo fez prontamente o servo de Deus, sem repugnância alguma.

Com estes exercícios de mortificação, acompanhados de muita oração, foi continuando o seu noviciado, até que, completo este, lhe deram a geral aprovação. Com o mesmo vigor foi continuando nestes santos exercícios o nosso Irmão Joao Alvares da Encarnação, servindo em todos os officios, ainda os mais humildes da Comunidade. Desde logo começou a ser missionário, indo às missões em companhia dos Padres; neste tempo andavam os índios como feras espalhados pelo mato, sem terem ainda domicilio certo (por causa da entrada dos holandeses nesta terra e ter sido próxima a saída destes); e como o servo de Deus, no tempo de soldado, aprendera a língua geral da terra, que era a dos caboclos, foi-lhe fácil reduzir muitos deles a Aldeias: a primeira que fundou dedicou ao Arcanjo São Miguel, e nesta, como nas outras, assistia, vindo os Padres a elas de tempos em tempos para administrarem os Sacramentos aos índios. Dois anos gastou o servo de Deus neste tão santo exercício, quando resolvendo o nosso virtuoso fundador que era conveniente mandá-lo a Lisboa para se ordenar de sacerdote (pois este Bispado ainda então não tinha Pastor com a dignidade episcopal que o governasse) o chamou e lhe propôs o que intentava, dizendo-lhe que desta sorte e com este estado ficava de todo capaz para o fim da Congregação, que para a conversão dos gentios tinha erigido. Ouvida a proposta pelo nosso Irmão João Alvares, feitos seus olhos duas fontes de lágrimas, tudo foram súplicas, tudo rogos, pedindo lhe não quisesse dar tão alto estado e que o melhor favor que lhe podia fazer era constituí-lo perpétuo cozinheiro da Congregação, que só era o que queria, e só para isso prestava, e que desse tão alto estado, qual era o de Sacerdote, não era digno. Tão avantajado se achava já na humildade, que só com o infimo officio de cozinheiro se contentava, este só desejava e pedia com os olhos arrasados em lágrimas, e não foram poucas as que derramou quando ele mesmo me relatou este caso.

Enfim prevaleceu nele a obediência, rendendo o próprio querer à vontade do superior e, sujeitando-se ao que lhe ordenava este, se embarcou para Lisboa na era de 1667. Chegou com feliz successo àquela Corte e no mês de dezembro do mesmo ano foi promovido às ordens menores e de Epístola e em janeiro do ano seguinte tomou as de Evangelho e Missa, conferindo-lhas todas o Bispo de Targa,

único por então em Portugal, assistindo por todo este tempo na companhia do nosso venerável Padre Bartolomeu do Quental, que ainda vivia no século. No mês de março deste mesmo ano se embarcou para o Brasil e chegou a este porto de Paranambuco em abril, com próspera viagem. Em três de maio, dia da Invenção da Santa Cruz, disse sua primeira missa, com a preparação de espírito que da sua rara humildade se supõe.

Por indústria do nosso venerável Padre Sacramento foi servido o nosso Sereníssimo Rei D. Pedro o 2.<sup>o</sup> dar Bispo a esta conquista e juntamente erigir nela o tribunal das missões, em que fossem presidentes os Senhores Bispos e Governadores e deputados os Prelados das Religiões e officiais da fazenda, ordenando que por este tribunal se distribuissem as missões pelas Religiões; assim se executou, tomando cada uma delas as missões que tinham antes dos holandeses tomarem esta terra, e ficando a Congregação, que teve o trabalho de as reedificar todas, sem alguma. Começou o nosso venerável Padre Sacramento com seus companheiros a fazer com o favor dos Governadores, e principalmente do inclitíssimo Francisco de Brito Freyre (a quem se deve muito nesta matéria) a fundar novas aldeias do gentio brabo, a que chamam tapuias, a quem nunca se tinha dado notícia do Evangelho; o muito que se trabalhou nesta nunca encarecida obra, pertence ao nosso venerável fundador e a seus companheiros, e por isso o passo em silêncio. E tornando ao Padre João Álvares, vendo-se o servo de Deus sem as aldeias que tanto lhe tinham custado, se applicou a fazer uma do resíduo dos caboclos que ainda se não tinham agregado às outras aldeias, e com efeito a fundou em Paratibe. Nela assistiu, administrando já os Sacramentos aos índios, até que, por ordem dos superiores, foi mandado para uma aldeia de tapuias sita no lugar de Santo Antão, cuja administração ainda hoje está cometida a esta Congregação, posto que está situada agora em o lugar chamado o Limoeiro. Com grande zelo começou o Padre a tratar daquela gentilidade, que era grande em número, procurando por todos os meios a sua salvação, e não se poupando ao trabalho por excessivo que fosse. Aqui tomou um modo de vida o mais áspero, penitente e abstinente que se pode imaginar, o qual guardou quase por toda a vida. Em outubro do ano seguinte o permutaram para a Aldeia de Tapicurama, permanecendo sempre nele o grande zelo que tinha da saúde das almas.



Neste tempo começou o Ilustríssimo Senhor D. Estêvão Brioso de Figueiredo, primeiro Bispo desta Igreja, a pedir ao Padre João Duarte do Sacramento mandasse para a Capitania do Ceará, que dista desta praça 200 léguas, missionarios que fossem juntamente Parocos dos brancos e de cinco aldeias de índios que tinham sido e já não estavam aldeados, por não haver quem quisesse tomar este trabalho, ainda com grandes conveniências: ofereceu-se logo pronto o nosso João Alvares para esta grande conquista. Embarcou-se com o seu companheiro, o Padre João do Rosário, e chegaram a essa Capitania e começou o servo de Deus a fundar de novo as aldeias, conquistando com sua excessiva caridade e virtude aos índios, e reduzindo-os com suas fervorosas práticas e doutrina a trato humano; achou poucos batizados e esses muito velhos, sendo pela maior parte feiticeiros, a que eles chamam pajés. Muito custou ao Padre a edificar cinco aldeias e capacitar para o batismo a tão grande numero de almas, mas enfim viu lucrado o seu incansável trabalho. Não menos lhe custou o ver que os Capitães-mores, em lugar de o ajudarem neste trabalho, divertiam aos índios, por causa de suas conveniências, do estarem nas aldeias, e que os soldados daquela Capitania (que naquele tempo eram os criminosos e que não cabiam em parte alguma) desencaminhavam as índias. Neste tempo o Padre João do Rosário, assim por não poder sofrer tantos insultos, como por adoecer, se veio para Pernambuco, ficando o nosso João Alvares só nesta tão dilatada sementeira. Chegado o tempo da Quaresma foi o servo de Deus a dizer missa ao forte dos soldados e a fazer o rol da confissão. Fez-lhes nesta ocasião um alto sermão por palavras mui sinceras e claras, declarando-lhes como estando assim publicamente amancebados não podiam ser admitidos aos Sacramentos e advertindo ao Capitão-mor a injustiça que fazia aos índios, servindo-se deles como de escravos, não lhes dando lugar para buscarem de comer para seus filhos. A resolução que teve este negócio foi responder o dito Capitão-mor ao Padre: El Rei me deu esta vinha para a vindimar em paga de meus serviços; não lhe hei de deixar bago. Daqui resultou que o Padre a nenhum dos impenitentes quis admitir aos Sacramentos, nem ainda em Quinta-feira Santa e a todos o declarou em o domingo de *Pastor bonus*, não se lhe dando das suas armas. Tal era o zelo que ardia no peito do servo de Deus, que não atendendo à fúria de tão brabos leões procurava a honra de Deus e a observância de seus preceitos.

Procurou o servo do Senhor pôr remédio a tantos males e vendo que nenhum tinha naquela Capitania se resolveu vir a Pernambuco, e não esperando occasião de embarcação, tomou o caminho de 200 leguas a pé por terra, atravessando mais de 150 léguas de tapuias brabos, por donde ninguém podia passar. O seu viático para tão dilatado caminho foram duas (sic) ovas de um peixe a que chamam mero e alguma farinha que os índios podiam trazer à costa, trazendo estes também arcos, flechas e anzóis para pescarem e caçarem. Caminhavam sempre pela praia e no tempo que a maré repontava, para que apagando-lhes esta as pegadas não fossem conhecidos dos tapuias brabos; passaram os impetuossimos rios a nado e traziam uns poucos de paus de moroci, que são mais leves que cortiça, para sobre eles passarem a nado os rios junto à barra. Costumava dizer o servo de Deus que nestas ocasiões viu andar à roda dele e dos índios tubarões, peixe ferosissimo e amicissimo de carne humana, sem lhes fazer dano algum. Chegou enfim com incrível trabalho a esta casa e achando já morto a nosso venerável Padre João Duarte do Sacramento não pôde voltar com a brevidade de que desejava para a sua missão, mas neste tempo não esteve ocioso, porque como ainda durava o contágio andava confessando de dia e de noite aos enfermos e administrando-lhes os Sacramentos; tendo diligenciado o seu negócio do modo que tão lastimoso tempo permitia, tornou para a sua amada missão do Ceará, não cessando de trabalhar nesta vinha do Senhor.

Como as aldeias eram cinco e umas muito distantes das outras, era-lhe necessário andar em um contínuo giro de umas para as outras, visitando-as; perguntava em cada uma delas se havia enfermos e havendo-os os visitava com grande caridade, e se necessitavam dos Sacramentos lhes administrava, para o que levava em um patuá, que é um cesto com uma tapadoura, os paramentos da missão, por não os haver em todas as aldeias. Dizia missa em uma aldeia no domingo e dia santo e depois partia a dizer outra em outra e a dissera em todas se lhe fora mais permitido, não atendendo ao dilatado do caminho, só por cumprir a obrigação de verdadeiro pároco; se era tempo da Quaresma confessava grande parte da noite e ocasião houve que, por ter desmanchado uma perna e uma mão com uma queda, confessou de joelhos, passando desta sorte os rios, que são muitos, entre umas e outras aldeias. Quando não era tempo de desobriga, em qualquer parte que o apanhava a noite ti-

nha os seus exercícios, como se estivera em casa; recolhia-se na igreja das aldeias quando podia e quando não passava a noite no matto. So se detinha o precisamente necessario em cada uma das aldeias, fazendo em todas ellas a doutrina aos indios, como é costume; o viatico que comumente levava para estas jornadas era uma pequena de farinha de pau, feijão e milho torrado, ao que elle chamava seus confeitos. Enfim, era tal o zelo da salvação das almas daqueles que Deus lhe entregara, que não havia trabalho por excessivo que fosse que o acobardasse e fizesse desistir da empresa. Tudo isto testificou o Padre João da Costa, companheiro do servo de Deus nesta missão do Ceará.

Passados mais de trinta annos nesta tão grande missão, se veio por ordem dos superiores para casa, não com pequeno sentimento dos indios, que o veneravam como a santo e amavam como a pai. Não estava ainda satisfeito, o seu coração, com tantos trabalhos, em ordem à conversão das almas: não quis descansar um ponto, tornou para a Aldeia do Uratagui, da qual o mandaram vir os Superiores, atendendo à sua muita idade (pois neste tempo contava já mais de 70 annos) e receando que acabasse a vida na aldeia obedeceu o servo de Deus, e conhecendo que a idade decrépita o incapacitava para ser missionário, começou-o a ser no desejo, suspirando estar entre os seus caboclos e dizendo que se ainda assim a obediência o pusesse em alguma missão, de boa vontade aceitaria. Grande era o zelo e caridade que ardia em seu abrasado coração. Proibiram-lhe os Prelados o dizer missa no fim da sua vida, atendendo a alguma tontice que a muita idade lhe causava: abaixou o nosso João Álvares a cabeça a esta ordem, ainda que para elle muito custosa, pela grande consolação que sentia no Santo Sacrificio. Foi-se ter em uma ocasião com o Prepósito e perguntando-lhe se lhe prohibia também o confessar (assim o testifica o Padre Luís Correia), mostrando nesta pergunta o zelo que tinha da salvação dos próximos, e que se a idade por muita o incapacitasse para este ministério, a caridade, por maior, lhe administrava forças para o bem dos próximos. Tal era o zelo que tinha da casa de Deus!

Já é tempo de relatarmos algumas das muitas e grandes virtudes, que como brilhantes estrelas adornavam o céu de sua alma; e dando principio pelas três que com a graça santificante se infundem no batismo, é sem dúbida que as teve em grau mui perfeito. A Fé esteve nele sempre viva, pura e firme: não padeceu nunca tentação alguma

contra esta virtude, como ele mesmo mo declarou; bem via o comum inimigo a viveza, pureza e firmeza de sua Fé, e que trabalharia debalde se lhe quisesse persuadir o contrário do que ensina a Santa Madre Igreja Romana. Bem publica esta verdade a grande ânsia que tinha de que todos os gêntios abraçassem a Fé Católica: este era todo o seu cuidado e foi todo o seu trabalho em sua vida, como temos visto. Também o mostrava a grande reverência e atenção com que assistia aos mistérios da Fé e muito mais ao Divino Sacramento, por antonomásia mistério da Fé. Era tal a sua aplicação, estando diante de Cristo Sacramentado, que parecia insensível, com os joelhos em terra; foi muito devoto deste augustíssimo Sacramento. Já dissemos como sentira o proibirem-lhe dizer missa, depois da qual proibição comungava todas as vezes que podia com muitas lágrimas de ternura. Quando esteve enfermo da última doença, a melhor nova que lhe podiam dar era que havia de comungar no dia seguinte (o mesmo Padre [Luís Correia] o testemunhou): por isso não sendo às vezes nem dez horas da noite, perguntava se tinha já dado meia-noite para não beber água, obrigado das grandes securas que padecia; e se a pedia para refrigerar a boca, sendo advertido de alguém que não levasse alguma gota para baixo, por ser já alta noite, respondia com grande sinceridade que já sabia; e é para notar que na última doença quase todas as noites tinha desvarios. Em a véspera da Natividade de Nossa Senhora de 1719, que foi o mês em que morreu, disse que queria comungar no dia seguinte, e sendo que quase toda a noite esteve delirante, tanto que foram quatro horas da manhã, não se ouviu mais palavra de desconserto, nem quis admitir conversação alguma, dizendo a quem lhe assistia que o delixasse, porque se queria preparar para se confessar. Chegou o Padre que o havia de confessar, à hora competente, e ainda pediu mais tempo para examinar a sua consciência; confessou-se enfim com tantas lágrimas, sinais de sua verdadeira contrição, e com tão subidos atos de virtude, quais poderia ter o mais depravado pecador, sendo a sua vida de santo e seus costumes angélicos; e estando já com suma debilidade não foi possível acabar com ele que ouvisse a missa, que se lhe disse no cubículo, deitado na cama: sentou-se nela com a ajuda de um Padre e nesta postura ouviu toda a missa, na qual comungou com notória devoção. O que mais fez admirar aos circunstantes foi que assim assentado deu graças por mais de uma hora, dizendo, a quem lhe pe-

dia se deitasse, que o deixassem agradecer a Deus o benefício que lhe tinha feito de vir a sua alma, e em todo o restante deste alegre dia, tanto que via o Padre que lhe administrava os Sacramentos lhe agradecia muito o favor, mostrando com estes atos o gozo de seu coração e a suavidade que lhe tinha este divino Nectar causado (o mesmo [Pe. Luis Correia] o certificou).

Igual a Fé conservou sempre a Esperança: muitas vezes lhe disse eu: Padre João Alvares, V. R. tem feito muito bom saco de merecimentos para a eternidade. Ainda, respondia ele, não tenho feito cousa alguma: a salvação espero só por meio dos merecimentos [?] de Nosso Senhor Jesus Cristo. Isto dizia todo banhado em lágrimas, e como anilando-se dentro de si mesmo. Daqui lhe nascia a firme confiança que tinha em Deus. Já fica referido as muitas aldeias que fundou, e nelas 32 igrejas, como o mesmo servo do Senhor relatou a seu sobrinho o Padre Manuel Jorge, edificando em todas elas igrejas, o que bem mostra a grande confiança que tinha em Deus, pois parece incrível e quase impossível às forças da natureza humana o muito que trabalhou em obra tão dificultosa; e só um ânimo confortado com os alentos da Divina Confiança poderia acometer empresa tão trabalhosa, qual foi domar homens que por bravos pareciam indômitos. Também já dissemos como para jornada de 200 léguas o viático foi duas ovas de mero e uma pouca de farinha, confiando em Deus que o socorreria. Em outra ocasião partiu da Aldeia de Uratagui, distante desta praça quase 20 léguas, e para ele jornada de três dias, com matalotagem de três ovos. Tinha os olhos só em Deus e por isso com tanta confiança dele esperava o socorro. Assistindo o servo de Deus em uma junta em falta de um Padre dela e tratando-se nela da pobreza em que estava esta Congregação, começou o dito Padre a praticar tão altamente na Providência que Deus Nosso Senhor tem ainda dos mínimos animais da terra, e de tal sorte se afervorou na prática, que com as lágrimas nos olhos esteve como alienado dos sentidos bastante tempo, sem atender ao que os mais diziam (assim o certifica o Padre Cipriano da Silva, Prepósito que então era da Congregação). Tão alto conceito tinha formado da esperança que devemos pôr em Deus!

Não teve em menor grau a virtude da Caridade. Tem esta divina virtude dois objetos: um primário, que é Deus sumo bem, e outro secundário, que são os próximos. Muitos e mui repetidos foram os atos que a estes objetos terminou

o nosso Padre João Alvares. De contínuo andava fazendo atos de amor a Deus; a continuação deles se viu com maior evidência na última enfermidade, pois os fazia tão repetidos e fervorosos que até dormindo os repetia e com tal veemência que se percebiam em umas sumissas vozes. Observou-se nesta doença que tendo alguns delírios entre dia e noite, tanto que lhe falavam em matérias de espírito, logo, como depondo toda a tontice, falava com grande acerto (assim consta da certidão jurada do Padre Luís Correia), não perdendo o tino para amar a Deus; e os seus tresvarios eram comumente de algumas cousas que passara nas missões e no serviço de Nosso Senhor, mostrando em todos estes atos o grande incêndio do amor divino, que tinha tomado posse de seu coração. Enfim a pureza de sua alma e o cuidado que tinha de não ofender a Deus nem ainda venialmente e a contínua presença deste Senhor claramente manifestam o muito que se ajuntou com o sumo bem pelo amor.

Da Caridade com os próximos que teve o nosso Padre João Alvares bem se podia formar um grande volume, mas como todo o meu cuidado é ser breve, agora nesta virtude será limitado o curso da minha pena e direi só o que basta para que se venha em conhecimento de sua ardentíssima caridade para com os próximos, na qual resplandecem muito as obras, sendo estas evidente sinal daquela. Tudo quanto podia fazia aos próximos. Nunca às suas aldeias chegou caminhante faminto que ele com o seu pouco o não remediasse (assim o depôs o Captião de a cavalos José de Melo de Albuquerque). Era a sua casa um hospital de índios e ainda de alguns brancos que, necessitados, recorriam à sua misericórdia e amparo, o que principalmente succedeu na Capitania do Ceará; mandava vir desta praça medicamentos para os curar; também mandou ensinar a um negro que tinha, a barbeiro, para haver de sangrar aos doentes. Com suas próprias mãos cavava a terra para com seu exemplo incitar os índios ao trabalho, por terem estes suma preguiça. Sustentava muitos índios e principalmente aos meninos, a quem por incúria dos pais faltava o sustento necessário. Atendendo a que os índios e índias andavam nus, tinha feito uns grandes cercados em que plantava algodão, o qual depois de crescido mandava preparar pelcs meninos, a quem pagava com algumas cousas de comer, e depois de fiado pelas índias, a quem também pagava, o tecido o seu negro, o qual mandara aprender este officio para este fim: tanto que estava feito o pano o repartia entre os

índios e índias pobres e donzelas para andarem decentemente compostos, o que fez quase por todo o tempo que esteve no Ceará. Ia comumente pescar todas as semanas, e trazendo sempre peixe, e às vezes em quantidade grande, quase todo repartia entre os índios, sendo que os índios eram os que estavam obrigados a trazer-lho, por uso já introduzido nas aldeias vizinhas ao mar ou rio; mas era tal a sua caridade, que livrando-os deste trabalho o tomava sobre si: ele o pescava, o partia e o mandava repartir pelo seu negro aos índios pobres e necessitados. E tinha este caso uma circunstância que muito engrandece a caridade do servo de Deus, e era que na paragem aonde ia a fazer a pescaria, havia tantos mosquitos, bichos por certo enfadonhos, que andavam em enxames, de sorte que achando-o uma ocasião seu companheiro neste santo exercício, não pôde aturar, parecendo-lhe que os mosquitos lhe queriam comer os olhos; mas Deus Nosso Senhor, por quem fazia esta obra, o livrava, não lhe mordendo algum dos ditos bichos, como observou o mesmo Padre seu companheiro. E era tal a sua vigilância que não podendo muitas vezes carregar todo o peixe com o negro, o deixava na praia coberto de areia, para os pássaros e aves de rapina o não averem, mandando-os depois buscar. (De todo o sobredito é testemunha o Padre João da Costa). Tão engenhosa era a sua caridade, em ordem a favorecer o próximo!

Célebre foi o caso de sua abrasada caridade, o que lhe sucedeu estando na missão do Ceará (teatro por certo das suas heróicas obras). Aportou aí um homem com toda a sua família, sendo o motivo de buscar este retiro a sua muita pobreza; tinha o officio de ferreiro e pretendendo ganhar a vida para sustento da sua casa pelo tal officio, pois como viveu naquela terra e estava necessitada de ferramentas, não deixaria de se aumentar nos bens da fortuna, como na verdade assim succedeu depois; porém querendo pôr em execução os meios com que podia conseguir este fim, se viu legitimamente impossibilitado para o fazer, pois lhe faltava cousa tão precisa como os foles, por se haverem rompido. Todo desconsolado se foi ter com o nosso servo de Deus, como bem conhecia a sua fervorosa caridade: deu-lhe conta de seus desígnios e também do impedimento, com o qual não era possível conseguir o que intentava. Vendo o Padre o miserável estado deste pobre homem e o muito que padecia toda a sua família, às tiranas mãos da pobreza, levado de sua ardente caridade se determinou de fazer-lhe uns fo-

les pelo modo que pudesse. Proveu Deus ao Padre de engenho com o qual chegasse a pôr em execução o que tinha determinado e começou a lidar na sua obra e como a caridade é mui engenhosa e administra grandes indústrias, depois de muito trabalho saiu com ela à luz, fazendo real entrega ao homem dos foles, nos quais estava todo o seu remédio, adquirindo por espaço de alguns anos grosso cabedal. Este caso me contou muitas vezes com a sua simplicidade o servo de Deus e o Padre João da Costa que foi seu companheiro, ainda que estava em outra aldeia, distante da sua 40 [riscado e escrito por cima, 30] léguas, os viu e diz que estavam bem feitos. Enfim, era tudo para todos, socorrendo-os nas suas necessidades corporais quanto podia.

Por esta excessiva crmandade o dotou Deus da graça de curar enfermidades. Não havia no Ceará médico ou cirurgião que curasse e por esta razão padeciam muitos sem remédio, e não tinham outro senão recorrer ao Padre João Alvares, a quem todos veneravam como a santo e amavam como a pai (como testemunham muitos nas certidões que passaram). Já fica dito que a casa do servo de Deus era um hospital, servindo ele juntamente de médico e enfermeiro: não se soube que morresse enfermo algum a quem ele curasse (assim o afirmou o mesmo Padre); e quem tinha tão boa experiência bem podia curar sem escrúpulo, ainda que não aprendesse esta arte: não devia temer irregularidades quem curando livrava aos enfermos de mortais enfermidades. Eram tão incendidas as chamas de sua caridade que não atendia à diversidade de pessoas, que lhe pediam remédio, nesta matéria a todos curava ou fosse homem ou mulher, imitando a caridade de Deus que não excetua pessoas.

Vinha em certa ocasião o servo do Senhor da Aldeia de Ipojuca, em companhia do nosso Padre Manuel Nerl, chamado do Prelado da Congregação, eis que de repente lhe saíram no caminho ao encontro duas mulheres, as quais instantemente lhe pediram que se compadecesse e quisesse ir curar uma pobre mulher, que por quebrada se achava acabando os dias da vida e largando esta nas arrebatadas mãos da morte. Algum reparo (que é bem se faça) pôs ao princípio o Padre, porém como a sua caridade só atendia à miséria que se padecia, para mais nada olhou: foi e curou a enferma, pondo-lhe na quebradura mel de abelhas e poses (sic) de incenso e sobre isto um empuchinho de algodão, que estas eram as medicinas com que curava esta pe-



nosa enfermidade. Depois tornando a buscar o companheiro, este de algum modo lhe estranhou a cura, por ser em tais partes e em tal sexo, ao que com muita serenidade e paz respondeu o servo do Senhor: Pois Padre, eu também não curo a minha besta, pois que tem mais o curar aquela pobre mulher? Qual uma besta a considerei. Quase pelas mesmas palavras respondeu ao outro Padre que no Ceará curou uma índia, a quem seu marido, estando bêbado, deu uma facada pela parte inferior do corpo, rompendo-lhe até a madre, da qual ferida se viu a dita índia sarada, tendo depois muitos filhos do marido, que com a facada a incapacitava para parir, por ser, como já disse, a ferida na madre. Em Uratagui tornou sã a uma cabocla que tinha um braço já encancerado com uma chaga, pondo-lhe por medicina um pouco de fumo e umas folhas de *maracujaçu* (consta por certidão do Padre Aleixo Pereira). A um índio que tinha trespassado o pescoço com uma penetrante seta, de parte a parte, sarou com o fumo de tabaco e com este remédio curou outras muitas penetrantes feridas. Quando se retirou do Ceará trouxe em sua companhia um índio pequeno, o qual havia comprado: posto este em casa, tinha por costume como rapaz ir muitas vezes a um sítio ou fazenda que tem a Congregação. Em uma ocasião subiu nele em uma árvore de espinhos a colher umas frutas: picou-lhe um dos espinhos em um olho, que o molestou grandemente. Chegou a casa e vendo-se a grande moléstia com que viera, foram convocados logo os cirurgiões, os quais vendo-lhe o olho, julgaram que o espinho havia trespassado a menina dele. Começaram logo a aplicar-lhe remédios, porém sem efeito; pediu também logo o servo de Deus que queria curar o seu rapaz. Respondeu-lhe o Prelado que deixasse os cirurgiões exercitar seu ofício. Enfim, depois de largo espaço de tempo, com várias medicinas que àqueles administrava a cirurgia, nenhuma melhora sentia o pobre índio, e julgando os professores daquela arte que ficaria este caso, (sic) de todo o desampararam. Entrou então o Padre João Álvares com os remédios de sua caridade e pediu de novo que queria curar o seu rapaz; concedeu-se-lhe a licença, visto o desamparo e juízo que fizeram os cirurgiões, e em breve espaço de tempo o deu são, ficando sem defeito algum nos olhos, usando nesta cura de um único remédio, qual foi a água de sal, com o qual remédio fez outras admiráveis curas nesta matéria. Enfim era já prolóquio comum que a ferida em que o Padre João Álvares punha as mãos sarava (as-

sim o depôs o Padre João da Costa). E suponho que o dito Padre tinha algum conhecimento das virtudes de algumas ervas desta terra; contudo parece se não pode negar que a mão de Deus com especialidade concorria para as suas curas. Certifica um Padre desta casa que estando ele em sua companhia na Aldeia de Uratagui, no tempo que nesta terra sucederam as revoluções e levantes, se chegou ao copiar da casa um homem pardo tão aflito que pareceu ao dito Padre lhe tinha sucedido algum caso de morte (que naquele tempo com toda a liberdade sucediam estes casos); perguntou este todo ansioso pelo Padre João Álvares, dizendo que com toda a pressa lhe queria falar. Veio de dentro o Padre, a quem comunicou a grande aflição que o trazia, e foi o caso que sendo o dito pardo morador meia légua distante daquela missão, e vendo-se obrigado da fome (que nestes tempos, pela razão acima dita, era muita) mandou pelos filhos tirar uma pouca de mandioca, e assim crua a repartiu pelos filhos e mulher, e a comeram, sendo que, segundo se diz e se experimenta, a dita mandioca comida crua é veneno que infalivelmente tira a vida a quem a come. Vendo-se, pois, o dito homem já inchado, e toda a sua família, veio todo trêmulo, como quem estava às portas da morte, ao servo de Deus, cuja fama era grande pela sua muita caridade e suas prodigiosas obras e curas, para que lhe desse algum remédio para si e para seus filhos e mulher; e acrescenta o dito Padre que ouvindo ele dizer o miserável estado em que se via toda aquela casa (pois afirmava o homem que a mulher e os três filhos ficavam nos cantos de sua casinha acabando a vida) pedira licença ao servo de Deus para ir confessar aos moribundos ou, ao menos, absolvê-los. Ao que respondeu ele que, quando lá chegasse, já não seria necessário, como depois assim se experimentou, porque compadecendo-se o nosso Padre João Álvares de tão grande aflição, foi dentro e trouxe dois papéis, um de açúcar e outro de enxofre, dizendo ao pobre homem que tomasse uns poses daquele açúcar e se não sentisse com este remédio a melhora desejada, usasse o do enxofre. Ali logo meteu na boca uns poses de açúcar e logo começou a vomitar, sinal da melhora, e partiu com toda a pressa a aplicar a medicina aos mais, a qual aplicada despertaram todos, de sorte que escaparam da morte, estando antes já moribundos: só um filho, que tinha 13 anos, por estar já morto, não pôde tomar a medicina, verificando-se o que o servo de Deus tinha dito que quando chegasse a absolvê-los, já não seria necessário

No qual successo se descobrem como com muita especialidade concorria Deus para as curas que este seu servo fazia por seu amor.

Mas se esta era a sua caridade, em ordem a socorrer os próximos nas suas necessidades corporais, não foi menor esta em ordem a remediá-los em suas necessidades espirituais. Já dissemos que chegou a confessar de joelhos por não poder estar de outra maneira. Tinha vindo em uma ocasião à casa da Aldeia de Uratagui, assim para levar provimento de vinho, farinha e outras cousas necessárias para o sacrossanto sacrificio da missa, como também para tomar alguma medicina, por andar achacado; chegou à portaria uma índia da aldeia a buscar o Padre para administrar os sacramentos a um enfermo, a tempo que o servo de Deus tinha acabado de tomar uma purga: soube-o ele e não atendendo no estado em que estava, nem à súplica dos da Congregação, e menos a que era tempo de inverno e iam os rios cheios e a jornada prolongada, se levantou no mesmo ponto e indo-se à cozinha tirou da panela, que se estava cozendo, uns poucos de feijão, e lançando-os em um prato misturados com farinha os pôs ao cinto. Com este apresto se pôs a caminho, passando todos os rios, que são muitos; fazia a purga seu efeito e querendo o servo de Deus provar dos feijões já perto da noite, para se alentar, os não pôde levar, mas nosso Senhor lhe remediou esta necessidade, movendo a uma negra a lhe dar três ovos cozidos e chegado o outro dia disse a missa, e foi continuando a sua viagem, como se não tivera tido cousa alguma. Incrível parece este successo, mas a excessiva caridade do nosso Padre João Álvares dá os devidos créditos, além de o testificar o Padre João da Costa.

Todo se empenhava em pacificar a todos nas suas aflições e apaziguar nas contendas. Testemunham dele muitos homens que assistiram em sua companhia no Ceará, que era tal a sua caridade neste particular para com os índios, que havendo entre eles algumas dúvidas e rixas tanto que ele chegava logo tudo mitigava com suas palavras formadas na forja da brandura e caridade. Quando litigavam os maridos com as mulheres e estas desgostosas se retiravam para as serras circunvizinhas às aldeias, ele a pé as ia pessoalmente buscar e as abrandava, trazendo-as para a companhia de seus maridos, com os quais as tornava a unir com o vínculo do conjugal amor. Nunca jamais faltou com os sacramentos ao grande número de índios que havia nas

aldeias do Ceará, as quais teve à sua conta por espaço de 32 anos, reduzindo-os a quatro aldeias, a saber Paupina, Coicaia, Parangaba e Paranamirim, havendo em muitas delas, só de homens capazes de armas, cento e cinqüenta; e sendo chamado para administrar os sacramentos a qualquer dos brancos que naquela Capitania se achavam, o fazia com grande prontidão, e ainda que a distância fosse muita jamais se escusou por causa dela, nem por outra alguma molestia ou trabalho que na jornada houvesse de padecer. Enfim, era tal a sua caridade que a todos admirava, achando todos que a ele recorriam o remédio das suas necessidades.

Diz São Paulo que a caridade não é inchada, mas sim humilde e mansa e este lugar do Apóstolo parece trazia sempre diante dos olhos da consideração o nosso Padre João Álvares, pois com grande indústria unia estas duas virtudes, resplandecendo muito em suas palavras e obras a virtude da humildade, em a qual como base e fundamento se estriba o edificio de toda a santidade e vida espiritual. Estando já assistente em casa o nosso servo de Deus, o vi muitas vezes e todos os desta Comunidade, estar na cozinha ajudando ao Irmão que nela assistia; quando via que este tinha muito trabalho se ia ofertar para preparar a carne, tomando-a (?) para se salgar, exercitando com estas ações a caridade em ajudar naquele trabalho a quem o tinha à sua conta; e também a humildade, pretendendo, ainda quando muito velho, officio tão humilde qual o de cozinheiro. E tal era o seu desejo neste particular que de contínuo isto procurava e muitas vezes sendo repudiado, por ver o Irmão, que assistia na cozinha, que já ele por causa da sua muita velhice não fazia cousa com cousa, não desistia de procurar o seu abatimento, não mostrando sentimento algum em que o repudiassem.

Se os desta Congregação lhe faziam alguma particular reverência, pelo alto conceito que faziam de suas virtudes, com ela se afligia muito. Se lhe pretendiam beijar a mão, todo se encolhia e repugnava. Em uma ocasião de eleição dos nossos oficiais e Prelado lhe disse eu: Meu Padre João Álvares, V. R. é que sai por nosso Prepósito. E ele, todo angustiado e com as lágrimas nos olhos, como quem entendia o perigo que trazem consigo as dignidades, me respondeu: os Padres eleitores não hão de fazer tal eleição: não sou capaz deste cargo e eles bem conhecem a minha incapacidade, mas se tal fizerem põem-me em perigo de deixar a roupeta, pois não hei-de aceitar. Não sou capaz (repetiu),

não fales nisso. Desta sorte me costumava falar. Já dissemos, quando lhe diziam que tinha feito um sacco de merecimentos para a eternidade, todo banhado em lágrimas, respondia que nunca fez nem fazia cousa alguma do serviço de Deus. Tão radicada tinha em seu coração a humildade! Por galantaria lhe perguntou um sujeito desta casa: porque não fazia algum milagre, assim como os tinha feito e nosso venerável Padre Bartolomeu do Quental? Ao que ele com grande sentimento e feitos seus olhos duas fontes de lágrimas, respondeu: quem sou eu em comparação do Padre Quental? Um Padre tão grande, que escreveu tantos livros espirituais para o bem dos próximos, que comparação tem com um miserável pecador? Eu, que não sirvo de nada. que tenho que ver com o dito Padre? Foi tal a pena que o servo de Deus teve nesta ocasião que foi repreendido e advertido o sobredito sujeito de que não falasse mais ao Padre em semelhantes cousas. Parece que sempre andava com o conhecimento de sua vileza diante dos olhos. Algumas vezes se lhe ouviu dizer, principalmente depois de algum trabalho grande: assenta-fe burro, mostrando com estas palavras o vil conceito que tinha de si. Procurava sempre o vestido roto e remendado. Estando na Aldeia de Uratagui mandou pedir à casa uns forros de roupetas velhas para fazer lenços em que se assoasse; muitas vezes se viu (assim o testificam os Padres João da Costa e Luís Correia) estar remendando os sacos velhos em que se ia buscar cal para se fazer a igreja. Lavava a sua roupa no claustro à vista de todos; ele mesmo fazia com suas mãos a roupeta, camisas, sapatos e botas. Costumava ele dizer, com a sua grande sinceridade, que para nada destas cousas lhe era necessário official, e se algum homem branco ou negro lhe pedia lhe fizesse alguma destas cousas, prontamente lho fazia. Em certa ocasião cheguei à porta do seu cubículo e vendo que estava cozendo um pano lhe perguntei que fazia. Ao que o servo de Deus me respondeu que estava fazendo umas ceoulas para o seu Antônio; era este um índio que tinha trazido do Ceará. Nunca jamais em a Comunidade elegia senão o ínfimo lugar: bem se viu isto no caso já referido de pedir o ser perpétuo cozinheiro, quando o nosso venerável Fundador o quis mandar ordenar a Lisboa. Enfim era todo humildade: os olhos eram humildes, porque sempre os trazia pregados na terra; o entendimento humilde, pois sempre o trazia rendido a tudo o que qualquer lhe mandava; a vontade humilde, porque sempre apetecia o que para ele

era de menos estimação; o coração humilde, porque sempre em o próspero e adverso conservava a paz, conhecendo-se esta na alegria com que andava; as palavras humildes, porque eram muito brandas; os pés húmidos, porque pela maior parte caminhava, andando nas missões a pé, e muitas vezes descalço. Se alguém o repreendia ou advertia de alguma cousa, recebia com ânimo alegre a repreensão e advertência, não se agastando. Certifica o Padre Cipriano da Silva que, sendo Prepósito desta Congregação e mostrando-se algumas vezes no exterior agastado com o servo de Deus pela sua santa simplicidade, ele se humilhava tanto e lhe pedia perdão com tanta humildade que o deixava confuso. Tal era a sua rara humildade.

Passemos adiante e falemos já de sua extremosa paciência. Foi esta virtude em que muito resplandeceu em sua vida, pois sendo esta tecida com muitos trabalhos por causa das missões, sempre nelas perseverou, como já fica referido: em quase todas as aldeias por onde andou fundou igrejas, trazendo ele mesmo os paus do mato às costas, cortando-os e lavrando-os, sendo como já disse, as igrejas por ele fundadas, 32. Mas se esta foi a paciência do Padre João Alves da Encarnação em toda a sua vida, não foram menos subidos os quilates desta na última enfermidade, de que morreu. Teve um cancro nas partes pudendas e querendo a arte daurgia [sic] executar nele os remédios de ferro e fogo, como se curam semelhantes enfermidades, ele todos, com invicta paciência, sofreu. Muitas vezes no tempo em que se lhe cortava a carne entrei no seu cubículo e vi que tudo ele sofria sem exasperação; antes, falando com ele, e perguntando-lhe se lhe não doía, me respondia rindo-se, que alguma cousa, porém que não era nada. O mais que chegou a dizer foi que o cirurgião tinha as mãos pesadas. Esteve com esta enfermidade mais de quatro meses e nunca se lhe ouviu uma só palavra que fosse indicativa de menos paciência: tudo era fazer atos de conformidade. O mesmo cirurgião se admirava do grande valor e muita paciência com que se portava nas curas que lhe fazia, e assim me disse muitas vezes. Nunca jamais de todos estes trabalhos se queixou com palavra alguma, indicativo grande de que não tinha com eles interiormente impaciência alguma. Enfim, do muito que padeceu este servo de Deus nesta última enfermidade são testemunhas todos os filhos desta Congregação, os quais afirmam não se poder considerar homem mais paciente em semelhante enfermidade, que se mostrou o nosso

Padre João Alvares; era tanta a sua paciência que basta dizer que estando nesta enfermidade com grandes securas e pedindo água, se lhe diziam, para o enganar, que se tinha ido buscar, cessava da súplica, e se a sede o apertava mais, a repetia, até que o enfermeiro compadecido de tanta paciência, lhe dava água.

Não posso deixar de relatar neste lugar um successo no qual mostrando-se o amor natural sempre pouco soffrido no que mais ama, se mostrou o nosso servo de Deus paucientissimo e muito conforme com as divinas disposições. Foi pois o caso: na era de 1711, em que houve a sublevação nestes povos, acidentalmente tiraram a vida a um seu sobrinho, ao qual amava muito. Foram-lhe levar a triste noticia dois homens, dos quais um era o matador, à Aldeia de Uratagui, aonde ele então residia: relataram-lhe o successo e o santo velho encolheu os ombros, honrou a Deus, dizendo: louvado seja Deus, eu bem lhe disse que não se metesse nessas alhadas; porém o maior sentimento que tenho é dos que o privaram da vida, porque hão de acabar mal e purgar o seu delicto. E disse, ao que lhe atirou que com a mesma espingarda havia perder a vida. Parece que falou nesta occasião com espirito profético, pois em menor espaço do que um ano um dos matadores, desesperado, se matou a si próprio com a sua mesma arma e o outro foi privado da vida com um tiro, por haver concorrido também para a morte do sobrinho do servo de Deus.

Muito conexas são com a paciência as virtudes da penitência, mortificação e abstinência. Já dissemos alguma cousa neste tocante, mas como tudo é pouco a respeito do muito que resplandeceu nestas virtudes, continuaremos esta matéria com toda a brevidade. Assentou consigo depois que se ordenou de sacerdote de não comer jamais carne, o que sempre executou, exceto nos últimos anos da vida, pelo obrigarem os Superiores a comê-la. Também tomou a resolução de não comer cousa alguma, nem ainda beber, da quinta-feira ao jantar até ao sábadão ao jantar, o que observou 15 anos, confessando-me ele com a sua costumada simplicidade, que por mais baterias que lhe dava o demônio, para que quebrasse esta tão rigorosa abstinência e mortificação, nunca a maculava com fração alguma. Nas segundas e quartas-feiras da semana nem ainda peixe comia, contentando-se ao jantar com algumas frutas e ervas, legumes ou uma pouca de farinha de pau molhada com água fria, a que ele chamava sua farinha fresca, observando esta mesma

abstinência na sexta-feira depois de passados os 15 anos acima ditos de total abstinência. Nos mais dias da semana comia ao jantar peixe e à noite fazia a colação com uma pouca de farinha da terra, quanta podia levar a mão a boca por duas ou três vezes. E nem por estar doente deixava de ter esta tão grande abstinência, como sucedeu em uma ocasião em que padecia umas maleitas, não querendo comer a galinha que o seu companheiro tinha mandado matar, contentando-se com a sua farinha molhada em água (assim o testifica o Padre Aleixo de Oliveira seu companheiro na Aldeia de Uratagui). Na Quaresma e Advento não comia peixe, sendo o seu sustento então a oração com o jejum, o qual interrompia uma só vez ao dia, com umas poucas ervas ou legumes, ou com a sua farinha fresca, sendo qualquer destas cousas em quantidade tão limitada, que nem para sei ordinária colação era suficiente, sendo que no tempo Quaresmal era maior o seu trabalho por causa das muitas comissões. Enfim, era tal a sua abstinência na comida e bebida que parecia viver por milagre, sendo por esta causa avaliado por todos pelo homem mais abstinente deste nosso século por estas partes.

Não se contentando com tão rara abstinência, para domar mais a carne tomava todos os dias disciplina, e nas segundas, quartas e sextas-feiras tomava duas ou três disciplinas rigorosas, e este exercício guardou por muitos anos, e ainda nos últimos de sua vida em que já mal podia consigo, não faltava de as tomar nos dias em que mandam as nossas Constituições, sendo estas muito mais dilatadas que as da Comunidade, não estando em ato dela. Muitas vezes se viu tomar disciplina no cubículo, em outros dias além dos que manda a regra, e sendo perguntado porque a tomava, não sendo dia dela, respondia que lhe pareciam ser aqueles dias em que se costumava fazer esta penitência, entendendo eu que ainda que procederia isto de engano, e imaginar um dia por outro, nascia sem dúvida do muito exercício e uso que tinha de semelhantes penitências e mortificações, o qual conservou sempre, ainda estando nas missões, e talvez com maior excesso, como testemunham muitas pessoas que assistiram em sua companhia. Em uma ocasião chegou o servo de Deus da aldeia já noite, e indo ao coro, aonde eu estava, a tomar vênia ao Santíssimo Sacramento, como temos por regra, se dilatou ali um pouco; neste tempo se tocou à disciplina; perguntou-me logo para que era aquele sinal? Disse-lhe que para a disciplina. Eu a hei de tomar,



me disse ele então, e foi logo tirando pelas suas disciplinas (que este instrumento sempre trazia consigo) e por mais que o persuadi e os mais, do contrário, dizendo-lhe que vinha cansado do caminho, não foi possível ceder nem deixar de a tomar. Quando andava em alguma jornada, retirando-se dos companheiros, ou ainda da casa em que havia de passar a noite, se ia disciplinar rigorosamente ao mato.

Comumente caninhava a pé e só na velhice usou de cavalo. Vindo do Ceará por terra só por três vezes comeu, em tão duatado caminho, peixe, sustentando-se nesta trabalhosa viagem de raízes, ervas e frutas, e principalmente de umas a que chamam *gajarus*, agrestes e pouco saborosas. Nunca quando de casa partia para as aldeias procurava viatico para o caminho, por mais distante que fosse, só com o seu breviário, benditos e disciplinas se punha a caminho. Em uma ocasião desta, estando eu presente, por muitas instâncias que se lhe fizeram para que levasse alguma cousa de comer para a jornada, se contentou, e não admitiu mais que uma pouca de farinha de pau, em tão pouca quantidade que lhe coube em um lenço ou guardanapo. Grande na verdade era a sua mortificação em todo o gênero, pois não só no gosto, mas em todos os mais sentidos se mortificava muito. Daqui lhe nascia um tédio grande a tudo o que era regalo, luxo, superfluidade. Vendo o servo de Deus que nos dias de festa e de mais trabalho se lhe dava mais alguma cousa além do comum, como um pão e um copo de vinho, tinha este pouco regalo por supérfluo para si, sendo que para seus Irmãos desejava todo o regalo. Se sucedia dar-lhe algum Congregado algum doce o levava aos enfermos, se os havia; não bebeu vinho senão nos últimos anos, por lho mandarem assim os Superiores. Nunca jamais dormiu na noite mais que duas ou três horas e sempre dormiu vestido; só nos últimos anos, obrigado da obediência, teve por cama colchão, e se despedia (sic) e dormia nela. Um Padre (Manuel Correia) que foi para a Aldeia de Uratagui, aonde o Padre João Álvares havia assistido, me relatou que nela achara um banco muito estreito e que não constava senão de um pé em cada ponta, e inquirindo de que servia aquele modo de banco, lhe noticiaram de que aquela era a cama em que o nosso Padre João Álvares dava o breve descanso a seu já cansado corpo e não tivera jamais lá outra cama, certificando-me o dito sujeito de que, moralmente falando, não era possível assentar-se no banco dito

homem, quanto mais servir de cama a um corpo velho e de não pequena estatura.

Nunca jamais teve a oração, nem da Comunidade, nem particular, senão de joelhos e quando muito se punha em pé, ou encostado à sua muleta; rezou sempre o ofício divino em pé, exercitando nestes santos exercicios o contínuo da mortificação. Nas roupas e vestidos sempre se mortificava, elegendo a roupeta velha, rota ou remendada. Em uma ocasião me pediu que fosse com ele à rua a comprar algumas cousinhas para o seu uso: chegou a uma loja e procurou panos de Hamburgo. Perguntei-lhe então para que obra era e ele me respondeu que era para fazer umas camisas. Disse eu ao moço que assistia na loja que ele trouxesse algum pano do melhor que tivesse daquele gênero; assim o fez o dito moço, mas ele o repudiou, dizendo-lhe que lhe mostrasse outro menos fino. Mostrou-lhe outro muito inferior e tão áspero que bem podia competir com a aspereza de qualquer cilício e de tão inferior qualidade que nem para os negros lhe faziam gasto. Muito se agradou dele o servo de Deus e o comprou. Dizendo-lhe eu então: meu Padre, para que compra este pano tão áspero e baixo? Rindo-se me respondeu: este pano dura mais, chega-se mais ao corpo. Porém não parou ainda neste caso a sua mortificação, mas passou avante: ele mesmo trouxe o pano para casa, sem reparar em que se podia fazer algum reparo; entendendo eu que o fazia para se mortificar e a mim, pois alguma repugnância mostrei em ele o trazer cingido pela correia. Quando ia fora, se encontrava com alguma trave, que estava preparada para alguma obra, a media, dizendo, esta serve para tal obra, mostrando bem com esta e semelhantes ações o quanto se desejava mortificar. Enfim, seria um nunca acabar se quiséssemos dar cabal número às mortificações que continuamente fazia: era mortificado nas potências e sentidos e, em conclusão, em tudo e por tudo se mortificava.

Tratemos alguma coisa das três virtudes que constituem o homem religioso, quais são a Pobreza, Obediência e Castidade. Com estas três virtudes, como com três agudas lanças, se armou logo dos primeiros anos da sua vida o nosso Padre João Álvares para combater ao infernal Absalão. Na castidade foi exímio: ileso conservou sempre sua virgindade, como testemunham seus confessores, cousa que na verdade faz admirar, atendendo à vida de soldado que teve no tempo da mocidade, como fica dito, e suposto que fosse fortemente tentado pelo demônio, umas vezes por meio de mo-

vimentos impuros, e outras pelas índias da Aldeia; contudo, com a muita penitência que fazia, abstinências, jejuns e cilícios, vencia estas poderosas tentações. Passou ordem nas Aldeias que nenhuma das índias, não digo eu entrassem, mas nem ainda chegassem à entrada de sua pobre casinha, e se alguma instigada do demônio, com capa de necessidade, o vinha buscar para que a remediasse, conhecendo ele o seu mau intento com luz superior, de tal sorte a sacudia que jamais o tornava a buscar, nem nele punha olhos, como sucedeu com uma índia que pretendia manchar sua virgindade, como ele mesmo mo declarou. Aborrecia muito o vício contrário a essa angélica virtude, a qual persuadia em todas as suas práticas, sendo delas o principal ponto. Quando se veio do Ceará, disse que saía daquela terra porque estava para vir sobre ela um grande castigo, por causa do vício da sensualidade, o qual se experimentou vindo com grande ímpeto os tapuias brabos para matar os homens brancos que naquela Capitania havia, dos quais escaparam poucos. Já dissemos o quanto lhe deu que padecer ver que os soldados desencaminhavam no Ceará as índias, e o muito que trabalhou para os tirar daquele estado. Dizia que para se conservar a pureza era necessário fugir das mulheres e do vinho: assim lho ouvi muitas vezes. Veio a alcançar em grau tão perfeito esta virtude que nos últimos anos de sua vida nenhum movimento carnal sentia, vivendo já a carne com muita paz e concórdia com o espírito. Nestes últimos anos fazendo a doutrina na Aldeia aos índios e índias se lhe vinham pôr no colo as cunhãs, que são as índias pequenas, puxando-lhe pelas orelhas e tratando-o com as carícias que um filho costuma fazer a seu pai (que pai lhe chamavam também estas) e o servo de Deus lhes dizia: já me não fazeis mal, tão sugeita tinha já a concupiscência e refreado os apetites desordenados! Afirmando ele que ao princípio que foi para as missões não podia pôr os pés aonde as índias tinham pisado, nem ainda vê-las por sombras.

Na obediência foi prontíssimo: nunca jamais se diviso nele repugnância positiva contra os mandados dos Superiores. Por obediência assistiu quase toda a vida nas Aldeias, como temos dito, e se em algumas ocasiões o mandavam chamar para casa, prontamente obedecia. Assistindo no Ceará e vendo-se já, pelos muitos anos que tinha, incapaz deste ministério, por requerer mais forças, o propôs aos Superiores, mas com tal resignação que dizia que, não obstante a sua incapacidade, se mandassem ficar, esta-

na até a morte. Nunca desistia das obrigações em que o punha a obediência, senão com novo preceito, e assim não veio jamais das Aldeias em que assistia, sem expressa licença dos Superiores, a qual pedia, sendo-lhe necessária, com grande sumissão e resignação. Nos últimos anos de sua vida julgaram os médicos que devia comer carne e tanto que os Superiores assim lho ordenaram, logo deu à execução este preceito, ainda que com bem pena sua. Também lhe mandaram estes que dormisse em cama de colchão, ao qual mandado prontamente obedeceu. Neste mesmo tempo se achava já o servo de Deus incapaz de rezar o ofício divino e dizer missa, porém de nenhuma destas cousas desistiu, sem que primeiro o mandasse o Prelado e, suposto que este preceito lhe era muito custoso, pela grande consolação que sentia nestes santos exercícios, contudo tanto que foi mandado, logo desistiu, querendo antes obedecer do que experimentar suaves consolações, ainda que não faltaria conceder e outras maiores. Com exata prontidão assistia, enquanto pôde, aos atos da Comunidade, obedecendo com a mesma prontidão aos sinais da campainha da Comunidade: ele era o primeiro que ia para o lugar deputado para a oração, sendo o ultimo que dele se levantava, e como tinha pouco exercício dos sinais da campainha com que se convoca a Comunidade, pelo muito que tinha de estar nas missões, tanto que ouvia os sinais e ignorava o para que era, saía do cubículo e perguntava para que era aquele sinal da campainha (assim o testemunha o Padre Luís Correia). Na última enfermidade em que padeceu grande fastio, tanto que se lhe intimava que comesse, porque assim o mandava o Capitão-mor (este era o nome que dava ao Prelado), logo, fazendo-se força, comia e o mesmo fazia se lhe diziam que o fizesse por obediência. E isto mesmo se viu noutros casos, os quais não refiro por não parecer difuso, pois seria tecer um mui dilatado tratado, se quiséssemos escrever miudamente a obediência do nosso Padre João Álvares da Encarnação.

Não foi menor neste servo de Deus a pobreza: em tudo se mostrou pobríssimo no afeto e no efeito; no afeto porque a nada teve aferro. Se alguma cousa lhe vinha às mãos logo a dava: bem o publicariam todos os índios das Aldeias em que assistiu, se os convocassem para o dizer, e ainda o dizem muitos homens brancos que com ele assistiam. Se algum homem lhe dava alguma vaca ou boi ou lhe mandava farinha ou outra qualquer cousa, tudo era para seus filhos, os índios, que como a tais os tratava, granjeando por

isto para com todos o nome de pai. Não somente se mostrou pobre no efeito: tudo desprezava, não aceitava ouro ou prata. Em uma ocasião lhe ofertou o Padre Ascenso Gago, da Companhia de Jesus, umas oitavas de ouro e ele de nenhuma sorte as quis aceitar. Assistia este Religioso na missa da Serra da Goupaba e tinha encomendado ao nosso Padre Joao Alvares que lhe recolhesse em sua casa algumas cousas que por mar lhe iam em barcos ao porto do Ceara, o que o servo de Deus lhe fazia com inuito amor, suposto que as Aldeias em que o dito religioso assistia distavam muitas léguas do porto do mar; por muito obrigado se dava o Padre Ascenso Gago e para desempenho desta obrigação lhe ofereceu umas oitavas de ouro, as quais, por mais diligências que fez, não as quis aceitar, como fica dito, dizendo que ele não tinham necessidade de ouro, nem em suas mãos ou poder o queria ter ou ver. E se alguma ocasião aceitava alguma cousa, logo fazia doação à Congregação.

Em as cousas de seu uso foi sempre muito pobre: a sua roupeta era a mais velha, na qual ele mesmo, como já se disse, botava remendos sobre remendos, e isto mesmo fazia em todas as mais cousas de seu uso. No cubículo as alfaias eram nenhuma, tendo só nele o precisamente necessário. Daqui lhe nascia o grande zelo que tinha do bem comum. Em uma ocasião vi entrar o servo de Deus na cozinha de noite (que para estas entradas tinha licença) e vendo muitas luzes acesas, disse: Jesus, tantas candeias acesas, gastando tanto azeite à comunidade! E levado do grande amor que tinha à santa pobreza, sem dizer mais nada, se pôs com muita quietação a apagar as luzes, sendo que todas eram necessárias, segundo o pedia a grandeza desta officina, o que ele não entendia. Isto mesmo me disseram tinha feito em outras ocasiões. No Oitavário dos Defuntos, em que a Comunidade tem o trabalho de fazer alguns officios, é costume dar-se pão e mais alguma cousa à Comunidade no refeitório; e como o servo de Deus, por estar já muito velho e por isso andava com alguma tontice, ignorava isto, vendo que se continuava em dar-se pão à Comunidade por vários dias, se foi ter com o Padre Prepósito e lhe disse: meu Padre, aonde hão de ir parar estes gastos da Comunidade, com pão todos estes dias? Rindo-se então o Prelado e conhecendo nascer o seu reparo do zelo da santa pobreza, lhe declarou o sobredito costume, sossegando-o com esta notícia (assim o certifica o Padre Cipriano da Silva, Prepósito que então era da Congregação). Tinha muito

cuidado em matar o cupim que havia naquele tempo nesta casa em abundância e ia comendo as madeiras. Enfim, zelava muito as cousas da comunidade, pelo grande amor que tinha à Congregação, a quem chamava Mãe sua. Estando fazendo os últimos apontamentos de algumas dívidas que se lhe deviam por fora de algumas missas, disse-lhe o Padre Prepósito que dispusesse alguma cousa para sua irmã ou parentes pobres e para sufrágios de sua alma, ao que o servo de Deus respondeu que tudo era para a Congregação, que era sua mãe (assim o testifica o Padre Luís Correia). Nesta ocasião sucedeu um caso que bem mostra a sua pobreza e singeleza: declarava ele em um dos seus apontamentos que certo homem lhe devia e replicando um sujeito que lhe estava escrevendo que não havia clareza para se cobrar esta dívida, lhe respondeu que dissessem que ele assim o afirmava e que não havia de mentir, sendo Sacerdote. Bem manifestava com isto o pouco afêro que tinha às cousas deste mundo, pois de todos se fiava (o mesmo Padre o testemunha), havendo no mundo tantas trapaçarias e enganos.

Ainda não demos notícia da sua contínua oração: foi virtude esta em que se esmerou e que exercitou em toda a sua vida, adquirindo com ela todas as mais virtudes de que já tratamos. Não só a exercitava na oração mental, mas também na vocal. Muitas eram as devotas orações que rezava. Nunca faltou ao ofício divino; só o deixou de rezar quando, como fica referido, os prelados expressamente lho proibiram. Sempre rezou o ofício parvo de Nossa Senhora, ainda estando proibido do ofício divino. Todos os dias sem falta rezava o Rosário da mesma Senhora, e era esta excelente devoção a primeira oferta que à Virgem Santíssima fazia, tanto que se levantava pela manhã, que era muito antes das três horas, comumente. Também pelas almas do Purgatório, de que era muito devoto, oferecia dois Rosários, que todos os dias infalivelmente rezava, e muitas vezes oferecia também por elas o ofício dos defuntos, que rezava; e nos últimos anos de sua vida, em que esteve em casa, não perdia dia em que não fizesse sufrágios e visitas dos altares, aplicando pelas mesmas almas as indulgências anexas a essas visitas e concedidas aos sufrágios. Tinha também grande devoção ao Anjo da sua guarda e Santo do seu nome, fazendo-lhes todos os dias suas devotas ofertas. Enfim, quase todo o dia andava com as contas na mão.

Todas estas devoções e orações vocais acompanhava a oração mental. Tinha determinado para este exercício seis horas entre dia e noite; das três da madrugada sem interrupção até às seis, e das seis da tarde até às nove da noite, estando por todo este tempo de joelhos; e, depois que chegou à velhice, o mais que podia estava de joelhos e o resto em pé e nunca jamais assentado. Muito aumentava este santo exercício nas vigílias de Nossa Senhora e dos Santos. Nestas ocasiões pedia licença aos Superiores para se dilatar mais no côro; em uma destas lhe concedeu o Prelado o que pedia, e tendo este por costume de ir tomar a bênção ao Santíssimo Sacramento, antes de se recolher ao descanso do sono, fez reparo na postura em que deixava ao Padre João Alvares. Recolheu-se enfim o Prelado, ficando o servo de Deus no côro de joelhos em oração; pelas quatro horas e meia da manhã levantou-se o Prelado para ter com a Comunidade a oração costumada e vendo o servo de Deus na mesma postura em que o deixara, curiosamente lhe perguntou se se havia recolhido? E ele com sinceridade lhe respondeu: ah! nosso Padre, eu me hei esquecido e não me recolhi. Tão elevada era a sua oração que esquecendo-se de si só se lembrava de Deus! Desta comunicação amorosa que tinha com este Senhor lhe nascia o não lembrar-se das necessidades próprias e dos parentes, e o desprezo do mundo e seus e simplicidade e o grau de singeleza a que chegou, e as mais virtudes que teve em grau heróico. Enfim, a oração foi o meio por onde alcançou de Deus muitas graças, favores e dons, de que daremos uma breve notícia.

Primeiramente logrou o dom de lágrimas: tanto que se lhe falava em cousas de Deus e espirituais, logo se lhe formavam nos olhos duas fontes de lágrimas, e ainda que não tinha versado os estudos maiores, com grande acerto falava nas matérias do espírito. Nos últimos meses antes da sua morte, tendo perdido o tino para qualquer locução humana, tanto que a prática era de cousas de Deus e do Céu, logo, como depondo toda a tontice, falava com grande acerto e fazendo alguns Padres esta bem notável experiência acharam ser verdade o que se ouvia do servo de Deus, observando que tanto que mudavam a conversação, imediatamente perdia o tino e não acertava com o que havia de dizer. Muitas vezes se viram também seus olhos arrasados em lágrimas, quando fazia suas práticas espirituais aos seculares, e principalmente tratando da virtude da castidade,

edificando muito e confundindo estas lágrimas aos ouvintes.

Também mostrou que teve o dom da profecia, porque em muitas ocasiões disse algumas cousas que ao depois vieram a suceder. Claramente se viu isto no caso acima referido, do homem que privou da vida a seu sobrinho, pois dizendo-lhe o Padre que a mesma arma com que tirou a vida a seu sobrinho lhe havia servir de verdugo, que lhe havia de dar a morte, assim succedeu, e se viu verificado o seu dito em breve espaço de tempo, pois o dito matador adoecendo grave, com a moléstia, das dores que padecia, desesperado, pegou na mesma espingarda com que fez a morte e se matou a si mesmo, servindo-lhe o instrumento de seu pecado de exato executor da divina justiça, verificando-se à risca o que o nosso servo de Deus, com tanta pena e dor, lhe havia prognosticado. Além de outros sucessos que pelo discurso desta história vão tocados, não é menor prova deste dom o caso seguinte: já fica dito como o Padre João Alvares, atendendo ao mau estado em que estavam o Capitão-mor e alguns dos soldados que estavam na Capitania do Ceará, lhes negou a absolvição e os declarou, como seu verdadeiro Pároco, por excomungados, e fazendo o dito Capitão-mor pouco caso da excomunhão, dizendo que os Capitães-mores e soldados não podiam ser excomungados por estarem no serviço de Sua Majestade, o servo de Deus lhes disse as seguintes palavras, antes de se vir para Pernambuco: vós não temeis a Deus, desprezais a Deus, a sua Igreja e as suas censuras eclesiásticas, excomungado haveis de morrer, o que assim succedeu, porque depois de poucos dias do apartamento do servo de Deus para esta terra, morreu o Capitão-mor sem ser absolto da excomunhão, ainda que na sua morte mostrou ter sinais de arrependimento.

Em certa ocasião indo eu por seu companheiro fora de casa, ao passar uma ponte que há deste Recife para a banda de Santo Antônio, vendo ele o edificio da nossa Igreja nova, me disse: eu não hei de ver a Igreja acabada, Vossa Reverendíssima sim, o que se verificou, porque acabou a vida antes de se acabar esta. Estava já sacramentada e sem esperanças de vida D. Maria [da Costa Araújo], mulher do Capitão José Ribeiro Ribas, e pedindo um Padre desta Congregação, primo da dita enferma, ao nosso Padre João Alvares que a encomendasse a Deus, ele o prometeu de fazer. Encontrando-se no dia seguinte com o dito sugeito lhe disse que a enferma logo havia de ter saúde e que não havia de



ser nada a doença, sendo que o médico e cirurgião que lhe assistiam, afirmavam que dela morria: verificou-se o que o servo de Deus tinha prognosticado, pois daí a três dias teve grande melhora a enferma e ultimamente sarou, sendo a saúde geralmente reputada por milagrosa. Por morte do Padre Antônio da Conceição, um dos primeiros filhos desta Congregação, lhe disseram alguns Padres por galantearem: Vossa Reverendíssima é o que agora se segue a morrer, ao que ele prontamente respondeu dizendo: ainda não de ir três dias de mim, o que à risca se verificou, pois primeiro que ele morreram o Irmão Gaspar Rodrigues, o Padre José de Azevedo (?) e o Irmão João Pacheco, sendo um deles ainda moço. Vendo em uma ocasião a certo homem disse para outros que estavam na sua companhia com grande : Deus o livre de uma grande desgraça, que está para lhe suceder; e sucedeu que daí a quinze dias foi morto tiranamente por um parente seu. Antes de padecer a enfermidade a que morreu, lhe deu uma disenteria de cursos continuados por muitos dias, e julgando o médico ser doença muito perigosa pela sua muita velhice e grande debilidade lhe deu sentença de morte, e esta lhe propôs um Padre de casa. O bom velho disse: eu não morro desta doença, hei de morrer a meu achaque, o que se viu cumprido à risca, pois melhorado dos cursos veio a falecer do cancro, que era a enfermidade de que falava (assim o depôs o Padre Manuel dos Santos). Quando já ultimamente enfermo por espaço de dois meses, julgando alguns Padres desta casa, pelos sintomas e sinais externos, que era chegado o tempo de sua morte, caritativamente lho quiseram declarar, dizendo-lhe: nosso Padre João Alvares, a vida parece que se vai acabando, ao que ele acudiu logo, dizendo: não Padres, ainda agora a enfermidade está no meio, há-de durar outro tanto que até agora tem durado, o que se viu verificado, porque durou ainda o servo de Deus dois meses, os quais completos, completou a vida (assim o certificou o Padre Luís Correia). Parecendo aos Padres que em uma noite lhe assistiam nesta última enfermidade, que seria a última de sua vida, pelas ânsias e mais sintomas que nele viam, deu um deles conta ao Prelado, para que se lhe desse a Santa Unção, o que a todos pareceu acertado. E estando para se lhe administrar, repugnara o servo de Deus, dizendo que ainda não era tempo e que não morreria tão cedo, e posto que a tomou obrigado da obediência, viemos a conhecer todos serem as suas palavras mais proféticas que acaso, pois sendo o dia deste su-

cesso em 17 de junho veio o dito Padre a falecer em 29 de setembro (o mesmo Padre o jurou). Enfim, seria fazer um largo processo querer escrever aqui todos os casos que prognosticou, mas neste pouco se mostra como Deus lhe havia concedido o dom da profecia.

Também teve o dom de curar enfermos: assim se poder e claramente entender pelas muitas curas, ao parecer prodigiosas, que fez como acima referimos, quando se tratou de sua abrasada caridade. Só neste lugar me pareceu pôr dois prodigiosos casos, um obrado por meio de um vaso de água e outro do solidéu do servo do Senhor, quando ainda vivo, os quais depôs o Sargento Antônio Parreira de Albuquerque que assistiu em sua companhia quatorze semanas na Aldeia de Ipojuca. Foi o primeiro que estando uma índia com dores de parto havia 3 ou 4 dias e já desconfiada da morte, por não poder lançar a criança, mandou chamar ao nosso Padre João Álvares seu Missionário para se confessar, pois entendia que morria. Acudiu logo o servo de Deus como costumava e chegando à porta da casa da enferma lhe perguntou o que tinha; relatou ela o successo, ao que o Padre lhe respondeu: isso não é nada. Tendes aqui água? tornou ele a perguntar. Sim, Padre, respondeu a índia. Mandou-lhe então que bebesse um bom vaso de água, assim o fez a enferma e logo sem dilação lançou o feto. O segundo caso foi que buscando ao Padre João Álvares, neste mesmo tempo, certo homem morador na freguesia de Ipojuca, para nele achar remédio para umas grandes dores de cabeça que padecia havia largos tempos, e chegando a tempo que o servo de Deus ia dizer missa, comunicou o achaque ao homem que estava em sua companhia, o qual lhe aconselhou que, enquanto o Padre dizia missa, pusesse ele na cabeça o solidéu que na sacristia tinha deixado o servo de Deus; assim o executou o enfermo e com tão bom successo que antes que acabasse o Padre a missa de todo tinham cessado as dores de cabeça, ficando livre desta penosa moléstia. Também consta que estando em a mesma Aldeia e dando um índio um grande golpe com o machado no pé, o Padre o chamara e pegando-lhe no pé lhe botara uma pouca de terra, a qual lhe estancou logo o sangue.

Antes de chegarmos a dar notícia de sua preciosa morte é bem que façamos uma breve menção de muitos prodígios que Deus obrou com ele e com as suas cousas: muitas vezes passando caudalosos rios se viu em perigo de perder a própria vida, porém de todos o livrou a Divina mão.

Bem conhecia este Senhor que os intentos de seu servo nestas passagens de rios eram dirigidos ao bem das almas (tanto arriscava a própria vida por lhes comunicar a vida espiritual da graça que lhes ia administrar!). Isto lhe succedeu muitas vezes, quando, assistindo no Ceará, depois de dizer missa nos domingos e dias santos e administrar os Sacramentos em uma aldeia, passava a dizer outra missa em outra, particularmente no tempo do inverno, em que vão naquele país os rios muito impetuosos. Ia em certa ocasião o servo de Deus a administrar os Sacramentos a um enfermo, quando na passagem de um rio succedeu tropeçar e voltar a água sobre [o cavalo em] que ia, e ficando debaixo dele; por mais diligências que fez se não pôde levantar. Recorreu o servo de Deus ao auxílio divino e experimentou-o tão grande que imediatamente se quebraram os loros dos estribos, que eram novos, podendo ele então escapar de tão evidente perigo.

Em outra ocasião, indo embarcado deste porto para o Ceará com tempo tempestuoso e rijo, aportaram nele; e como a costa do mar naquele sítio espraia muito, deram fundo ao barco muito distante da terra, pelo que se resolveu o servo de Deus com mais alguns nossos a sair na lancha à terra. Meteram-se todos nela e como o vento soprava muito, as ondas estavam empoladas e o mar se achava furioso; a breve espaço de navegação previu o nosso Padre João Álvares o naufrágio (como depois succedeu, virando-se a lancha) e assim tratou de se pôr capaz de nadar, lançando de si as roupas maiores e que mais o podiam impedir. Tudo foi pondo no seu patuá, sobre o qual pôs também o Breviário que até então levava pendurado ao pescoço pelas correias. Lançou-se enfim ao mar, antes que se virasse a lancha: chegou a terra e começou logo com cuidado a procurar pelas praias o que mais estimava, que era o seu Breviário (que já então havia succedido o naufrágio da lancha). Chegou a um rancho de pescadores que naquelas praias se achavam e inquiriu deles se teriam notícias do seu Breviário e pelos sinais que lhes deu, veio deles a entender que um dos homens que vinha na lancha o levava lançado ao lado pelas correias; foi em seu alcance e avistando-o, viu logo o seu Breviário, não o tendo visto e ignorando o homem que o tinha ao pescoço, sendo certo que o servo de Deus o tinha posto sobre o seu cesto: pediu-lho e tendo-o nas mãos o viu enxuto e sem sinal que houvesse naufragado na lancha, sendo sem dúvida que o mesmo homem tinha escapado a

nado. Caminhava o servo de Deus em companhia do Capitão de cavalos José de Melo e Albuquerque (assim o ) e algumas pessoas mais, e desfazendo-se o céu em grande abundância de águas, de sorte que todos chegaram bem molhados à aldeia para onde iam, repararam todos que o Padre João Álvares chegara todo enxuto e sem o menor fio de suas roupas tocado de água. Em uma ocasião vindo à fortaleza do Ceará e chovendo rigorosamente, chegou enxuto, sendo da sua aldeia em que assistia três léguas ao forte, as quais caminhou a pé. Passando no mesmo Ceará um rio que é braço de mar e estando muito cheio, de sorte que ia de monte a monte, pela multidão de água que tinha chovido, se viu o servo de Deus afogado, por se virar a jangadazinha, do qual perigo o livrou um menino que patentemente se viu puxando-lhe pela roupeta e pondo-o em terra. Estando na sua Aldeia da Caucaia (?) tinha dois ou três pés de catolés, os quais todo o ano lhe davam frutos que era o seu sustento e a que chamava seus pêssegos, não havendo nas outras partes esta fruta senão a seu tempo. Nasceu ao servo de Deus um lobinho sobre um dos joelhos e o remédio com que sarou e o tirou foi dando com um martelo sobre ele duas ou três pancadas, mostrando Deus com estes prodigiosos favores a larga mão com que o favorecia, sendo o maior deles o conservar-lhe este Senhor a vida 32 anos no Ceará com tanto trabalho, que parece impossível a homem mortal, como já fica referido.

Temos feito até aqui uma brevíssima recopilação das virtudes e prodigiosas obras com que em vida resplandeceu o nosso Padre João Álvares da Encarnação. Agora é preciso declarar o prodigioso da sua morte. Depois de completar 85 anos de idade, consumados todos em serviço de Deus, de tal sorte lhe cresceu um cancro que havia muitos anos tinha nas partes pudendas, como fica dito, que lhe foi preciso recorrer à arte da cirurgia e mostrar-se aos professores dela, ainda que com bem pena da sua modéstia, a qual venceu a obediência dos Superiores. Todos os cirurgiões que o viram se admiraram muito de ver semelhante achaque em um corpo tão velho e destituído de forças, parecendo-lhes que não era possível sofrer os instrumentos tão violentos, quais são os com que só pode com muita contingência ter algum remédio este achaque: ainda assim deram princípio à cura, entendendo sem dúvida que desta enfermidade morreria, o que também entendia o servo do Senhor e o predisse algumas vezes, como já dissemos

Continuou-se a cura; fizeram-se todas as diligências e applicaram-lhe todos os remédios possíveis, mas nada foi bastante; para que escapasse de tão penosa doença nem houve medicamento algum tão eficaz que pudesse contrastar com a fúria da morte. Enfim chegou a tal estado que se julgou exalar os espiritos vitais. Administraram-lhe os últimos Sacramentos, que recebeu com a sua costumada devoção; durou ainda alguns dias, posto que já corruta a chaga, da qual e de uma asquerosa ingua que se lhe fez, nascia pestífero cheiro. Na manhã pois de 29 de setembro da era de 1719, pelos três quartos para às 8 horas, dia do Arcanjo São Miguel, a quem tinha muita devoção e havia consagrado a primeira Igreja que fundou nas missões, como fica referido, entregou a vida nas mãos da morte, tendo de idade 85 anos, 6 meses e 25 dias. Parece que o Príncipe da milícia celeste quis pagar o muito que por ele tinha obrado nesta vida, levando-o em seu dia ao tribunal divino, no qual tem por officio apresentar as almas que se apartam dos corpos nesta vida, metendo-o, como piamente se crê, de posse na Glória.

Tanto que morreu logo se mostrou Deus cuidadoso em publicar a virtude grande deste seu servo. Logo o livrou daquelle pestífero cheiro que em vida tinha com a podridão da chaga, pois não se podendo chegar, quando vivo, à porta do cubículo por causa deste, já se não sentiu mau cheiro algum, de sorte que cheirando alguns sujeitos desta casa, por curiosidade, a chaga, de que procedia, certificavam todos que nenhuma asquerosidade experimentavam, o que se viu também nos panos com que se curava. E fazendo esta mesma experiência, depois de 20 horas do seu falecimento, se experimentou o mesmo, com grande admiração ainda dos cirurgiões, os quais afirmaram não poder ser isto natural, assim por razão da corrução já feita naquela parte como pelo calor da terra; e afirmou um deles que morrendo uma mulher de semelhante achaque e não sendo ainda passadas muitas horas, com grande dificuldade a levaram a sepultar, não se podendo já sofrer o mau cheiro.

Ficou com aprazível semblante, causando a todos veneração e admiração; tendo antes do seu falecimento os olhos totalmente nublados, depois os tinha claríssimos, sem névoa alguma, e se lhos abriam, sem dificuldade os tinha abertos. Também comunicou Deus uma pasmosa flexibilidade, pois toda a ação e movimento que queriam o fazia sem repugnância; e sendo que antes da sua morte tinha as per-

nas tao inteiriçadas que custava excessivo trabalho para o sentarem, para qualquer dos ministerios naturais, depois de seu falecimento sentavam-no sem repugnancia e meneavam-nas, pelo que conclui [?] comigo, fazendo muito especial reparo nesta materia, que era prodigiosa a sua flexibilidade. Quando em sua vida quebrou o braço direito ficou de algum tanto leso, de sorte que não tinha nele todo o movimento; e depois de morto pegando-lhe eu e os mais, nele e na mão achei fazer com ela o que em vida não podia executar, pois não podendo sem grande dificuldade levar a mão à cabeça, depois sem repugnância a levava. Não tinha também movimento para as costas da dita mão, tendo-a sempre direita, e depois de falecido teve este movimento, enfim, como se fora um tenro infante, faziam de seus membros o que queriam.

Logo que expirou voou por toda esta Vila a fama da sua morte, e foi tão superior a comoção de todo este povo, que sem detença concorreram todos à nossa Casa, pedindo que queriam ver ao Padre Santo (este era o título que lhe davam). Custou muito aos porteiros impedirem-lhes o ímpeto com que queriam ir ao mais interior da clausura, onde estava o seu corpo. Determinaram os Prelados darem-lhe sepultura no mesmo dia à tarde em que faleceu, e trazendo-o para este efeito para a Igreja, não foi possível fazer-se o que se intentava com a multidão do povo que estava na Igreja esperando esta função. Todos o queriam tocar e beijar-lhe as mãos e pés; uns queriam tocar nele contas, outros tomavam medidas, muitos pretenderam cortar-lhe a roupa e custou muito a defendê-lo desta devota pretensão. Até às 9 horas da noite não cessaram destas diligências e toda a noite continuariam nelas se por força se não lançasse a gente fora da Igreja; mas antes que se tocassem as quatro horas e meia, já muitos tocavam à portaria com as mesmas pretensões da tarde e noite passada. Começaram a concorrer também os povos circunvizinhos e cada vez crescia mais o tumulto, não se ouvindo pelas ruas mais que vozes que aclamavam o servo de Deus por santo. Dos homens, mulheres, brancos e negros, Religiosos e Seculares, foi venerado; de todos era uma única a voz pelas praças e ruas: vamos ver o Padre Santo, excitando-se uns a outros para esta veneração. Pelas nove horas da manhã custou muito a lançar fora da capela-mor da nossa Igreja, que não é pequena, aonde estava o corpo, para se lhe fazer o officio: enfim fez-se tudo como desejavamos, mas ainda mal estava

acabada esta função, quando todo o povo, com o mesmo impulso que de antes, lançando-se por cima das grades, tornavam às mesmas diligências da sua grande devoção.

Enfim deu meio-dia sem que se quisesse retirar tão grande multidão de povo: foi necessário então usar de indústria, dizendo que havia estar ainda exposto o corpo do Servo de Deus mais dias. Publicada esta nova desistiram com alguma dificuldade da empresa e fecharam-se as portas da Igreja e depois, com superior resolução e unânime conselho de toda a Comunidade, se deu o corpo à sepultura, sendo excessivo o sentimento que tiveram todos aqueles que antes das duas horas da tarde e por toda ela quiseram ver e venerar o corpo do servo de Deus, já sepultado, formando sentidas queixas desta Comunidade por lhe haver tirado da vista objeto tanto da sua devoção, consolando-se então com fazerem oração junto à sua sepultura, a qual foi na Capela-mor da nossa Igreja para a parte da Epístola, junto à porta que para ela se entra. Este foi o feliz trânsito com que passou desta vida temporal para a eterna, como piamente se pode crer, o nosso Padre João Alvares. Estas as virtudes com que resplandeceu em sua vida e estes os prodígios com que Deus o ilustrou em sua morte.

Mas ainda além da morte passou o cuidado de Deus em honrar a este seu servo, obrando por meio de seus vestidos e cousas tocadas em seu corpo, alguns, ao que parece, prodígios. Entre estes tem o primeiro lugar o que obrou com o filho de Luís Gomes Freire, casado com Antônia de Brito: tinha este um filho quebrado e procurando na medicina todos os remédios que podiam conduzir para a cura de tão penoso achaque, nenhum lhe aproveitou. Movido então com superior ilustração, disse à mulher que fizesse uma funda de pano e no chumaço dela metesse um pouco de algodão, o qual ele tinha metido na mão direita do servo de Deus, no tempo em que esteve exposto na nossa Igreja. Assim o executou a mulher e tanto que o menino se atou com a funda, logo cobrou inteira saúde e ficou livre da quebradura, como se nunca a tivera. Assim veio o dito homem depor a esta Casa, rendendo ao servo do Senhor as graças na sua sepultura por tão prodigiosa mercê.

Certifica o Capitão de cavalos José de Melo e Albuquerque que achando-se sua filha D. Antônia, casada com o Alferes Manuel Luís da Rocha, em tão grande perigo de parto, que já havia seis dias que tinha a criança morta dentro do ventre, sem haver remédio com que a pudesse lançar,

se lembrara de uma relíquia de uma camisa do nosso Padre João Alvares (que tinha em grande veneração pelas suas virtuosas obras e santa vida) e a applicara com tanta fé e bom successo à enferma, que logo logo lançou a criança já quase delida e podre, livrando desta maneira do grande perigo em que se achava. Estando com uma grande dor D. Catarina Gomes de Figueiredo, mulher do Coronel Miguel Correia Gomes, e não se aplacando esta com repetidos remédios, tanto que applicou à parte ofendida um pedaço da manga da roupetã do servo de Deus, começou a sentir algum alívio, afirmando por esta razão que tinha o dito retalho como mui preciosa relíquia. Imaginava Manuel Soares, homem de boa vida, já moribundo a um filhinho seu, pelos grandes gritos e gemidos, torcimentos do corpo e outros sinais, quando lembrando-se de um pedacinho da camisa do nosso servo de Deus e applicando-o ao infante experimentou que immediatamente sossegara, dormira e amanhecera são, por cuja causa tem aquella pequena relíquia por antidoto das suas enfermidades: assim o certificou o mesmo homem, declarando Deus ao mundo com estes prodigiosos sinais a glória de que goza a sua alma, como de uma tão ajustada e santa vida se pode crer.





## Os Alecrins no Canavial: a Açucarocracia Pernambucana Ante-Bellum (1570-1630)

*Evaldo Cabral de Mello*

"avencas na caatinga,  
alecrins no canavial"  
(Chico Buarque de Holanda,  
"Fado tropical").

É a partir do último decênio do século XVI que, graças sobretudo à documentação inquisitorial relativa à visitação de 1591-1595, o historiador logra entrever, pela primeira vez, a estrutura social das grandes áreas de produção açucareira da América Portuguesa: o Recôncavo baiano e a mata pernambucana; e, em particular, o estrato social que ocupou o primeiro plano da cena nas nossas regiões canavieiras: a açucarocracia. A rigor, ele só emerge como grupo no derradeiro quartel do quinhentismo. Se em 1549 o donatário de Pernambuco enumerava entre as categorias de povoadores da sua Nova Lusitânia os que construíam engenhos de açúcar ou granjeavam partidos de cana, 1/ a realidade era que então os primeiros podiam-se contar nos dedos de uma mão e os segundos seriam apenas mais numerosos, pois ainda quando do falecimento de Duarte Coelho, quase vinte anos decorridos do início da colonização de Pernambuco, não havia mais de cinco engenhos na capitania, dos quais um pertencia ao próprio Duarte e outro a seu cunhado, Jerônimo de Albuquerque. O mesmo raciocínio é, aliás, *a fortiori* aplicável à Bahia, onde o povoamento do Recôncavo ficará na dependência da instalação do Governo Geral naquele mesmo ano da graça de 1549. Que a formação da açucarocracia na Bahia ou em Pernambuco só se tenha verificado a partir de finais do século XVI parecerá perfeitamente natural a quem tiver em mente que os núcleos

agrário-exportadores da colônia só nos anos setenta conseguiram efetivamente desamarrar graças ao surto da economia açucareira deste lado do Atlântico e a decorrente expansão da fronteira agrícola na Bahia e em Pernambuco.

Quem eram estes homens que precisamente naquele decênio começam a ser designados por senhores de engenho? 2/ Na sua quase totalidade, a açucarocracia *ante-bellum* compunha-se, na Bahia como em Pernambuco, de reinóis. Quando se compulsava a documentação inquisitorial, constata-se que os proprietários já nascidos no Brasil não chegavam a representar um décimo dos senhores de engenho. O fato não deve causar surpresa. O povoamento era ainda recente; o 'boom' açucareiro, recentíssimo; a herança ainda não se tornara uma forma estatisticamente expressiva de transmissão da propriedade. O engenho de açúcar era erguido pelo seu fundador com recursos próprios ou, mais provavelmente, emprestados; ou transmitido por compra-e-venda — e evidentemente eram os filhos do Reino, demográfica (68% da população colonial nas duas principais áreas, açucareiras) 3/ e economicamente dominantes que dispunham do cabedal com que efetuar uma e outra operação. A existência desta minoria de mazombos indicaria, aliás, que os filhos e netos dos primeiros povoadores não haviam ficado com o melhor quinhão e que, tendo seus pais e avós chegado muito cedo num mundo muito novo, tinham-se visto obrigados a partilhar as oportunidades da terra, mas em inferioridade de condições, com os retardatários, com os recém-chegados do Reino que, ricos ou espertos, haviam sabido cavalgar a crista da onda de prosperidade criada pelo açúcar.

Foi isto ao menos o que ocorreu com o grupo duartino e por duartinos (expressão cunhada por J. F. de Almeida Prado) podem-se entender os colonos fixados na capitania durante o governo de Duarte Coelho e de sua viúva, dona Brites de Albuquerque (1535-1560). Os povoadores duartinos não lograram ficar com a 'parte do leão' da economia açucareira, a despeito de contar nas suas fileiras com alguns dos proprietários mais ricos da capitania. A difundida noção de que eles dominaram social e economicamente a Nova Lusitânia constitui basicamente uma leitura anacrônica feita a partir de realidades bem diversas, como eram as predominantes nos séculos XVIII e XIX. Destes troncos, a primeira e segunda gerações de descendentes que lograram acesso à açucarocracia fizeram-no não particular-

mente graças à herança paterna mas sobretudo ao cruzamento com os reinos transplantados após 1570 ou seus filhos, vale dizer, predominantemente por via feminina. É o que revela o exame de algumas das linhagens fundadoras, precisamente as mais bem sucedidas, haja vista o haverem perdurado na memória genealógica, sempre madrasta dos que a língua castelhana chama expressivamente de 'veniuos a menos'. Com efeito, a história das famílias mais favorecidas permite pressentir a sorte acanhada e mesmo obscura que foi a da maioria dos troncos duartinos e seus rebentos. Seu único trunfo consistiu nas sesmarias concedidas pelos donatários, ao redor de Igarapé primeiro, depois no delta do Capibaribe, por fim na franja costeira do Cabo às Alagoas quando, nos anos sessenta, se abriu a nova fronteira agrícola ao sul dos Guararapes. Ainda nos anos sessenta e setenta, os donatários concediam datas de terra a antigos moradores de Olinda, gente chegada à capitania em vida de Duarte Coelho, inclusive artesãos. 4/

Trunfo, o dos duartinos, a bem dizer menor. A terra, relativamente abundante, era insuficiente para garantir a posição sócio-econômica de uma família no contexto da economia açucareira, se não fosse combinada com os cabedais com que montar engenho e adquirir a dispendiosa mão-de-obra africana, exatamente os recursos de que careciam estes primeiros povoadores e sua prole. Em consequência, a data herdada do pai ou foi cultivada com produtos de subsistência, ou foi plantada de cana, livre ou obrigada à moenda alheia; ou ainda foi simplesmente alienada, precoce especulação fundiária, a algum colono recém-chegado desejoso de levantar fábrica de açúcar mas que, obrigado a fazê-lo em área de fácil comunicação fluvial ou marítima, via-se na contingência de adquirir as terras a quem as havia obtido do donatário. Destarte cultivando mandioca ou cana ou vendendo seu quinhão da sesmaria paterna, a maioria dos duartinos teve de resignar-se à obscuridade social dos remediados, quando não dos pobres, vegetando na mediocridade e no rancor que os farão esquecer pelos primos ricos e, na esteira destes, pelos genealogistas dos séculos XVII e XVIII. O caso do velho João Pais Barreto, dotando cada um dos seus oito filhos com um engenho moente e corrente ou com ótimas terras de várzea em que levantá-los, foi verdadeiramente excepcional, como aliás indica o registro que dele fizeram, já na época e com indisfarçável admiração, o padre Jácome Monteiro e frei Vicente do Salvador. 5/

Detenhamos-nos nos filhos varões daqueles troncos duartinos a cujo respeito a informação genealógica é razoavelmente completa. 6/ Dos filhos de Felipe Cavalcanti, apenas Antonio Cavalcanti seria senhor de engenho; dos de Arnau de Holanda, somente Antonio de Holanda de Vasconcelos; dos de D. Felipe de Moura, nenhum, embora D. Francisco de Moura tivesse herdado o engenho Cocau, de que foi o proprietário absenteísta. Todos os demais ingressaram na carreira militar ou na administração colonial, indo servir a El-Rei longe do Brasil; ou entraram em religião. Veja-se a numerosa progênie de Jerônimo de Albuquerque. Dos seus quatro filhos com dona Felipa de Melo, apenas o morgado, Joao de Albuquerque, terá possuído engenho, se é que este realmente constituiu, como se pode supor, o essencial do morgadio fundado pelo pai. Quanto aos doze bastardos tidos em dona Maria do Espírito Santo Arcoverde e em outras mulheres, contam-se apenas três senhores de engenho: Jerônimo de Albuquerque, o conquistador do Maranhão, que, já velho, ergueria o engenho Cunhaú na sesmaria que se talhara no Rio Grande do Norte; e Pero e Felipe de Albuquerque. Todos os demais, havendo bem ou mal alienado suas parcelas das terras que o velho Jerônimo lhes deixara na várzea do Capibaribe e em Sirinhaém, trataram de ganhar a vida por outros meios que não os da lavoura. Para tanto, valeram-lhes em especial, como aliás a outros rebentos de troncos duartinos, os laços de parentesco e de clientela com a família donatarial, a qual, absenteísta desde o falecimento de dona Brites (1584), deu-lhes natural preferência no provimento dos cargos de administração local; e, por outro, não hesitou em socorrer os primos com novas doações de sesmarias. Valeram-lhes igualmente as oportunidades de ganho ou emprego criadas pela expansão do poder português ao longo da costa leste-oeste, a que Pernambuco serviu de base; ou a repartição de terras a que este avanço deu lugar, como no Rio Grande do Norte, generosamente retalhado por vários Albuquerques. A quem não soube ou não pôde tirar partido destas circunstâncias, restava ainda a alternativa de ir ganhar a vida no Rio e na Índia — ou a de morrer pobre e sem descendência na capitania que o pai e o avô ajudara a conquistar.

Não surpreende, pois, que, quando da ocupação holandesa (1630), o brabantino Verdonck descrevesse sarcasticamente os Albuquerques como "grandes fidalgos segundo se julgam, mas na realidade gente pobre e indigente". 7/

O que, aliás, não inibiu Bento Teixeira de procurar afagar, nos versos 269-72 da "Prosopopéia", a vaidade ou o ressentimento da prole masculina de Jerônimo de Albuquerque, comparando-a aos grandes *piscinari* da Roma clássica que preferiam trocar as asperezas da vida pública por uma existência de ociosidade e hedonismo nas suas esplêndidas moradas das cercanias da urbe imperial. Segundo o poeta, os Albuquerques de Pernambuco se haviam assim comportado ao sofrerem a decepção de não verem premiados por El-Rei os serviços prestados pelo pai na fundação da Nova Lusitânia. É plausível que haja neste passo uma alusão à ausência de filhos de Jerônimo de Albuquerque na campanha de D. Sebastião em África, 3/ ausência que, nesta hipótese, ter-se-á explicado antes pela penúria a que se achavam reduzidos os mais deles e à conseqüente impossibilidade de custearem, como fizeram com largueza os primos, donatários e ricos, as pesadas despesas que acarretava o serviço militar da nobreza.

A posição das filhas discrepou significativamente da sorte dos irmãos. A data de terra herdada da sesmaria paterna serviu-lhes de dote com que atrair o reinol endinheirado que tencionava fundar engenho. Através delas e não dos filhos varões é que a maioria das famílias senhoriais vinculou-se ao passado quartino; graças a elas e não a eles é que os descendentes dos primeiros povoadores da Nova Lusitânia puderam conquistar o seu lugar ao sol da ordem açucarocrática. Se das quatro filhas legítimas de Jerônimo de Albuquerque, duas casaram-se com senhores de engenho, foram por excelência suas meias-irmãs, as filhas da Arco-verde, que se tornaram o ventre gerador das principais lhnagens açucareiras. Todas foram casadas com senhores de engenho, sendo que duas delas, dona Joana e dona Brites de Albuquerque, radicaram-se em propriedades de Sirinhaém, tiradas certamente da sesmaria do pai. Das seis filhas de Felipe Cavalcanti, três casaram-se com senhores de engenho; das cinco de Arnau de Holanda, todas; das três de D. Felipe de Moura, duas. Na formação da açucarocracia pernambucana, o papel dos troncos quartinos consistiu menos no de fundador de engenhos do que no de dispensador de terras e de mulheres aos que podiam levantá-los.

\* \* \*

De reinóis, pois, e não de mazombos, compôs-se majoritariamente a açucarocracia *ante-bellum*; de reinóis que

eram também via de regra não os rurícolas afidalgados do imaginário nativista mas cidadãos, entenda-se, indivíduos procedentes ou das grandes cidades marítimas (Lisboa, Porto, Viana, Aveiro); ou de médias e pequenas vilas do interior de Portugal: do Minho (Barcelos), da Estremadura e do Alentejo (Estremós, Castro Verde, Olivença, Palmela, Portalegre), do Algarve (Silves, Portimão). Seja dito de passagem que os dados de fontes inquisitoriais, a despeito da insuperável pobreza do universo estatístico que esboçam, sugerem que a composição regional da açucarocracia não se desviou notavelmente da distribuição da população reinol da colônia, já analisada com base na mesma documentação: predominância numérica dos colonos nortistas, seguidos dos contingentes oriundos de Lisboa e cercanias, do Alentejo, do Centro e, por último, do Ribatejo e do Algarve. 9/ As origens urbanas da açucarocracia explicam-se, aliás, em função mesmo das camadas sociais em que ela inicialmente se recrutou. O primeiro destes estratos foi o funcionalismo da Coroa, os ocupantes de cargos municipais, as profissões liberais. Entre os senhores de engenho do primeiro século surgem filhos de letrados, de notários, de autoridades locais, de advogados, de empregados régios e até de um intendente de D. Antônio, prior do Crato e pretendente infornado à Coroa portuguesa. Ademais, é raro que eles se fixem de entrada como proprietários; o freqüente é que emigrem da burocracia colonial e mesmo que exerçam simultaneamente a gestão da sua fábrica e da função pública: que tenham sido ou que sejam ainda advogado, ouvidor, juiz de órfãos, escrivão da Câmara, provedor da Fazenda, auditor da gente de guerra, contratador de impostos, capitão-mor, almoxarife, secretário de governador, sargento-mor; acumulação que, de resto, tornava-se possível graças ao fato de que o senhor de engenho era sobretudo o dono da fábrica, não o cultivador da cana, o que o liberava, nos meses da entressafra, da obrigação de permanecer na propriedade.

Daí as pretensões nobiliárquicas, sabido que o exercício de funções públicas, mesmo puramente locais, tendia a formar uma "camada superior do terceiro estado" que buscava aproximar-se das duas ordens privilegiadas e que, sem ser formalmente considerada como parte destas, lograva criar a impressão ambígua de que se lhes pertenciam. 10/ Com relação a Pernambuco, é significativo que vários dos indivíduos a quem a tradição genealógica viria a atribuir condição nobre não a tivessem alegado ao identificarem-se

perante a mesa do Santo Ofício: o caso de Gaspar Frágoso, Álvaro Velho Barreto, Agostinho de Holanda, Brásia Monteiro, Duarte de Sá, o caso do próprio Felipe Cavalcanti, apesar de já frei Vicente do Salvador chamá-lo de "fidalgo florentino" — vale dizer, alguns dos colonos cuja nobreza constituiria um artigo de fé para os linhagistas nativistas. Tudo o que eles mencionaram para fazer valer sua posição social foi ser alcaide-mor de Olinda ou de Igaráçu, e os demais serem "dos da governança desta terra" ou "desta vila"; ou serem filhos de pessoas pertencentes no Reino ou no Brasil "aos da governança" da sua vila ou cidade.

Não há assim motivos para crer que a açucarocracia da Nova Lusitânia tivesse incluído parcela ponderável de colonos nobres ou que sua participação no conjunto da população da capitania houvesse sido percentualmente superior à da nobreza metropolitana no conjunto da população do Reino. O mesmo, aliás, pode-se dizer no tocante à Bahia, onde as pretensões nobiliárquicas tampouco foram modestas. São raros os senhores de engenho a identificarem-se perante o Santo Ofício como "fidalgo de linhagem", "de geração", "da Casa de Sua Majestade"; ou como filhos de "gente nobre" ou "fidalga": uma declaração que, aliás, tinham todo interesse em fazer, especialmente naquela conjuntura. Seus pares não devem, portanto, ter sido muito mais numerosos. Até onde o historiador consegue enxergar, evitando, o que não é fácil, as lentes deformantes da genealogia nativista, os raros troncos fidalgos estabelecidos na Bahia e em Pernambuco antes de 1625-1630 seriam os rebentos da pequena nobreza provincial do norte de Portugal, marginalizados pelos morgadios, pela crise da economia senhorial e pela furiosa competição em torno das posições no Paço, nas repartições e no Ultramar. Misturados a eles, um ou outro filho da nobreza de toga (os irmãos Bernardino e Sebastião de Carvalho) ou da nobreza da Corte (D. Felipe de Moura ou D. Luís de Sousa).

Destarte, a açucarocracia *ante-bellum* compôs-se na sua quase totalidade de gente de extração popular, algo de bem diverso portanto das noções inculcadas pela tradição nativista, para quem a chegada de Duarte Coelho constituiria um revoada de fidalgos e para quem, desde estes dias remotos, a Nova Lusitânia pululara com os rebentos de várias das melhores famílias do Reino. Do próprio donatário, há quem atualmente ponha em dúvida, e com boas razões, a origem nobre, vendo nele um "soldado de fortuna", de "pais



obscuros", que soube fazer carreira a serviço d'El Rei, obtendo como prêmio o título de fidalgo da Casa Real e o casamento numa família nobre mas empobrecida. 11/ A presença de fidalgos na capitania teria consistido, aliás, segundo o depoimento sempre idôneo do autor dos "Diálogos das Grandezas do Brasil", menos numa característica inicial do povoamento do que numa adição relativamente tardia ao primitivo estoque de colonos, que Brandônio apresenta como gente de origem plebéia que, como os seus filhos já nascidos na terra, se haviam sabido elevar socialmente graças à afluência nela adquirida. A concepção de que a açucarocracia *ante-bellum* procedia de troncos aristocráticos do Reino não tem mais base nos fatos do que a idéia, igualmente gerada por uma sociedade colonial fundada no trabalho escravo, segundo a qual os fazendeiros de tabaco e de algodão do 'velho sul' dos Estados Unidos eram 'cavaliers' ou descendentes de 'cavaliers', isto é, dos nobres ingleses que haviam permanecido fiéis ao seu Rei nas guerras civis do século XVII, e que se viram constrangidos pela derrota dos Stuarts a buscar refúgio na Virgínia ou nas Carolinas.

A açucarocracia *ante-bellum* compreendia um segundo estrato, também de origem urbana, os mercadores cristãos-novos, certamente o segmento mais dinâmico dela, uma espécie de cunha do grande comércio colonial na etapa produtiva da economia açucareira. Estes homens dispunham de uma posição financeira mais sólida do que a dos seus colegas cristãos-velhos. Vários deles terminaram por abandonar suas atividades mercantis para dedicarem-se inteiramente à gestão dos seus engenhos, indo habitar suas propriedades rurais e completando seu enraizamento mediante alianças com as famílias cristãs-velhas da terra ou com as descendentes dos troncos primitivos, casando com uma Albuquerque pernambucana ou com uma Sá baiana ou dando-lhes suas filhas ou filhos. Ao lado destes marranos sedentários, houve contudo os que nunca se renderam à existência rural, vendo nos seus engenhos apenas o prolongamento lucrativo das suas lojas de Olinda e Salvador. A estes "mercadores-senhores de engenho" (E. d'Oliveira França) deve-se o que havia de mais instável no grupo senhorial. Pertencendo via de regra às dinastias comerciais marranas do Reino, no Brasil eles permaneciam apenas os anos indispensáveis a escapar das fases mais virulentas de perseguição do Santo Ofício, que lhes encarcerara um parente mais conspícuo; ou a reunir o cabedal e adquirir a experiência

mercantil que os habilitassem a substituir os pais, tios ou irmãos à frente dos negócios da família, a menos que, como vimos, a nostalgia da vida rural não os levasse a abandonar a loja pelo engenho. Terminada esta fase heróica, regressavam a Portugal, vendendo ou arrendando o engenho ou ainda confiando-o a um feitor que podia ser um parente há pouco chegado ao Brasil. Para eles, o engenho representou uma empresa ancilar do comércio e a que se dedicaram transitoriamente para tirar partido, numa conjuntura favorável de preços, dos capitais de que dispunham, maximizando os lucros mediante a integração vertical da produção e do comércio de açúcar; bem como das isenções fiscais concedidas pela Coroa aos senhores de engenho e lavradores de cana, as quais podiam ser fraudulentamente estendidas à mercadoria exportada que não provinha das suas fábricas mas que havia sido adquirida a outros produtores.

Nas falhas destas camadas ainda mal ajustadas, incrustavam-se alguns pequenos fidalgos de província, um ou outro estrangeiro, castelhano ou flamengo, imigrado para o Brasil à sombra da unidade peninsular e, por fim, os protagonistas de algumas 'success stories', os filhos de um alfaiate, de um chapeleiro de Lisboa, de um caixeiro, um 'mestre de fazer engenhos', um criado do Governador-Geral Diogo Botelho, lavradores de cana, de mantimentos, feitores e rendeiros de engenho. Para os indivíduos de condição modesta ou subalterna, existiam oportunidades de acesso à açucarocracia, como as havia também, a despeito da misoginia reinante, para as mulheres, que aparecem muitas vezes à frente dos engenhos herdados do marido, administrando-os diretamente ou encarnando, como principal beneficiária, a integridade de um patrimônio que os sucessores tinham interesse em manter e cuja gestão se entregava ao filho ou ao genro. Fenômeno idêntico ocorria entre os lavradores de cana, 17% dos quais eram em Pernambuco, nos anos trinta do século XVII, pessoas do sexo feminino. 12/ Aliás, a condição feminina na família açucarocrática não parece ter discrepado da condição feminina nas outras classes sociais da colônia, ao menos sob o aspecto cultural. Estas senhoras de engenho são geralmente analfabetas: depondo perante o Santo Ofício assinam em cruz; ao vender o engenho, solicitam a terceiros que firmem por elas

\* \* \*

As clivagens da açucarocracia *ante-bellum* não tinham a ver apenas com as origens sociais dos seus mem-

bros; elas eram também econômicas. A condição de senhor de engenho cobria uma faixa razoavelmente larga de riqueza individual e de nível de renda, segundo a capacidade produtiva das fábricas: os grandes engenhos, de produção superior a 6.000 arrobas anuais; os engenhos médios, entre 3.000 e 6.000 arrobas; e os molinotes, de menos de 3.000 arrobas. 13/ Das 137 unidades existentes em 1623 nas capitânicas de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, 15% correspondiam à primeira categoria, 51% à segunda, 34% à terceira. A posição relativa de cada uma delas é melhor avaliada através da sua participação no conjunto da produção regional de açúcar: mais da metade (56%) provinha dos engenhos médios, menos de 1/3 (30%) dos grandes engenhos e cerca de 1/7 (14%) dos molinotes. Também reveladora é a sua distribuição regional. 3/4 das maiores fábricas localizavam-se na mata úmida de Pernambuco, isto é, na franja costeira do Cabo a Una, e, em segundo lugar, na ribeira do Capibaribe (Várzea e São Lourenço); o quarto restante espalhava-se pela mata seca (Igarapé e capitania de Itamaracá), Paraíba e Alagoas. Os engenhos médios encontravam-se bem distribuídos pelas diferentes áreas, dominando na mata úmida e na mata seca como no conjunto da região, mas concentrando-se especialmente na Paraíba, onde representavam cerca de 3/4 das fábricas. Inversamente, na extremidade meridional da área açucareira, em Alagoas, eles reduziam-se a pouco mais de 1/10. A categoria inferior adensava-se em Alagoas (80%) e, em segundo lugar, na mata seca (39%). Na mata úmida, ela chegava apenas a 28% e na Paraíba caía mesmo para 12%.

Para resumir: concentração dos grandes engenhos na mata úmida e ao longo do Capibaribe; boa distribuição dos engenhos médios na mata úmida e seca, domínio na Paraíba, rarefação em Alagoas; e concentração dos molinotes em Alagoas e na mata seca. Desde os começos da expansão açucareira, a diferença de condições físicas entre a mata seca e a mata úmida, tema privilegiado pelos geógrafos pernambucanos, 14/ condicionava o desigual desenvolvimento econômico da capitania, transbordando para a geografia econômica e, talvez já então, para a geografia humana. Enquanto na mata seca, a relação engenho d'água-trapiche era de 1,7, na mata úmida ela chegava a 3,7. Ademais, a mata seca contava com uma relação lavrador/engenho bem superior (5,3) não só à média regional (4,2) mas também à relação das outras áreas: a mata úmida (4,2), a ribeira do

Capibaribe (3,2), Alagoas (3) e a Paraíba (3,9). Também na mata seca constatava-se a maior percentagem de lavradores de 2 a 20 tarefas (83%) quando comparada à média regional (71%), à da mata úmida e ribeira do Capibaribe (ambas de 71%), à de Alagoas (77%) e à da Paraíba (51%). 15/ A existência na mata seca, cronologicamente a primeira ocupada pelos canaviais, de condições menos favoráveis a esta cultura, poderia em grande parte explicar a decisão de desbravarem-se, ao sul dos Guararapes, os solos mais prestantes da mata úmida, abrindo-se uma nova e fértil fronteira agrícola a que se deveria o êxito econômico da Nova Lusitânia a partir de 1570.

Foram pois sensíveis as diferenças de *statu* econômico predominantes na açúcarocracia *ante-bellum*. Ao encerrar-se o período, ela compreendia em primeiro lugar uma camada superior de 27 senhores de engenho, os proprietários de grandes engenhos, cujo nível de renda era o mais elevado do grupo senhorial, algo entre 5 a 6.000 cruzados anuais; 16/ e os senhores de dois ou três engenhos médios, cuja produção e rendimento somados equiparavam-se aos daqueles. A camada média da açúcarocracia englobava 55 indivíduos, sendo, portanto, a mais numerosa. Seu nível de renda girava provavelmente entre 2.000 e 3.000 cruzados anuais, como se pode sugerir com base na informação de Brandônio, segundo a qual os engenhos médios eram "de pouco proveito para seu dono", isto é, não davam lucro líquido, mas o suficiente para manter o 'estado' da família senhorial, um nível de consumo julgado compatível com a posição social que ela desejava lhe fosse atribuída. Por fim, o estrato inferior da açúcarocracia incluía 42 proprietários a sobreviverem na fronteira movediça entre o lucro e a perda, em engenhocas (a expressão surgiu posteriormente mas nada impede usá-la desde então) localizadas em áreas distantes ou periféricas, de más ou péssimas comunicações ou de solos montuosos ou de taboleiros, o que havia sobrado das sesmarias primitivas depois que os seus donos haviam guardado para si os terrenos de várzea e os topos de mata. Colocados numa posição economicamente marginal, estes pobretões tornaram-se particularmente vulneráveis aos efeitos da primeira crise do açúcar brasileiro, nos anos dez e vinte do século XVII, de que foram a grande vítima. Daí que, quando da ocupação holandesa, os engenhos de fogo morto ou de capacidade ociosa apareçam especialmente nu-

merosos em Alagoas e na capitania de Itamaracá, como se acentuou áreas de predileção dos molinotes.

\* \* \*

Social e economicamente heterogênea, a açucarocracia da Nova Lusitânia caracterizava-se também pela instabilidade dos seus quadros. Uma comparação criteriosa e prudente das listas de senhores de engenho da capitania de Pernambuco de que se dispõe para 1594 e 1623, 17/ indica que das 60 famílias que compunham naquele ano o grupo senhorial, apenas 27 (45%) reaparecem trinta anos depois. Mesmo supondo uma margem de indeterminação inerente ao cotejo de nomes numa época em que os patronímicos não obedeciam a regras uniformes e constantes (margem que se procurou reduzir mediante o recurso às fontes histórico-genealógicas mas que provavelmente não se conseguiu eliminar), conclui-se que cerca da metade da açucarocracia de finais de quinhentos não havia sobrevivido às condições predominantes nos dois primeiros decênios de seiscentos. Resultado semelhante decorre também de uma comparação da lista de 1594 com a que em 1609 Diogo de Campos Moreno divulgou, 18/ embora, ao contrário das anteriores, ela não seja completa. Entre 1594 e 1623, o número de engenhos existentes na capitania de Pernambuco passara de 63 a 107, graças especialmente à introdução da moenda de três cilindros que barateou os custos de implantação das fábricas 19/ e que pode ter sido a principal responsável pela disseminação de molinotes e pela expansão açucareira em áreas periféricas como Alagoas. Em consequência o grupo de 27 famílias quinhentistas pertencentes ao clube em 1623 equivalia a apenas 25% do total de sócios. Em trinta anos, seja em consequência da transmissão da propriedade açucareira por compra-e-venda, seja devido ao incremento do número de fábricas, a renovação atingira aproximadamente 3/4 dos quadros da açucarocracia.

A escala local, a intensa transferência da propriedade açucareira na Nova Lusitânia pode ser observada mediante a reconstituição da série dos senhores de engenho da Várzea do Capibaribe e de Jaboatão-Muribeca, a respeito dos quais isto é factível. De 12 engenhos na Várzea, apenas 4 permaneceram na propriedade da mesma família e até do mesmo senhor, da fundação da fábrica à invasão holandesa, o Casa Forte (Diogo Gonçalves — seu genro Jerônimo Pais

de Azevedo — sua neta Ana Pais), o São Tomé (Lourenço de Sousa de Moura — Antônio de Sousa de Moura), o São Paulo (Antônio Nunes — sua viúva Isabel Pereira — Henrique Afonso Pereira) e o São Sebastião (Pedro da Cunha de Andrade). Os restantes 8 foram todos objeto de transmissão mediante compra-e-venda, uma e até duas vezes: o Apipucos (Leonardo Pereira — Jerônimo de Almeida — Gaspar de Mendonça), o Jiquiá (fundador não-identificado — Francisco Berenguer de Andrade — Antônio Fernandes Pessoa), o Monteiro (Manoel Vaz — Jorge Camelo — Fernão Martins Pessoa — seu genro Francisco Monteiro Bezerra), o Madalena (Pedro Afonso Duro — sua viúva Madalena Gonçalves — Manoel Saraiva de Mendonça — seu filho João de Mendonça), o do Meio (Álvaro Velho Barreto — sua viúva Luísa Nunes — Carlos Francisco Drago), o Tegipió (Antônio de Andrade Caminha — Antônio Fernandes Pessoa), o São Brás (Francisco Tavares — Nuno Álvares — Antônio da Silva Barbosa) e o dos Três Reis Magos (fundador não-identificado — Martim Vaz de Moura — sua viúva Isabel Carvalho — seu genro Ambrósio Machado de Carvalho). Quadro idêntico, com a mesma proporção de 2/3 para as propriedades alienadas e 1/3 para as herdadas, apresenta-se no tocante a 10 engenhos de Jaboatão-Muribeca, dos quais apenas 3 ficaram na posse de uma mesma família: o Guararapes (João Pires — seu genro Duarte de Sá — sua neta Felipa de Sá), o Santana (Gregório Lopes de Abreu — Ambrósio de Abreu — Manoel de Sousa de Abreu) e o Muribeca (Manoel Leitão — sua viúva Catarina de Albuquerque), enquanto 7 foram transferidos a estranhos: o Bulhões (Gregório Alves de Puga — Pero Dias da Fonseca — Bento Luís de Figueiroa — seu genro Antônio de Bulhões), o Mangaré (Fernão Rodrigues Vassalo — Felipe Diniz da Paz), o Novo (Brites Mendes de Vasconcelos — Duarte de Sá — seu filho Antônio de Sá da Maia), o Santo André (Arnau de Holanda — sua viúva Brites Mendes — João Pires — seu genro Duarte de Sá — seu neto Antônio de Sá da Maia), o Moreno (Duarte Dias Henriques — Carlos Francisco Drago — Baltazar Gonçalves Moreno), o Suassuna (Fernão Soares — Diogo Soares da Cunha — João de Barros Correia), e o São Bartolomeu (Francisco do Amaral — sua viúva Maria Lopes — Fernão do Vale). 20/

Como não se dispõe para os anos vinte de documentação da mesma natureza da de 1591-1595, torna-se inviável estabelecer a origem social dos novos proprietários. Tudo

o que se pode avançar a este respeito são hipóteses mais ou menos bem fundadas. Não há razões para crer que o recrutamento tenha-se modificado de maneira substancial. Os mercadores-senhores de engenho terão sofrido um revezamento mais intenso talvez do que o ocorrido no conjunto da açucarocracia, em função mesmo da mobilidade da sua atividade comercial. Vários dos herdeiros dos primeiros senhores terao mal gerido seus bens, por inexperiencia ou por dissipação, achando-se na contingência de vender, o engenho, como o fez dona Luisa Nunes, viúva de Álvaro Velho Barreto, que se deciarava "impossibilitada de o poder sustentar e assim os filhos que correram com o dito engenho". 21/ O segundo e o terceiro decênios do século XVII foram um periodo de estabilização da economia açucareira, de diluição do surto vindo de quinhentos: era indispensável adaptar-se às novas circunstancias e muitos não o souberam fazer. Apesar de quantitativamente significativa, a renovação do grupo senhorial não terá ultrapassado o mero revezamento de proprietários, originários das mesmas camadas sociais, com uma nuance apenas, a promoção de lavradores de cana a quem as poupanças de anos fastos haviam habilitado converterem-se em senhores de engenho.

Os novos proprietários é que compunham majoritariamente a nata da açucarocracia, isto é, o estrato superior de senhores de grandes engenhos ou de dois ou mais de tipo médio, mas ela comportava também um núcleo importante, cerca de 1/3, de proprietários quinhentistas: Jerônimo Pais, genro de Diogo Gonçalves; Paulo Bezerra; João Pais Barreto, primogênito e homônimo do velho João Pais e primeiro morgado do Cabo; Cosmo Dias e Antônio Ribeiro de Lacerda, respectivamente filho e enteado de Pero Dias da Fonseca; Felipe de Albuquerque e Pero Lopes de Vera, filho e genro de Jerônimo de Albuquerque; Antônio de Sá da Maia, filho de Duarte de Sá e neto de João Pires, o Camboeiro. É transparente a razão da sobrevivência deste núcleo de irredutíveis cuja participação no conjunto da camada superior é proporcionalmente mais relevante que a própria participação dos antigos senhores no conjunto da açucarocracia. Em quase todos os casos, tratava-se de indivíduos cujos pais haviam sido os beneficiários das melhores datas de terra no momento em que a mata úmida se abria aos canais e aos bueiros, planturosas terras de várzea que constituíam o grande ativo da unidade produtiva. No estrato médio, a proporção de antigos senhores (1/4) era inferior à da

nata mas decorria provavelmente das mesmas razões que haviam operado na camada superior. Com efeito, reaparecem aí os descendentes de alguns dos primeiros sesmeiros (Jerônimo de Albuquerque, Felipe Cavalcanti, João Gomes de Melo, Joao Pais Barreto). A eles, juntavam-se alguns nomes de proprietários recentes que fixar-se-ão definitivamente na terra, tornando-se os troncos de algumas das famílias que, decorrido um século, pertencerão à nobreza das genealogias nativistas (Gonçalo Novo de Lira, Rodrigo de Barros Pimentel, Manoel de Novalhas e Uréia). Finalmente, no estrato inferior da açucaroocracia, escasseavam os nomes antigos (Alexandre de Moura, João Lins). A precariedade econômica dos molinotes provocava um revezamento mais intenso do que o de regra nas duas camadas superiores; raros os proprietários recentes que, graças à exploração de uma engenhoca, enraizar-se-ão na Nova Lusitânia (Marcos André, Francisco Berenguer de Andrade, Baltazar de Almeida Botelho).

A despeito do decréscimo relativo da antiga açucaroocracia, algumas famílias a elas pertencentes beneficiaram-se da renovação do clube, fundando novos engenhos (Pais Barreto, Sá, Dias da Fonseca, Cavalcanti de Albuquerque), precisamente as linhagens que formarão o núcleo da futura 'nobreza da terra'. São elas que conferem o grande elemento de estabilidade e continuidade, inclusive genealógica, de que carecia a açucaroocracia como um todo. Apesar de minoritárias, elas dispunham de um trunfo inestimável para assentar o seu poder econômico e social na capitania: a concentração da propriedade açucareira em alguns grupos de parentesco, a cuja ampliação progressiva, através da endogamia praticada inclusive com base na solidariedade de uma comum origem local no Reino (a conhecida máfia vianesa em Pernambuco, a máfia insular e madeirense da Bahia, identificada por Oliveira França), 22/ a açucaroocracia regional ficará devendo a forma ostensiva da sua articulação e coesão como grupo social. Em 1623, caso excepcional, a família Pais Barreto são nove engenhos da mata úmida. Outros exemplos, menos gritantes, são mais reveladores. Os Albuquerques de Sirinhaém são seis engenhos; o filho e o enteado de Pero Dias da Fonseca, cinco. Cinco engenhos possuem igualmente, na terra firme de Itamaracá, os filhos e genros de Felipe Cavalcanti; cinco na Várzea, em São Lourenço e na Paraíba os Rego Barros e o cunhado, Duarte Gomes da Silveira; três na Muribeca os filhos de Duarte de Sá.



Estas seis famílias respondiam então por cerca de 25% da produção regional de açúcar em 1623. 23/ O peso econômico das casais açucareiros que se ramificavam constantemente, em oposição ao dos proprietários isolados ou que ainda escapavam à teia cada vez mais densa das alianças domésticas, atingia provavelmente cifra mais elevada, a qual escapa ao exame, dada a carência das fontes genealógicas no tocante ao período anterior a 1630.

\* \* \*

A instabilidade constatada na composição do grupo senhorial da Nova Lusitânia não poderia ser compreendida sem uma referência a certas características da produção açucareira durante o período *ante-bellum*. É indispensável ter em mente que originalmente um segmento importante do grupo senhorial, especialmente os 'mercadores-senhores de engenho', haviam fundado ou adquirido engenho não movidos pela aspiração de um enobrecimento pela terra que, aliás, a propriedade territorial no Brasil ainda não conferia (ao contrário do que ocorria então na Europa mediterrânea, onde Braudel surpreendeu o fenômeno que designou por "traição da burguesia", mediante o qual uma parte do comércio abandonou a loja pelo campo), mas por motivos imediatamente comerciais (integração vertical das atividades produtivas e distributivas) ou especulativas. Estimulava-o sobretudo a própria organização do sistema produtivo de então, ao estabelecer uma segregação nítida entre a etapa agrícola e a manufatureira que fazia do senhor de engenho o proprietário do equipamento, do componente mais vultoso do investimento açucareiro, a fábrica, isto é, o engenho em sentido estrito; e que delegava o cultivo da cana aos lavradores mediante contratos de fornecimento prevendo a partilha do produto final segundo determinadas proporções. Nos começos do século XVII, eram poucos os senhores de engenho que lavravam diretamente a cana que moíam, vale dizer, que dispunham de 'partido da fazenda'; as moendas de quase todos consumiam a cana dos lavradores, 24/ seja a cana 'obrigada', produzida pelos partidos fundados na terra concedida pelo senhor de engenho e, em decorrência, obrigada à sua fábrica, seja a cana 'livre', proveniente da terra pertencente ao lavrador. Infelizmente a participação da cana dos senhores e da cana dos lavradores no conjunto da safra só pode ser averiguada para os anos trinta do sé-

culo XVII, ao tempo da dominação holandesa: em 91 engenhos para os quais se dispõe de dados precisos, 36 (40%) possuíam 'partidos de fazenda', enquanto os restantes 55 (60%) achavam-se inteiramente dependentes dos fornecimentos da matéria-prima. Enquanto o 'partido da fazenda' proporcionava em média 25% da cana moída, os partidos de lavradores entravam com nada menos de 75% dela 25/. Há boas razões para suspeitar que ao tempo da Nova Lusitânia a dependência do engenho com relação à cana dos lavradores tenha sido ainda maior: é provável que o número destes indivíduos financeiramente capacitados a tomar partido tenha-se reduzido, de maneira talvez drástica, após os sete anos iniciais de guerra; e que date precisamente daí, ao menos no Nordeste, o começo da tendência secular pela qual o senhor de engenho encarregou-se progressivamente da etapa agrícola da unidade açucareira. Ora, a descentralização e especialização intrínsecas ao sistema original (sistema que será de resto análogo aos dos 'engenhos centrais' implantados no último quartel do século XIX, o qual, como seu precedente colonial, terminou ultrapassado pela re-integração da produção da cana e do fabrico do açúcar na usina) davam ao senhor de engenho da Nova Lusitânia uma flexibilidade que desconheceu o seu sucessor dos séculos XVIII e XIX: a aquisição e a venda da 'fábrica' pertenciam antes às operações de rotina comercial ou às jogadas especulativas, sobretudo numa conjuntura de euforia como a que prevaleceu dos anos setenta do século XVI até à segunda ou terceira décadas do seiscentismo, a alienação do engenho ainda não se vendo, por outro lado, inibida pelas conotações negativas que assumirá posteriormente, quando a sua propriedade terá sido promovido a critério por excelência de aferição do *statu social* nas áreas açucareiras da América Portuguesa, e, por conseguinte, a condição *sine qua non* de sobrevivência estamental.

Na análise da instabilidade açucarocrática, caberia mencionar também o absentismo de uma parte do grupo senhorial. Já no tempo de Duarte Coelho, a fundação de engenhos havia sido iniciativa de indivíduos abastados e poderosos que continuavam a habitar o Reino e que se faziam representar à frente das suas fábricas por feitores e agentes. Alguns deles certamente nunca puseram os pés no Brasil. A política de fomento da Coroa encorajou, aliás, este absentismo, o qual, nem por chegar aos extremos das colônias inglesas do Caribe, foi irrelevante. Desde 1535, os pro-

prietários residentes no Reino beneficiaram-se dos consideráveis privilégios fiscais concedidos às exportações de açúcar dos senhores de engenho e lavradores de cana, que eram efetivamente domiciliados na colônia, onde tinham, critério definidor, "mulher e casa". 26/ Quando a fazenda régia tratou de reduzir estas vantagens, vários destes proprietários absenteeístas terão constituído testas-de-ferro, associando-os aos lucros do engenho ou tornando-os proprietários fictícios, de maneira a continuar a gozar das isenções e reduções de impostos. Ademais, a atitude mental que Capistrano descreveu como "a natural desafeição pela terra" não foi tampouco alheia à instabilidade que caracterizou, como a baiana, a primeira açucarcocracia pernambucana. Mesmo os senhores que haviam longamente vivido na terra regressavam definitivamente a Portugal, vendendo o engenho; ou arrendando-o ou ainda entregando-o a feitores, face ao melhor rendimento da empresa açucareira quando comparado ao de investimentos alternativos no Reino. 27/ Prática também que era a de muitos 'mercadores-senhores de engenho', cuja presença na capitania, necessariamente provisória, os induzia a confiar a administração da fábrica ao parente ou ao sócio que permanecera no Brasil. O senhor de engenho residente na terra podia muito bem partir para o Reino, aí demorando-se a trato de negócios, por motivo de saúde ou simplesmente em férias, como fez, para citar apenas o exemplo ilustre, o autor dos 'Diálogos das Grandezas do Brasil', Ambrósio Fernandes Brandão, o qual, tendo sido no começo da vida feitor de um senhor de engenho absenteeísta, o grande comerciante cristão-novo Bento Dias de Santiago, deixou seu engenho de São Bento para ir residir compridos anos na sua casa da Calçada do Combro em Lisboa, dedicado aos seus estudos de cosmografia, antes de retornar de vez ao Brasil. 28/ Havia também quem, embora permanecendo na Nova Lusitânia, preferisse arrendar a propriedade, por comodismo, por mentalidade de *rentier* ou porque, proprietário de mais de um engenho, não dispusesse do tempo suficiente para geri-los. 29/ Quando o dono falecia na terra, dava-se freqüentemente que a família, residente em Portugal, via-se na contingência de vender, arrendar ou entregar a feitor o engenho que não podia administrar diretamente; ou os herdeiros metropolitanos delegavam a um deles o encargo da direção. Mesmo quando o reino não regressava à metrópole, era o filho mazombo que o fazia, indo viver ali graças aos réditos do engenho. O absenteeísmo senhorial

criava assim a sua coorte de homens de palha, feitores e rendeiros, que muitas vezes são os que aparecem nos documentos à testa dos engenhos, em lugar dos seus proprietários reais.

As vésperas da ocupação holandesa, a açucarocracia da Nova Lusitânia estava longe portanto de corresponder à imagem convencional legada pela historiografia nativista, a de uma classe estável do ponto-de-vista da sua composição, recrutada entre fidalgos de província e atuada por valores castiçamente agrários — uma imagem de solidez tranqüila e de imobilidade que, forjada em outra época, projetou-se anacrônica e idealizadamente sobre o nosso mais remoto passado. Bem pesadas as coisas, esta infixidez, este ar de provisório, era o que caberia esperar de um grupo social improvisado numa sociedade colonial apenas transplantada, armas e bagagens, para uma terra nova, cuja população livre participava de uma surpreendente mobilidade geográfica e de uma sensível versatilidade ocupacional. Não havia como fugir à regra, ao tom dominante da existência na América Portuguesa do primeiro século de colonização. O enraizamento da açucarocracia pelos bens e pelo sangue, sua decantação em uma 'nobreza da terra', descrevendo-se como tal, haveria de constituir necessariamente um demorado processo — e no caso da Nova Lusitânia, um penoso processo pois que, apenas encetado nos começos do século XVII, viu-se brutalmente subvertido pela guerra e pela ocupação holandesa. De qualquer maneira, um processo mais atribulado do que o da sua contraparte do Recôncavo baiano.

\* \* \*

Caberia incluir os lavradores de cana num exame da composição da açucarocracia *ante-bellum*? Numa época em que ainda não se verificara a deterioração do seu *statu* sócio-econômico, então mais próximo do dos senhores de engenho do que se verificará quando, a partir da segunda metade do século XVII, a crise do preço do açúcar impuser os reajustamentos estruturais que se saldarão em prejuízo seu, estes sócios menores do grupo senhorial representavam um estrato econômica e até demograficamente relevante: no segundo decênio de seiscentos em Pernambuco, na Paraíba e em Itamaracá, eles deviam constituir cerca de 500 a 600 indivíduos, quatro vezes mais numerosos do que os senhores de engenho, uma espécie de classe média das regiões açuca-

reiras. É certo que a propriedade da fábrica e, na maioria dos casos, também a propriedade da terra o distanciavam do senhor de engenho, mas comum a ambos havia a condição de dono de escravos, isto é, a condição definidora por excelência da posição do indivíduo na estrutura social dum regime de trabalho servil. Apesar disto, seria preferível ter os lavradores de cana na conta de um estrato separado ou antes de um 'anexo' (Stuart Schwartz) da açucarocracia, devido especialmente à heterogeneidade que os caracterizava como grupo de maneira ainda mais marcada do que a predominante entre os senhores de engenho. A distância entre o lavrador de algumas tarefas (a tarefa equivalendo à quantidade de cana suficiente para uma moagem de 24 horas) e o lavrador que cultivava 40 ou 50 era seguramente mais larga do que a que afastava o senhor de um grande engenho do dono de um molinete. Em 377 lavradores cuja produção se conhece para os anos trinta do século XVII, 71% forneciam apenas entre 2 e 20 tarefas. Seu investimento, modesto, não ultrapassava certamente 5, 10 ou 12 escravos, 2 ou 3 carros e 3 ou 4 juntas de bois, bem inferior, portanto, ao modelo do lavrador abastado, detentor de 40 tarefas, que descreveu Adriaen van der Dussen. Os 29% restantes compreendiam na sua grande maioria fornecedores de 21 a 40 tarefas, sendo raros os de mais de 50.

Este quadro induz a matizar a noção segundo a qual não teria havido diferença de *statu* social entre os senhores de engenho e os lavradores de cana. 31/ Se as fontes baianas e pernambucanas indicam que muitos lavradores provinham das mesmas camadas sociais onde se recrutava a açucarocracia, os documentos inquisitoriais de 1591-1595 apontam a predominância entre eles dos grupos sócios-profissionais de mais baixa renda: filhos de lavradores e de artesãos do Reino e eles também procedentes de atividades artesanais ou assalariados no Brasil, em especial artesãos e assalariados dos engenhos que, freqüentemente, promoviam-se socialmente trocando o ofício de feitor, de mestre de açúcar, de banqueiro, de carpinteiro, de pedreiro pelo partido de cana, localizado muitas vezes na propriedade em que já trabalhavam. A aproximação entre senhores e lavradores, verificou-se de preferência com relação aos lavradores abastados, a menos que não interviesse o parentesco: é comum encontrarem-se como lavradores o filho, o genro, o irmão, o primo, o sobrinho do senhor de engenho, casos em que os laços de família poderão ter anulado a distância puramente

econômica. A este estrato superior de lavradores de cana pertenceram os agricultores oriundos do comércio e da burocracia, como os que surgem, numerosos, na Bahia e em Pernambuco, a dar a falsa impressão de um *continuum* estamental entre as duas camadas; a ele é que seria dado igualar-se em cabedal a muitos senhores, especialmente aos donos de molinotes e até mesmo comparar-se-lhes favoravelmente, ao acumular a propriedade da engenhoca com a exploração de um grande partido em engenho vizinho. 32/ É entre ele e os senhores de engenho que se esboçava a circulação que promovia lavradores a senhores ou reduzia estes à condição daqueles, movimento que ganhará relevo na segunda metade do século XVII, mas que já se pressente nos três decênios iniciais de seiscentos. Em resumo: ao alcance do lavrador enriquecido é que estava realizar a ambição social do seu grupo: a aquisição ou a fundação de engenho próprio. Reciprocamente, ao senhor arruinado restava a possibilidade de re-ciclar-se num partido de cana.

Paris, outono de 1982.

#### NOTAS

- 1/ **Cartas de Duarte Coelho** (ed. J. A. Gonsalves de Mello e Cleonir Xavier de Albuquerque), Recife 1967, p. 99.
- 2/ A análise da composição da açucarcraçia ante-bellum baseia-se sobretudo nos elementos prosopográficos constantes da documentação das duas visitas inquisitoriais de 1591-1595 e 1618; e subsidiariamente de outras fontes da história da Nova Lusitânia, citadas no correspondente lugar. Os textos da Inquisição há muito vêm sendo divulgados: **Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil: Denúncias da Bahia**, (ed. Capistrano de Abreu), São Paulo 1925; **Confissões da Bahia** (ed. Capistrano de Abreu), 2ª ed., Rio 1935; **Denúncias de Pernambuco** (ed. Rodolfo Garcia), São Paulo 1929; e **Confissões de Pernambuco** (ed. J. A. Gonsalves de Mello), Recife 1970; "Livro de Denúncias do Santo Ofício na Bahia", 1618, *Anais da Biblioteca Nacional*, 49 (1927); e "Livro das Confissões e Reconciliações", 1618, *Anais do Museu Paulista*, 17 (1963). Para um quadro geral das atividades do Santo Ofício no Brasil e da documentação em apreço, Sônia A. Siqueira, **A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial**, S. Paulo 1978.
- 3/ **Tarciso do Rego Quirino, Os Habitantes do Brasil no Fim do Século XVI**, Recife 1966, p. 20.
- 4/ **Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda**, Recife 1948, pp. 150, 152-3, 290, 488, 490 e 552.

- 5/ Padre Jácome Monteiro, "Relação da província do Brasil, 1610", in Seraphim Leite, S.J., *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio 19-19, VIII, p. 405; Fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 4a. ed., São Paulo 1954, p. 187.
- 6/ A. J. V. Borges da Fonseca, *Nobiliarquia Pernambucana*, Rio 1935, I, pp. 307-8, 427; II, 378-405.
- 7/ J. A. Gonsalves de Mello (ed.), *Fontes para a História do Brasil Holandês*, Recife 1981, I, p. 37.
- 8/ Fernando Mota (ed.), *Naufrágio e Prosopopéia*, Recife 1966, p. 181.
- 9/ Rego Quirino, cit., pp. 22-5.
- 10/ Vitorino Magalhães-Godinho, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 3a. ed., Lisboa 1977, pp. 102-3.
- 11/ Francis A. Dutra, *Matias de Albuquerque: a Seventeenth Century Capitão-Mor* (1968), University Microfilms (Ann Arbor), pp. 2-4 e 9.
- 12/ Stuart Schwartz, "Free Labor in a Slave Economy: the Lavradores de Cana of Colonial Bahia", in Dauril Alden (ed.), *Colonial Roots of Modern Brazil*, Los Angeles 1973, p. 178.
- 13/ *Fontes*, cit., p. 15.
- 14/ E pioneiramente por J. Vasconcelos Sobrinho, *As Regiões Naturais de Pernambuco, o Meio e a Civilização*, Rio 1947, p. 33.
- 15/ *Fontes*, cit., pp. 142-75.
- 16/ *Diálogos das Grandezas do Brasil* (ed. J. A. Gonsalves de Mello), 2a. ed., Recife 1966, pp. 88-9.
- 17/ Uma lista praticamente completa dos senhores de engenho da capitania de Pernambuco em 1594 pode ser compilada com base nas *Denúncias de Pernambuco*, cit., e nas *Confissões de Pernambuco*, cit. A relação de 1623 in *Fontes*, cit. pp. 28-31.
- 18/ "Relação das praças fortes, povoações e colzas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil... pelo sargento-mor Dto de Campos Moreno" (1609), Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa).
- 19/ Fr. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, cit., p. 334.
- 20/ F. A. Pereira da Costa, *Arredores do Recife*, Recife 1981, pp. 23, 51, 85, 98, 105-6 e *Anais Pernambucanos*, 10 vols., Recife 1951-1966, I, pp. 371-4, 377, 455-6, 580-1; *Denúncias de Pernambuco*, passim; "Relação das praças fortes", cit.; *Fontes*, cit., I, pp. 28-32; Fernando Pío, "Cinco documentos para a história dos engenhos de Pernambuco", *Revista do Museu do Açúcar*, 2 (1969), pp. 26-31; J. de Souza-Leão Filho, *Engenho Morenos*, Rio 1959, pp. 1-2.

- 21/ In Fernando Plo, "Cinco documentos", cit., p. 27.
- 22/ Eduardo d'Oliveira França e Sônia A. Siqueira, "Segunda Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil", *Anals do Museu Paulista*, 17 (1963), pp. 267-9.
- 23/ **Fontes**, cit., I, pp. 29-32.
- 24/ **Diálogos das Grandezas do Brasil**, cit., p. 87.
- 25/ **Fontes**, cit., I, pp. 142-63 e 165-76.
- 26/ **Documentos para a História do Açúcar**, 3 vols., Rio 1954-1963, I, pp. 143-5, 158, 262.
- 27/ **Diálogos das Grandezas do Brasil**, cit., p. 79.
- 28/ J. A. Gonsalves de Mello, **Estudos Pernambucanos**, Recife 1960, p. 56.
- 29/ Testamento de Antônio de Sá da Maia, Olinda, 5, VII, 1629, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), F, 28, nº. 5.
- 30/ **Fontes**, cit., I, pp. 142-75 e 188.
- 31/ C.R. Boxer, **Portuguese Society in the Tropics**, Madison 1965, p. 105; e S. Schwartz, "Free Labor", cit., pp. 175-7.
- 32/ **Fontes**, cit., I, pp. 144-5.





## Johan Bodecher Banning — Um professor da Universidade de Leiden no Recife

*José Antonio Gonsalves de Mello*

A ocupação do Nordeste brasileiro pelas armas da Companhia das Índias Ocidentais trouxe a esta região uma enorme variedade de figuras humanas que de uma forma ou de outra deixaram a marca de sua passagem. Artistas, cientistas e letrados conviveram aqui ao tempo do governo do Conde João Maurício de Nassau. Figuras de menor projeção no campo da cultura deixaram-nos obras de interesse para a história. Soldados como Ambrósio Richshoffer, Cuthbert Pudsey, Gaspar Schamalkalde, Zacharias Wagener, Roelof Baro; comerciantes como Auguste Guelen; ministros de religião protestante como Vicente Soler; funcionários civis como Gaspar Nieuhof redigiram notícias históricas, diários, crítica política que chegaram aos nossos dias em manuscritos ou em letra de forma.

Poucos sabem que ao tempo do Conde de Nassau, e certamente atraídos pelo prestígio pessoal deste, aqui viveram dois professores da Universidade de Leiden, a prestigiosa universidade holandesa, ligada à própria luta pela independência nacional. Um deles é o professor Constantino L'Empereur (1591-1648), que ali ensinou línguas orientais (hebraico e caldaico) e, depois, Teologia e ocupou o reitorado da Universidade (1638-39). Não tenho elementos para dizer quando veio ao Brasil, mas um retrato seu designa-o como "Conselheiro do Ilustríssimo Conde Maurício de Nassau, Governador das Índias Ocidentais". Como o retrato o representa aos 50 anos de idade, a sua estada no Brasil deve ser anterior a 1641, sendo que um seu biógrafo indica o ano de 1639, talvez após o reitorado (1). Como L'Empereur era especialista na língua hebraica, pode supor-se que ele ti-

vesse examinado aqui a possibilidade de qualquer relação da língua tupi com o hebraico, tema debatido então para explicar a origem do homem americano.

Amplamente documentada está a permanência aqui de outro professor de Leiden, Johan Bodecher Banning. Certa notícia biográfica o dá como nascido em Loosdrecht, não distante de Amsterdam, em 1606. Mas há pouco foi revelado um estudo astrológico de autoria de Jorge Marcgrave relativo a um JBB nascido em Loosdrecht em 28 de junho de 1607: dada a coincidência das iniciais e do local de nascimento penso que aquele estudo seja respeitante a ele (2). Estudou letras naquela Universidade, entre os anos de 1620 e 1624, onde alcançou o grau de Mestre, em 4 de julho de 1624, após defesa pública de sua tese acadêmica.

Em 1629 os Curadores da Universidade nomearam-no Prof. supranumerário de Ética com o vencimento anual de 300 florins, pronunciando sua aula inaugural em 3 de dezembro; reconduzido em 1630 com o mesmo salário. Em março de 1631 o Professor viu-se envolvido em terríveis tumultos estudantis. Os estudantes protestavam contra uma sátira que seu mestre publicara na cidade de Leiden naquele ano criticando "os costumes corrotos de uma mocidade corruta". Não foi fácil apaziguar os que se sentiam ofendidos pelas críticas do seu docente: os Curadores acabaram por censurar severamente tanto o Professor quanto os alunos. Mas nesse mesmo ano teve seus vencimentos majorados para 500 florins. Em 1635 passou a ensinar Física (3).

Em 9 de fevereiro de 1638 Banning apresenta-se aos Curadores da Universidade e expõe-lhes que "a Companhia das Índias Ocidentais destas Províncias Unidas tinha-o contratado como Conselheiro Político para seu serviço, por um certo número de anos e assim, se nisso consentir esse Colegiado, deverá ele viajar ao Brasil. Pede para conservar e usar durante sua ausência o título ou condição de Professor, deixando nesse período de perceber o salário e os emolumentos do cargo, que passarão a quem o substituir; e pede, ainda, que, ao regressar e ao ser dispensado pela referida Companhia, possa voltar a desempenhar o cargo de Professor de Física". Os Curadores decidiram, "por diversas considerações e sobretudo pelos bons serviços que ele tem prestado à Universidade e ainda pelos que a referida Companhia pode prestar à República, consentir no que pede e possa fazer a viagem ao Brasil e possa usar e qualificar-se em toda a parte com o título de Professor de Física da Universidade

de Leiden, durante o seu afastamento, sem direito, porém, à percepção dos vencimentos ou emolumentos" (4).

Pouco depois, em 11 de março de 1638, sua nomeação como Conselheiro Político no Brasil foi aprovada pelos Estados Gerais e três amigos e colegas da Universidade de Leiden publicaram e dedicaram-lhe um folheto de 8 páginas ali impresso contendo poesias em sua homenagem (5). Deve ter partido para o Recife em abril de 1638, pois aqui chegou a 13 de junho seguinte. (6) Em carta datada de Haia 1 de abril de 1638 um correspondente do Conde de Nassau, Constantino Huygens, mostrava-se mal informado: "Pouco tenho visto Bodecher, mas ele continua na sua função em Leiden; é um jovem agradável e escreve bem" (7).

Em 27 de maio de 1638 seus pais expuseram em requerimento aos Curadores da Universidade "as grandes despesas que tiveram de fazer para preparar o dito Bodecher, seu filho, para sua viagem ao Brasil e ainda antes com a compra de diversos livros necessários à sua profissão, os quais aparentemente no Brasil de pouco lhe podem servir, e, para atenuar tais despesas, pedem que a Universidade lhes dê uma ajuda razoável e graciosa; à vista do que, por motivos justos e razoáveis, se resolveu conceder-se-lhes a quarta parte do salário anual do Sr. Bodecher e também do seu salário extraordinário, o que se fará no próximo dia 8 de agosto" (8).

No Recife, Banning recebeu vários encargos administrativos — pois os Conselheiros Políticos além da função judicante tinham obrigações de direção de serviços de administração. Em 25 de junho foi designado para, juntamente com o Dr. Servaes Carpentier, médico mas que aqui não clinicava, e o Dr. Sebastião van Hoogeveen (aqui chegado na mesma ocasião que Banning), redigir instruções para orientar os Escoltetos e os Escabinos em matéria civil e criminal e também em questões de casamento. (Como se sabe, muitos Escabinos eram portugueses e não conheciam a legislação holandesa a respeito dessas questões; daí a necessidade dessas instruções, pois as Câmaras de que faziam parte tinham encargos judicantes em primeira instância. Os Escoltetos, sempre holandeses, tinham poderes de polícia e de promotor público.) Em outubro foi encarregado com o Dr. Daniel Alberti de examinar a documentação de certa prestação de contas de obras públicas (9).

Esses trabalhos, certamente enfadonhos para um professor universitário e homem de letras, não o impediam de

manter contato com os amigos e colegas da metrópole, que faziam parte da chamada República Literária. Continuou aqui a produzir poesias, tanto em holandês quanto em latim. Desse período há dele, ainda inédito, um longo poema em holandês destinado a homenagear um amigo, o historiador P. Scriverius, e incluído no *Album Amicorum* que a este foi oferecido. Com o poema encontra-se uma carta em latim, em três folhas, datada do Recife em 30 de julho de 1638. (10) Scriverius é um dos que assina poesias em homenagem a Banning no folheto publicado em Leiden quando de sua partida para o Brasil, já referido; como é a Scriverius que é dedicada a carta com que se abre a *Epigrammata Americana* a que faremos menção. Parece ser este, pois, um dos seus amigos mais próximos.

Nos meses que aqui permaneceu, em 1638 e 1639, escreveu uma série de epigramas, em número de 32, dedicados ao Conde João Maurício de Nassau e tratando das ações e acontecimentos do governo e da vida do próprio Conde. Esses epigramas foram reunidos por ele e publicados em Leiden em 1639, num folheto de belo aspecto gráfico e excelente papel, sob o título de *Epigrammata Americana*, isto é, *Epigramas Americanos*. O folheto abre com uma carta do autor datada de Leiden, 19 de dezembro de 1639 (11).

Solicitei ao ilustre especialista em História e Filologia Clássica Prof. Dr. José van den Besselaar, da Universidade Católica de Nijmegen, Holanda, quisesse traduzir para o português, língua que domina completamente, os *Epigramas Americanos*, o que ele fez com a esperada competência, acrescentando à tradução comentários e notas eruditas e de inegável interesse.

Essa tradução, por cujo trabalho quero deixar-lhe aqui os meus agradecimentos, vem revelar como os acontecimentos do dia-a-dia do Recife holandês eram acompanhados com interesse por um jovem letrado, que fazia deles temas para seus exercícios poéticos. Tais acontecimentos eram vistos por quem não dissociava os seus comentários dos modelos da cultura clássica. Gaspar Barlaeus, famoso erudito holandês, ao narrar a História do governo do Conde de Nassau no Brasil, parece pedir desculpas aos seus leitores por ser-lhe necessário abandonar Atenas, Lacedemônia, Cartago, Roma, o Lácio, as Gálias e a Germânia — que “constituem o assunto dos escritores gregos e romanos” — para tratar de Olinda, Pernambuco, Mauriciópole, Itamaracá, Paraíba, Luanda, São Jorge da Mina e o Maranhão, “nomes desco-

nhecidos dos antigos". (12) Banning ao tratar dos índios Tapuias recorda os "carnívoros Croatas" e compara-os com figuras da mitologia grega.

O Dr. Van den Besselaar observou com razão que os temas dos epigramas por ele traduzidos foram colhidos durante a estada do seu autor no Recife ou dizem respeito a fatos anteriores relativos à vida do Conde de Nassau: desde o ferimento que dilacerou uma orelha do Conde em 1636 à defesa do litoral do Nordeste em vista da chegada aí, em janeiro de 1639, da armada luso-espanhola do Conde da Torre. Também de 1639 é o tema dos "cunhadores de moedas falsas", do qual o autor teve conhecimento, pois os dois falsificadores de moedas portuguesas de pataca foram julgados e condenados pelo Conselho Político, do qual ele próprio fazia parte (13). Apenas um epigrama diz respeito a tema não brasileiro ou não nassoviano: é aquele relativo ao nascimento do futuro Luís XIV, Rei de França.

O exercício poético parece não ter sido suficiente para manter o equilíbrio emocional do letrado e professor de Leiden. Depoimento de contemporâneos seus no Recife revelam que ele passou a apresentar sintomas de "uma bizarra melancolia, com imaginações estranhas" (14). Esperou-se que melhorasse, como de fato aconteceu pelos meados de 1639, mas suas atitudes e comportamento modificaram-se, ao ponto de seus colegas do Conselho Político não tolerarem suas impertinências, nem mesmo sua presença nas reuniões. Baltasar van der Voorde era o seu principal acusador, embora falasse em nome dos demais. Em carta pessoal aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais da Câmara da Zelândia narrou que Banning desde 1638 dava exemplos de conduta imprópria "bebendo, fornicando e comportando-se de modo que todo o nosso Conselho é por isso vilipendiado e criticado nas suas sentenças, não obstante ter sido ele proibido de receber a Comunhão do Senhor; graças a Deus, melhorou do seu entendimento e sentido, sendo entretanto bem repreendido por nós. Mas por sua vida irregular fomos finalmente levados a expor os fatos, em respeito ao nosso Conselho, a S. Excia. [o Conde de Nassau] e aos Altos Conselheiros, não obstante tivessem eles conhecimento de tudo, e a pedir providências" (15).

O Conde e o Alto Conselho solicitaram que as queixas fossem apresentadas por escrito, o que foi feito em 13 de julho de 1639, conta ainda Van der Voorde em outra carta, "e muito mais poderíamos dizer e de cada fato pode-

ríamos apresentar atestação formal, mas guardamo-las a esperar o que ele diria a respeito da nossa representação, mas de sua resposta não recebemos cópia. Em segredo tive conhecimento dela, mas sobre ela não nos foram pedidos novos esclarecimentos; com poucas palavras poderíamos contestá-la por inteiro, pois as atestações que poderíamos exibir reduziriam a nada as suas desculpas. Ele parte agora nesta frota, seja a pedido seu, seja em virtude da nossa representação. Embora na nossa ausência ele muito se queixasse de nós, teríamos desejado que sobre o assunto tivesse havido uma decisão formal de S. Excia. e dos Altos Conselheiros. Pensamos que isso deixou de ser feito em razão da gente daqui e em resguardo da honra dele. Mas estamos certos de que na Holanda ele não tardará a voltar à sua velha vida" (16).

A carta datada do Recife 10 de julho de 1639, na qual o Conde e o Alto Conselho, depois de referir as queixas de uma e outra parte, dão notícia ao Conselho dos XIX na Holanda da decisão de permitir o regresso de Banning, acrescenta: "Tendo ele pedido muito insistentemente sua demissão e sendo o assunto objeto de deliberação nossa, e informados da sua conduta, decidimos consentir no que nos pedia e concedemos-lhe a licença, pelo que partirá nos próximos navios de regresso à pátria". De fato, na frota, composta de quatro navios, daqui partida em agosto de 1639, Banning embarcou e o Conde e o Alto Conselho deferiram-lhe o comando dela (17). Não foi fácil a viagem, pois um dos navios foi aprisionado pelos inimigos (possivelmente dunquerquezes) e dois outros desgarraram do comboio (18).

A chegada de Banning aos Países Baixos deve ter ocorrido em outubro. De 1º de dezembro daquele ano de 1639 está datada a carta endereçada ao seu amigo Scriverius com que se abre a edição dos *Epigrammata Americana*, à qual se segue um epigrama deste ao autor. Nesta se diz que os *Epigramas* foram escritos no Recife.

Como Van der Voorde previra, na Holanda não tardou muito a se revelar que Banning estava, de fato, afetado por doença mental. Em 14 de agosto de 1640 os Curadores da Universidade de Leiden, atendendo a pedido dos pais dele, que expunham "sua (deles) triste e difícil condição, porque Deus foi servido visitar seu filho com uma afecção ou enfraquecimento de espírito, pediam por isso uma subvenção para o tratamento que se fazia necessário", concederam-lhe a título de ajuda 400 florins, a serem pagos em parcelas, sub-

venção novamente concedida, nas mesmas condições, em 20 de maio de 1641. Não houve recuperação e em 20 de agosto de 1642 os Curadores, mandaram pagar aos pais 200 florins "para satisfação de dívidas por sua morte".

## NOTAS

- (1) C. A. Siegenbeek van Heukelom-Lamme (ed), *Album Scholasticum Academiae Lugduno-Batavae 1585-1940* (Leiden 1941) pp. 45-46; *Holandeses no Brasil Verbetes do Novo Dicionário Holandês de Biografias* trad. por Francisco José Moonen (Recife 1968) pp. 100-101.
- (2) *Holandeses no Brasil* cit., pp. 37-39; J. D. North, "Georg Markgraf, an astronomer in the New World" em E. van den Boogaart (ed), *Johan Maurits van Nassau-Siegen. A Humanist Prince in Europe and Brasil* (Haia 1979) pp. 420 e 422.
- (3) P. C. Molhuysen, *Bronnen tot de Geschiedenis der Leidsche Universiteit* 7 vols. (Haia, 1913-1924) II pp. 115, 144, 147, 152, 154, 160, 162, 193, 202.
- (4) P. C. Molhuysen, liv. cit., II pp. 222-223.
- (5) *Propemtica ad Janum Bodecherum Banningium Philosophie in Academia Lugd. Bat. professorem, cum politicorum consiliariorum ordine inseretur in Indiam Occidentalem profisceretur* (Leiden 1638) cit. por José Honório Rodrigues, *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil* (Rio 1949) n.º. 894, onde se deve corrigir Leriverius por Scriverius.
- (6) Arquivo Geral do Reino (Haia) citado ARA, Comp. das Índias Ocidentais (OWIC) maço 53 gen. missive Recife 29 de junho de 1638.
- (7) J. A. Worp, *De Briefwissling van Constantyn Huygens* 6 vls. (Haia 1911-17) II p. 355.
- (8) P. C. Molhuysen, liv. e vol. cit., p. 226.
- (9) ARA, OWIC maço 68, dag. notulen de 25 de junho e 13 de outubro de 1638.
- (10) *Album Amicorum* de P. Scriverius, composto de 82 textos autógrafos de vários autores, entre os quais J. B. Banning. O original desse Album foi incluído e descrito no *Catalogue of Books and Pamphlets, Atlases, Maps, Plates and Autographs, relating to North and South America... offered for sale by Frederik Muller & Co* (Amsterdam 1877) n.º. 51.
- (11) *Epigrammata Americana ad Excellentissimum Illustrissimumque Comittem I. Mauricium, Comittem Nassaviae, etc.* (Leiden 1639).



- (12) Gaspar Barlaeus. **História dos Feitos praticados no Brasil pelo Conde de Nassau** (trad. de Cláudio Brandão) (Recife 1980) p. IX.
- (13) Os falsários eram dois franceses, ambos da guarda do próprio Conde de Nassau: um alabardeiro chamado Morel, o outro um nobre, primo de Monsieur de la Rivière, Predicante em Delft. Presos, foram condenados à morte, que foi executada em Morel, mas o primo do Predicante conseguiu fugir: ARA, OWIC 54 carta de W. van der Horn, Advogado-fiscal da Companhia, Recife 5 de março de 1639.
- (14) ARA, OWIC 54, gen. missive Recife 5 de março de 1639.
- (15) ARA, OWIC 54, carta de Baltasar van der Voorde, Recife 9 de julho de 1639.
- (16) ARA, OWIC 54, carta de Baltasar van der Voorde, Recife 28 julho de 1639.
- (17) ARA, OWIC 54, gen. missive do Recife 5 agosto de 1639.
- (18) Carta introdutória de Banning aos **Epigrammata Americana**, Leiden 1º dezembro 1639 (referência que agradeço ao Dr. Van den Besselaar).
- (19) P. C. Molhuysen, liv. ctt., II pp. 249, 258 e 270.

# A "Relação das Praças Fortes do Brasil" (1609) de Diogo de Campos Moreno

## INTRODUÇÃO

*José Antonio Gonsalves de Mello*

Esta "Relação das praças fortes, povoações e cousas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil", datada do ano de 1609, tem autoria expressamente indicada, pois do mesmo título consta ter sido "feita pelo Sargento-mor desta costa Diogo de Campos Moreno". Dada a similitude desse texto com o da "Razão do Estado do Brasil... até o ano de 1612" e o do "Livro que dá Razão do Estado do Brasil" de cerca de 1626, fica agora confirmado que estes foram também redigidos pelo mesmo Sargento-mor, como já há muito tempo se admitia. Quis o acaso que primeiramente fossem conhecidos os textos mais tardios e somente agora (e aqui) revelado o mais antigo (1).

Surpreende a riqueza que ainda permanece à espera do trabalho dos pesquisadores no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Desde quando essa "Relação" existe nesse Arquivo lisboeta não foi possível determinar, mas como sua folha inicial tem o carimbo em que ele aparece como "Real Arquivo" pode concluir-se que, pelo menos, desde antes da proclamação da república em Portugal (1910). Tive conhecimento desse manuscrito e de seus mapas por ocasião de uma notável conferência pronunciada no Recife pelo Diretor do mesmo Arquivo, o Sr. Dr. José Pereira da Costa. Tem o Instituto Arqueológico agora a honra de divulgá-lo pela primeira vez ao público brasileiro.

São dos anos de 1608 e 1609 as informações mais recentes recolhidas na "Relação", anteriores pois à divisão do Brasil em dois governos, que veio a ocorrer no início desse

último ano. Por isso o texto agora publicado, ao contrário dos de 1612 e 1626, inclui as três Capitanias do sul — Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente — desmembradas das demais quando daquela divisão. E, também, ao contrário daqueles, a "Relação" começa a descrever as Capitanias a partir do norte. Mapas e plantas de fortificações nela incluídos não são os mesmos daqueles dois textos posteriores e, por isso mesmo, valiosas contribuições inéditas para os estudos brasileiros, em especial por remontarem ao início do século XVII, quando não tão frequentes são quanto mais tarde passaram a ser. Valiosas, ainda, segundo me parece, por serem os mapas, em particular, trabalho ainda livre da ação uniformizadora dos cartógrafos, ou dos seus aquarelistas.

O texto agora aqui divulgado raramente é aproveitado no de 1612, este, por sua vez, reproduzido com variantes de cortes e adições no de 1626, editados respectivamente por dois insígnis historiadores, os Profs. Engel Sluiter e Hélio Vianna, este já falecido.

Tem a "Relação" uma particularidade muito especial: a de apresentar o rol dos engenhos de açúcar de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Bahia e Espírito Santo. Com relação às três primeiras Capitanias referidas é este o mais antigo rol dos respectivos engenhos, antecedendo de muito o de José Israel da Costa, de 1623. A importância desse rol para a história social do Nordeste é o tema do valioso estudo aqui publicado de autoria do sócio deste Instituto, o Ministro Conselheiro Evaldo Cabral de Mello, um dos mais competentes historiadores brasileiros do nosso tempo; ele tem a propósito condições de ampliar no tempo as importantes considerações sobre os proprietários dos engenhos constantes do seu livro clássico *Olinda Restaurada* (São Paulo 1975) pp. 57-58.

Não tivesse a "Relação" autoria indicada, não seria difícil atribuí-la ao Sargento-mor, pois nela se apresentam três temas que são como que a marca de identidade do autor: o da inconveniência da "separação" dos habitantes em Capitanias, favorável que era ele a um governo unitário para o Brasil (veja-se a parte final do capítulo sobre São Vicente); a constatação da inexperiência dos governadores designados para as Capitanias por seus donatários ausentes; e, muito em especial, a condenação da segregação dos indígenas promovida pelos Padres da Companhia de Jesus, subtraindo-os desse modo ao convívio e ao serviço dos mo-

radores, com grande prejuízo para o desenvolvimento da economia brasileira, que não tinha ainda condições de os substituir pela mão-de-obra dos escravos da Guiné, condenação essa abordada aqui em vários capítulos.

A "Relação das praças fortes" parece ter-se originado do cumprimento pelo Governador do Estado do Brasil D. Diogo de Menezes de certo item do seu regimento, cujo texto não é conhecido, mas do qual certas determinações foram repetidas no do seu sucessor, Gaspar de Sousa (datado de 1612), este conhecido. E, também, do cumprimento de determinação régia datada de Madrid 22 de março de 1607, no sentido de que D. Diogo "pessoalmente ou por pessoas de confiança visite todas as fortalezas da costa do dito Estado [do Brasil] e as repaire e ponha no melhor modo de defesa que puder ser" (2).

O teor do item do regimento de Gaspar de Sousa que aqui interessa merece ser repetido, pois já foi divulgado pelo Prof. Hélio Vianna:

"Eu mandei ao Governador D. Diogo de Menezes que, para bom governo do dito Estado e para das cousas dele ter mais inteira notícia, mandasse ordenar um livro no qual se assentassem todas as Capitánias dele, declarando-se as que são da Coroa e as que são de donatários, com as fortalezas e fortes que cada uma tem e assim a artilharia que neles há, com a declaração necessária do número das peças, peso e nomes de cada uma, as armas, munições que neles ou nos meus armazéns houvesse, gente que tem de ordenança, oficiais e ministros, com declaração dos ordenados, soldos e despesas ordinárias que se fazem em cada uma das ditas Capitánias e assim do que cada uma delas rende para a minha Fazenda, pondo-se ao dito livro título de *Livro do Estado*, o qual tivesse em seu poder e fosse reformando nele cada ano o que se mudasse, alterasse, acrescentasse ou diminuísse nas ditas Capitánias... e porque o dito Governador não me enviou cópia do dito livro (como também lhe mandei), nem me avisou do que nisso tinha feito, o sabereis, e tendo ele feito o dito livro vô-lo entregará e me enviareis cópia e o ireis continuando em o reformar, na maneira que fica dito, enviando-me também disso cada ano uma folha por vós assinada,

para eu o saber, e não tendo ordenado o dito livro o fareis na mesma forma" (3).

Ao contrário do que se presumia na metrópole, D. Diogo de Menezes fez dar cumprimento ao disposto nesse particular do seu regimento, ainda antes da mutilação que sofreu sua jurisdição administrativa, com a separação das Capitânicas do sul, da qual teve ele conhecimento na Bahia provavelmente no mês de março de 1609 (4).

D. Diogo chegou a Pernambuco vindo do Reino para assumir o governo do Brasil em data pouco anterior a 1 de janeiro de 1608, pois nesse dia em Olinda tomou posse do governo. (5) Dada a urgência de serem reforçadas as defesas do país e visitadas as fortalezas, despachou de pronto para isso o Sargento-mor Diogo de Campos Moreno, que então tornou a visitar as Capitânicas entre o Rio Grande e Pernambuco (pois já aí estivera em 1603). No segundo semestre de 1608 estava ele na Bahia, quando deve ter visitado as Capitânicas do sul, não todas, ao que parece, pois não se afigura descrita aqui *de visu* a de São Vicente (6).

O texto então preparado com as observações acerca das Capitânicas do Brasil não parece ter tido no ano de 1609 concluída a sua redação final: em alguns pontos essa redação é difusa e confusa e faltam informações sobre as despesas de certas Capitânicas. A "Relação" parece-me ser a versão preliminar da *Razão do Estado do Brasil* redigida três anos mais tarde, ao fim do tempo de governo de D. Diogo de Menezes (1608-1612). É o que está claramente expressado no trecho seguinte da *Razão*, quando se ressalva que as informações dizem respeito às Capitânicas do norte "no governo do dito D. Diogo de Menezes somente, como parte vista e visitada por quem fez esta relação e posta pelo dito Governador na razão que hoje a vemos". (7) Portanto, o texto final do documento é o da *Razão*; a "Relação" será uma versão preliminar. Essa conclusão não retira valor ao documento ora aqui transcrito, pois que este amplia o conhecimento do período de formação da economia e da sociedade brasileira e oferece notícias que só nele se encontram, como é o caso das relações dos engenhos de açúcar.

Vale salientar que entre a data de conclusão da "Relação" (1609) e a do texto da *Razão* de 1612 notam-se algumas diferenças numéricas. Com relação à população, a da Paraíba passa no período de 500 para 700 moradores brancos, números a multiplicar por 5 para incluir as respecti-

vas famílias. Os engenhos de Pernambuco passam de 78 para 90 e os da Bahia de 47 para 50. Com relação à renda anual dos dízimos a diferença é insignificante, exceto a da Paraíba, onde os dízimos aumentam de 8 a 9.000 para 10.000 cruzados.

A leitura paleográfica da "Relação" foi feita por mim, a partir de fotografias do original. A este examinei detidamente na Torre do Tombo, mas não pude concluir ali, diretamente dele, a transcrição. Devo acrescentar que o texto manuscrito é da época, como se comprova pela evidência do tipo de letra. Na folha de título e na folha final, abaixo do texto, há algumas anotações de letra muito diferente da do amanuense que transcreveu a "Relação"; essas anotações dato-as, paleograficamente, do século XVIII. Não consegui estabelecer qualquer vinculação entre elas e o texto da "Relação".

Com referência aos mapas que compõem a "Relação" cabe aqui relacioná-los:

- 1) Rio Grande: planta da fortaleza dos Reis Magos.
- 2) Mapa da foz do Rio Grande, com a Povoação e o Forte dos Reis Magos, com texto de A a N. Em duas folhas.
- 3) Paraíba: planta da fortaleza do Cabedelo.
- 4) Mapa da foz do Rio Paraíba com a Cidade Filipéia e a fortaleza do Cabedelo, datado de 1609, com texto de A a G, em duas folhas.
- 5) "Prespectiva da Ilha de Itamaracá", com mapa do litoral entre os Rios Maria Farinha e Igarapu, com texto de A a L. Em duas folhas.
- 6) "Prespectiva de Pernambuco como se mostra olhado do mar desta Villa até a Barreta", com textos de A a M e de 1 a 8. Em três folhas.

- 7) Bahia: "Verdadeiro retrato do forte de Santo Antônio".
- 8) Bahia: mapa do Recôncavo, povoações e engenhos, com texto de A a X e de AA a FF. Em três folhas.

Com exceção da planta da Fortaleza dos Reis Magos, todas as demais plantas e todos os mapas não apresentam correlação com as ilustrações que compõem a *Razão do Estado do Brasil* de 1612. Mesmo aquela primeira está aqui numa folha própria sua, e não num recanto do mapa do Rio Grande, como na *Razão*. Por outro lado, as plantas e mapas da "Relação" dão a impressão de trabalho feito *in loco* e não na metrópole, numa prancheta de cartógrafo, mesmo na de um da experiência de João Teixeira Albernaz I, como é o caso do texto de 1612.

Devo acrescentar por fim que as anotações ao texto da "Relação" agora publicado abrangem apenas o Nordeste que se constituía em uma unidade sócio-econômica e política tendo por núcleo a Capitania de Pernambuco. Das anotações relativas às terras ao sul do Rio São Francisco historiadores com seguro conhecimento das fontes históricas respectivas se encarregarão.

Para clareza dos mapas desdobráveis, preferiu-se aqui reproduzi-los em segmentos, que se superpõem uns aos outros nas extremidades. Desenhados em tinta da China ou de galha diluída em água, a reprodução desses mapas em escala reduzida seria inconveniente para o leitor.

#### NOTAS

- (1) A "Relação" faz parte da exposição permanente de documentos da Torre do Tombo: veja-se de autoria de Dr. José Pereira da Costa, *Exposição de Documentos da Torre do Tombo. Dez Séculos de História* (Lisboa 1982) n.º 122. O manuscrito tem a cota de arquivo seguinte: Ministério do Reino maço 599: mede 320x208 mm.
- (2) Arquivo Geral de Simancas (Espanha), Secretarias Provinciais, códice 1476 fls. 253/256.
- (3) Hélio Vianna (ed.), *Livro que dá Razão de Estado do Brasil* (Recife 1958) pp. 8/9. O Autor cita o códice da Biblioteca do Itamaraty (Rio) intitulado "Cartas de El-Rei a Gaspar de Sousa" fls. 16v/17. A mesma determinação permanecia ainda no regimento dado a Antônio Teles da Silva, datado do Alcântara 16 de junho de 1642, item 53, o qual se lê no códice da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Secção de MSS) "Regimentos Vários, 1642-1652".

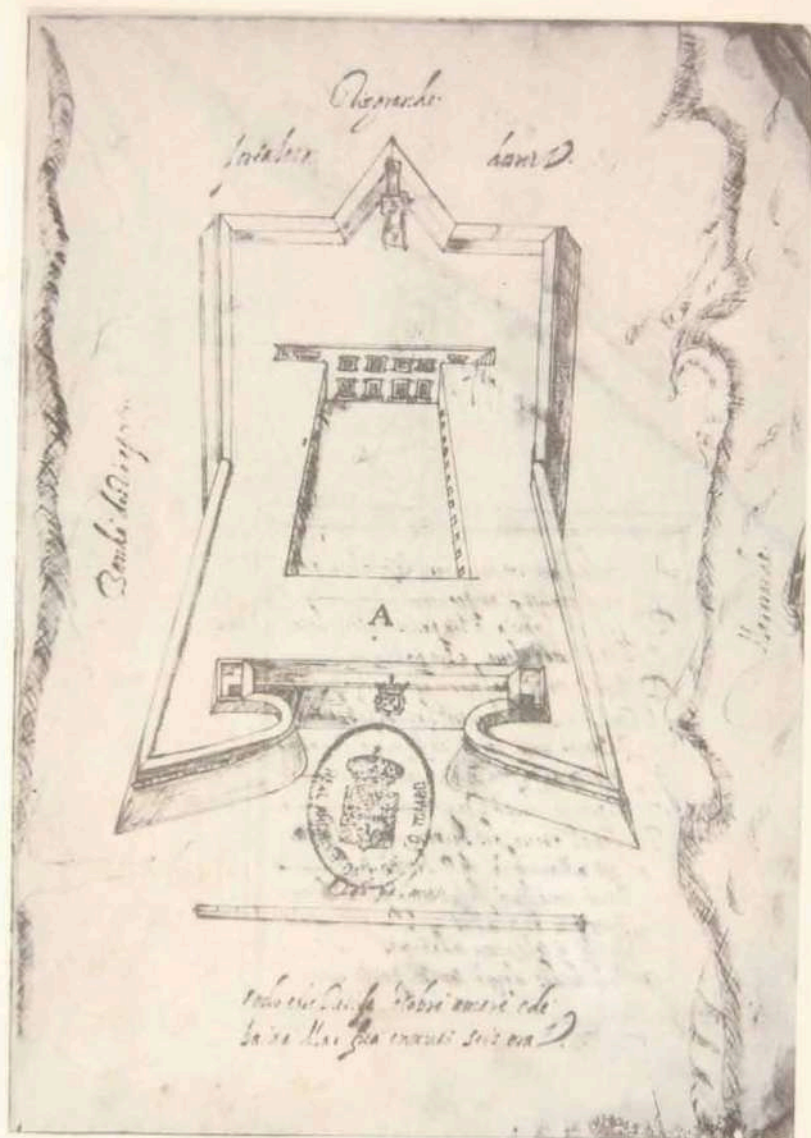
- (4) A notícia da separação das Capitánias recebeu-a por via de Pernambuco, onde chegara em 19 de fevereiro Francisco de Sousa, Governador nomeado para as Capitánias do sul, e daí lhe enviara as determinações régias a respeito: veja-se a carta de D. Diogo ao Rei, Bahia 22 de abril de 1609 **Anais da Biblioteca Nacional** vol. 57 (Rio 1939) pp. 51/52.
- (5) F.A. de Varnhagen, **História Geral do Brasil** 4a. ed., 5 vls. (São Paulo 1948-53) V p. 251.
- (6) Biografia de Diogo de Campos Moreno em H. Vianna, **Livro que dá Razão** cit., pp. 39/49.
- (7) Engel Sluiter (ed.) "Report on the State of Brasil, 1612", **Hispanic American Historical Review** vol. 29 n.º 4 (novembro 1949) p. 526.

## A B R E V I A T U R A S

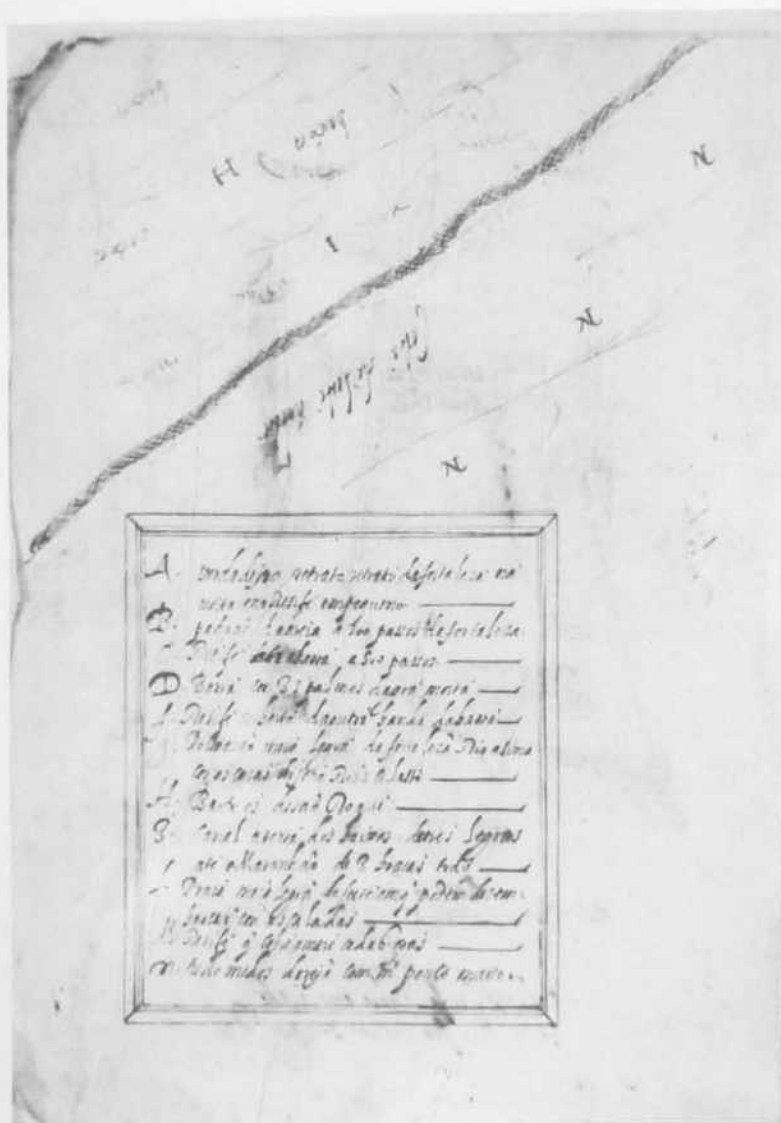
## utilizadas nas anotações

- Razão** ou **Livro da Razão** seguido da indicação do ano 1612 ou 1626 = textos da **Razão** ou **Livro da Razão do Estado do Brasil** publicados por Engel Sluiter e Hélio Vianna citados em notas (7) e (3) desta introdução.
- ABN** ou **Anais** = **Anais da Biblioteca Nacional** do Rio de Janeiro, seguido do n.º. do volume.
- Doc. Hist.** = **Documentos Históricos** da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, seguido do n.º. do volume.
- Pero de Magalhães de Gândavo, **História** = **História da Província Santa Cruz** (Lisboa 1576) ed. facsimilar de John B. Stetson Jr. (New York 1922).
- Iaerlyck Verhael** = J. de Laet, **Iaerlyck Verhael van de Verrichtingen der Geetrooyeerde West-Indische Compagnie** 2a. ed., 4 vls. (Hata 1931-1937).
- Manuel Calado, **Valeroso Lucideno** (Lisboa 1648), cita-se a ed. do Recife 1942 em 2 vls.
- RIAP** = **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano** seguido do volume e do n.º.
- RIHB** = **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** (do Rio de Janeiro) seguido do volume e da parte
- Serafim Leite (Padre), **História** = **História da Companhia de Jesus no Brasil** — 10 vls. (Lisboa, Rio 1938-50).

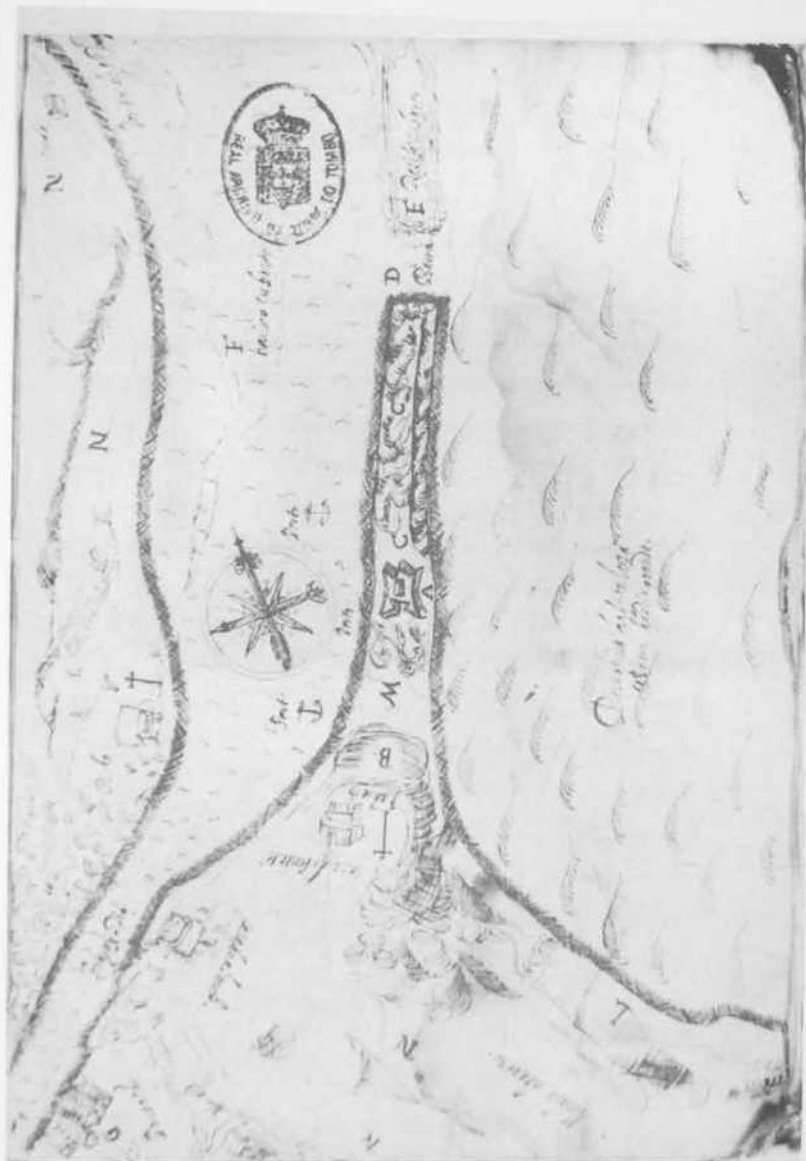




1 Planta da Fortaleza dos Reis Magos (R.G. do Norte)



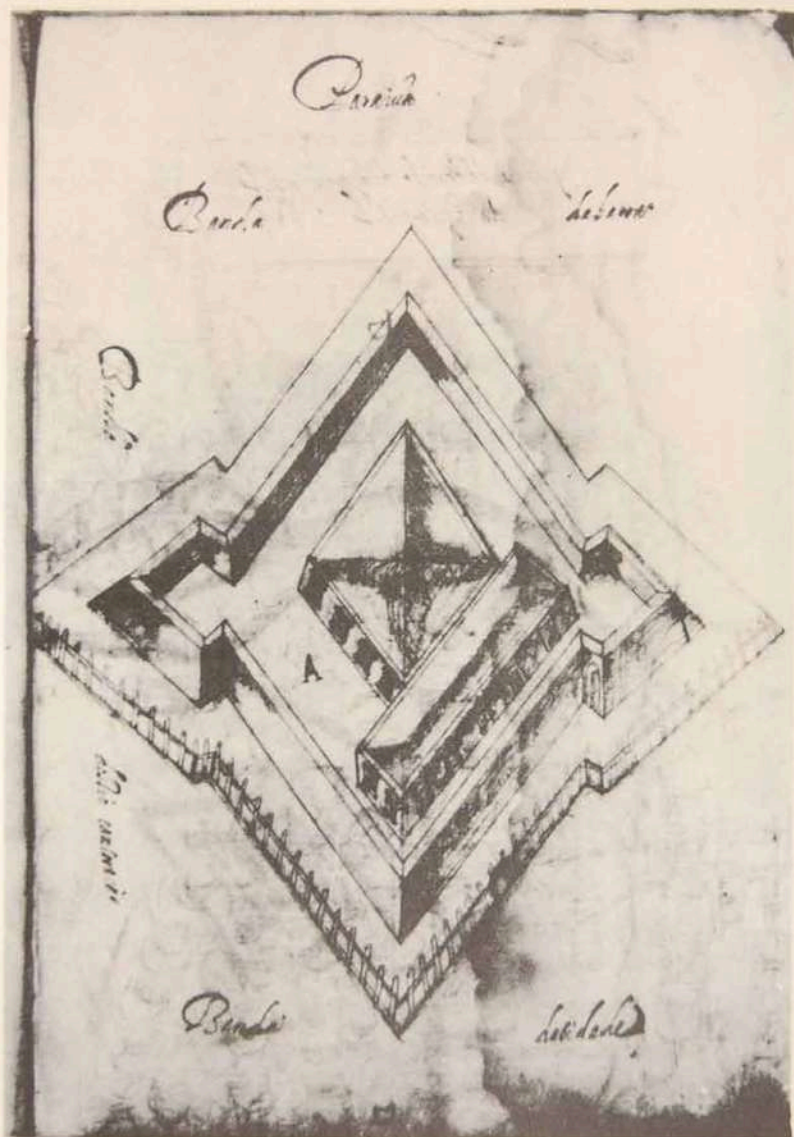
2 "Perspectiva da Fortaleza da barra do Rio Grande" (esquerda)



3 "Perspectiva da Fortaleza da barra do Rio Grande" (direita)

C. D.

L. J. de habilitado de se en el punto de la  
hacia el norte, en el punto de la  
B. Como se ve en el punto de la  
C. Como se ve en el punto de la  
D. Como se ve en el punto de la  
E. Como se ve en el punto de la  
F. Como se ve en el punto de la  
G. Como se ve en el punto de la



5 Planta da Fortaleza do Cabedelo (Parafba)



6 Mapa da "Capitania da Paraíba... 1609" (esquerda)



7 Mapa da "Capitania da Paraíba... 1609" (direita)

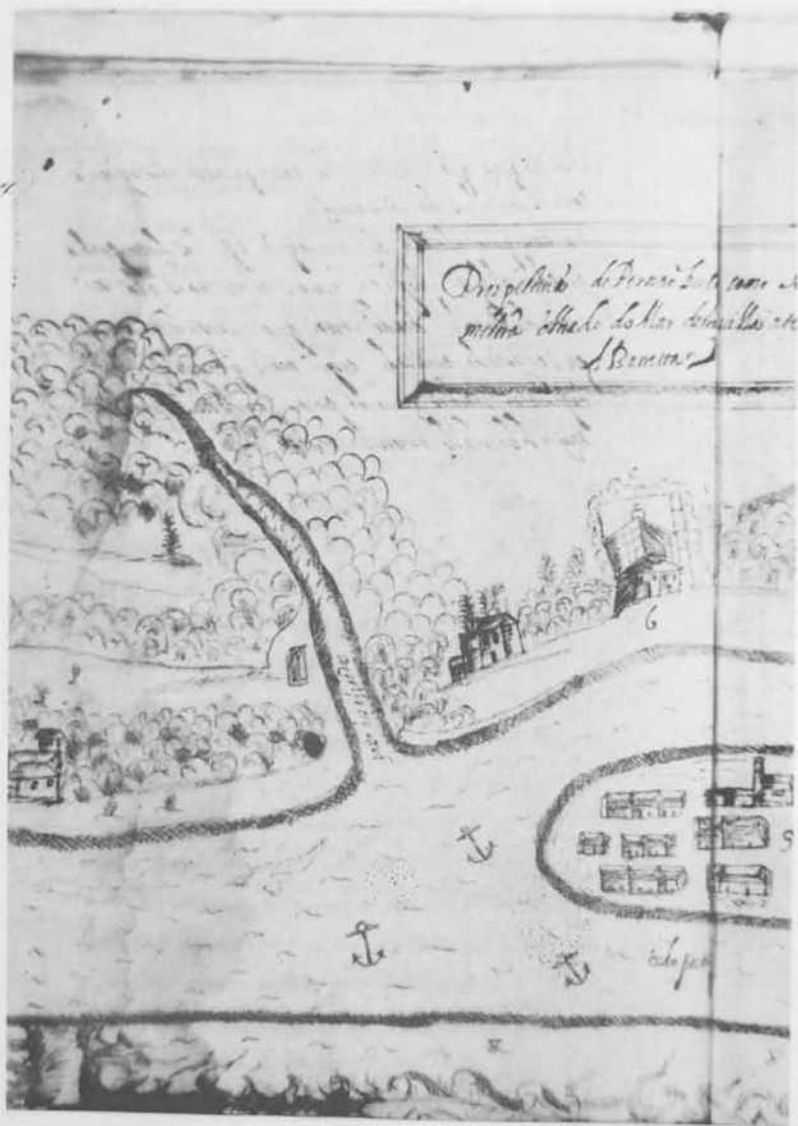


8 "Perspectiva da Ilha de Itamaracá" (esquerda)

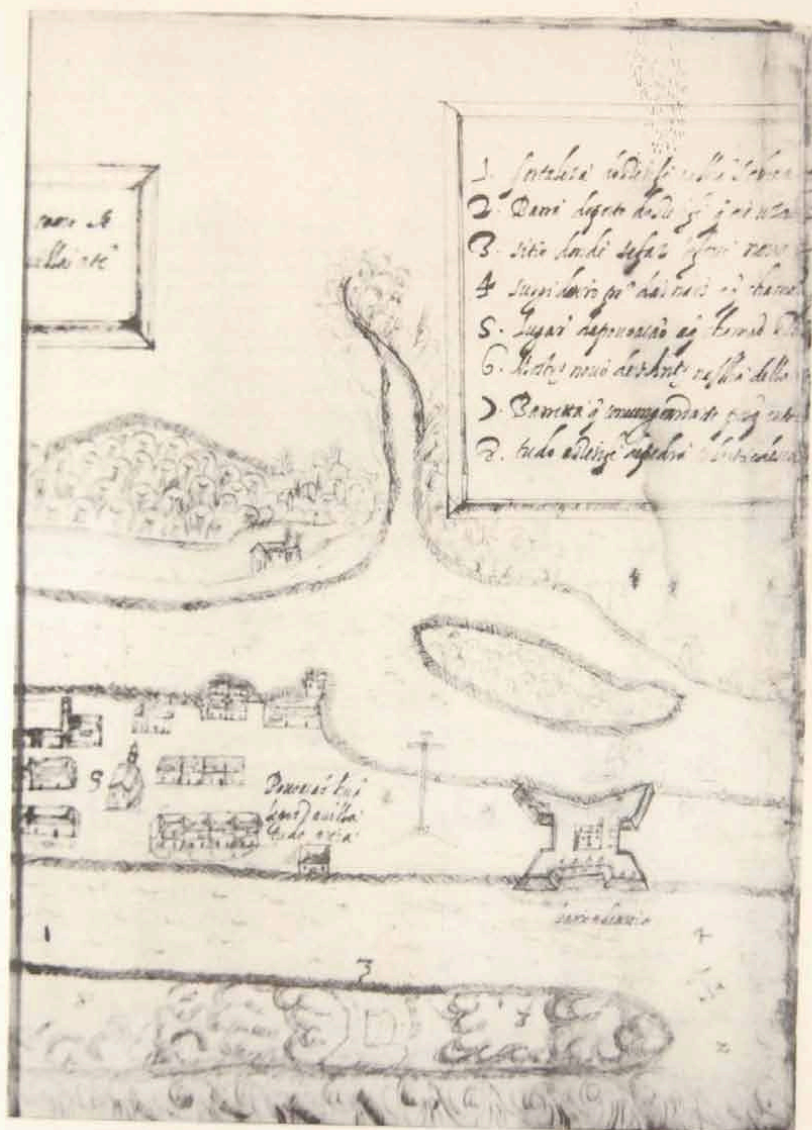




9 "Perspectiva da Ilha de Itamaracá" (direita)



10 "Perspectiva de Pernambuco" (extremidade esquerda)



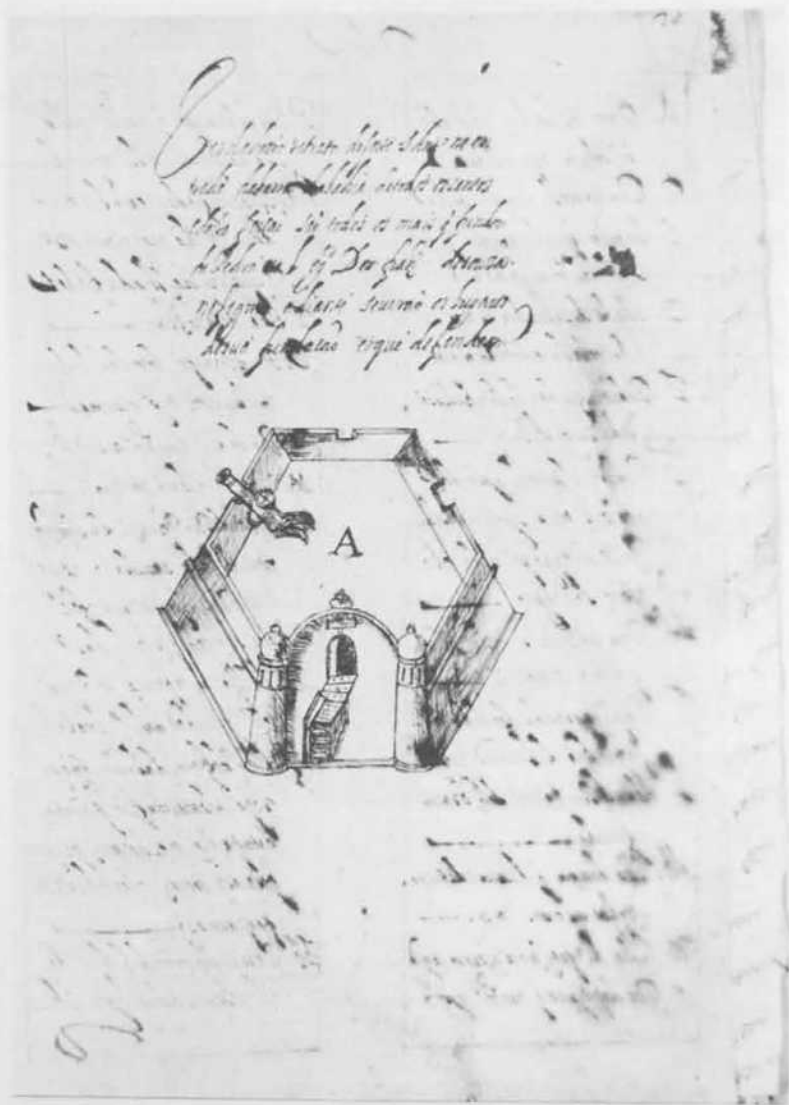
11 "Perspectiva de Pernambuco" (ao centro à esquerda)



12 "Perspectiva de Pernambuco" (ao centro à direita)



13 "Perspectiva de Pernambuco" (extremidade direita)

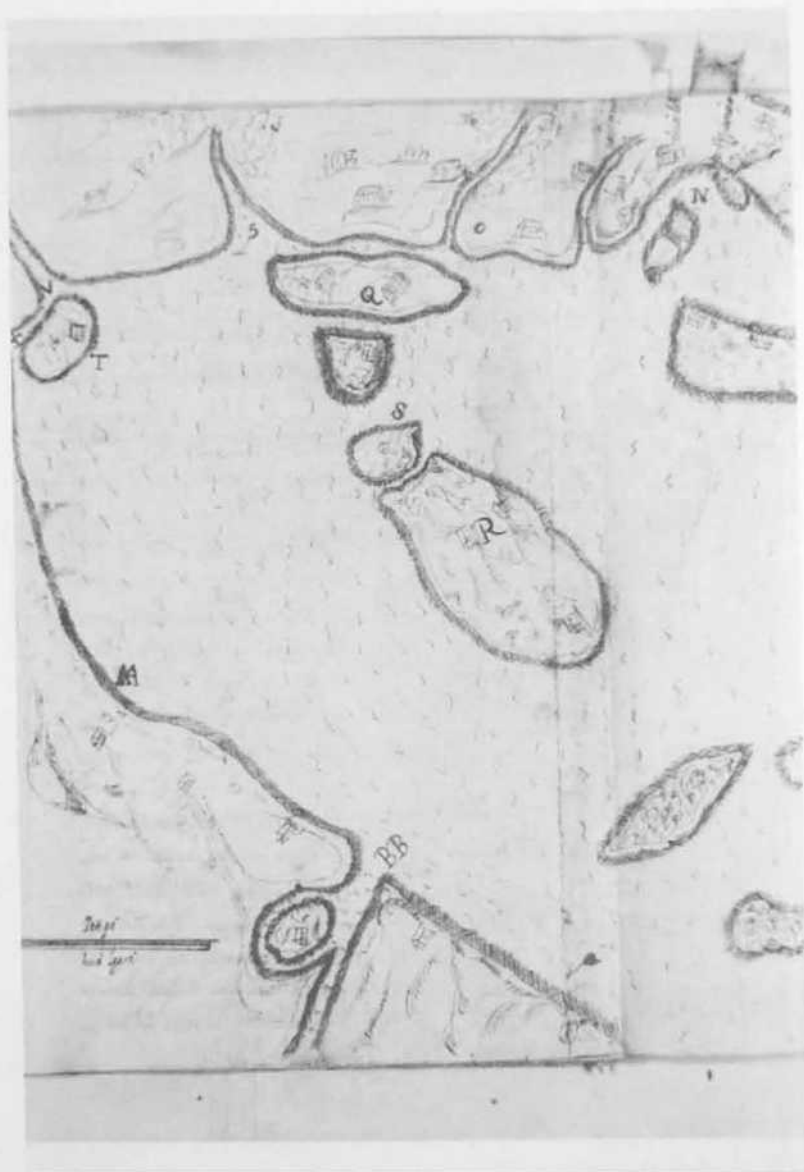


14 "Verdadeiro retrato do Forte de Santo Antônio" (Bahia)

Baía

A. Dito de São Paulo e São João  
 B. Dito de São Paulo e São João  
 C. Dito de São Paulo e São João  
 D. Dito de São Paulo e São João  
 E. Dito de São Paulo e São João  
 F. Dito de São Paulo e São João  
 G. Dito de São Paulo e São João  
 H. Dito de São Paulo e São João  
 I. Dito de São Paulo e São João  
 J. Dito de São Paulo e São João  
 K. Dito de São Paulo e São João  
 L. Dito de São Paulo e São João  
 M. Dito de São Paulo e São João  
 N. Dito de São Paulo e São João  
 O. Dito de São Paulo e São João

P. Dito de São Paulo e São João  
 Q. Dito de São Paulo e São João  
 R. Dito de São Paulo e São João  
 S. Dito de São Paulo e São João  
 T. Dito de São Paulo e São João  
 U. Dito de São Paulo e São João  
 V. Dito de São Paulo e São João  
 W. Dito de São Paulo e São João  
 X. Dito de São Paulo e São João  
 Y. Dito de São Paulo e São João  
 Z. Dito de São Paulo e São João



16 Mapa da Baía de Todos os Santos (ao centro à esquerda)





17 Mapa da Baía de Todos os Santos (ao centro à direita)



18 Mapa da Baía de Todos os Santos (extremidade direita)



Relação das Praças Fortes, povoações e cousas de importância que Sua Majestade tem na Costa do Brasil, fazendo principio dos baixos ou ponta de São Roque para o Sul do Estado e defensão delas, de seus fruitos e rendimentos, feita pelo Sargento-Mor desta Costa Diogo de Campos Moreno no ano de 1609.



## RIO GRANDE \*

Passada a Equinocial quatro graus começa a costa do Brasil e se estende quase 700 léguas de nossa demarcação pela margem oriental do Peru, que se mostra povoada até São Vicente de lugares nossos a que chamam Capitánias, porque em tal forma foram os Reis passados de Portugal servidos de darem a vassallos seus, com doações largas, como hoje se vê na maior parte delas.

Junto aos baixos de São Roque está o Rio Grande e por cinco graus com a fortaleza dos Reis fundada em uma lajem ou recife sobre o porto que defende e guarda, com 80 mosqueteiros efetivos, fora a primeira plaina de capitão e oficiais maiores e menores, em que entram condestable e bombardeiros, vigário e almoxarife e escrivão da fazenda. (1) Monta-se a paga do presidio 380\$800.

Tem este porto necessidade de se guardar com todo cuidado, porque pela mor parte todos os cossaios vindos do resgate da Costa da Mina de necessidade e demandam, ou vindo buscar os gerais e a sarar das enfermidades de Guiné nesta costa sadia de que tratamos ou para fazerem a navegação de Leste a Oeste, a saber, dos baixos até o Maranhão por um certo canal que entre os ditos baixos e a terra desde ali tomam, com que vão bem navegados a correr e roubar todas as Ilhas de Santo Domingo e Porto Rico e a demais terra daquela costa, ou para dali virem correndo esta nossa, de Norte ao Sul, fazendo o dano que podem na monção dos Nordeste. Isto se costumava mais frequentado antes que Manuel Mascarenhas Homem, por mandado de Sua Majestade, fundasse a dita fortaleza, no qual tempo era o Rio Grande uma escola [deve ser *escala*] de cossários, que assim como a principal do mundo acudiam a dar querena e tomar mantimentos, água e lenha e outros refrescos da terra, que os gentios lhes davam e assim acomodados apor-

(\*) As notas ao texto estão à p. 225.

tavam onde lhes parecia, o que hoje, por amor do dito presidio, o não podem fazer. (2)

Também esta fortaleza importa para os nossos navios que vêm do Reino, em tempo que as águas nesta costa e os ventos cursam do Sul para o Norte, os quais navios não podendo tomar Pernambuco por 9 nem por 8 graus nem outro lugar dos seus vizinhos do Cabo de Santo Agostinho para o Norte, acham este porto ou outro dos da sua jurisdição donde se recolhem e não arribam às Índias, onde sempre lhes sucede pior negócio que perderem-se. (3)

A terra do Rio Grande é areosa e escavada e de pouco proveito para canas de açúcar em 5 e 6 léguas ao redor da fortaleza, pelo que não é tão habitada como a Paraíba e as demais que têm açúcar e pau-brasil. Contudo em Cumutansi, rio de bom porto donde entram navios de cem toneladas, a 13 léguas do Sul da dita fortaleza e cinco pelo rio acima, fez Jerônimo de Albuquerque, Capitão da dita fortaleza, um engenho de água e tem muitas canas em terras que achou para o dito efeito. (4) O tempo mostrará onde se podem fabricar outros. Neste porto e barra de Cormatain entram, como fica advertido, navios de 80 e cem tonéis, tem vinte e dois palmos de água morta e entra-se por entre outros recifes ao modo do Rio Grande e os navios ficam em um mui fermoso, seguro e abundante rio, já está conhecido dos nossos mestres que por necessidade o tomaram diferentes, quase todos os três anos passados areou. A 23 léguas pela terra dentro, na direitura deste rio, descobriu em dois de agosto de 608 o dito Jerônimo de Albuquerque grande quantidade de minas de ferro, com muita comodidade a se beneficiarem, tanto pela navegação deste rio, como porque vêm as ditas minas por terra a estar mui perto da povoação e fortaleza do Rio Grande e se poderá por aquela banda negociar por terra. (5)

Nesta Capitania se dão mui proveitosamente todas as sortes de gados, crescem e multiplicam muito, os bois e vacas são muito grandes e grossos, as cabras parem a 3 e a 4 cabritos ordinariamente e todo o gado se deixa ordenhar e do seu leite se fazem queijos e requeijões, como no termo de Lisboa, que os queijos se guardam e duram muito. Porcos são muitos e de muito proveito e toda esta costa e praia do Rio Grande até a Paraíba vai em partes povoada de redes ou pescarias e de currais de gado que faz aquele caminho, sendo o mais afastado e pobre de todos, ser o mais cômodo a se andar por terra, achando-se a cada passagem de rio

um morador que ajuda aos caminhantes, vivendo em grande paz com os gentios. (6)

Meia légua da fortaleza do Rio Grande está uma pequena povoação, derivada deia a que chamam Cidade, donde Joao Rodrigues Colaço, que ali foi bom e proveitoso Capitão, fez umas casas de pedra e cal mui suntuosas, que valem muito, em que hoje está uma residência de Padres da Companhia. (7) Esta povoação terá até 25 vizinhos, pobremente acomodados nas vivendas das casas, (8) mas abastados de peixe e legumes de toda a sorte que na terra se dão e muitos dos de Portugal, como melões, pepinos, abóboras e finalmente todas as hortaliças, tudo tão estremado que avanta as de Espanha, as frutas de espinho muito melhores que as das outras Capitánias, muitas toranjas e limões franceses e laranjas bicais. (9) Dá-se nesta terra muito arroz e mandioca, nas partes que se buscam para ela, milho que sustenta muitos e de que fazem broas, de maneira que, havendo quem trabalhe e quem com curiosidade aplique e ajude os pobres moradores, a terra dará com que se cubram e com que possam tratar com outros.

Não trato do algodão que ali se dá infinito, malagueta, tabaco que chamam fumo, porque estas são cousas que a terra oferece suas próprias e que antigamente nelas só consistia naquele sitio muita parte da carga dos navios francezes que ali vinham.

Também em todo este sitio se dão muito as criações miudas de galinhas, perus, patos e papagaios mansos, que o gentio traz aos moradores a troco de um anzol ou de uma faca.

Criam muitas éguas e cavalos, se bem é verdade que todas as criações têm um grande conteste nas onças que há naquelas partes, que como são tão poucos os moradores inda não podem espantar de todo o ponto semelhantes bichos e assim fazem algum dano havendo descuido.

Nesta Capitania estão sete aldeias em diversas partes, de índios da terra a cargo dos Padres da Companhia, que se os applicarem a servir aos brancos tenho por sem dúvida que em breve tempo poderá o Rio Grande pagar muita parte de suas despesas, mas como o aumento do Brasil consiste em escravos e gente que prante e que trabalhe e os índios o não fazem assim, o Rio Grande não rende mais que 220\$ réis nos dízimos do que aqueles pobres moradores andam arranhando sem ajuda nem favor de ninguém. (10)



Têm estas aldeias do gentio de oito para dez mil almas, estão de paz, mui domesticos e mui preguiçosos, vivendo das frutas do mato e de algumas cousas que prantam, de caçar e pescar e do marisco, a que pela abundância são mais inclinados; têm muitas frutas nos matos, de que se sustentam e fazem suas farinhas e vinhos e de que ajudam no sertão a sustentar os brancos quando vão a algum efeito.

Nos matos desta Capitania, a cinco e a seis léguas da fortaleza, ha muitas madeiras mui excelentes e trasordinárias. Colhe-se das árvores muita almêcega, mui alva, algum óleo de copaiba. Tem em todos os seus matos pau-brasil, mas mais para a parte da Baía da Traição, junto do Rio Curmatain que fica dito. Nas praias desta costa todos os anos, ou pouco ou muito, acham âmbar excelente, que o mar lança fora. É toda esta terra tão sadia que desde que se fundou a fortaleza até hoje ali não entrou médico nem barbeiro, nem o pediram. De acidentes se curam com muita facilidade os moradores, com cousas que lhe administra a mesma terra.

Tem esta fortaleza vinteito peças, a saber, nove de bronze e dezenove de ferro coado, servem as oito somente, que as demais não são de nenhum efeito por estarem comidas do tempo e naquelas partes se gastam notavelmente e só de bronze la servem e sera de muito efeito o mandarem-lhes outras pequenas, de colher, em seu lugar, porque falcões ou peças de câmara de ferro em breve cairão no mesmo inconveniente, pela pouca dura deles.

Há na dita fortaleza oito jarras grandes de barro por vidrar para água, que nenhuma serve, nem nela há cisterna nem poço e quando a queiram fazer custará três mil cruzados e não fará boa água pelas imundícies que criará, pelo que convém mandar-lhe quinze ou vinte jarras vidradas, de pipa cada uma, para se melhor conservar a água. (11)

Esta fortaleza dos Reis está por acabar, por muitos lugares não tem mais que dezoito palmos de alto, em outros lugares está até o cordão, faltam-lhe todos os parapeitos e entulhos entre todas as cortinas para se poder lajear sobre elas e sobre o lajeado andar a artilharia, que com isto se escusa gasto cotidiano d'astilhas de madeira cada dois anos, pelo que sendo, como é, de importância a guardar este porto, convém acabar a fortaleza e provê-la de moradores, pois, como fica dito, a terra tem com que sustentar os que nela trabalharem. (12)

Pode aumentar-se esta povoação mandando Sua Majestade em Portugal nos seus tribunais de justiça, que todos os degredados que houverem de mandar para o Brasil venham nomeadamente para o Rio Grande e que se não levarem suas certidões de haverem ali cumprido seu degredo que lhes não valham; (13) e permitir Sua Majestade que os moradores daquela Capitania e de outras pobres tenham serviço dos índios que por ali vivem, que tudo se perde pela avareza com que os senhoream e assim nunca podem crescer as rendas de Sua Majestade nem medrar os moradores.

Há-se de advertir que conforme a fortaleza atrás retratada, cabeça e fundamento desta Capitania, tem necessidade antes de mais que de menos guarnição, pois tem sós oitenta mosqueteiros, dos quais tirados doentes e idos sempre o número certo vem a ser sessenta, pouco mais ou menos, a qual cantidade nunca é capaz sem muito trabalho da guarda ordinária e portas que convém ao sítio; pelo que será contra o serviço de Deus e de Sua Majestade o tiralhe soldados, havendo de ficar com artilharia de bronze e munições que tem hoje, em um sítio tão afastado e tão sem socorro, tendo um padraсто de areia duzentos passos, como se vê na pranta e sítio em toda a praia para saltar gente, pois até no recife de baixamar que fica seco quatro horas alojar e pelejar inimigos, que tudo acometem se não tem gente, assim que isto deve de sustentar-se como convém e não dismantelar-se mais, com parecer de quem bem o entenda e o tenha visto. (14)

#### PARAÍBA \*

- A forte do Cabedelo sobre areia fundado de madeira e de taipa mui forte
- B Barra do Norte por entre os recifes de 25 palmos d'água
- C Barra do Sul de barcos
- D Baixos de areia que de baixamar se descobrem
- E Rio Paraiva de 4 léguas até à Cidade e mais 3 acima navegável e um quarto de légua de largo, há partes por onde vão navios grandes
- F Cidade quatro léguas da barra em um alto com uma notável fonte que sara a pedra

(\*) As notas ao texto estão à p. 228.

G Tudo matos de grandes madeiras muito grossas, ao longo do rio muitos e mui grossos mangues. (1)

Correndo a costa ao Sul do Rio Grande em seis graus está a Capitania da Paraíba que é de Sua Majestade, porque a conquistou e tirou das mãos dos Pitiguares gentios da terra e dos franceses com guerras e mortos de muitos anos.

Tem duas barras por entre uns recifes, uma ao Sul, outra ao Norte deles; a do Norte tem mais de duas braças de fundo e assim entram por ela navios de bom porte, que vão seis léguas pelo rio acima até à Cidade e até às fronteiras que chamam de Iniobi, donde estão os engenhos e lá começam de tomar carga. (2)

Na entrada desta barra está um forte que chamam do Cabedelo, em uma ponta de areia que defende o porto e a ancorarem nele e a subida pelo Rio Paraíba acima. Tem este forte um Capitão por Sua Majestade com cem mil réis de ordenado, um Alferes, um Sargento e os mais oficiais menores. Tem este forte obrigação de ter vinte mosqueteiros, afora os oficiais de primeira plaina, que para residirem no sitio e terem uma posta estes bastam, porquanto na Cidade, que esta a quatro léguas pelo rio acima, aonde reside o Capitão-mor, estão mais trinta soldados arcabuzeiros, que aos rebates se vêm logo a meter no forte e ficam cinqüenta, que para a sua capacidade bastam, enquanto se juntam os moradores que vivem mui espalhados por suas fazendas; e não há poderem escusar-se uns nem outros, porque ao forte que tem artilharia e defende o porto não lhe podem dar menos de vinte soldados. A povoação, donde quase não há moradores, não pode reduzir-se a menos número de soldados, que nela não-de assistir ao Capitão, tanto para autoridade sua como para acudir às fronteiras, donde estão as aldeias dos negros da terra, que cada hora tem novidades, por maneira que, enquanto à cidade, tem de seus naturais tão pouca força que não é capaz de se defender nem acudir aos vizinhos do campo nem aos rebates da barra.

Fazem de gasto à fazenda de Sua Majestade estes soldados e seus oficiais, com os demais da fazenda do dito Senhor que ali assistem, e ordinários dos conventos e paga do vigário 2.091\$800 réis, como se verá das folhas que ora se introduziram neste Estado, donde se verá bem claro e pelo miúdo. (3)

Este forte do Cabedelo fundou Feliciano Coelho de Carvalho no posto em que se vê hoje, de grossas vigas e tra-  
ves de madeira com taipas e entulhos entre uma e outra  
parede, terraplenado todo o posto da melhor matéria que  
pode ser, inda que tosca e de má feição. Naquele tempo se  
defendeu de onze navios cossários franceses que acometeram  
este porto e os pôs em fugida, matando-lhe muita gente com  
toda a que lançaram em terra para tomar o forte descom-  
posta e perdida; tanto importa ocupar bem um sítio e guar-  
necê-lo em razão da sua capacidade. (4) Será de importân-  
cia mandar-se-lhe fabricar de pedra e cal, para que se es-  
cusem os gastos que cada três e quatro anos faz de madeira  
e fábrica a Sua Majestade e aos moradores; tem o dito forte  
onze peças de bronze e ferro.

Na cidade, que está pelo rio acima, como fica dito, a  
quatro léguas do porto, chamada Filipéia de Nossa Senhora  
das Neves, estão para defesa daquele sítio três peças pe-  
quenas junto às casas do Capitão-mor donde antigamente  
houve um forte de terra contra o gentio. Também estão  
noutro sítio cinco falconetes de bronze.

Junta-se no alardo geral 260 homens de pé, arcabu-  
zeiros, e 30 de cavalo, além dos que ficam em guarda das  
fazendas, que nunca deixam sós de todo, por amor de seus  
mesmos escravos e assim de cada casa acode a metade da  
gente branca e enquanto se juntam estão à defesa os soi-  
dados que ficam ditos, assim do forte como da povoação e  
fronteiras do gentio, donde há muitas e mui grossas aldeias  
à ordem e debaixo da doutrina dos Padres Bentos e de São  
Francisco. (5) Nesta povoação, a que chamam Cidade, há  
três mosteiros, com seus frades, a saber, um de São Fran-  
cisco, que bastava, mui bem acabado e capaz de muitos re-  
ligiosos, um do Carmo, que se vai fazendo, e um de São  
Bento que se fabrica e uma Casa de Misericórdia mui bem  
lavrada e a Sé mais pobre que todas, porque não é de parti-  
cular. (6) Tem mais uma rua de mui boas casas de pedra  
e cal que se vão acabando e outras de taipa, que tudo pro-  
mete haver de ser lugar fermoso, bem assentado, muito sa-  
dio e muito abundante e por todas estas cousas há-de ser  
mui povoado, se o ajudarem e tiver bom governo. Ao pé  
deste lugar está uma fonte maravilhosa que sara do mal de  
pedra, que os que padecem dele a têm por milagrosa. (7)  
Todo o seu território é excelente para canas e toda a sorte  
de legumes e hortaliças, frutas de espinho e das da terra,  
muitas eriações de toda a sorte e muitos gados e diversas

caças nos matos; nos rios e costa do mar grande número de bons peixes, em particular o peixe-boi, que é tal que se guisa como carne de todos os modos e tem o mesmo cheiro, gosto e parecer, depois de cortado, que é cousa de admiração a quem o não conhece.

Os engenhos que nesta Capitania hoje fazem açúcar, com grande proveito de seus donos e desta Capitania, são os seguintes:

- o Engenho de Francisco Tomas no Goramame
- o de Gaspar Carneiro nas fronteiras de Tiberi
- no mesmo posto o de Joao de Paz
- o de Ambrosio Fernandes Brandão em Niobi
- outro do mesmo, no mesmo posto
- o de Duarte Gomes, na varzea do Rio Paraíba
- o de Lopo do Barco na mesma várzea
- o de Jorge Cameio na mesma
- o de Afonso Neto na mesma
- o de Antônio de Valadares. (8)

Em todos os quais engenhos e nas lavouras deles, como ficam apontados, vivem mais de quinhentos moradores brancos e se vão fabricando outros engenhos e cada dia para eles novos cômodos e sitios mui proveitosos.

Esta Capitania para o Sul se vai partindo e misturando com a terra de Guiana, que é de Tamaracá, Capitania do Conde de Monsanto, em modo que toda parece uma mesma terra, em forma que fica ao gentio sendo de muita reputação o concurso de gente dos caminhos e o número dos vizinhos e lavrantes e para as guerras de fora também este cômodo se há aproveitado e aproveita muito, porquanto desde esta Capitania da Paraíba que se compessa a povoar do Rio Manguangape até o Cabo de Santo Agostinho, tudo são grossas fazendas de portugueses que a Sua Majestade dão, sem nenhum cabedal de sua Real fazenda, um proveito grande. Rende esta Capitania cada ano nos dizimos dos seus frutos de oito para nove mil cruzados.

Deteve-se o aumento desta povoação ou cidade desta Capitania porque ategora todo o açúcar que nela se fazia se levava em barcos a carregar em Pernambuco, porque, como ali vivia o concurso de todos os homens de negócio mais caudalosos, os vizinhos sem força da Paraíba de necessidade se iam lá valer do que lhes era necessário, como a fazendas de seus súditos mandavam pôr todo o açúcar em

barcos pequenos que somente iam a isso e ficavam sempre os naturais com uma saca sem proveito, porque à terra não traziam nada. Todavia hoje esta feito assento que nenhum açúcar saia pela barra fora senão nos navios em que houver de ir para o Reino e que estes não serão admitidos a lho darem senão entrando carregados de outras cousas, como se costuma. (9)

A gente desta Capitania está repartida em três companhias, uma da cidade e duas de fora, com seus capitães e oficiais da ordenança delas, afora o presidio que vence soldo, que tem, além do capitão-mor e capitania do Cabedelo, um sargento-mor posto pelo Governador com oitenta mil réis de ordenado, que entra na contia atrás referida.

### ITAMARACÁ

- A — Desembarcadouro e caminho da vila 3 braças por mar
- B — Barra dos navios
- C — Praça, igreja e povoação
- D — Toma-se por toda a Ilha
- E — Casa de Maria Farinha
- F — Olaria de Iguaraçu e o Rio
- G — Tudo são baixos
- H — Rio de Maria Farinha
- I — Trincheira com 3 peças sobre o porto
- L — Rio de Guaiana

Itamaracá, ilha de que toma nome toda a Capitania, vai correndo ao Sul da Paraíba em 7 graus e  $\frac{2}{3}$  e pela demarcação que hoje se lhe dá compassa desde Guaiana, entre as terras da fronteira de Guaramame, e um ribeiro que aí divide correndo a Leste. Tinha esta Capitania antigamente mais estendida sua jurdição, mas como nas guerras passadas com o gentio e franceses Sua Majestade meteu tanta força e esta terra e a Paraíba foram tão defendidas dos bárbaros e tão mal assistidas de seus donatários, veio esta Capitania a ficar estreita de costa do mar, pela que Sua Majestade deu à Paraíba, que ficou sendo, como hoje é, sua também; no que para o sertão se estende tem dúvidas com os vizinhos, de uma e de outra banda. (1)

Por falecimento de certa viúva ficou esta Capitania em litígio entre o Conde de Monsanto e Lopo de Sousa, pelo

que vindo da viúva a litigantes não é tratada esta povoação como merece e seu sítio, (2) nem a fertilidade de seus contornos, donde podemos dizer que como a gema do ovo tem em si a mais e a melhor sustancia dele; assim, nesta corda de terra em seu sertão e suas praias, é notável o bem que produzem, tanto em vargeas de canas e madeiras, como de terras de mantimentos, legumes e hortaliças, em que entram muitas de Portugal e muitas e boas uvas, romas e figos. Nesta Capitania e seu distrito tem Sua Majestade as grandes matas de pau-brasil que ategora se cortaram e que se hão-de cortar daquela banda, porque, posto que o dito pau se carrega em Pernambuco, e os da Paraíba também no seu porto ofereçam carga, dando-se-lhes licença, toda a sua maior e mais fácil quantidade e melhor vem a ser das matas do sertão de Itamaracá ou suas vizinhas, e sobre estes cortes se acham movidos e se movem mil litígios e mais houvera se o cortar fora livre a todos. (3)

Além deste fermoso tributo que esta terra e seu distrito a Sua Majestade oferece, também tem sua quantidade de engenhos, que na bondade e quantidade de açúcar que dão avantajam o de outras partes. Os que hoje moem são os seguintes:

- O engenho de Álvaro Lopes
- o de Amador de Matos
- o de Duarte Ximenes em Araribe
- o de Antônio Cavalcanti em Araribe
- o de Simão e Diogo de Paiva em Trecuaém
- o de Diogo Delgado em Boiasi
- o de Luís de Figueiredo em Guaiana
- o de Antônio Cavalcanti em Guaiana
- o de Antônio de Holanda
- o de Jerônimo Rodrigues em Cupiçura

que todos a Sua Majestade pagam seus dízimos e ao donatário suas redízimas, que monta uma e outra cousa, conforme os orçamentos deste ano de 609, oito mil cruzados, como se vê das folhas dos arrendamentos. Mas, como fica dito, vai esta Capitania acompanhada com os dízimos de Pernambuco, à qual parte está tão unida que toda é uma e mais parece este povo aldeia de Pernambuco que Capitania de por si. Junte-se também que, como em si o porto não é tão capaz de entrarem navios grandes e o de Pernambuco, mais fácil e melhor, está a cinco léguas, toda a carga desta

Capitania se lhe sai em barcos, que vêm a buscar o açúcar até os mesmos engenhos, para se carregar em Pernambuco, e assim se fica a povoação sem nenhum comércio, cousa que a faz tão despovoada que não chega a 30 vizinhos brancos e esses que há são da gente mais pobre, porque os demais vivem em suas fazendas. (4) A Capitania de Pernambuco cresceu, (5) pelo que todas as demais do Norte se encolheram, que se cada uma tirara sua carga pelo seu porto, de tudo aquilo que em si produzem, não sei se se levantaram tantas casas no Arrecife, que suposto que por aquele cano a Sua Majestade parece que se lhe dá o seu, pois todos os regatos vão dar nele, todavia, embarcando-se os frutos de cada um no seu lugar próprio e vindo a buscá-los navios com fazendas, que no lugar as busquem e achem seus moradores, sempre o tal tráfego os faz mais sociais e mais ricos e pela mesma razão mais prontos à defesa de suas mesmas casas, e não lhes acontece o que a este lugar com os franceses, que muito poucos o saquearam e queimaram não há muitos anos, e quando lhes acudiram de Pernambuco, que tudo é uma mesma cousa, já não acharam cousa que remediar pudessem. (6) Tem em um alto sobre o porto ou desembarcadouro esta Ilha, mal compostos e pior manejados, três falcões de bronze, dois passavolantes de ferro e dois esmerilhões de ferro pequenos. O Capitão-mor que aqui se não é da obrigação do donatário, sem ter mais forças que tratar-lhe na cobrança da redízima; aquelas partes e calidades que haviam de governar neste distrito ficam logo governadas do distrito mesmo, pelo que o aumento vem a ser ao revés, como o governo, pelo que as cousas do Brasil em mãos de ausentes ou de capitães sem experiência não podem crescer senão por acidente, cousa que mais nos mostra a fertilidade e grossura da terra, pois chama aos homens e lhes ensina com a fertilidade o que é bem que com a indústria e bom governo lhe fossem mostrar a ela. (7)

O porto desta Capitania é para navios de até oitenta tonéis, mas quer-se tomado com bom tento, porque os seus recifes cobertos de fora são muitos e de dentro da barra tem muitos baixos e o não ser dos nossos pilotos muito frequentado o faz parecer mais dificultoso, mas não o achavam assim os inimigos, cuja escala era antigamente. (8)

Há na dita Capitania duas companhias de ordenança com 220 homens arcabuzeiros bem a ponto com seus capitães, alferes, bandeiras e tambores e os demais oficiais que convém e 22 homens de cavalo, de lanças e adargas, pelo



que se mostra ter a dita Capitania de Itamaracá mais de 500 homens brancos que tomam armas, que, como nas outras fica dito, que sempre para guardar as casas ficam mais de ametade nas fazendas. Tem duas vigairarias e uma com coadjutor, paga-se-lhe em um ano 105 mil réis. (9)

Não tem esta Capitania gente de guerra, nem pareceu deixar-se-lhe nas reformações, porque na verdade a guarnição de Pernambuco está tão perto que em certo modo tanto favorece esta Capitania como os vizinhos da sua mesma.

Têm nesta parte e distrito de Itamaracá os Padres da Companhia grandes aldeias de gentio, as mais autorizadas que há na costa do Brasil, donde vivem quase a nosso modo, mui de paz, em grande amizade e aqui, mais que em outra parte, foram de proveito se todos puderam participar de seu serviço com maior liberdade e menos interesse. (10)

#### PERNAMBUCO \*

- A — Prespectiva da Vila de Olinda de Pernambuco
- B — Colégio de Jesus
- C — Nossa Senhora do Monte
- D — Mosteiros dos Descalços de São Francisco
- E — Mosteiro da Ordem de São Bento
- F — Mosteiro de Nossa Senhora do Carmo
- G — Varadouro: cais onde descarregam os barcos
- H — Trincheiras da praia ao longo da água
- I — Barra velha onde entram os navios
- L — Engenho velho que já não mõe
- M — Beberibe, Rio que entra no esteiro que vem do Recife.
  - 1 — Fortaleza do Recife velha sobre areia
  - 2 — Barra do porto do Recife que hoje usam
  - 3 — Sítio donde se faz o forte novo
  - 4 — Surgidouro primeiro das naus a que chamam poço
  - 5 — Lugar da povoação a que chamam Recife
  - 6 — Mosteiro novo de Santo Antônio na Ilha de Marcos André
  - 7 — Barreta que convém guardar-se porque entram barcos
  - 8 — Tudo arrecife de pedra coberto e descoberto.

(\*) As notas ao texto estão à p. 232.

Em oito graus da Equinocial, cinco léguas ao Sul de Itamaracá, está o porto da famosa Capitania de Pernambuco, que começa des da Vila de Garaçu, sua demarcação, e corre ao Sul até Alagoa ou Rio de São Francisco. (1) Fica este dito porto chamado Recife antes do Cabo de Santo Agostinho oito léguas ao Norte dele, (2) uma légua da Vila de Olinda, Marim na lingua da terra, e por outro nome a Via d'Olinda, (3) a qual se derrama por um oiteiro abaixo, não bem situada dos antigos, mas hoje pelo grande comércio e grande cópia de moradores de modo emendada que se mostram nela muitos e mui bons edificios de casas de pedra e cal e sobretudo estremados templos, a saber, o da Igreja maior e o Colégio da Companhia, cujo templo da traça de São Roque em Lisboa pode competir com muitos de Portugal e exceder a alguns. (4) Tem um mosteiro de São Francisco de descalços, bem acabado e povoado e desta mesma Ordem e traça tem esta Capitania outros digo quatro, a saber, um na Vila de Iguaraçu, cinco léguas desta de Olinda, outro no Recife, da outra banda do rio, outro no Cabo de Santo Agostinho, onde chamam Una, e outro em Pojuca. (5) Tem mais a dita Vila de Olinda um mosteiro de Frades bentos, outro de Carmelitas, afora as igrejas da Misericórdia e São Pedro e Nossa Senhora do Amparo e outras ermidas, como a de São João, fora da Vila, e Nossa Senhora do Monte. (6)

Nesta Vila, que por mar e por terra tem abundante comércio de todas as cousas e com todos os do mundo e pode ter fácil, dando-se-lhe licença. (7) Aqui reside a pessoa do Capitão-mor que hoje governa em nome do Donatário, por ser esta Capitania de Duarte de Albuquerque Coelho, o qual provê Sua Majestade, (8) a que se dá e lhe pertence a redízima de todas as cousas dela e, conforme aos anos, importa uma grossa renda, que também se verá na cantidade dos dízimos que Sua Majestade recolhe, que este ano passado de 608 se arrendaram, com todas as demais Capitánias do Norte, que ficam advertidas, em 60 mil cruzados, que tirados 8 mil cruzados do avanço da Paraíba e outro tanto de Itamaracá, fica esta Capitania só por si orçada em 44 mil cruzados, forro de se tirarem dízima do donatário e assim das mais, e isto forro para Sua Majestade, fora os rendimentos do pau-brasil, que daqui ategora se carregou sempre todos os anos e se carregará, segundo mostra o estar já tão posto em uso e haver muito em toda aquela costa. (9)

Esta terra, junto a sua povoação, não tem boas águas. As melhores que bebem vêm de longe e por uma levada de uma légua se trouxe à Vila com grande despesa. O Rio se chama Beberibe, mas com as invernadas de modo se desbarata no inverno por cheias e no verão por mau limpo e sempre a água falta; (10) contudo ao redor da Vila não faltam umidades e fontes grossas e que criam muitas hortas de boa hortaliça e todas as sortes de frutas de espinho e das cousas do Reino, melões, pepinos, abóboras e outros legumes de toda a sorte e muito. (11) Nela se criam e dão também toda a sorte de gados miudos e grossos e toda a criação de aves domésticas, de maneira que sendo Pernambuco uma escala tão grande de tantas gentes forasteiras que comem e não criam e que para o mar levam tantas cantidades, nunca falta nada do que se busca, mais ou menos caro conforme ao tempo. (12)

Há nesta Capitania treze companhias com todos seus oficiais, bandeiras e tambores, e passam algumas de duzentos homens e 220 homens de cavalo, com lanças e adargas, em quatro tropas com seus guiões e cabos, mui a ponto, de modo que tem esta Capitania a esta conta mais de quatro mil moradores brancos que tomam armas, mas como vivem espalhados por suas fazendas e não é justo deixá-las sós em poder de seus escravos, nunca no alardo geral se juntam nem a maior parte; além disto não têm obrigação algumas freguesias que vivem muito longe, como são Pojuca e Alagoa e Una de acodirem, mas lá se lhes fazem suas resenhas. (13)

Esta Vila de Olinda conforme ao sítio não tem modo algum de se fortificar, sempre ficará lugar aberto e exposto aos agravos da guerra, conforme a força com que for acometida, porque além de estar na costa do mar e ter diante a sua antiga barra, que hoje fica defronte do Carmo, e com as caladas da noite ser todo aquele sítio para se poder combater e chegar à terra, (14) tem também a quatro léguas, entre Tamaracá e a dita Vila, o porto ou barra de Pau Amarello, entre uns recifes e muito melhor que a do mesmo Recife, que hoje se usa, porque tem quatro braços e meia de baixamar de águas vivas e podem em qualquer tempo entrar quaisquer naus e estar seguras e lançar em terra a gente que quiserem e dali aportarem donde lhes der gosto, em especial pela praia, marchando à dita Vila, que a um repente dos moradores que se não juntam, nem se podem juntar mais que seiscentos homens, quando muito, em que entram os do presidio, soldados pagos, que serão efetivos até ses-

senta e nunca passa daqui o seu número; (15) por maneira que, nas demais forças da vila, a um repente, como digo, não acho defesa suficiente tanto pelo número como pelos postos, que são separados e como tais também obrigam a dividir-se a gente, que doutra parte são moradores e os demais tendeiros advenciços, mercadores e quando hão-de tomar o arcabuz para pelejar, tomam o livro de rezão e o fato para se acolher e ninguém se engane com gente de povo, cuidando que nas suas mãos está a sua defesa, por muitas mostras e alardos que façam, que para pelejarem com soldados tem necessidade de muitas cousas que não pode ter o Brasil, pelo mal que se conservam entre nossa nação portuguesa nele, a saber, almazens de munições e comida e fortificação donde se recolham, sem perder o posto e fugir para o mato. (16) Nesta conformidade se fizeram nesta Vila o longo da praia umas trincheiras que por aquela banda parece que defendem a embarcação, com alguns postos em que jogam algumas peças de artilharia, mas tudo de modo fabricado que para larga defesa não tem suficiência e nos baluartes delas há quatorze peças de ferro que o tempo facilmente come e este modo e melhora de defesa tem o Capitão-mor Alexandre de Moura com sua assistência e puro trabalho consertado bem e o conserva em peso para escudo e amparo mais da reputação que dos efeitos, e como tão grande servidor de Sua Majestade, enquanto traz e ordena as cousas pelo caminho fixo e proveitoso sustenta estas a puro trabalho seu e dos moradores, que nisto gastam muito do tempo e da fazenda; fazem conta que, para guarnecer isto em 24 horas, por terra acodem de toda a parte muitas gentes e que acudindo fica remedeado. (17) O porto do Pau Amarelo tem emboscadas metidas nos matos de gente de pé ao opósito daquela barra e de cavalo na praia descoberta, sempre batendo a estrada e a do caminho do Recife, porto principal, como fica dito; (18) e com estas imagens, que sem dúvida hoje não pode haver outras, se persuadem que todas as cousas lhe ficam bem defendidas e desta confiança nasce o mau trato da gente de guerra, como cousa que não importa muito e as pagas em trapos e os oficiais da milícia criados de casa, os soldados sapateiros e alfaiates, e enfim, o dinheiro de Sua Majestade posto na pior gente da terra, que o menos que aprende é aquilo para que se lhes dá e assim como comem o que se lhes dá não servem como querem, de que nasce no Brasil parecer cousa desnecessária o haver soldados e a verdade como convém e como

Sua Majestade manda o presídio é cousa do céu e assim é bem que na calidade e cantidade desta gente se façam as diligências que convém para tirar fruto do que se gasta porque nesta Vila de Olinda mandam que haja cem soldados em uma companhia paga e para o Recife cinqüenta e em todos não há sessenta e são dos que tenho referido, que são para fazerem a guarda ordinária e estarem prestes com as armas na mão, enquanto a gente se junta para fazerem rosto e acudirem donde for necessário. (19) Também ser-vem de sustentarem o respeito ao Capitão e serem brida às fazendas da Capitania, que como constam as dela em separação, cada morador na sua se tem por rei e como tal obra com seus criados e escravos, de modo que, para uma e outra cousa, é justo o presídio e necessário nestas terras novas, donde os humores vivem tão espalhados e tão diferentes. (20)

Para isto deve Sua Majestade de mandar que neste negócio da gente de guerra e de seus oficiais dela haja tal ordem, tais pessoas e tal tratamento delas que sirvam de defender e honrar a república e não de a difamarem e a não ser assim melhor é guardar o dinheiro para cousas que mais importem e encomendar isto à fortuna, a quem as vejo encomendadas sempre. Este necessário discurso, que vai dito a medo, porque se diz no Brasil, serve para todas as Capitánias deste Estado, porque em todas elas há uma mesma doença. (21)

O Recife que chamam em Pernambuco tem uma povoação de 80 vizinhos, com sua igreja e vigairaria e um mosteiro na ilha defronte, que chamam de Marcos André, de descalços, como fica advertido. (22) Está esta povoação em uma língua de areia sadia e lavada dos ventos e de modo exposta como se vê na planta, que pode ser mui forte com não fortificar à roda todo o sítio, que é de areia. (23) Ma-pouca arte e custo que se lhe anhida nesta imaginação, por nuel Mascarenhas Homem, diligentíssimo Capitão, como pôde fundou na parte mais estreita desta língua de areia, entre os dois mares, um forte de pedra e cal que se conser-vou mui pouco, ou pelas matérias, como primeirissas, serem mal ligadas ou os oficiais mal advertidos, que não buscaram com os alicerces o mocíço do lamarão e fizeram poucas ou nenhuma grades, ou porque como carregassem os muros pelo alto de mais pesada e grossa artilharia do que à sua capacidade convinha; finalmente, inda que não havemos de dizer mal do sítio que todos os fortificados em razão servem,

do forte se não pode dizer bem, porque quase está hoje todo no chão e não tem nenhuma defesa. (24) Pelo que, assim por isto como porque no recife, da outra banda, há sítio donde se fazer outro mais forte e de maiores efeitos, mandou Sua Majestade que se fizesse e trabalhasse nele e esta imaginação deste forte na laje é mais antiga e primeiro em França praticada, donde mandaram a um Cabeças, português de Viana, que a viesse cotejar com o sítio, o que ele fez e lhe custou morrer mal no caminho e se divulgou a tenção dos franceses, que não devia de ser querer-nos guardar o posto, o qual defende a entrada da barra, pois as entenas não-de vir roçando por ele e joga por todo o mar e guarda toda a corda do recife por fora e por dentro; é senhor de todo o porto e ancoragens dele, o que não faz o outro e escortina a mesma povoação e todas as praias dela de longo. (25) Hoje muitas opiniões defendem o sítio do forte caído, querendo ali que se ressuscite outro de maior força e mais fábrica e mais força e que com este se escusa uma e outra fortificação, mas eu sempre me arrimarei ao posto do recife, pois guardado com diligência nunca pode ser empreendido nem o porto ser de outro dono e não pode ser batido nem cercado e assim mais será a conservação do porto em virtude desta guarda mas pequena que na de qualquer outra parte, por grande que a mostrem. (26) Neste sítio em particular está um capitão por Sua Majestade, um alferes e um sargento, que não-de ter cinqüenta soldados, se lhes derem para guardar esta artilharia que aqui está, que são dezessete de bronze, em que há dois canhões que jogam 20 e 22 libras de bala, mais nove de ferro, que o maior joga seis libras, (27) que tem mui pouca guardar (sic) de soldados calha a se valerem na ocasião dos moradores da povoação, que podem ser até oitenta homens e os do mar que sempre em seus navios que ali vêm tomar carga são trezentos, e assim entra isto também em uma das prmissões que se usam no Brasil, não sei se juntas (sic) e bem consideradas. (28)

Esta povoação do Recife não tem agoa para beber, má nem boa, em batéis a vão buscar os moradores a rios que estão defronte à água de Beberibe, de que tratado fica, que vem à Vila. (29)

Os engenhos que neste ano de 608 fazem açúcar nesta Capitania são os seguintes, por seus ramos ou distritos, conforme a repartição em que cobram os dízimos os contratadores:

## Ramo de Igarauçu 1

- O engenho de Gaspar Fernandes Anjo em Paratibi
- outro do mesmo em Jaguaribe
- o de Estêvão Gomes em Aiama
- o de Gonçalo Novo em Pirajuí 4

## Ramo do dito distrito 2

- o engenho de Vicente Fernandes em Guaraçu
- o do mesmo em Tabatinga
- o de Gonçalo Novo em Araribi
- o de Antônio Dias do Porto em Araribi
- o que ficou de João Velho Prego em Muçupe 5

## Ramo 3

- O engenho do Sargento-mor Damião Alvares de Teve em Camaragibe
- O engenho de Ambrósio Fernandes Brandão em São Bento
- o de André Gomes Pina na Muribara
- o de Inês de Góis em Maciape 4

## Ramo 4

- o engenho de Leonardo Fróis em Beberibe
- o de Duarte Dias Henriques
- o de Julião Paes na Madanela
- o de Lourenço de Sousa
- o de Isabel Pereira
- o de Pero Cardigo
- o de Antônio da Rosa
- o de Francisco Barros Rego
- o de Ambrósio d'Abreu 9

## Ramo do dito distrito 5

- O engenho de Maria Gonçalves Raposa
- o de D. Jerônimo d'Almeida dos Apopucos
- o de Pedro da Costa
- o de Estêvão Velho Barreto
- o de Julião Paes de S. Antônio

- o de Martim Vaz de Moura
- o de Pero da Cunha de Andrade
- o de Paulo Bezerra 8

## Ramo no distrito de Jaboatão 6

- o engenho de Antônio d'Andrade da Cunha
- o de Diogo Botelho
- o de Duarte de Sa de Santo André
- o engenho novo de Daurte de Sa
- o do mesmo dos Guararapes 5

## Ramo no dito distrito 7

- o de Luis de Valença em Camaçarim
- o de Pero de Laús
- o de Maria Ferrão
- o de Pero Cardigo em Carnijó
- o que ficou de Domingos de Castro
- o de Manuel Leitão 6

## Ramo do dito distrito 8

- o de Fernão Rodrigues Vassalo
- o de André Soares em Penanduba
- o de Diogo Soares em Suaçuna
- o de Fernão Soares Muribeca
- o trapiche do mesmo 5

## Ramo 9 no Cabo de Santo Agostinho

- o engenho Velho de João Paes Barreto
- o de seu Pai em Jiruçaca
- o do mesmo do Espirito Santo
- o do mesmo em Santo Antônio
- o do mesmo do Algodoads 5

## Ramo décimo no dito distrito

- o engenho de Gonçalo Pereira
- o de São João de André do Couto
- o trapiche do mesmo
- o de Ana de Holanda o novo
- o engenho de Ana de Holanda o velho 5



## Ramo 11 no dito distrito

- o de Antônio de Barros
- o de Diogo Mendes de Macedo
- o de João Nunes de Matos
- o de Luís d'Oliveira Serrão 4

## Ramo 12 no dito distrito

- o engenho de Estêvão Paes de Pirapama
- o de Antônio de Mendonça Furtado
- o de Julião Paes de Utinga
- o de Belchior Garcia Rebelo 4

## Ramo 13 no distrito de Pojuca

- o de Cosmo Dias em Tabatinga
- o trapiche do mesmo
- o de Sebastião Coelho
- o de Antônio Ribeiro de Lacerda
- o do mesmo a Bretioga
- o de Margarida Álvares de Castro 6

## Ramo 14 do dito distrito

- o da Pindoba que ficou de Cristóvão Álvares
- o de Paulo de Morim Salgado
- o de Antônio da Costa de Sueiro 3

## Ramo 15 no distrito de Sirinhaém

- o de Jaques Peres
- o de Filipe de Albuquerque
- o de Diogo Martins Pessoa
- o engenho de D. Joana d'Albuquerque 4  
(uma linha em branco)
- outro engenho no Porto do Calvo de Cristóvão Lis

Toda a gente da ordenança desta Capitania está repartida em 13 companhias, afora os quatro guiões de cavalo, que tem a 60 cavalos cada um, com seu cabo, como fica advertido; (30) e dez vigários com alguns cugitores

[sic, coadjutores], que fazem de custo com todas as mais ordinárias dos mosteiros um conto seiscentos e dezesseis mil réis. (31)

A gente do presidio dela faz de custo com o forte [não indica]. (32)

Tem Sua Majestade nesta Capitania um fundidor de artilharia, quer fazer casa de fundição que será de muito efeito, que com a artilharia que não serve se farão peças de alcance e de muito serviço. (33) Haverá no almazem 35 quintais de pólvora e 150 mosquetes e duas mil balas de artilharia.

Chega a Capitania dita, como está advertido, até o Rio de São Francisco, mostrando-se antes de chegar a este ponto o cabo de Santo Agostinho, em oito graus, mui povoado de fazendas e com a casa de Nossa Senhora de Nazaré, que se vê ao mar bem longe; (34) mostra-se logo a ilha de Santo Aleixo em nove graus, a qual terra firme diante dela e o Porto das Pedras vai povoado de fazendas e currais de gado até o Rio de São Miguel, em dez graus, e até Alagoa, na qual se fabricam engenhos e estão aposentados muitos moradores poderosos que fazem ali há muitos anos seu assento, obrigados da fertilidade do sítio e doutros proveitos, assim nas pescarias como nas caças que aqui se fazem, porque em breve tempo se carregam navios de chacina de porcos monteses e veados e outras caças do mato e tão notável marisco que fazem dele e de sua grandeza história, os que andam por aquelas partes. (35)

Têm estes distritos maravilhosas madeiras mui grossas e mui grandes cedros de que se faz mais lustrosa e cheirosa obra que na Ilha da Madeira, muito jacarandá e pausanto e outros de muita estima, até hoje não mui conhecidos, que para catres e leitões ao torno avantaça ao jacarandá, e assim muita abundância de todas as outras madeiras que aqui mais se estimam para couçoelas e tão bons para toda a sorte de obra. (36) Caminhando pouco mais ao sul, logo em dez graus e meio está o famoso Rio de São Francisco, a quem até hoje ninguém acabou de navegar a sua água acima, porque o mais que dele se tem navegado são 300 léguas, sempre contra corrente com vento em popa, que nunca falta a esportuchar até à noite, que botam ferro. põem-se a pescar infinito peixe; e se querem tornar para baixo alçam fateixa e com a corrente, no mais que governando, descem com muita presteza este rio, e sua navega-

ção promete grandes coisas, porque dizem que chega à lagoa do dourado e lá 300 léguas acima; de uma e outra banda tem muitos baixos na barra deste rio e de boca [trecho em branco]. É mui povoado de selvagens da terra, que por isso se faz mais duvidoso o penetrá-lo todo, mas também os grandes homens do sertão nisto mesmo dizem que está a facilidade, tanto que de amizade se entrar com estas gentes. (37)

A sessenta léguas pelo rio acima, estão, a 30 léguas afastada a terra dentro, umas minas de salitre muito abundantes, que Sua Majestade manda agora de novo que se descubram e beneficiem, que serão cousa de muita importância. Este ano de seiscentos e nove foi lá Manuel de Miranda Barbosa, que promete vir brevemente porque lá tem ido outra vez e trouxe salitre muito e muito alvo. (38)

Com estas mesmas calidades, correndo a costa ao Sul, se mostra em 11 graus  $1/3$  Serecipe del Rei, que os antigos puseram na demarcação da Bahia de Todos os Santos, mas como fica longe dela e quando se conquistou lhe acharam tanta suficiência para a criação dos gados e mantimentos, os que ali foram a povoar, que pediram capitão e foram-se aumentando tanto que em breve tempo têm câmara e ouvidor e provedor da fazenda e os demais oficiais com que hoje vivem; tem o Capitão de ordenado cem mil réis cada ano.

É esta barra perigosa e de embarcações pequenas, com bancos de areia que se mudam e está na enseada de Vasa-barris, donde as águas correm à terra, e se têm ali perdido muitas naus, pelo que todos os navios grandes sempre se afastam destes portos.

É a dita Capitania do distrito da Bahia, cuja demarcação é desde a ponta de Santo Antônio para o norte cinquenta léguas e que nelas entra este distrito todo de Serecipe, mas os moradores que são já hoje mais de 150, muito poderosos em gado vacum, se defendem bravamente e conservam sua jurisdição e não são desfavorecidos dos governadores, visto renderem as miuças nos dizimos perto de seiscentos mil réis e cada dia vai em mais crescimento. Todo este gado se gasta na Bahia, nas lavranças do açúcar e ali tem sua vazão em açougue, por ser a carne muito melhor que qualquer outra de outra parte da dita Capitania. Faz o capitão e vigário de custo à fazenda de Sua Majestade cento e cinquenta mil réis.

## BAHIA

- A — Ponta de Santo Antônio donde está um reduto com artilharia
- B — Rio Vermelho na costa do mar
- C — Itapoam penedos na costa que chamam muito as águas
- D — Cidade do Salvador, cabeça de todo o Estado, asentada em alto
- E — Reduto o pé da cidade chamado Santo Alberto
- F — Reduto chamado Água dos Meninos meia légua da cidade
- G — Ponte de Tapagipe onde está o forte Santiago
- H — Boca de Pirajá onde dão querena os navios
- I — A Praia Grande donde há muitas fazendas de lavradores
- L — A boca do Rio Matuim de 6 braças de fundo
- M — Ilha de Maré que dá canas de açúcar e todas as mais cousas
- N — Ilha do Topete junta a Jeraracanga
- O — Rio de Petigua que tem muitos engenhos
- P — Rio de Pitanga que tem muitos engenhos
- Q — Ilha das Fontes com um engenho
- R — Ilha dos Frades em que há moradores e só dá mantimentos
- S — Boqueirão da Ilha dos Frades
- T — Ilha de Caraíba

- U — Rio de Seregipe do Conde de Linhares com muitos engenhos e canas
- X — Rio do Açú com muitos mantimentos
- AA — Praia de Saubara com currais
- BB — Barra do Rio Peroasu donde entram naus da India e tem dentro outras baias e rios de grossos engenhos e fazendas
- CC — Ilha do Medo que só tem lenhas
- DD — A Ilha de Taperica com 3 engenhos e muitas fazendas e do Conde da Castanheira
- ff — Ilha defronte da barra de Jaguaripe e do mesmo fica por detrás de Taperica, mas é mui perigosa para sair ao mar e de embarcações pequenas
- FF — Barra da grande baía de Todos os Santos, de duas léguas de boca.

#### BAHIA DE TODOS OS SANTOS

Sempre foi cabeça de todo o Estado do Brasil a Cidade do Salvador baía de Todos os Santos, que está em 13 graus ao Sul da Equinocial. A grandeza desta baía, a sua iermosura e o sítio notável a faz ser a melhor do mundo. Tem a dita cidade em um alto a meia légua da barra e ponta de Santo Antônio, donde goza da viração do mar e fica pela parte e assento sendo o lugar e melhor vista, mais sadio e bem assentado de toda a costa do Brasil. Tem ao derrador de si muitas fontes de muito boas águas e um vale que cerca a cidade pela banda de Leste, povoado de hortas, ao qual atravessa um ribeiro que o faz fermoso; e no que toca às hortaliças tem todas as que em Portugal se criam e das frutas de espinho e sementes, de pevide também tem mais que todos os lugares de que tratado havemos. É o primeiro lugar ao Sul da Equinocial em que se dão marmelos em quantidade que fazem marmela [sic] tão boa como a do Reino. Tem muitas romãs, uvas e figos, com que em tudo se representa muitas vezes um verão perpétuo do Reino.

Tem esta cidade muitas casas boas de pedra e cal que custam e valem muito e outros bons edificios, casas fermosas e bem assentadas ruas. Tem um colégio de Padres da Companhia, suntuoso e bem ornado e povoado deles, donde se lêem todas as ciencias e em que nelas os filhos do Brasil fazem fruto; tem um mosteiro de Frades descalços bem obrado, perfeito e de grande exemplo e outro de Sao Bento, que não está acabado, mas leva em sua fábrica imaginações grandes, outro convento do Carmo que todo tem de esmolas suas fazendas de que se ajudam, e uma casa da Misericórdia com um hospital em que se agasalham e curam muitos pobres e tem esta grande concerto de irmandade e gastos, donde concorrem esmolas de importância. E a Igreja da Sé com todas suas dinidades, seu bispo e cabido, sua capela, com todos os demais ministros eclesiásticos e cousas pertencentes ao culto divino. Além destas Igrejas, tem ermidas fora e dentro da cidade, bem ornadas e com suas confrarias em que todos os anos em louvor de Deus e dos Santos se celebram festas de muito fasto, e possuem muita prata de serviço as demais das capelas, em cruces, castiçais e alampadarios de grande preço.

Nesta Cidade tem Sua Majestade a pessoa do seu Governador geral de assento e assim muitos outros ministros de justiça e de fazenda e da guerra, cujos salários importam muito e se pagam nos dízimos desta Capitania, que com todas as demais do Sul rendeu este ano de 608 para a fazenda de Sua Majestade 44 mil cruzados. Ficará este lugar em tudo avantajado e as cousas do Estado tomarão assento com a vinda da Relação que se espera.

A Cidade do Salvador pode ser lugar mui forte e bem guardados os navios que nele estiverem, fazendo-se o que Sua Majestade tem mandado o ano de 606, pelas plantas que fez o engenheiro Francisco de Frias e confirmou e emendou Tibúrcio Espanochi, engenheiro-mor de Espanha, para as quais fortificações Sua Majestade mandou aplicar a imposição dos vinhos desta dita Cidade e deu mais do melhor parado de sua fazenda vinte mil cruzados, por maneira que, fazendo-se a obra que está traçada ficará este lugar o melhor e mais forte que haja da Equinocial para o Sul e assim poderá esta terra ser escala da Índia Oriental se Sua Majestade for servido, pois para a ida e para a vinda a todo o tempo a podem tomar as naus e valerem-se em suas necessidades, que com fortificação ficam mui remedeados, os inconvenientes da fazenda com a Relação e Sua Majestade

bem servido e a Republica sem ver tantas perdas e mortes como nas linas que vao a demandar ou na costa de Guineas acontece.

Nesta cidade pode haver aimazens para conserto e remedio de todas as naus que aqui vierem, porque ha sitios para dar querena, como sao o de Matum e 'raparica, Matum a quatro leguas da Cidade melhor e mais abrigado a todos os ventos e deironte da mesma Cidade se dão e podem dar largos pendores a todo o tempo e ha madeiras excellentes para quaisquer fabricas navais e sitios em que se podem fabricar naus muito grandes.

E enquanto se cuida nestas cousas ao menos pode Sua Magestade mandar que daqui lhe levem a Lisboa garlindeus e caringas, digo os taboos para estas peças que em Portugal nem em Espanha nao de haver (sic) tais como aqui e que tao baratas e tantas e tao fortes sejam.

Nesta Capitania fortificada e illustrada como hoje se mostra com a Relação, se assim o fizerem com a peira e cal, nunca se temerao armadas de inimigos, nem a perturbarão cossarios, fazendo que os moradores do recôncavo deixem de fazer açucar por acudirem à Cidade, antes lhes fica lugar de defenderem suas casas. Hoje, enquanto se não fortifica, paga Sua Magestade mais de duzentos soldados de presidio, que sempre são poucos para o muito a que há que acudir, que com os moradores da Cidade apenas se ajuntam 500 vizinhos com armas a um repente e em 30 horas não há que esperar outro socorro de nenhuma parte e os postos somente que D. Francisco de Sousa fez de pedra e cal e onde repartiu a artilharia, segundo os lugares donde estão separados e a distância, há mister cada um muito maior guarda do que em si tem o todo da cidade, que como é aberta, ou se há-de desamparar ou acudir aos fortes ou os fortes não-de ficar desamparados por guardar a cidade; ou, se houver partilhas, não-de ser de sorte que corra risco uma e outra cousa e os fortes que tanto embaraçam são de tão pouco efeito que o para que menos servem é aquilo para que foram feitos. E porque melhor se vejam os postos e partes que guardar se devem, vejamos o primeiro forte, Santo Antônio, na entrada da barra, na letra A, que se fez pera a defender, como é averiguado, que o dirá quem o traçou, e entram e saem cada dia naus e armadas de cossarios sem que a artilharia que aqui está lhe faça dano e inda que tenha colubrinas de sessenta quintais nunca totalmente poderá defender a barra. Aproveita o dito forte somente para

guardar as caravelas ou embarcações pequenas, que do mar em fora vierem rotas ou demandando o porto, as quais chegadas ao forte as que andarem dentro na baía ou na barra estiverem e nestas é o maior efeito que faz esta artilharia neste sitio; e se, para só este beneficio e por adorno da barra e vigia de dia e de noite, é bem que se tenha e sustente o dito forte, convém emendar-se a dita fortificação, dando-se-lhe seus revezes e membros que a defendam com qualquer guarda, por pequena que seja, e que não este tão sujeita a lhe poderem arrimar escadas como está hoje.

Tem este forte um capitão com sessenta mil réis de paga cada ano, que provê Sua Majestade, e dez soldados pagos de presídio, com um cabo de esquadra, todos mosqueiteiros, com quatro peças de bronze, um bombardeiro que de continuo com os soldados ali assiste e têm, além disto, ordem os moradores do Rio Vermelho, ali vizinho, de acudir com suas armas e escravos ao dito forte, para que com eles fique provido em todos com cinqüenta pessoas, que para sua capacidade na guarda ordinária bastam estes que ajudam a andar com a artilharia.

Deste forte de Santo Antônio até a Cidade há uma légua pequena e nesta légua algumas calhetas que guardam com corpos de guarda ou com gente solta que as rende, por que as lanchas as não acometam e por elas lancem gente em terra ou venham fazer aguada em algumas partes que há para isso, como são pegado ao forte e a meia légua dele, também outro lugar que chamam Água de Graviel Soares, de modo que, por todos estes respeitos, é forçoso guardar tudo isto. Na entrada da cidade, na porta de Santa Luzia, estão em uma instância sobre a mesma porta três peças de bronze e dois pedreiros, com um bombardeiro pago, com seus ajudantes, que não levam mais soldo que os privilégios. Ao pé das casas de Sua Majestade sobre a Igreja da Conceição estava outra instância com duas peças de bronze e no meio da montanha debaixo da Casa da Misericórdia está também uma plataforma que defende a ancoragem no porto junto à Cidade, donde estão três peças de bronze e uma de ferro. Tem esta instância necessidade de artilharia de alcance pelo bem que daqui obra à guarda do porto, como fica dito; nela há um bombardeiro pago com seus ajudantes. Ao pé dela, pera que jogue no lume d'água, está Santo Alberto, instância de pedra que fez D. Francisco de Sousa, com três peças de bronze e um bombardeiro pago e seus ajudantes. Continuando na montanha da Cidade, ao pé do Colégio de Jesus



está outra plataforma bem alta que olha todo o porto e ancoragem até a Água dos Meninos, que como se vê é uma enseada muito grande e aqui estão 2 peças de muito alcance, com um bombardeiro pago e dois ajudantes de privilégios somente.

Na última porta que vai para o Carmo está outro cubelo que defende aquela entrada, com duas peças de pouco efeito, melhores para ajudar a fundição de outras, que, o para que hoje se usam, não são de efeito; tem um bombardeiro pago e dois ajudantes. Na praia da Cidade, na ponta das trincheiras da banda do Varadouro velho, está uma instância com duas peças de bronze com um bombardeiro pago e seus ajudantes. Mais adiante, nas casas de Baltasar Ferraz, estão duas peças, mais avante pela praia estão mais dois falcões de bronze e na casa do Sarabanda, que as tem a sua conta, jogam nos revezes das trincheiras. Em toda a praia há mais quatro peças de ferro coado, de pouca importância, contudo servem e têm seus reparos.

Para a banda do norte desta Cidade, a uma légua, está outra ponta chamada Tapagipe, que na planta se assinala com a letra G, donde parece outro forte de pedra e cal, da mesma traça de Santo Antônio; difere que tem uma cisterna dentro e maior e tira mais ao val o sexângulo de sua figura, mas sem revés, nem cousa que o defenda; tem um Capitão por Sua Majestade com oitenta mil réis e dez soldados de presidio e um tenente e um bombardeiro, com cinco peças de bronze e ferro. Todo este forte e artilharia dizem que para que quando ventar o Nordeste, que aqui cursa muito, as naus que entrarem não possam tão facilmente tomar o porto da Cidade porque hão-de vir para o canjarem a virar perto desta ponta e para que, ao seu abrigo, vão e venham seguros os barcos que vierem do recôncavo à cidade; uma e outra razão são quais Deus remedeie e não serve pois temos o forte mostrar quão pouco serve, somente se há-de advertir que é o de mais reputação que há na baía e que não tem traça nem modo de defesa a uma escala, porque para nenhum destes fortes há mister artilharia, senão de escadas de vinte palmos e mosqueteiros que não deixam descobrir os de dentro por muitos que sejam. E assim digo que são instâncias, como mostrado fica, de pouco efeito e que dão imenso trabalho. Nem trato noutra instância que me fica entre este Tapagipe e a cidade, que chamam Água dos Meninos, donde estão duas peças de bronze, as quais peças sem dúvida se tirarão daqui, porque parece patranha

quem for soldado cuidar que em razão pode acudir a tanta bitoca se já nesta nossa croa não há alguma lei que dá licença a porem peças de artilharia donde as deixem levar dos inimigos. Nesta cidade, para acudir às cousas ditas, em três e quatro dias depois do rebate e entrada dos inimigos, se juntam de fora e de dentro até 700 homens, Deus sabe com que vontade, pelo que acudindo à praia, fortes e postos tudo fica mui fraco e com muita facilidade pode acontecer uma desgraça grande e as cousas não são para menos, enquanto na cidade não há fortificação que com muito poucos guarde as casas, mulheres e Igrejas e com os demais acuda em corpo firme adonde convenha.

Juntam-se nesta Cidade perto de mil homens em doze companhias, a saber, de fora oito da ordenança, e duas mais da cidade e as duas de presídio: toda a mais gente fica em guarda das fazendas de fora por amor dos negros da terra e de Guiné. Tem contudo ainda a Capitania mais de três mil moradores brancos, que hoje chegam até o Camamu e morro de São Paulo, mas estes não acodem a cidade a cousa alguma, porque vivem longe. Os engenhos que nesta Capitania fazem hoje acúcar são os seguintes:

- O engenho da cidade de Rafael Barbosa
- o del Rei em Pirajá
- o de Anrique Muniz em Pirajá
- o de Vicente Rangel em Pirajá
- o de Bernardo Pimentel em Cutigipe
- o de Marcos Pires no dito posto
- o de Gaspar Dias de Moura em Maré
- o de Antônio Cardoso de Barros em Jacaracanga
- o de Antônio Cardoso o de Carnubuco
- o de Gaspar Pereira em Matum
- o de Gaspar Pereira no otum
- o de Antônio Vaz em Contugibe
- o de Baltasar Ferraz em Cutigipe
- o de Domingos Barbosa
- o engenho de Antônio Vieira
- o de Luís Vaz de Paiva
- o de Estêvão de Brito Freire ou Tristão Vieira
- o de Miguel Ferreira
- o de Francisco Duarte Ximenes
- o de Paulo d'Argolo
- o de Pedro Garcia
- o de João Serrão

- o de Martim Carvalho
- o de Estêvão de Brito Freire
- o de Vasco de Brito
- o de Francisco Ribeiro
- o de Domingos Rodrigues
- o de Diogo de Noronha
- o do Conde em Seregipe
- o de Francisco Gonsalves
- o trapiche junto o Conde
- o de Bernardim Fernandes em Peroasu
- o de Baltasar de Aragão
- outro novo, de Baltasar de Aragão
- o de André Lopes Ilhoa
- o de André Lopes na ponta
- o da Cachoeira
- o de Antônio Cardoso de Peroasu
- o de Cristóvão da Rocha
- o de Duarte Esquel em Taparica
- o engenho do mulato em Taparica
- o de Sebastião Pacheco em Taparica
- o de Luis de Figueiredo em Guaguaripe
- o de Nicolau Soares em Guaguaripe
- o de Fernão Ribeiro de Sousa em Tinere
- o dos Padres da Companhia em Camamu
- o de Baltasar Aranha em Taparica

Todo o trato desta Capitania a esta Cidade é por mar e assim têm todas estas fazendas a duas barcas grandes e cada lavrador um barco mais pequeno, que chamam rodeiros, de modo que se podem pôr a vela mais de duzentas embarcações, latinas todas, com marinheiros cativos da terra e de Guiné. Também a gente nobre, que há muita, tem cavalos de que usam nas festas, inda que não em tanta quantidade como em Pernambuco, que tudo o que se faz é por terra.

Todas as aldeias do gentio da terra que há nesta Capitania estão a cargo dos Padres da Companhia, sem que algum branco entenda ou possa entender com elas; depois das pazes que se fizeram com os aimorés, ficou todo o sertão desta Capitania quieto e assim os moradores dariam a Sua Majestade da renda um tesouro grande pela fertilidade da terra, se tivessem ajuda dos índios, que como lhes falta e as fazendas de força se não-de fazer com os de Guiné, que tanto custam, os lavradores que dão proveito à Fazenda Real

empobrecem e tudo vem a ser de mercadores, que não tratam em aumentar a terra senão em sancar [sacar] seu dinheiro para mandarem a seus maiores e daqui nascem mil ruínas de fazendas e de bons homens para elas, cousa que devia em boa razão de se remedear, ou dando-lhes aos moradores índios da terra que os ajudem ou favorecendo-os para que não paguem suas dívidas mais que com o fruto das fazendas e assim crescerão em modo que a Sua Majestade se lhe siga um grande serviço.

Há no almazem desta Capitania, que é a câmara de munição de todo este Estado, tem [sic] hoje de pólvora 72 quintais e 33 de murrão; de chumbo em pastas e pilouros 16; 3.600 balas de artilharia de toda a sorte; seis falconetes de bronze com seus serviços, oito sem rebichos nem serviços; dois esmerilhões de bronze de colher; 350 mosquetes aparelhados e 200 arcabuzes; muito enxofre.

Faz de gasto a gente de guerra desta Capitania.

Faz de gasto o eclesiástico, bispo e ordinárias 4:232\$ rs

Faz de gasto toda a gente da fazenda, governador e mais oficiais como se mostra

Tem esta Capitania de bronze, com as que estão no almazem, 44 peças e 5 de ferro coado, na praia as 10 são de bronze, falcões e falconetes, sem serviço digo as que estão no almazem. Na fundição de Pernambuco de toda esta artilharia se podem fazer peças de alcance que escuzem câmaras e façam grande serviço.

## CAMAMU

Ao Sul da baía de Todos os Santos está o Camuru morro de São Paulo, em quatorze graus, cuja terra vai povoada de moradores da baía de Todos os Santos que vivem de suas granjearias de mantimentos e currais de gados e criações miúdas e de fazerem excelentes madeiras vermelhas que chamam de gitaípeva e de angelim e outras. Com a guerra dos bárbaros aimorés estava tudo isto despovoado; hoje têm neste sítio um engenho os Padres da Companhia, inda que a terra ali não é, por ser fraca, mui criadora de canas.

## OS ILHÉUS

Continuando a costa, em 15 graus e dois terços se mostra a Capitania dos Ilhéus, de Francisco de Sá de Menezes, que sem dúvida afirmam ser o melhor sítio e mais fértil, fresco e fácil de cultivar de toda a costa do Brasil, mas como Capitania de donatário está tão perdida que apenas tem trinta moradores brancos; teve muitos engenhos, mas desbaratou-se com a guerra dos aimorés passada e em sua restauração hoje se põe muito pouca diligência e assim não tem nada, nem rende nada a respeito das outras. Tem três engenhos que parece que querem tornar a moer, mas as poses são mui fracas, tirado o do Conde de Linhares que é o mais a ponto de todos.

Esta terra produz todas as cousas de Portugal, uvas, figos, melões, marmelos maravilhosos e muitas romãs e toda a sorte de frutos de espinho; cria muito arroz, muito milho e mandioca, todas demais comidas e frutas da terra, muita caça nos seus matos, muitas aves, grandes pescarias, sem haver quem goze desta fertilidade por falta de escravos com que ajudem a cultivar, que para os comprarem de Guiné não têm os moradores nenhuma força e quem as tem mais quer arrimar-se às Capitánias de maior trato, pelo que vêm a concluir os moradores do Brasil que não havendo índios para os moradores e aldeias, como o são para os Padres da Companhia, que a eles pudera fazer conta Sua Majestade que largou o Brasil.

Tem esta Capitania perto da vila uma lagoa que dizem ter mais de quatorze açudes para engenhos que nela desembocam e tais terra, pastos e madeiras, caças e pescarias que nesta só lagoa, que tem duas léguas de circuito, se pode fazer uma rica capitania e tudo isto está perdido por não haver braço de Rei que ajude e faça mercês aos ricos para que se estendam por esta parte, mandando o donatário que acuda ou largue, que perde a Fazenda de Sua Majestade muita, com terem os donatários as terras embaraçadas.

O seu porto ou barra dos Ilhéus tem algumas dificuldades para navios grandes, para os demais é fácil e de boa ancoragem. Faz de custo um vigário à fazenda de Sua Majestade 35\$ réis.

O seu sertão é rico de pau-brasil, minas e de tudo o demais que as outras têm; teve esta Capitania muita artilharia, mas haverá anos que lha tomaram os franceses de-

pois da guerra dos aimorés. Hoje tem quatro ou cinco pe-  
ças de ferro coado, desaproveitadas e lançadas na praia.

### PORTO SEGURO

Correndo a costa ao Sul, em dezessete graus menos 1/4 está a Capitania do Porto Seguro, do Duque de Aveiro, que foi uma das mais povoadas de toda a costa e a primeira que se descobriu e povoou e a que se pôs nome Santa Cruz, mas como o sítio de sua natureza seja estéril acabou-se aquela primeira nata que a guerra dos aimorés entrou logo, de sorte que não deixou cultivar as malhas de terra boas que há na dita Capitania e assim deu através com tudo e ficou fama entre os moradores que viam visões e cousas más que os perseguiam e espantavam, mas este disbarate ou verdade, se o foi, se acabou em a guerra do gentio, porque hoje não falam nisto e o ano de 603 tiveram preso os moradores o Capitão porque não despovoava e todos se quiseram acolher, lançando o medo da guerra e discômodo de suas pessoas às visões ditas e assim foi necessário que o Governador acudisse atalhar isto e que metesse força do Estado e de sua autoridade para que se aquietassem os poucos que ficaram.

Este sítio é tão miserável que nem gados cria nem as cousas que a demais terra da costa; inda que cuida que pela terra dentro deve de ter sítios que façam o que as demais, pois está em tão bom clima e entre tão boas terras e como os moradores fugiram para o sítio do mar e largaram o demais, que o de que se pragueja é o da povoação e não o da Capitania, pois é verdade que logo 15 léguas além por costa, donde está o porto das Caravelas nele há tudo o que desejar se pode, assim de criações de gados como das demais cousas e é sítio abundante de pescas, caças e mariscos e terra como a do Espírito Santo, que desde ali começa, por maneira, que se aos moradores acrescentarem as posses, a Capitania tornará a seu ser, pois quem lhe fez o dano não foi tanto sua fraqueza como a guerra dos bárbaros e enquanto os moradores tinham licença e faculdade de descerem gentio e se servirem dele a terra cresceu e o diabo nunca pareceu, como depois que os pobres foram de tudo desamparados.

Tem esta Capitania um vigário que faz de custo à fazenda de Sua Majestade sessenta e cinco mil réis; não rende nada. Tem muitas madeiras, fazem-se muitos navios peque-

nos e mui a pouca custa; assim se poderiam fazer grandes ou ao menos mandar Sua Majestade que aqui, para carlingas, garlindéus, lhe mandassem buscar paus ou taboões.

Tem mais, que ficaram do seu melhor tempo, quatro peças grossas de bronze, as duas, com medo de certos cosários, esconderam, as demais estão apeadas à porta do Capitão.

Tem mais doze ou quatorze falcões de toda a sorte e falconetes sem serviço, pólvora, nem balas e cento e cinquenta moradores, pouco mais ou menos, brancos. Dizem que, além do que se lhe houvera de dar de ajuda, convém mudar-lhe o sítio ou o porto das caravelas, por [outro] mais criador e abastado; há diferença destas opiniões: o que tem de pior é que não há quem averigüe, que no Brasil tudo se deixa ao tempo.

Tem este sítio muito pau-brasil, mui fino, que corre em grandes matas dos Ilhéus e atravessando o sertão desta Capitania chega até o Espírito Santo, digo este fino, que outro que não é tão bom inda vai adiante, até o Rio de Janeiro e Cabo Frio.

Com a carregação aqui do pau haverá algum comércio nestes sítios, que sem dúvida dará aumento nestas Capitánias.

## O ESPÍRITO SANTO

Esta Capitania está ao Sul das demais ditas, em vinte graus, é de Francisco d'Aguiar Coutinho, tem um porto capaz de grandes navios, e na sua Vila da Vitória há até duzentos moradores brancos; tem toda a Capitania até quinhentos, entre os quais se juntam nos alardes gerais cento e cinquenta arcabuzeiros, os demais acodem com seus arcos e frechas e alguns com rodela. Nesta gente entram até quarenta de cavalo. Tem mais esta Capitania, em quatro aldeias a cargo dos Padres da Companhia, mais de quatro mil índios de paz, que lançam de si três mil frecheiros, que são a maior força da Capitania, tanto para a guerra como para ajudarem a cultivar aos brancos.

O sítio da vila por natureza é fortíssimo, porque todo o cerca o mar à roda e a entrada até chegar a ela é em modo que hão-de vir os navios metendo-se debaixo da artilharia dos redutos que tem, os quais se estiverem em razão acomodados fica sendo impossível a entrada nem a saída do porto

Esta Capitania já foi mais povoada de casas e de moradores e de indios, mas uma enfermidade como peste, a que chamaram bexigas, que deu em toda a costa do Brasil, fez muito dano em muita gente pobre, tanto nesta como nas demais Capitánias. Também a esta chegou a guerra dos amores, suposto que aqui não fizeram tanto dano, ou pela grande defensão que aqui houve de indios sempre, ou porque averiguadamente não carregaram tanto a esta Capitania; assim sempre conservou os seus engenhos e fazendas, e os que hoje moem são os seguintes:

- o engenho de Leonardo Fróis
- o de Miguel de Azevedo
- o de Manuel Teixeira
- o de Diogo Rodrigues d'Évora
- o de Marcos Fernandes
- o de Gomes Pereira
- o de Marcos d'Azevedo
- o de Rodrigo Garcia

Além destes engenhos que fazem açúcar tem a Capitania sitios e terras para se fazerem muitos. A terra é fértil e cheia de todas as cousas, como nas outras referidas, e além destas tem muito balsamo que em outra Capitania do Brasil se não cria mais que somente nos matos desta e não é tão pequeno fruto para os moradores que lhes não valha todos os anos perto de quatro mil cruzados a importância disto. Tem muito óleo de copaiva, mais que em outra parte.

Nesta Capitania é fama haver muitas esmeraldas, algumas se mostram muito finas, que dizem haverem vindo do sertão, mas até hoje o trato delas não está posto em mais uso que o dizerem também em certas cachoeiras ou poças, donde cai água com força se acha quantidade de pedras pequenas toscas, que dizem ser granates, mas como as não vi demandar aos lapidários, tenho-o por cousa de pouco momento, suposto que lavradas valem a cinquenta réis. Toda a terra do Brasil é aurífera e muito mineral e esta do Espírito Santo e seu sertão se presume ser mui rica, mas a pouca força dos moradores os faz contentarem-se com andar a língua digo somente. Desde entrada da barra até à povoação haverá uma légua e tem em postos de uma e outra banda dois redutos com a artilharia seguinte:

donde chamam o Forte Velho um falcão pedreiro e um camelo, ambos de bronze;



em São Miguel três peças, a saber, dois pedreiros e um camelo e mais três berços com seus serviços;

na vila da Vitória há duas peças meias-esperas de até oito libras de bala, mais em instâncias três berços, mais três peças de ferro coado sem repalros;

tem cinco quintais de pólvora, muito poucos pelouros da artilharia e nenhuma outra munições e mais vinte mosquetes e 30 arcabuzes de respeito.

Paga Sua Majestade nesta Capitania dois vigários que levam de seu ordenado oitenta mil réis.

Rende a dita Capitania nos dízimos, de que ao donatário pagam a redizima, todos os anos perto de um conto de réis, ainda que no orçamento que este ano se fez pareça andar em menos.

## RIO DE JANEIRO

Em 25 graus da Equinocial ao Sul está o Cabo Frio, do qual correndo a Loeste se mostra nesta altura a baía do Rio de Janeiro, a principal de todas as Capitánias de baixo, tanto pela fertilidade de seu sítio quanto pela bondade e fortaleza de sua baía, cujo porto por natureza é de modo que com pouca arte ficará mui forte. No meio dele, em uma lajem grande que tem ao lume d'água, refazendo-se o forte que já aí esteve, fica dificultossíssima a entrada a inimigos. Hoje também a gabam de bem defendida com os postos que tem ocupados com a artilharia, que são os seguintes: na cidade seis falcões, mais um falcão pedreiro, um cão de bronze, seis falconetes, quatro berços, que tudo são peças miúdas que não mister câmaras e cunhas de ferro em quantidade e no Brasil conservam-se mal pelo que, inda que são boas para revezes de trincheiras e para levar ao mar em embarcações pequenas, as tenho por impertinentes pelos serviços que digo. Tem mais quatro colubrinhas. E na boca da barra, no Forte Santa Cruz, estão sete peças como esperas e meios-canhões, um pedreiro, três berços e dois falcões que defendem a barra daquela banda. No Forte de São João há uma espera e um camelo, que por todas são 36 peças de bronze. Para a guarda ordinária desta artilharia deu Sua Majestade de guarnição 30 soldados, em que entram dois bombardeiros, e assim está hoje. Tem o almazem 21 quintais de pólvora e de sobreselente 36 arcabuzes e 42 mosquetes, sem outra munição alguma.

Estas forças e sítio, junto com mais de mil e seiscientos moradores brancos em toda a Capitania e muitos negros trecheiros de paz, os mais bençãos de toda a costa, fazem esta Capitania mui reputada e temida e nela cada dia, pela virtude de seus moradores e vizinhos, acontecem boas sortes com cossarios. Esta Capitania é escala do Rio da Prata, mui demandada por mar e de que lhe nao vem a ambas pequeno proveito e sera mais quanto mais se abrir o Rio da Prata e Sua Majestade ha sido bem servido nesta escala para socorrer o Peru, pois aqui vieram ja duas armadas, que fizeram boa viagem, reformando-se e reitescando a gente. Tambem de poucos anos a esta parte se tem aberto caminho para passar pela terra dentro até os castelhanos, mas como senao continua não deve de ser mais que curiosidade de ser-tanejos, suposto que a terra toda é tão fértil que indo-se po-voando sera este caminho fácil e muito breve.

Tem trato com Angola que a ambas partes importa muito, pela grande quantidade que todos os anos vão daqui de farinhas, carneiros e outras cousas. Colhem-se nela tanta quantidade de marmelos que fazem marmeladas para toda esta costa e outras partes, que também lhes dá proveito de consideração. Tem frutitas, hortaliças e legumes que não invejam os do Reino e muitas madeiras de que fazem acomodadas embarcações para estes tratos. O serviço da terra pelo mar é em canoas de um só pau cavacado, em que saem ao mar largo a pelejar com navios e são tão possantes que levam oitenta e setenta homens cada uma dentro e as fazem com velas, de modo que nelas às vezes dobram o Cabo Frio e vêm a estas Capitánias.

Tem alguns engenhos de açúcar que fazem quantidade bastante para as suas marmeladas e que também carregam, mas já na bondade e quantidade não é de tanto valor como o de que fica tratado.

Nesta Capitania há um colégio suntuoso dos Padres da Companhia; ele e a igreja matriz com seu vigário, ordinárias, coadgitor fazem de custo à fazenda de Sua Majestade um conto duzentos dois mil e oitocentos réis, afora o que se paga aos soldados e officiais da fazenda que importa cada ano [em branco].

Há nela muito pau-brasil, mas não tão fino como o demais, que todavia vale dinheiro e é de importância, ainda que não de tantas tintas. Anda esta Capitania com a Bahia e todas as demais do Sul até São Vicente arrendadas desde ano de 608 até agosto de 609 em quarenta e quatro

mil cruzados, de que cabe a esta Capitania no seu encabeçamento mais de 4 mil cruzados. É terra sadia, forte e fértil; no seu porto entram naus de toda a sorte e dentro ficam seguras de todos os tempos. Aqui reside o administrador destas partes, dinidade a que se pagam mais 300\$ réis que com a dízima importa, digo como décima 1:512\$800 réis.

### SÃO VICENTE

A Capitania de São Vicente debaixo do trópico de Capicórnio [sic], em 26 graus e um quarto, é sadia como as demais, mas já mais fria que todas e por esta razão mui criadeira de cousas do Reino, assim frutas como hortaliças. Há nela gados de todas as sortes que a fazem mui abundante. Dizem ser riquíssima de minas de ouro e de outros metais e se como o ouro que dali se tira é fino fora muito, esta fora a cabeça do Brasil e de toda a América. Mas como o tempo é o que fala as verdades, ele descobrirá o fundamento e riqueza delas, porque des que se descobriram até hoje se não viu quem delas tirasse cabedal ou ao menos vontade de tornar a vê-las. O sítio das minas é em serras, cuja comunicação tem dificuldades e tantas que nos olhos de alguns as faz impossíveis, além de que a neve muita parte do ano tem coberto tudo. E o que se colhe das lavagens do ouro é por diligência de quem o busca a frol da terra, pelos regatos, e não de quem o cava nela.

Tem esta Capitania perto de mil e quatrocentos moradores brancos, em que entram as povoações de Santos e São Paulo; delas [sic] não temos mais notícia que serem amigos de beber fumo e ser gente que vive mais pobremente tratada que toda a demais da costa, no que toca a casas e vestidos, e há-se de advertir que nestes entram os maiores tiradores de ouro que lá há, que são os Sardinhas.

Esta Capitania tem uma nação de gentios a que chamam carijós, habitam a terra a sessenta léguas das povoações e a trinta das minas. Estes até hoje estiveram de guerra, sem quererem com os brancos amizade alguma, contudo não davam moléstia como os Aimorés, nem vinham a buscar nossas povoações, mas defendiam as suas honradamente. Estão hoje de paz e serão de muito efeito para as minas o serviço deles, porque como naturais da terra, sofredores daqueles frios e homens robustos, serão na serra os primeiros cultivadores; assim que têm hoje as minas isto em

seu favor, que ategora não tiveram. Tem mais um engenho de ferro que fez o Quadros, de dois que se obrigou a fazer a Sua Majestade, sem até hoje poder com um acabar o outro.

Este engenho foi a causa principal das pazes do genio, porque acudiram por cunhas e machados de que careciam. O inventor destas ferrarias ainda não fez neste Estado abater o ferro de Biscaia que como chegue a isto e a dar ao Rio da Prata o que leva do Brasil todos os anos, sem dúvida serão estas outras segundas minas dourado, mas até hoje tudo se vai em esperanças. Teve esta Capitania muita artilharia, mas como cousa tão desamparada a levaram os ingleses há alguns anos e a que não quiseram deixaram cravada e esta (como pôde) mandou descravar e remedear D. Francisco de Sousa, quando ali foi sendo governador de todo este Estado. Destas peças há ali hoje uma colubrina e dois canhões, um deles rebentado; tem de ferro coado onze peças de boa fundição, nove se tomaram a Lourenço Vuic que ali também tomaram com engano, de que depois bem se vingou em Santa Helena, a qual carece de todo o provimento necessário.

Digo que concluindo com as fortificações da costa do Brasil que atequi chegam, que como as forças e rendimentos deste Estado constam em separação de moradores e a separação antes argúe ruina que fortaleza, convém os quatro postos mais importantes desta costa estarem fortificados e guarnecidos, de modo que na sua mão possa granjear-se e viver todo o separado; os postos entendo serem o Rio Grande, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro; nos demais a virtude dos moradores, sem artilharia de reputação, farão com que possam e ao abrigo dos ditos postos fortificados, tudo se conserve e cresça como desejamos.

Tem esta Capitania quatro vigários e fazem de gasto cento e sessenta mil réis, e o que rende vai metido com as demais na forma referida.

#### NOTAS

##### RIO GRANDE DO NORTE

- (1) O Forte dos Reis Magos tem sua história escrita pelo falecido Prof. Hélio Galvão, *História da Fortaleza da Barra do Rio Grande* (Rio 1979).
- (2) A presença dos corsários e traficantes franceses de pau-brasil referem-se cronistas do século XVI (Gabriel Soares de Sousa) e do XVII (Frei Vicente do Salvador). Os "ventos gerais" favoreciam a

travessia do Atlântico a partir do golfo da Guiné para o saliente nordestino. Os baixos aqui referidos são os de São Roque, na costa do Rio Grande do Norte, e ao canal entre o litoral e os baixos faz referência Luís Serrão Pimentel na sua *Prática de Arte de Navegar* (1673) reeditada em 1980 p. 174 e estampa XV. O canal tinha, segundo Pimentel, 5 a 6 braças de largo (cerca de 12 metros).

- (3) A conveniência do Rio Grande como ponto de arribada de navios que vindos do Reino, não haviam podido dobrar o Cabo de Santo Agostinho, onde se podiam pôr sob a proteção do Forte dos Reis, está mencionada no texto da *Razão do Estado do Brasil* (1612).
- (4) Rio Cumuntansi ou Cormatain são variantes desaparecidas da denominação Curimataú, que já se encontra no texto da *Razão* (1612): na "Relação das cousas do Rio Grande, do sítio e disposição da terra" (1607) aparece "Corimataí" e nela se apontam outras várzeas onde vários outros engenhos poderiam ser instalados: Pe. Serafim Leite, *História* I pp. 557/558. O engenho de Jerônimo de Albuquerque (Maranhão) foi levantado em terras da sesmaria por ele mesmo concedida a dois filhos seus, em 1604. Era o famoso Engenho Cunhaú.
- (5) A descoberta da mina de ferro por Jerônimo de Albuquerque (Maranhão) ocorreu ao tempo em que ele exercia a função de Capitão-mor do Rio Grande (1603-1610). No texto da *Razão* (1612) menciona-se o fato, com indicação apenas do ano, ao que neste se acrescentam dia e mês. O Rei mandou que Alexandre de Moura "fosse ver as minas que poderia haver no sertão do Rio Grande" Informa D. Dlogo de Menezes em 1610: *Anais* 57 p. 67. O manuscrito deveria acrescentar algo após "diferentes", talvez "vezes", no trecho: "nossos mestres que por necessidade o tomaram diferentes".
- (6) Foram famosos os campos de criação de gado do Rio Grande e, por muitos anos, foram eles centros de abastecimento e fornecimento de carne de vaca e gados para a Capitania de Pernambuco, dominada pela monocultura de cana-de-açúcar. Em 1630 Adriano Verdonck diz da importância dessa área de pecuária: *Fontes para a História do Brasil Holandês I. A Economia Açucareira* (Recife 1981) pp. 45/46.
- (7) A "Relação das cousas do Rio Grande" (1607) diz que na Cidade do Natal os Jesuítas "tinham sítio e chãos para se fundar casa": Serafim Leite, *História* I p. 559. Seria pois posterior a 1607 a utilização pelos inactanos da casa do ex-Capitão-mor João Rodrigues Colaço.
- (8) Os textos de 1612 e 1625 da *Razão* dão à Cidade a mesma população: "até 25 moradores brancos pobremente acomodados".
- (9) Toranja é designação do fruto a que os ingleses chamam *grape-fruit*. "Bical", aplicado a frutos (laranjas, cerejas), indica a condição de agridoce, diz Antônio de Moraes Silva. Pode indicar laranja com certa saliência ou bico.

- (10) A "Relação das cousas do Rio Grande" escrita por um Jesuíta por volta de 1607 e referindo-se aos índios diz que ali havia então "como seis mil almas repartidas em diversas aldeias, as quais não visitamos mais que sete ou oito": S. Leite, *História I* p. 558. Diz o autor dessa mesma "Relação" que "não têm estes pobres índios... outro remédio senão os da Companhia, porque os seculares não procuram senão derriçar neles": *Id.* p. 559. O Sargento-mor aqui e em outras partes deste seu texto era contrário a que os indígenas ficassem isentos do trabalho, sobretudo agrícola, nas plantações dos moradores brancos. Não podia ele entender como existindo mão de obra abundante nas aldeias dirigidas pelos Jesuítas os moradores não tivessem "escravos e gente que prante e que trabalhe" pois nisso consistia "o aumento do Brasil" e do rendimento das rendas reais, ao passo que o que se via eram "aqueles pobres moradores... sem ajuda nem favor de ninguém". Dessa mesma opinião era o Governador-geral do Brasil D. Diogo de Menezes que em carta ao Rei, de Olinda 23 de agosto de 1608 insistia que os índios fossem aldeados "segundo a necessidade dos sítios e engenhos", com o que se conseguiria "o serviço dos engenhos ser mais fácil e menos custoso" e, ao mesmo tempo, se evitaria a introdução de "tanto negro de Guiné, os quais é a maior parte da pobreza dos homens porque tudo gastam na compra deles"... *Anais* 67 pp. 38/39. "Arranhar" significa aqui lucrar pouco.
- (11) Valiosa indicação esta acerca da cerâmica portuguesa levada para o Brasil. O Prof. Orlando Ribeiro, que escreveu páginas valiosas sobre "talhas para vinho" em Portugal, menciona a existência de jarras medindo dois metros e meio de altura e com capacidade para mais de 2.000 litros, pesando 700 ou 800 quilos. Seriam destas, talvez, as "oito jarras grandes de barro por vidrar": *Geografia e Civilização* (Lisboa 1961) pp. 70/78. O Sargento-mor pede para o Forte, já que nele não havia nem poço nem cisterna, 15 ou 20 jarras vidradas, "de pipa cada uma, para se melhor conservar a água". A situação não se modificara nem em 1612 ou 1625, conforme textos da *Razão*. O problema da água no Forte só foi resolvido durante a dominação holandesa, conforme referência feita em relatório, ainda inédito, de autoria dos membros do Alto Governo Hamel, Bullestrate e Bas (1647); "o referido Castelo [Ceulen] é fundado sobre uma rocha ou arrecife, pouco distante da praia, de sorte que durante a preamar sempre está rodeado d'água. No interior da praça há uma capelinha, na qual recentemente foi achada um poço na mencionada rocha ou arrecife, tendo em cima a largura de pé e meio e em baixo com um contorno de três pés, o qual poço sempre produz e fornece água limpa, boa e potável em todas as marés, a saber, com maré baixa cerca de 225 kannen e com maré alta 350 kannen, mais do dobro do que seria necessário para manter a guarnição em caso de assédio; supõe-se que a razão de um arrecife que se estende pelo mar produzir água doce, é que embaixo do arrecife deve haver algumas areias conchíferas porosas, que purgam a água do mar da sua salinidade e assim a distilam, por algumas rochas ou fendas, para dentro do poço": Real Biblioteca de Hala, secção de manuscritos, cód. 75 A 16.

- (12) A situação da Fortaleza dos Reis não se modificou entre as datas desta "Relação" e a do segundo texto da Razão. Em 1614 aí esteve em inspeção Francisco de Frias da Mesquita e deixou instruções para novas obras. Sobre o assunto: Hélio Galvão, *História cit.*, pp. 35/39.
- (13) A sugestão do Sargento-mor foi acolhida pelo Rei e em carta régia datada de Lisboa 15 de março de 1610, dirigida ao Chanceler e Desembargadores da Relação do Brasil determinava-lhes que "por ser informado que há na Capitania de Rio Grande muito poucos moradores que cultivem a terra... e de que, beneficiando-se, se pode esperar receba minha Fazenda e o bem comum proveito, hei por bem que havendo-se de degredar alguns para algumas partes desse Estado se degredem para a dita Capitania": Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, "Legislação Manuscrita" vol. 4 (1602-1620) fls. 182/183.
- (14) D. Diogo de Menezes, Governador do Brasil, em carta ao Rei datada do Recife 4 de dezembro de 1608, diz ter posto de guarnição na Fortaleza dos Reis, em obediência de ordens régia, trinta soldados e quatro bombardeiros, afora os oficiais; declarava, porém, que a fortaleza precisava de, ao menos, 50 soldados, "porque está mui distante donde se lhe possa acudir e a povoação que está feita não tem gente e o posto é mui importante". No ano seguinte, a guarnição estava fixada em 80 soldados, embora nunca estivesse completa. A "Relação das Capitanias do Brasil" (e 1611-12) editada por Varnhagen, confirma o número da guarnição: *RIHB* vol. 62, 1a. parte (Rio 1900) p. Ver ainda a "Relação de Ambrósio Siqueira", *RIAP* vol. 49 (Recife 1977) pp. 173/175.

#### PARAIBA

- (1) Embora não assinalada no abecedário da cartela do mapa das terras ribeirinhas do Paraíba, está indicada, na margem norte dele, fronteiro ao Forte do Cabedelo, a Igreja de Nossa Senhora da Gula. Deve ser correta a informação de Frei Agostinho de Santa Maria, no seu *Santuário Mariano*, de que a igreja "a fundaram os primeiros povoadores da Paraíba logo que a descobriram": F.A. Pereira da Costa, *A Ordem Carmelitana em Pernambuco* (Recife, 1976) p. 179. Os mapas da Paraíba constantes do "Livro da Razão" ao indicar sob letra "D" o "sitio onde esteve o primeiro forte" permite a suposição que nesse mesmo sitio é que veio a ser levantada aquela Igreja.
- (2) Inhobi é pequeno rio no Município de Santa Rita que despeja à margem esquerda do Rio Paraíba. Aí existiu um forte a cuja construção faz referência Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, *Novo Orbe Seráfico* II p. 73 e que foi abandonado ao tempo do governo de Diogo Botelho por estar já o local povoado e com fazendas e engenhos: "Correspondência de Diogo Botelho", *RIHB* vol. 73, 1a. parte (Rio 1910) pp. 49/51.
- (3) A despesa referida no "Livro da Razão" (1612) montava a ..... 1:841\$760; edição Sluter p. 558. Vale registrar a referência de que

as folhas de receita e despesa eram então de recente introdução no Estado, iniciativa da administração filipina: carta régia ao Bispo D. Pedro de Castilho, 13 de maio de 1605, Biblioteca da Ajuda (Lisboa), 51-VIII-8 fls. 27 verso.

- (4) Esse ataque francês sucedeu no ano de 1596 e a ele se refere Feliciano Coelho de Carvalho em carta ao Rei de 20 de agosto de 1597, publicada na *Hakluyt's Collection*, na qual diz que 13 navios franceses "bateram com artilharia o forte do Cabedelo e desembarcaram 350 soldados, continuando a bateria desde sexta-feira até a segunda-feira seguinte, tanto de terra como do mar, sendo mortos grande número de franceses, inclusive dois capitães. Do nosso lado morreu o Capitão e dois portugueses foram feridos... Havla somente vinte portugueses no forte e cinco peças de artilharia": vol. 14 (Londres 1811) pp. 216/217. Paul Gaffarel não identifica os responsáveis pela tentativa francesa contra Cabedelo: *Histoire du Brésil Français* (Paris 1878) pp. 363/364.
- (5) Sobre as aldeias debatxo da doutrina dos Frades de São Francisco ver Jaboatão. *Novo Orbe Seráfico* II p. 71 e Fr. Venâncio Willeke, "Missões da Custódia de Santo Antônio, 1585-1619", *Provincia Franciscana de Santo Antônio do Brasil. Edição Comemorativa do Tricentenário* (Recife 1957) pp. 270/280 e, do mesmo, *Missões Franciscanas no Brasil* (Petrópolis 1974) pp. 45/53. O Padre Manuel de Moraes menciona a existência aí de seis aldeias, que relaciona uma a uma: J. de Laet, *Iaerlyck Verhael* IV, 129/130. Servaes Carpentier menciona sete: *Iaerlyck Verhael* IV, p. 123.
- (6) A altura da invasão holandesa os conventos do Carmo e de São Bento ainda estavam por concluir, assim como a Matriz e a Misericórdia: Elias Herckmans, "Descrição Geral da Capitania da Paraíba", *RIAP* vol. 5 n.º 31 (Recife 1886) pp. 245/246. Com relação ao Convento de São Francisco foi o mesmo projetado pelo arquiteto Fr. Francisco dos Santos em 1590: *Novo Orbe Seráfico* II p. 303 e 2a. parte pp. 353 e ss. A documentação respeitante ao Mosteiro levantado pelos Beneditinos na Paraíba, desde a carta de doação inicial das terras feita por Feliciano Coelho de Carvalho na Cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves em 23 de janeiro de 1595, encontra-se na *Revista do Arquivo Público* ano II n.º. III (Recife 1947) pp. 56 e ss. Sobre as demais igrejas veja-se Cônego Florentino Barbosa, *Monumentos Históricas e Artísticas da Paraíba* (Paraíba 1953).
- (7) A essa fonte, cuja "água é remédio notável contra o mal da pedra" refere-se o "Livro da Razão" (1612) cit. p. 557.
- (8) Desses senhores de engenho três eram cristãos novos: Francisco Tomás, João de Paz e Ambrósio Fernandes Brandão, este o autor dos notáveis *Diálogos das Grandezas do Brasil*, um dos textos mais importantes para a história do Nordeste no início do século XVII (1618).



- (9) *Razão* ed. Slutter p. 556.

#### ITAMARACA

- (1) A Capitania de Itamaracá começava do sítio dos Marcos, à margem sul do chamado Rio de Santa Cruz, e estendia-se até à baía da Traição. Quando da conquista da Paraíba, parte da Capitania de Itamaracá foi desmembrada e toda a terra ao norte do Rio Golana passou a constituir a Capitania Real da Paraíba, pertencente à Coroa. Não é conhecido o texto legal que promoveu esse desmembramento.
- (2) A viúva aqui referida era D. Isabel de Sousa e Miranda, 5a. donatária de Itamaracá, neta de Pero Lopes de Sousa, primeiro donatário. Não tendo filhos, legou a Capitania a Lopo de Sousa, descendente de Martim Afonso de Sousa, irmão daquele e donatário da Capitania de São Vicente. Contestou o legado D. Luis de Castro, 5º. Conde de Monsanto, filho de D. Inês Pimentel, filha do mesmo Martim Afonso de Sousa: D. Antônio Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 6 vis. (Lisboa 1739-48) VI pp. 324/343.
- (3) O pau-brasil provinha da "mata do brasil" que se estendia alguns quilômetros para o interior das terras do Nordeste, em especial das de Pernambuco. Nos países da Europa que utilizavam o produto nas suas indústrias a denominação de "pau de Pernambuco" (bols de Pernambouc, Pernambucoholz, Pernambucohout), significando pau-brasil, é ainda hoje encontrada nos seus dicionários. Frédéric Mauro cita o artigo pau-brasil de autoria de Lamarck na *Encyclopédie*: "Du bols de Brésil de Pernambouc on tire une espèce de carmin par le moyen de acides; on fait aussi de la laque liquide pour la miniature. Et avec la teinture de ce bols on compose cette crate rougeâtre qu'on nomme rosette et qui sert pour la peinture": *Le Portugal et l'Atlantique* (Paris 1960) p. 143. Alexander Marchant registra em relação ao pau-brasil: "de todas as madeiras a mais rica em substância corante é o chamado pau de Pernambuco, Caesalpinia crista, até hoje [1942] abundante no Brasil e na Jamaica": *Do Escambo à Escravidão* (Rio 1943) p. 41 n. 24. O corte do pau-brasil não era "livre", pois que o regimento de 12 de dezembro de 1605 determinava que ninguém o cortasse sem a prévia licença do Provedor da Fazenda Real de cada Capitania: A. L. Pereira Ferraz, *Terra da Ibrapitanga* (Rio 1939) p. 68. A qualidade excepcional da madeira procedente de Pernambuco pode ser comprovada quer pelas referências específicas em textos diversos ao "pau de Pernambuco", quer pelo preço especial que alcançava na metrópole: documento apresentado ao Conselho da Fazenda refere que nos anos de 1610 a 1612 o melhor pau-brasil recebido das Capitâneas do Brasil fora vendido a 3\$200 o quintal e o procedente de Pernambuco alcançara o de 4\$600: Arquivo Geral de Simancas (Espanha), Secretarias Provinciais maço 1472 fls. 197 e 475/475v.

- (4) No texto da Razão de 1612 repete-se que "esta Capitania tem tanta vizinhança com Pernambuco que mais parece aldeia sua que vila ou jurisdição à parte". Ainda então o Sargento-mor refere que a povoação da Ilha (de invocação de Nossa Senhora da Conceição, continuava a contar os mesmos 30 vizinhos brancos. O Sargento-mor defendia a união da Capitania de Itamaracá (de que então se apossara a coroa) à da Paraíba e sugeria a conveniência da utilização do porto dos Franceses, ao norte da Ilha, já que o da povoação, na entrada sul do canal de Itamaracá, era incapaz de navios grandes.
- (5) A importância econômica da Capitania de Pernambuco não se representava apenas pelo número de engenhos e sua produção açucareira, mas pelos capitais que nela se movimentavam por intermédio dos seus homens de negócio. É oportuno lembrar que a ocupação efetiva da Paraíba, afastando os concorrentes franceses que ali contavam com o apoio dos Potiguares, teve repercussão econômica importante para o enriquecimento de Pernambuco, pois a exploração do pau-brasil, que era "o remédio dos pobres", permitiu a estes não só pagarem o que deviam aos mercadores como se fazerem ricos e "aquela fonte da carga do pau na Paraíba arrebentou logo em Pernambuco com tanto proveito como a experiência o mostrou": "Sumário das Armas" p. 12.
- (6) Interessante a referência ao aumento do número de casas no Recife, porto principal da Capitania de Pernambuco, beneficiada com ser o centro comercial das Capitânicas do Norte. Entretanto a casa mais importante do Recife era a que Antônio Vaz a construiu antes de 1590 e como tal servia de hospedaria a pessoa ilustres que chegavam e se encaminhavam a Olinda ou que precisavam acompanhar ao pé do porto o apresto ou reparo de navios. Era uma casa de pedra e cal, de sobrado, com varandas, servindo o rez do chão de depósito ou armazém: J. A. Gonsalves de Mello, Antônio Vaz — novos documentos a seu respeito, 1585-1610 (Recife 1962) pp. 9/12. Do assalto e saque da Vila da Conceição pelos franceses não se conservou memória; mas o fato terá sido anterior à conquista da Paraíba: Frel Vicente do Salvador, História do Brasil 5a. ed. (S. Paulo, 1965) pp. 311 e 320. Certa "Discipción de la Provincia del Brasil" dedicada a D. Carlos de Aragon y Borja, Duque de Villa Hermosa, anônima, datada de Madrid 30 de setembro de 1629 indica que a essa altura a Ilha tinha alguma navegação própria, pois que refere que "a Pernambuco van los frutos a cargar e aqui cargan solamente 4 navios para Portugal el año de a 120 toneladas cada uno": Biblioteca Nacional de Madrid, MS 3015 fls. 3/3v.
- (7) O Autor registra o desinteresse do donatário por sua Capitania, dizendo que somente visavam seus prepostos à cobrança do que ela lhe rendia. A opinião do Autor era no sentido de que o Rei assumisse o governo das Capitânicas ainda em poder de donatários. O "alto sobre o porto ou desembarcadouro" era o sítio da Vila da Conceição; veja-se a letra I do mapa: "trincheira com três peças sobre o porto". A redação deste trecho é defeituosa, mas aqui está a transcrição fiel do manuscrito.

- (8) Antônio de Mariz Carneiro no seu *Regimento de Pilotos e Roteiro da Navegação e Conquistas do Brasil, Angola, S. Tomé, Cabo Verde, Maranhão, Ilhas e Índias Ocidentais. Acrescentado o Roteiro do Maranhão e Itamaracá* (s.l., 1655) publica as folhas 106 a 107 o "Roteiro das barras e ilha de Itamaracá que mandou fazer Salvador Pinheiro, servindo nela de Capitão-mor em 1629" e isto porque "ategora não trazem os Roteiros este destas barras e Ilha". O autor do Roteiro dá os elementos para entrar a barra até o surtidouro, acrescentando que nele há "grande fundo e rio morto muito limpo, em que estarão amarrados os navios com cabos podres".
- (9) Não eram remunerados os oficiais e soldados das companhias das Ordenanças, pois "não há nesta Capitania gente de guerra alguma, porque quando está em necessidade desta Capitania de Pernambuco se lhe acode, por haver pouco mais de três léguas de Pernambuco a ela e por isso não tem despesa que toque à milícia". A mesma fonte refere haver na Capitania duas vigalrarias (ou freguesias) uma na Matriz da Conceição, na Ilha, que remontava a meados do século XVI e outra na povoação de Gofana, da qual foi o primeiro vigário o Padre Ambrósio Gonçalves Dorta, nomeado em 18 de maio de 1603. O coadjutor era da Igreja matriz e foi provido o primeiro em 1575: J. A. Gonsalves de Mello (ed), "Relação de Ambrósio de Siqueira (1605) da Receita e Despesa do Estado do Brasil" *RIAP* vol. 49 (Recife 1977) pp. 151/152.
- (10) O texto de 1612 do "Livro da Razão" registra cinco aldeias na Capitania, uma das quais, a de Beijuguaçu, contava cinco mil índios frecheiros: art. cit., p. 555. O mapa que abrange Itamaracá do texto de 1626 do *Livro da Razão* indica a aldeia indígena de Ibatatã. Outras aldeias, umas fixas, já com residência de missionários Jesuítas, algumas instáveis, todas de Itamaracá, estão mencionadas pelo Padre Serafim Leite, *História V* pp. 332/333. Os ameríndios seriam potiguares, alguns trazidos para ali do Rio Grande do Norte e da Paraíba, e vinham de uma longa convivência com europeus (franceses e portugueses). Que eram numerosos e aculturados o apelo dado por eles aos holandeses o demonstrou. O Sargento-mor lamenta que não sejam de préstimo ao serviço dos colonos portugueses, sendo-o apenas aos missionários, que os aldeavam e sêrviam-se do trabalho deles.

#### PERNAMBUCO

- (1) O limite norte de Pernambuco não era a Vila de Igarapé mas o marco divisório que fica um pouco mais ao norte dela, donde era lançada linha reta ideal que a dividia de Itamaracá. Ao sul a demarcação era, de fato, o Rio São Francisco, incluído o próprio rio, em toda sua largura, na propriedade do donatário de Pernambuco.
- (2) A referência ao Cabo de Santo Agostinho em relação ao Recife justifica-se pela importância daquele Cabo como "conhecença" dos navegantes do Atlântico Sul. Um dicionário de termos de navegação e marinhagem define "conhecença" como "pontos notáveis ou

terra por meio dos quais se podia identificar a região da costa que estava à vista": Humberto Lettão e J. Vicente Lopes, **Dicionário de Linguagem de Marinha antiga e atual** 2a. ed. (Lisboa 1974) p. 173.

- (3) O étimo deste topônimo tupi é controvertido. Como há povoação no Algarve com tal denominação alguns o supõem de origem portuguesa; mas o Sargento-mor diz que era "da língua da terra". Igualmente controvertida a origem de "Olinda". Veja-se Cândido Mendes de Almeida, "Notas para a História Pátria. Terceiro artigo" e "Quarto Artigo". **Revista de IHGB** tomo XL 2a. parte (Rio 1877) pp. 277/373 e vol. XLI, 2a. parte (Rio 1878) pp. 71/101. Pereira da Costa, **Anais Pernambucanos** 10 vls. (Recife 1951-66) V pp. 358/367; Gilberto Freyre, **Olinda** (Recife, 1939) pp. n. num.; Sérgio Buarque de Holanda, **Visão do Paraíso** (Rio 1959) pp. 149/151.
- (4) Pouco mais de 70 anos bastaram para uma visão crítica da localização da Vila de Olinda. Nesses anos ficou para trás a decisão ainda medieval da defesa por meio da altura, que foi a de Duarte Coelho ao escolher um oiteiro para situar a sede do seu governo. O Sargento-mor mostra a inconveniência do desnível topográfico da Vila; a falta de boas fontes de abastecimento d'água; e a impossibilidade de sua fortificação eficiente: "Livro da Razão" (1612) p. 549. Reconhece que a situação era irreversível e mais, que o grande número de moradores e as casas e templos construídos "emendara", isto é, corrigira, os inconvenientes. Faz aí menção expressa à Matriz, futura Sé de Olinda, e à Igreja do Colégio de Nossa Senhora da Graça, construído pelos Jesuítas, tal como a conhecemos hoje, nos anos de 1584 a 1597. Deste diz que era "da traça de São Roque em Lisboa e pode competir com muitos de Portugal e exceder a alguns". O Irmão Francisco Dias (1538-1633), que fora o Mestre de Obras da Igreja de São Roque, é o autor da "traça", isto é, do projeto de construção da Igreja da Graça de Olinda. Veja-se José Luiz da Mota Menezes, "Dois Monumentos do século XVI em Pernambuco", **Boletim da Cidade do Recife** n.º. 1 (Recife 1976) pp. 79/85 e fontes aí citadas.
- (5) O Autor refere que de Ordem Franciscana havia em Pernambuco cinco conventos: o de Olinda (1585), o de Igarapé (1588), o do Recife (1606), o de Una (c. 1593) e Ipojuca (1606). O de Una na verdade era apenas uma aldeia indígena onde missionavam os Descalços (como o Sargento-mor designa os Franciscanos) e nela não houve convento e sim um recolhimento; Fr. Manuel da Ilha, **Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil** (1621) (Petrópolis 1975) pp. 88/89; Frel Jaboatão diz que nas aldeias os missionários levantavam "Igrejas e Recolhimentos, onde, assistindo alguns, os catequizavam"; **Novo Orbe Seráfico Brasilico** 5 vls. (Rio 1858-62); II pp. 201 e 362. Seria este o caso de Una. Sobre sua localização: Fr. Venâncio Willeke "As Missões da Custódia de Santo Antônio", **Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil** (Recife 1957) pp. 263/267; "Missão de São Miguel de Una", **RIAP** vol. 47 (Recife 1975) pp. 125/140 e **Missões Franciscanas no Brasil** (Petrópolis 1974) pp. 41/44 e Ruy Bello, "Uma civilização quase extinta", **Revista de**

História Municipal nº. 3 (Recife 1979) pp. 13/14. É digna de atenção a referência de Campos Moreno de que além do de Olinda havia em Pernambuco "da mesma Ordem e traça" mais quatro conventos. De fato, os conventos Franciscanos do Nordeste obedeciam a uma mesma traça, disposição que Germain Bazin considera "uma das criações mais originais da arquitetura religiosa do Brasil": *L'Architecture Religieuse Baroque au Brésil* 2 vols. (Paris 1956-58) I pp. 112/130.

- (6) O Mosteiro de São Bento e sua Igreja ocupam a atual localização desde 1599, mas como hoje os conhecemos datam dos séculos XVIII e XIX. Do Convento e Igreja de Santo Antônio do Carmo resta hoje apenas esta última, conservando grande parte da sua construção primitiva que remonta ao fim do século XVI (1588) estendendo-se ao início do seguinte. Quando da invasão holandesa (1630) não estava concluído. Depois da saída dos invasores as obras foram reiniciadas e se estenderam até primeira metade do século XVIII: *Anais Pernambucanos* I pp. 483/487. A Irmandade da Misericórdia já existia em 1540, segundo texto referido por Pereira da Costa, que ele provavelmente não viu nem ninguém depois dele; sendo assim, tal antiguidade não pode ser aceite. Documentadamente já prestava os serviços que dela se esperavam na década de 1580: *Anais Pernambucanos* I pp. 213/215. A Igreja atual data de depois da Restauração de Pernambuco (1654), com obras que se estenderam ao século XVIII. A Igreja de São Pedro Mártir foi a segunda matriz da vila de Olinda, criada em 1588. Em ruínas desde o século XIX foi demolida em 1915. Pereira da Costa, *Anais* V pp. 205/207 e Frei Bonifácio Müller, *Olinda e suas Igrejas* (Recife, 1945) p. 114. A de Nossa Senhora do Amparo tem no presente documento a sua mais antiga referência, pois era de 1613 a que se conhecia: Pereira da Costa, *Anais* VI p. 411. A de São João remonta a fins do século XVI: *Anais* cit. IV p. 473. A de Nossa Senhora do Monte é das mais antigas do Brasil, pois a primeira referência a ela é de 1537, com várias fases de construção e reconstrução de que se tem notícia a partir de 1582: *Anais* I pp. 501/502. O Autor deixou de mencionar a Igreja de Nossa Senhora da Conceição: *Anais* I, 551/556.
- (7) Os Reis de Espanha proibiram mais de uma vez o comércio de estrangeiros com o Brasil. Pelo Alvará datado de Lisboa 9 de fevereiro de 1591 ficavam proibidas viagens de naturais de nações estrangeiras e o afretamento de embarcações estrangeiras "sem particular licença minha, passada por alvará por mim assinado": *Doc. Hist.* vol. VII (Rio 1929) pp. 33/39. Essas licenças aparentemente eram concedidas com freqüência, pois nos anos finais do século XVI e iniciais do século XVII há prova da presença e do comércio em portos brasileiros (especialmente no do Recife) de urcas hanseáticas e dos Países Baixos e mesmo da Noruega. Por alvará de 27 de fevereiro de 1603 voltou o Rei a permitir expressamente "aos naturais das Ilhas de Holanda e Zelândia e outras províncias dos Países Baixos que andam fora da devida obediência" que pudessem "tratar e contratar em meus Reinos", concessão revogada por alvarás datados de Valladolid 4 e 5 de janeiro de 1605, onde são de-

claramente excluídos dessas negociações os "desobedientes das Ilhas de Holanda e Zelanda" e determinando-lhes que abandonassem o país dentro de um ano: José Justino de Andrade e Silva **Coleção Cronológica da Legislação Portuguesa** 10 vls. (Lisboa 1854-59) I pp. 103/104. A determinação para a saída do Brasil dos naturais das Províncias Desobedientes foi cumprida: Arquivo Geral de Simancas, Secretarias Provinciais códice 1476 fls. 407/408. Pela lei de 18 de março de 1605 o Rei revogou "todas e quaisquer licenças" que tivessem sido concedidas em decorrência do Alvará de 9 de fevereiro de 1591: **Coleção cit.** I pp. 108/109. O Sargento-mor aparentemente lamenta que, sem licença, o comércio não possa prosseguir com facilidade.

- (8) Duarte de Albuquerque Coelho (1591-1658), filho de Jorge de Albuquerque Coelho (1539-1601), era o quarto donatário de Pernambuco em três gerações. Recebeu carta de sucessão na Capitania datada de Lisboa 2 de julho de 1603: Torre do Tombo, Chanc. de Filipe II, Livro 15 fls. 22v/27v. Como era de menor idade teve tutor: Francis A. Dutra, "Notas sobre a vida e morte de Jorge de Albuquerque Coelho e a tutela de seus filhos" **RIAP** vol. 47 (Recife 1975) pp. 85/123. O Capitão-mor que então governava Pernambuco era Alexandre de Moura, nomeado, por indicação numa lista tríplice pelo falecido donatário Jorge de Albuquerque, por alvará de Valladolid 9 de outubro de 1602: A. J. de Mello, **Biografias III** pp. 133/134. Assumiu o cargo em 1603: Dutra, art. cit., pp. 111/112
- (9) A redízima do donatário, que importava "uma grossa renda", montava, segundo o valor do contrato dos dízimos de Pernambuco aqui referidos, a 4.400 cruzados. O donatário recebia mais a vintena do pau-brasil, a "pensão" dos engenhos e outros rendimentos mais. Calculava-se o total da renda da Capitania nos primeiros anos do século XVII em cerca de 12.000 cruzados: Francis A. Dutra, art. cit., p. 118. O texto de 1612 do **Livro que dá razão do Estado do Brasil** indica que a redízima dos dízimos só por si montava a 3:200\$ ou 8.000 cruzados, pelo que o cálculo do rendimento anual de 12.000 cruzados não parece exagerado. Os dízimos do Brasil em 1608 foram arrendados por 106 mil cruzados, segundo refere o Governador-geral D. Diogo de Menezes em carta datada do Recife 4 de dezembro de 1608, que acrescenta que fizera o arrendamento em Pernambuco e não na Bahia, onde não teria alcançado 80 mil cruzados, pois que em Pernambuco havia gente mais poderosa para contratá-lo: **ABN** vol. 57 p. 40.
- (10) A levada que conduzia água do Rio Beberibe para Olinda, foi iniciativa do Governador-geral Diogo Botelho ao tempo em que restou na vila (1602-03). Ao requerer justificação dos serviços que fizera no Brasil, mencionou ele no item 13 que "por haver muita falta d'água nesta vila e se excusarem mais de 500 escravos que no carreto dela para os moradores andavam ocupados mandou vir o Beberibe, rio d'água excelente, por uma grande levada de mais de uma légua, à custa da dita imposição [voluntária, do povo] que foi obra mul útil e corre hoje na dita vila". As testemunhas que

depuseram na justificação elogiam, na maioria, a iniciativa do Governador, dizendo uma delas "ser uma das mais importantes cousas que nesta terra se fizeram", outra que era "obra de muito louvor, recebendo os moradores grande proveito" e uma terceira que a considerava "uma levada d'água mui fremosa e de muito proveito aos moradores" e ainda outra "que viu correr a água em abundância e muito fremosa, tendo sido pois a obra mui útil e proveitosa"; **RIHB** vol. 73, 1a. parte (Rio 1910) pp. 61/62, 110, 132, 136 e 151. Entretanto o mapa de Olinda-Recife do **Livro da Razão do Estado do Brasil** (1626) não indica a levada, ao contrário de mapas estrangeiros, como é o caso do "Eygentlicher Abriss vnd Gelegenheit der vornemen Hauptstadt des Königreichs Brasilien, Phernambuco auch Olinda genandt" (1630), o "Vrey Poutraict de la situation de Pernambuco", **Mercure François Seiziesme Tome** (Paris 1632) entre pp. 490/491 e o mapa de Olinda-Recife de C. B. Golljath (1648) em J. A. Gonsalves de Mello, **Cartografia Holandesa do Recife** (Recife 1976) p. 34.

- (11) As "umidades e fontes grossas" existentes ao redor da vila confirma-se pela leitura do chamado Foral de Olinda e dos documentos que compõem o **Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento** (Recife 1948) onde estão mencionados "fontainhas", "biquinhas" e ribeiros: J. A. Gonsalves de Mello, "O chamado Foral do Olinda de 1537", **Revista do Arquivo Público de Pernambuco** vol. 13 (Recife 1974) p. 53. "Hortas de boa hortaliça" estão referidas pelo Padre Fernão Cardim, em relação ao Colégio dos Jesuítas de Olinda, onde já se incluem vegetais do Brasil: **Tratado da Terra e da Gente do Brasil** (Rio 1925) pp. 328/329 e igualmente as viu um companheiro de La Ravardière nas proximidades de Olinda (1616): J. A. Gonsalves de Mello, "La Ravardière em Pernambuco", **RIAP** vol. 51 (Recife 1979) pp. 245/246. Pero de Magalhães de Gândavo relaciona os vegetais provenientes do Reino e de São Tomé cultivados no Brasil: **História** fls. 17 e 18.
- (12) O já mencionado Fernão Cardim relaciona os "gados miúdos e grossos" e as "aves domésticas" que no final do século XVI eram criados no Brasil, sendo que nestas últimas se incluíam "as galinhas de Peru": livro cit. p. 145 Pero de Magalhães Gândavo refere que cavalos e bois foram levados da Ilha de São Tomé para o Brasil: **História** fls. 20/20v. Falta um estudo acerca das raças de gado introduzidas no Brasil; estudo geral pode ser encontrado em H. B. Johnson, Jr. (ed.) **From Reconquest to Empire. The Iberian Background to Latin America History** (Nova York 1970) pp. 103 e ss. A menção a que em Pernambuco "nunca falta nada do que se busca, mais ou menos caro conforme ao tempo" não encontra confirmação em outra fonte. Lopo Vaz, de Elvas, que viajou pelo Brasil na década de 1580 e escreveu um relato dessa viagem, publicado em tradução inglesa por Hakluyt, recordou que em Pernambuco havia "great want of victuals" e o que nele se encontrava "come either from Portugal or from some places upon the coast"; **Hakluyt's Collection of Early Voyages, Travels and Discoveries of the English Nation** 5 vls. (Londres 1809-1812) IV p. 298.

- (13) O texto de 1612 do Livro que dá Razão do Estado do Brasil menciona que as Companhias de Ordenanças de Pernambuco compreendiam então: em Olinda/Recife 4 companhias com 500 homens nas resenhas, nas freguesias 9 companhias com mais de 1.000 homens nos alardos, não computadas as freguesias do Sul mais distantes. A população da Capitania era no mesmo texto calculada em mais de 4.000 moradores brancos, portanto sem divergir do que aqui se registra. No texto de 1626 do mesmo Livro a população é calculada no dobro, isto é, em 8.000.
- (14) No texto da Razão de 1612 diz-se que Olinda "em nenhum tempo pode ter fortificação que assegure suas cousas, por ser como se vê em assento alto e barrancoso, as casas esparzidas e as ruas de modo desencaminhadas que cada uma por si faz um bairro e as igrejas distantes e desacompanhadas": p. 549. A "antiga barra" de Olinda, a qual "fica defronte do Carmo", é referida também como "porto velho de Santo Antônio" ou "surgidouro velho": mapa XVII do Livro que da Razão. Não tinha essas condições para os navios, pois ficava localizado entre arrecifes submersos e era constantemente atingido por vagalhões: Vital de Oliveira, Roteiro p. 153. Mesmo assim o Sargento-mor temia que nele se pudesse desembarcar gente nas caladas da noite e com ela chegar à terra.
- (15) O Sargento-mor é talvez a primeira pessoa a exprimir o temor da utilização do porto ou barra de Pau-Amarelo como possível base de ataque contra Olinda — tal qual veio a suceder em 1630. Ele era de parecer que o Pau-Amarelo era melhor porto do que o do Recife, o que só se pode explicar pelo fato de que aquele oferecia maior profundidade do que este. De fato, segundo refere Manuel de Figueiredo, em livro de 1614, a barra do porto do Recife, que "é perigosa para quem a não sabe", tinha na preamar de águas vivas 3 braças e meia e na baixa-mar duas braças e meia escassas e no "poço", onde era o ancoradouro, na preamar de águas vivas 5 braças e de baixamar 3 braças; no Pau-Amarelo a barra era igualmente perigosa e no canal para entrá-la devia-se navegar "com a sonda na mão", porém tinha de profundidade 8 braças e no surgidouro 7 braças e nele se estava "como em mar morto": *Hydrographia, Exame de Pilotos... com os Roteiros de Portugal para o Brasil* etc. (Lisboa 1614) fls. 5v e 11. Uma "Descrição da costa de Pernambuco até os baixos de São Roque" refere que na barra do Pau-Amarelo "podem entrar navios do mesmo porte dos que entram pela do Recife, porém não tem mais surgidouro que um canal entre o Recife e a terra e ainda que seja capaz de estarem ali ancorados bastantes navios, estão com perigo por ser o canal comprido e necessitam de estar com duas amarras, uma no Recife e outra em terra, por não virarem com as marés": *RHIB* vol. 6, 2a. ed. (Rio 1865) p. 343. O Sargento-mor previa que um inimigo que desembarcasse em Pau-Amarelo poderia, pela praia, alcançar Olinda — exatamente como sucedeu vinte e um anos depois. Já em 1603, planejava-se a defesa do porto de Pau-Amarelo: "Correspondência de Diogo Botelho" p. 56.



- (16) Diogo de Campos Moreno, soldado profissional, não acreditava na capacidade de luta e resistência dos moradores para enfrentar inimigo que intentasse o ataque a Olinda. Especial descrença tinha ele em relação aos mercadores e tendeiros, que em vez de defenderem a vila procuravam antes fugir. E alerta: "ninguém se engane com gente de povo" — mesmo exercitada em mostras e alardos. Isto é, em revistas e exercícios militares. Não foi diferente do aqui previsto o que sucedeu em 1630 quando do ataque holandês: Frei Manuel Calado descreve a fuga dos moradores de Olinda à aproximação dos invasores: **Valeroso Lucideno I p. 24.**
- (17) Essas obras de defesa da vila de Olinda — trincheiras, paliçadas e baluartes — ao longo da praia, estendiam-se desde o baluarte de São Francisco, que ficava na praia, abaixo do Convento Franciscano, ao Fortim ou Guarita de João de Albuquerque, na praia dos Milagres. Essas duas denominações podem não ser contemporâneas do presente texto, mas antes de 1630 já eram conhecidas. Foram aquelas defesas restauradas ao tempo de Gaspar de Sousa em Olinda e ampliadas e reforçadas no primeiro governo de Matias de Albuquerque em Pernambuco (1620-1626): Bib. do Itamaraty, códice Gaspar de Sousa fls. 411/412 e J. A. Gonsalves de Mello, "Cristóvão Álvares, Engenheiro em Pernambuco" *Revista do IPHAN* vol. XV (Rio 1961) pp. 13 e fontes aí citadas. Vejam-se também as referências feita por Antônio Bernardino Pereira do Lago sobre a Guarita de João de Albuquerque: "Memória sobre o Forte do Mar em Pernambuco" *RIHGB* vol. 25 (Rio 1862) p. 590, por Pereira da Costa, *Anais III* pp. 324/325 e por Francis A. Dutra, "Matias de Albuquerque and the defense of Northeastern Brasil", *Studia* vol. 36 (Lisboa 1973) p. 127.
- (18) A defesa do ancoradouro de Pau-Amarelo e de sua praia estava determinada desde 1603, quando constou que D. Manuel, filho do ex-Prior do Crato, que se proclamara Rei de Portugal por ocasião da morte do Rei D. Henrique (1580), pretendia desembarcar em Pernambuco. Mandou-se então abrir trincheiras de defesa e distribuir gente de pé e de cavalo ao longo da praia: "Correspondência de Diogo Botelho" cit., pp. 55/56. Esse D. Manuel casou na Holanda com Emília de Nassau e está enterrado numa igreja de Delft, sob uma bela pedra sepulcral. Veja-se a seu respeito e dos seus planos, para os quais contava com o auxílio dos Estados Gerais dos Países Baixos: Joaquim Veríssimo Serrão, *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640* (São Paulo 1968) e W. J. van Balen, "O Prior de Crato e o Brasil" *RIHB* vol. 294 (Rio 1972) pp. 190/202.
- (19) O Sargento-mor do Estado do Brasil, soldado de profissão, lamenta, em texto difuso e confuso, o desprestígio com que era considerada e tratada aqui a classe militar. Considerava ele o tecido das fardas que era fornecido aos soldados como "trapos" e os soldados e até mesmo os oficiais, mal pagos, e ainda obrigados a exercer atividades e profissões não militares. Daí porque os que serviam na milícia eram a "pior gente da terra", enquanto que as ordens reais eram no sentido de fazê-la a melhor possível, quase "cousa do céu". "O presidio", isto é, a guarnição militar paga, era estabelecido em

100 soldados para Olinda e 50 para o Recife, mas de fato não havia no total nem 60 soldados para todo o serviço militar. No texto de 1612 do Livro que dá Razão ele relaciona 50 arcabuzeiros e 13 mosqueteiros em Olinda e 19 mosqueteiros no Recife, fora a oficialidade, p. 552.

- (20) Além do serviço de guarnição, a milícia devia servir de "brida" isto é, de freio aos desmandos dos proprietários territoriais, que, como viviam sobre si, em suas fazendas, com seus criados e escravos, agiam com arbitrariedade. Referia-se o autor, certamente, aos senhores de engenho da Capitania. Um Jesuíta escreveu em 1614 que tais senhores "são pela maior parte os grandes do Brasil": Serafim Leite, *História II*, 331.
- (21) O Autor declara que a defesa do Brasil estava na verdade entregue à fortuna; declaração que faz com receio, porque a fazia no Brasil e não na metrópole. Vê-se, pois, que o presente texto foi aqui escrito, o que, de resto, já se sabia, pois que nos anos de 1608-1609 Campos Moreno permaneceu no Brasil.
- (22) O Autor dá a entender que o topônimo Recife — observe-se que aqui precedido do artigo definido, *O Recife*, o qual, infelizmente, vem sendo, por ignorância, omitido, inclusive por recifenses — era divulgado e utilizado apenas na capitania. Embora apareça pela primeira vez como topônimo em documento local, o Foral de Olinda, de 1537, como "Arrecife dos navios", já está caracterizado como acidente geográfico no *Diário de Navegação* de Pero Lopes de Sousa, como "barra do arrecife" (1531); mas não foi adotado de pronto. No "Regimento e Conecensa da Costa do Brasil" (1540) se diz: "O porto de Marim é um arrecife", menciona-se a "boca do arrecife" e recomenda-se aos navegantes que, para ancorar, "vos haveis de chegar ao recife". Na *Hidrografia e Exame de Pilotos* (1614) de Manuel de Figueiredo o nome não aparece: é designado como "barra de Pernambuco", sendo Pernambuco designação vulgar de Olinda. Na cartografia portuguesa o topônimo somente aparece no início do século XVII, num dos mapas de João Teixeira Albernaz I, no texto de 1612 do Livro que dá Razão. Gabriel Soares de Sousa não registra o topônimo (1587), mas o relato do ataque de James Lancaster (1595) menciona-o. Além dos 80 vizinhos havia no Recife uma população variável de marinheiros, dos navios surtos no porto, a qual adiante está indicada como sendo de 300 homens. O texto de 1612 do Livro que dá Razão menciona a permanente no Recife em "mais de 80 vizinhos" e a flutuante em "mais de 200 homens do mar": pp. 548 e 549. A Ilha de Marcos André é o atual bairro de Santo Antônio, depois conhecida como de Antônio Vaz. Marcos André que então ainda não era senhor de engenho, como já o era em 1623, foi o doador em 14 de dezembro de 1606 do terreno onde veio a ser levantado o Mosteiro dos descalços aqui referido: *Ja-boatão II*, 439. A Igreja também aqui referida era da invocação de São Frei Pero Gonçalves ou do Corpo Santo, que já existia nos últimos anos do século XVI, pois está referida por Gabriel Soares de Sousa; foi ela constituída em matriz da respectiva freguesia em 1591: "Relação de Ambrósio de Siqueira" cit., p. 133.

- (23) A expressão "língua de areia" caracteriza bem a típica formação de restinga originada da fraca descarga fluvial do Beberibe para alcançar o oceano. Espremido entre o rio e a costa do mar, todo o extenso istmo de Olinda é constituído por areal solto. Os holandeses chamavam-no "recife de areia" para distinguí-lo do "recife de pedra", o dos arrecifes, sem saber que eram formações geológicas irmãs. O Sargento-mor proclama as possibilidades de defesa do Recife, em comparação com as de Olinda. A dificuldade única que aponta para fortificá-lo procedia do fato do seu solo arenoso; mas a dificuldade poderia ser vencida "com pouca arte e custo". Na planta, a que ele aqui se refere, torna a escrever que no istmo era "tudo areia". E nela se representa pela primeira vez a Cruz do Patrão, então ainda verdadeiramente Cruz e não ainda a coluna cilíndrica encimada por pequena cruz dos nossos dias, que talvez remonte ao século XVIII e felizmente ainda conservada. Do seu significado para a manobra de entrada do porto do Recife ver o "Plan of the Port of Pernambuco" em Henry Koster, *Travels in Brasil* (Londres 1816). No texto de 1612 do *Livro que da Razão do Estado do Brasil* o Sargento-mor mostra-se favorável ao desenvolvimento do Recife, não só para sede da Alfândega, que estava então situada em Olinda, com grandes desvantagens pelas despesas de transporte das mercadorias desde o porto até ali, além dos descaminhos que sucediam no trajeto, como para segurança dos bens dos moradores, pois que o Recife era facilmente defensável, ao passo que Olinda "em tempo nenhum pode ter fortificação que assegure suas cousas". E sugere que se no Recife houvesse "licença para edificarem bastara pela natureza do sitio a se fazer um lugar mui honrado, mui rendoso e sustentado com mui pouca custa". A referência à necessidade de licença para construir no Recife parece indicar que ela era negada. Certo documento régio de 1608 parece confirmar que, de fato, se tentava embaraçar ou mesmo impedir o desenvolvimento do Recife. Uma decisão régia datada de Madrid 11 de novembro de 1608 acerca de uma consulta do Conselho da Fazenda encaminhada ao Rei com carta de 30 de outubro do Marquês de Castelo Rodrigo, Vice-Rei em Portugal, dizia: "E assim mais me conformo com o que parece ao dito Conselho no capítulo 7º. e último que trata da Alfândega do Recife não estar ali, senão na Vila (de Olinda), onde sempre esteve e donde a mudou o dito D. Diogo de Menezes. E que no dito Recife se não consinta que aja mais povoação da necessária, para acharem ali alguma hora de comer os que chegarem ao porto". O Autor do *Livro que dá Razão do Estado do Brasil* (1612) não esconde de quem partia proposta como esta: dos oficiais da Câmara de Olinda que "têm proibido com penas grandes que ninguém edifique na dita povoação (do Recife)"; p. 549.
- (24) Manuel de Mascarenhas Homem veio ao Recife comandando quatro urcas que aqui deveriam receber a carga da nau São Pedro, a qual, vinda da Índia, naufragou no pontal de Pero Cabarigo, atual pontal de Nossa Senhora das Candeias, ao sul da praia da Piedade, município do Jaboatão, Pernambuco. Ao chegar ao Recife soube Mascarenhas que pouco antes toda aquela carga fora roubada pelo corsário inglês James Lancaster (1595), com a colaboração de em-

barcações flamengas: "Relação de Ambrósio de Siqueira" pp. 134/135. Desde data ainda por fixar, mas anterior a 1598, foi-lhe confiado o governo da Capitania, no qual se manteve até 1603. Naquele ano de 1595 o Recife não tinha a defendê-lo senão uma plataforma com sete canhões, segundo referência de Lancaster: Sir William Foster, *The Voyages* p. 7 e "Relação" cit. p. 135. Para obviar tal deficiência, Mascarenhas promoveu de imediato a construção de um forte, encarregando que o traçasse o arquiteto valenciano Padre Gaspar de Samperes, S. J. (1551-1635), fazendo-o às custas "do povo e do senhor da terra". O sítio do forte foi entretanto inconveniente, pois o istmo no qual foi construído tem constituição de restinga e de areia solta. Por isso ele apresentou, pouco tempo depois de concluído, ruínas em vários pontos e a obras de reconstrução Diogo de Campo Moreno se refere a propósito do tempo de governo de Diogo Botelho (1602-1608): "Correspondência" cit., pp. 93 e 95.

- (25) As informações que o autor aqui nos transmite sobre a influência francesa no tipo de arquitetura militar representada no Recife pelo Forte da Laje e sobre a vinda de um Cabeças (ou Cabuas, pois o manuscrito permite essa leitura, embora a primeira pareça preferível) para exame do local onde se planejava erigir o forte, não puderam ser comprovadas em outras fontes. A afirmação de Rodolfo Garcia de que "o forte do Picão ou de São Francisco [outras denominações do mesmo Forte da Laje] havia tido começo no governo de D. Francisco de Sousa (1591-1602)" também não pôde ser confirmada. É certo que no tempo desse Governador ocorreu o desembarque no Recife do pirata inglês James Lancaster (1595), ocasião em que se verificou que o local necessitava de fortificações capazes. Foi então construído o Forte de Terra ou de São Jorge, segundo traça do Padre Gaspar de Samperes, S. J. É possível que então se tivesse cogitado da construção de um outro sobre os arrefices, pois ao tempo servia no Brasil um antecessor de Diogo de Campos Moreno no cargo de Sargento-mor do Estado do Brasil, de nome Pedro de Oliveira; a vinda do Cabeças pode ter ocorrido então. O problema não foi esquecido, pois ao tempo do sucessor de D. Francisco de Sousa, o Governador Diogo Botelho (1602-1608), voltou-se a tratar da questão com a metrópole e Diogo de Campos Moreno levou ao Reino projeto de construção para o forte, possivelmente de autoria de Francisco de Frias da Mesquita, Engenheiro-mor do Brasil. Esse projeto foi encaminhado pelo Vice-Rei de Portugal ao Rei, em Madrid, com carta datada de Lisboa 2 de junho de 1605, com a sugestão para que Sua Majestade mandasse ao Brasil o famoso engenheiro Leonardo Turriano "para pessoalmente ver os sítios e informar Vossa Majestade do que houver por mais conveniente": Bib. da Ajuda (Lisboa) cód. 51-VII-20 fls. 167. O Rei respondeu em 20 de dezembro de 1605 decidindo que o forte "obedecesse a maneira e ordem declarada nos apontamentos do Comendador Tibúrcio Espanoqui e conforme as suas traças": Bib. da Ajuda cód. 51-VII-8 fls. 227v/229. A resposta do Rei a Diogo Botelho, de 8 de fevereiro de 1606, diz expressamente que o forte planejado e para o qual era enviado o projeto do arquiteto italiano (de Siena) Tibúrcio Spannocchia, seria construído na "laje do Ar-

Recife": "Correspondência de Diogo Botelho" cit., p. 11 e 17. A construção somente foi iniciada ao tempo do seu sucessor no Governo do Brasil, D. Diogo de Menezes (1608-1612), conforme se diz no texto da *Razão* de 1612, nestes termos: "O forte novo da Laje que guarda o mar e a barra está em toda a perfeição acabado, conforme a sua capacidade, e é obra do engenheiro Francisco de Frias, diligência de Alexandre de Moura, traça de Tibúrcio Espanochi e mandado do Governador D. Diogo de Menezes que em seu tempo o começou e acabou": ed. Sluiter p. 549. Já o seu sucessor no governo, Gaspar de Sousa (1612-1616), diz (31 de janeiro de 1615) que só então o forte ficou de todo concluído e acrescentou que o projeto de construção do forte era o de autoria de Francisco de Frias da Mesquita "emendado depois pelo espanhol" (deve ser leitura errada por Espanochi): *ABN* vol. 26 (Rio 1905) pp. 313/314; veja-se também o artigo de D. Clemente da Silva Nigra, *Revista do IPHAN* n.º 9 (Rio 1945) pp. 10/11. Diogo de Campos Moreno acrescenta nesta "Relação" que os navios para entrar na barra do porto passam tão próximo do Forte que as "antenas [mastros e vergas dos navios] hão-de vir roçando por ele". Se elas de fato não roçavam (como diz apenas para acentuar a proximidade em que ficava o forte dos barcos que entravam), era verdadeira a curta distância entre ele e os barcos. Um frade capuchinho ao descrever a entrada da barra (1760) diz que tão rentes passavam as embarcações da muralha do forte "que com uma vara de três palmos poder-se-lá tocá-la": *Anais do Museu Paulista* n.º 12 (São Paulo 1945) p. 97. Cabe aqui um registro para futuras averiguações: o mapa de Olin-da e do Recife no *Roteiro de todos os Sinais na Costa do Brasil*, atribuído, para a parte norte do Brasil, aos anos de 1573-74, pelo Comandante Max Justo Guedes (com boas razões, segundo me parece) indica a existência de um forte situado nos arrecifes, entretanto localizado mais próximo da Barreta dos Afogados do que da entrada da barra do porto, onde veio a ser construído o do Picão: veja-se a ed. do *Roteiro* feita no Rio de Janeiro em 1968 p. 25 e texto daquele Comandante pp. 18/19. Seria real a existência do forte ou seria uma lembrança para as autoridades?

- (26) O autor, como bom conhecedor do Forte de Terra (veja-se referência em nota 24), era então contrário a que se o "ressuscitasse" (a expressão é dele). Havia, porém, acrescenta ele, opiniões que defendiam a sua reconstrução e essas opiniões acabaram por prevalecer. E as razões eram ponderáveis, pois que o próprio Sargento-mor parece ter mudado de opinião, conforme se vê do texto da *Razão* de 1612 — a não ser que aí se exprima a opinião do Governador D. Diogo de Menezes. Nesse documento se diz: "este forte é necessário reedificar-se, porquanto assegura a entrada da povoação [do Recife] e o estreito (o istmo) que vai para a vila de (Olin-da) e a barra e a bateria do forte novo (da Laje), pelo que é muito conveniente fazê-lo forte, pois é muro da povoação que até li podem chegar as casas e padrastrô do outro [da Laje], pois quem o tiver é senhor de sua ofensa": ed. Sluiter p. 549.
- (27) O Forte do Recife — como era designado, quando era o único da povoação, o Forte de Terra ou de São Jorge — era comandado por

- um Capitão nomeado pelo Rei, o primeiro dos quais parece ter sido Luís Pereira da Veiga, cuja carta patente está datada de Lisboa 16 de junho de 1604; Torre do Tombo, Chanc. de Filipe II livro 17 fls. 28. A este seguiram-se Vicente Campelo da Costa, Alvaro Galvão Cordovil, Antônio Carneiro Falcato e Antônio de Lima, todos com nomeação régia, até a invasão holandesa. Outros ocuparam o posto por nomeação dos governadores gerais. Esses capitães constituíam-se em verdadeiros governadores do Recife, com ordens expedidas aos moradores e, sobretudo, explorando-os com monopólios e tributos em proveito próprio. Diogo Botelho alega como serviço seu ter coibido esses abusos: "Correspondência" cit., pp. 75, 81/82, 89, 100, 118, 125/126, 130, 138, 142, 154, 165 e 171. Canhões que "jogam", isto é, atiram balas de 20 e 22 libras são canhões de grandes dimensões: Ulysses Pernambucano de Mello, neto, "Artilharia do século XVII em Pernambuco", *RIAP* vol. 47 (Recife 1975) p. 203.
- (28) A população estabelecida no Recife, acrescentava-se a que compunha as tripulações dos barcos ancorados no porto. Aqui os números são 80 moradores e 300 homens do mar; no texto da *Razão de 1612* (pp. 543 e 549) são 80 e mais de 200, respectivamente. A parte final da frase deve ser "não sei se justas e bem consideradas".
- (29) De fato, o bairro portuário do Recife, onde se iniciou a ocupação populacional da atual Cidade do Recife, não dispunha de poços ou cacimbas de água potável. A água procedia, como aqui está indicado, do Rio Beberibe e assim se fez até o começo do século XIX. Em data não estabelecida, mas anterior à invasão holandesa, foi encontrada água na área sul da Ilha de Antônio Vaz, nas cacimbas de Ambrósio Machado. Essa falta entretanto não impedia o desenvolvimento da povoação e o Sargento-mor era de opinião (como se expressa na *Razão de 1612*) que se a Câmara de Olinda desse licença para nela se edificar bastaria isso "para se fazer um lugar mui honrado, mui rendoso e sustentado com mui pouca custa": ed. Sluiter pgs. 548/549.
- (30) Além da milícia paga, a população prestava serviço militar auxiliar, organizada em companhias de Ordenanças. A *Razão de 1612* diz que em Olinda os moradores formavam quatro companhias e a população da área rural compunha mais nove companhias — treze ao todo, como em 1609. Além disso outros moradores formavam companhias de Ordenanças a cavalo. Aliás em Pernambuco os cavalos eram mais numerosos que na Bahia, conforme observou o Sargento-mor na *Razão de 1612*: "Tem esta Bahia pouca gente de cavalo, porquanto, como fica dito, tudo se anda por água", referindo-se ao meio comum de transporte nas terras ribeirinhas do Recôncavo: ed. Sluiter pg. 535.
- (31) Em 1609 eram 10 os vigários em Pernambuco, número que parece correto, pois o repete em 1610 o Governador D. Diogo de Menezes, *ABN* vol. 57 pg. 65; mas o texto da *Razão de 1612* relaciona 11, inclusive o da Igreja Matriz, do Salvador do Mundo; ed. Sluiter pp. 550/551. Em 1605 o Ouvidor-geral do Brasil Ambrósio de Siqueira, num relatório sobre a receita e a despeza do Estado, menciona os

anos em que foram criadas freguesias em Pernambuco: RIAP nº. 49 (Recife 1977) pp. 133/134:

- 1 a da Igreja Matriz por provisão de 1534,
- 2 a de São Lourenço da Mata em 1585,
- 3 a da Várzea do Capibaribe em 1586,
- 4 a de Santo Amaro do Jaboatão em 1588,
- 5 a de São Pedro Velho de Olinda em 1588,
- 6 a de Santo Antônio do Cabo em 1589,
- 7 a do Corpo Santo do Recife em 1591,
- 8 a de São Miguel de Ipojuca em 1592,
- 9 a de Santos Cosme e Damião de Igarauçu em 1594.

Não foram mencionadas as datas de criação das da Murbeca e de Sirinhaém, ambas mencionadas como tais no texto da *Razão* de 1612. Embora na condição oficial de Provedor-mor do Estado do Brasil, o Ouvidor Geral Ambrósio de Siqueira parece não ter recolhido informações corretas sobre as datas de criação das várias freguesias de Pernambuco. Em uma relação de "Despesa do Estado do Brasil", datada de 12 de agosto de 1588, menciona-se a despesa da Igreja como sendo de 475\$000, compreendendo-se nela: "Na Capitania de Pernambuco: um vigário de Olinda e outro na Vila dos Cosmos e dois coadjutores e um tesoureiro com ordinária de uma pipa de vinho e um quarto de azeite e outro de farinha e três arrobas de cera e cinco capelanias e seis vigalarias em toda a Capitania". Vigalaría será sinônimo de freguesia e assim haveria já então, além das freguesias de Olinda e Igarauçu, outras seis em Pernambuco, ao todo 8. A despesa da Igreja na Capitania era em 1605 ("Relação" de Ambrósio de Siqueira) de 1:517\$300, que é a mesma mencionada por Luís de Figueiredo Falcão no *Livro em que se contém toda a Fazenda e Real Patrimônio do Reino de Portugal* (Lisboa 1859) p. 27; nesta "Relação" montava a 1:616\$000 e em 1612 (*Razão*) a 2:366\$000.

- (32) Como se vê, o texto desta "Relação" é uma versão preliminar para um outro a ser completado e redigido.
- (33) Pouco sabemos sobre o fundidor da Capitania de Pernambuco. No texto da *Razão* de 1612 se escreve a respeito o seguinte: "Nesta vila de Olinda por ordem do Governador D. Diogo de Menezes se assentou a casa da fundição da artilharia, sinos e petrechos de bronze o ano de 611 à custa do mesmo fundidor, com assento feito nos livros da fazenda, em que se obriga a dar feitas todas as peças da grandeza que lhe mandarem, do dia que lhe derem o bronze em seis meses, com obrigação que Sua Majestade, conforme se usa no Reino, lhe mandará pagar o feito": ed. Sluiter p. 553. Varnhagen menciona a data da nomeação régia de Domingos Rodrigues como fundidor-mor do Brasil, em 8 de novembro de 1607: *História II* p. 56. Entretanto no mesmo ano, mas antes de novembro (já em 21 de julho), está citado em documento oficial como fundidor-mor de artilharia do Estado do Brasil, opinando o Bispo Vizei-Rei de Portugal que se lhe fizesse mercê de 20\$ por ano até que fosse provido nalgum cargo: Bib. da Ajuda, códice 51-VII-19 fls. 227. Em 1609 já estava ele em Pernambuco, como se vê desta Relação. Que ele construiu a casa da fundição nas proximidades de

## O Museu do Instituto Arqueológico

### *Roteiro de Visita*

Museu de uma associação histórica fundada em 1862, por iniciativa particular, franqueado ao público em 1866, essa condição trouxe-lhe vantagens e desvantagens. Entre aquelas, a de ter sido o mais antigo dessa natureza existente na então Província, recolhendo em conseqüência, com primazia, boa parte de doações que desde seus primeiros anos lhe foram feitas. É certo, porém, que embora de uma associação voltada para os estudos históricos, foram-lhe oferecidos objetos que estariam melhor em outro museu, como o de história natural que Brunet começou a organizar no Ginásio Pernambucano em 1860. Entretanto, os museus de então deviam recolher as "curiosidades" ou "raridades" que eram como que uma das funções principais dos museus desde os do Renascimento. O Instituto não escapou por muito tempo a essa condição de *rariteitenkabinet*; por isso, entre objetos históricos diversos estavam expostos nas suas salas (por ofertas de 1869 a 1877) cascos de tartarugas gigantes, espada de um espadarte, um chifre de rinocerante, uma costela de baleia e mesmo uma "pedra anti-diluviana". Objetos de procedência indígena também estavam incluídos nas coleções; entretanto, muitos desses objetos foram perdidos, por haverem sido emprestados para figurar na Exposição Antropológica Brasileira realizada no Rio de Janeiro em 1882, por iniciativa de Ladislau Neto, então Diretor do Museu Nacional da Corte.

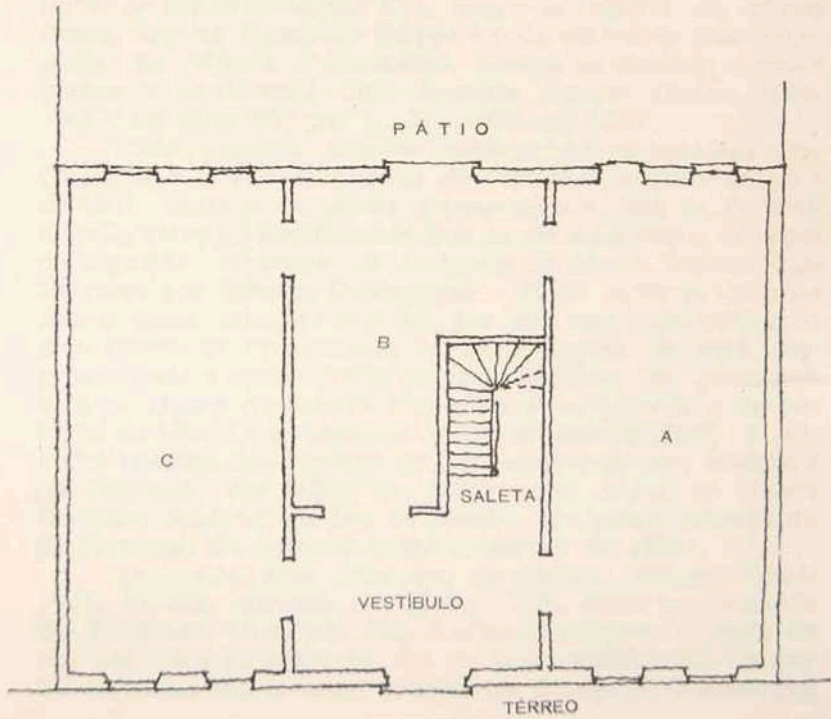
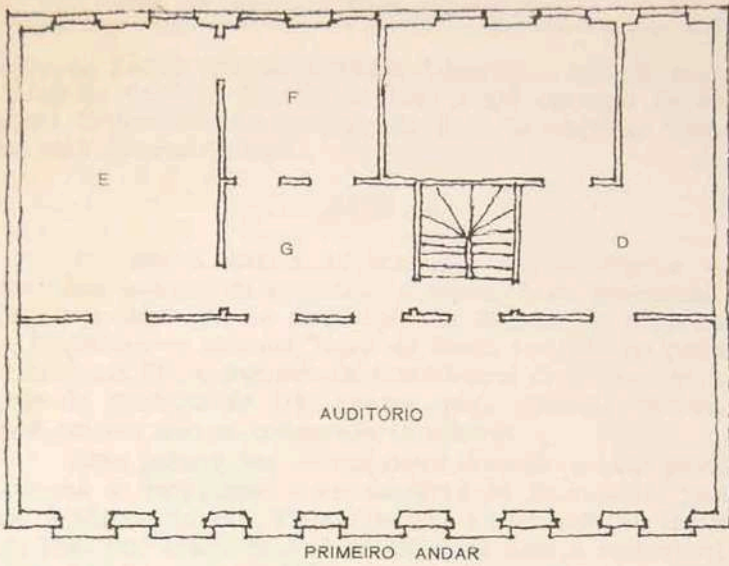
A prioridade cronológica do museu do Instituto trouxe-lhe, também, desvantagens: entre estas a de faltar coerência no material apresentado; essa variedade no conjunto de objetos expostos procurou-se corrigir, tanto quanto possível, na última reforma por que ele passou, tentando-se então transformá-lo num museu primordialmente dedicado à



**logos das Grandezas do Brasil** (1618), escreve que para elas "se busca sempre madeira mole, por ser mais fácil de serrar", das quais especifica os nomes; ed. da Univ. Fed. de Pernambuco (Recife 1966) pág. 107. As boas madeiras brasileiras desde o século XVI eram procuradas no Felino, como se vê de uma carta de Jorge de Albuquerque Coelho, Donatário de Pernambuco, datada de Lisboa 26 de novembro de 1581, na qual pede "tábuas, chaprões e madeiras de paus formosos e lustrosos para poder fazer mesas e escritórios e leitos"; C.R. Boxer. "Jorge de Albuquerque Coelho", **Anais da Acad. Portuguesa da História** vol. 15, 2a. série (Lisboa 1965) pág. 141. Champrão seria, segundo Moraes Silva, que nisso pode dar testemunho pessoal, corrutela vulgar em Pernambuco de **pranchão**, significando couçoera, isto é, "prancha de tabuado grosso, o qual se serra em tábuas e folhas menos grossas".

(37) Diogo de Campos Moreno trata aqui do Rio São Francisco no lugar devido, isto é, na Capitania de Pernambuco, pois a esta pertencência toda a largura do rio; nisso se enganou Campos Moreno no texto da **Razão** de 1612 ao escrever que "da banda do norte do Rio de São Francisco começa o distrito de Pernambuco": ed. Sluiter p. 547. Deveria dizer, em lugar de "da banda do norte", da margem sul do rio. Na **Razão** de 1612 o autor abre capítulo especial para tratar do Rio São Francisco entre os relativos a Sergipe e Pernambuco. Nesse já não menciona a suposição, que aqui consigna, de que o rio chegava à "lagoa do dourado" e dela mais acima 300 léguas. Tal era a crença dos naturais da terra, dos ameríndios, segundo o autor dos **Diálogos das Grandezas do Brasil** (1618). Embora navegadas 300 léguas rio acima, escreve Campos Moreno, não se chegava ao fim. Ainda aqui não menciona a cachoeira e o sumidouro referidos no texto de 1612. "Esportuchar" é vocábulo que não encontrei nos dicionários, mas deve ser corrutela de "portuchar", isto é, rizar ou diminuir a superfície de uma vela exposta ao vento: Humberto Leitão e J. Vicente Lopes, **Dicionário da Linguagem de Marinha antiga e atual** 2a. ed. (Lisboa 1974) pp. 427 e 462.

(38) As minas de salitre eram conhecidas desde fins do século XVI e em confissões do Santo Ofício está mencionado (1594) que Damião Gonçalves "se andava aparelhando para ir ao sertão do Salitre" e Lopo Rodrigues "ora velo do salitre": **Confissões de Pernambuco** (Recife 1970) pp. 21 e 133. Frei Vicente do Salvador, **História do Brasil** 5a. edição (São Paulo 1965) p. 306 a elas se refere, assim como Frei Jaboatão, **Novo Orbe Seráfico** I p. 382, que lembra que no local onde chamam Porto do Jacaré "houve nos anos passados armazém para a fábrica do salitre, que depois se desvaneceu". O Governador D. Diogo de Menezes mandou a Manuel de Miranda Barbosa que fosse às minas e plantasse o necessário para mantimento dos que nelas fossem trabalhar. Segundo Manuel Diéguas Júnior o "Porto de Iasuava que vai para o salitre", à margem norte do Rio, indicado em mapa constante do texto da **Razão** de 1612, corresponde ao antigo topônimo Jaclabá, que é a cidade alagoana de Pão-de-Açúcar: **Revista do Instituto Histórico de Alagoas** vol. 24 (Maceió 1947) p. 11.



19 Planta do piso térreo e do primeiro andar do Museu do Instituto

história e à cultura pernambucana (e em especial, à pintura e ao mobiliário).

Uma dificuldade acrescentou-se ao trabalho da organização das exposições: os registros de doações feitas deixam dúvidas algumas vezes não só quanto à identificação do objeto doado, quanto à procedência deles. Para exemplificar: Manuel Pinheiro ofereceu (14.IV.1887) "um prato de 200 anos com pintura da Índia"; o Ten. Cel. Manuel de Carvalho Soares Brandão ofertou (9.VI.1887) "um prato antigo" e, na mesma ocasião, José Joaquim Alves de Albuquerque doou "dois pratos de data remota".

O visitante é convidado a percorrer as salas do Instituto — instalado num prédio onde funcionaram sucessivamente dois colégios famosos do Recife, no qual ele está sediado desde 1920 — segundo os planos aqui apresentados.

#### VESTÍBULO

No vestíbulo, em frente à ampla porta de entrada, está o marco divisório, em pedra lioz, que marcava o limite entre as Capitânicas de Pernambuco e de Itamaracá, assentado em 1535 quando da chegada de Duarte Coelho ao porto depois chamado de Pernambuco Velho, no continente, ao fundo da entrada sul do canal de Itamaracá. É monumento nacional tombado: livro de Tombo do IPHAN folhas 7 nº 35. Foi oferecido ao Instituto em 1888, por Francisco Cavalcanti Jaime Galvão, senhor do Engenho Tabatinga no município de Igaráçu, no qual estava localizado. Consta de uma coluna cilíndrica, medindo 2m55 de altura total e o brasão, contendo as armas portuguesas (quinas e castelos), está encimado por uma coroa real aberta, mede 0m73. Vejam-se a respeito as *Revistas* deste Instituto de nºs 40 (1891) pp. 99-110 e nºs 155/158 (1935) pp. 311 e 360.

À esquerda um busto de mármore e a cabeça em bronze dos historiadores pernambucanos Alfredo Ferreira de Carvalho (1870-1916) feito em Paris (oferta de 1921) e Manuel de Oliveira Lima (1862-1927), obra do escultor paulista Bruno Giorgi.

À direita outros dois bustos, estes em gesso: o de Frei Caneca (de quem não há retrato conhecido), trabalho do escultor João Confalonieri (1924) e outro do jornalista, historiador e dedicado Secretário do Instituto Mário Melo (1884-1959) de autoria de Jácome, modelo do que foi fundido em bronze e está em uma das avenidas do Recife. Duas

telas do pintor francês Eugênio Lassailly, radicado em Pernambuco desde a década de 1880 e até começos do século atual, representam paisagens da área açucareira: uma delas está datada de 1897.

### SALA A

O salão à direita do vestíbulo oferece objetos variados: dois bancos de engenho, o maior deles procedente do Engenho Noruega, no município da Escada, de propriedade do Capitão-mor Manuel Tomé de Jesus (retrato no primeiro andar, sala D), o segundo de procedência desconhecida; uma arca de madeira de três chaves, para guardar valores, de cuja origem não se conservou referência.

Dois palanquins — um deles dourado e com pinturas alusivas à instituição e ao mistério da Eucaristia, pertenceu à Matriz da Boa Vista (Recife) e oferecido ao Instituto em 1885 por Joaquim José da Silveira; nele o respectivo Vigário administrava o Viático aos enfermos e deve ser atribuído ao início do século XIX (um, da Matriz do Corpo Santo, está no Museu do Estado e o da Matriz de Santo Antônio, no Museu Franciscano, ambos no Recife); o outro pertenceu ao General Luís Augusto Coelho Cintra (1842-1902), foi oferecido por A. Ducasble em 1890.

Dois grandes painéis representam as batalhas dos Guararapes e são de autoria de "Galvão" e estão datados de 1801. Trata-se do pintor pernambucano José da Fonseca Galvão, ativo no Recife desde fins do século XVIII a começos do seguinte. Procederam da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes Guararapes. O da segunda batalha sofreu dano, atingido que foi por um raio, fato noticiado pelo *Diário de Pernambuco* de 23 de janeiro de 1872. Representando o mesmo tema das duas batalhas há outros painéis no Museu do Estado, aos quais se acrescenta o da batalha do Monte das Tabocas (todos datados de 1709); a primeira batalha está pintada no forro abaixo do coro da Igreja da Conceição dos Militares (1781) e há, ainda, no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro um outro, procedente de Portugal, da segunda batalha, datado de 1758.

Do Conde João Maurício de Nassau Siegen (1604-1679) há dois retratos, em cópias. Um deles foi oferecido em 1904 pelo jornalista José Carlos Rodrigues; é cópia de um (de cerca de 1664) de Jan de Baen (1633-1702) de que há variantes em diversos museus da Europa. O outro foi

doado pela Prefeitura de Amsterdam à Prefeitura do Recife e esta ao Instituto (1937), é cópia de tela de Pieter Nason (c 1612 — c 1690) em que Nassau aparece com a Cruz da Ordem Joanita e a Grande Estrela da Ordem do Elefante.

Quatro retratos de Restauradores da soberania portuguesa no Nordeste, a saber, de João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Henrique Dias e D. Antônio Filipe Camarão, de tamanho uniforme, são de autoria de um pintor amador (cirurgião de profissão) André Ferreira de Almeida e foram oferecidos em 1867. Apenas de Vieira há retrato conhecido feito ao tempo de sua vida.

Mesas diversas do século XVIII, uma delas de abas e cancela; quatro cadeiras de fins do século XVII, com assento e encosto de couro lavrado, foram oferecidas em 1886 por Luís Pereira de Faria; o "tronco" com o qual no Engenho Tapera eram castigados os escravos, oferecido em 1931 por Adolfo Cox; e o prelo que a "tradição" (nunca documentada) indica como tendo sido nele impressos os primeiros números do *Diário de Pernambuco* desde 1825 (ver atas das reuniões do Instituto de 10.II.1921 e 28.VII.1940).

Numa das paredes está apresentado um impresso holandês intitulado "De Stat Olinda de Phernambuco, Veroververt by den E. Generael Hendrick C. Lonck, Anno 1630", isto é, A Cidade de Olinda de Pernambuco conquistada pelo Nobre General Henrique C. Lonck no ano de 1630. Foi publicado nesse mesmo ano em Amsterdam, pelo bem conhecido impressor Claes Jansz. Visscher (1586-1652). Mede 0m75 de altura e 0m94 de largura e tem textos em holandês e francês. Pertenceu à biblioteca de Alfredo de Carvalho e foi comprado pelo Instituto. Há, também, cópia em cores de um mapa holandês, manuscrito, do Recife em 1631, levantado pelo engenheiro Andreas Drewisch (o original está no Arquivo Geral do Reino, em Haia, Holanda); mede 0m91 de altura por 1m12 de largura. Uma cópia em tela de um dos desenhos de Zacharias Wagener, obra de amador do início deste século, reproduz o palácio velho (*Oud Hof*) onde residiu o Conde de Nassau no período 1637-1642, antes da construção do Palácio Friburgo. Trata-se de uma casa portuguesa de quatro águas à qual o Conde acrescentou, sobre o telhado, uma construção que servia de observatório astronômico (o primitivo) para Jorge Maregrave. Nas janelas nota-se que foram colocadas vidraças, novidade holandesa numa sociedade de reclusão doméstica mourisca. Oferta do Dr. Cesário Nobre de Almeida e Castro em 1953.

Outro quadro contém as insígnias maçônicas (faixa e avental), do grau 18, pertencentes a Manuel de Carvalho Paes de Andrade (1788-1855) proclamador da Confederação do Equador, presidente da Província de Pernambuco (1834-35) e Senador (1835): ofertas de Ulysses Brandão em 1927.

A espada com que o Capitão José de Barros Lima (chamado o Leão Coroado) matou o Brigadeiro Barbosa, que marca o início da Revolução Republicana de 6 de março de 1817, foi oferecida por seus netos, Joaquim Inácio, Antônio Joaquim e Faustino de Barros Lima, a autenticidade da qual asseguram em carta datada de 18.VIII.1869, conservada no arquivo do Instituto.

O retrato de Domingos José Martins, um dos do governo republicano de 1817, foi oferecido em 1872 por Umbelino Guedes de Melo, residente na Bahia. Era então Presidente deste Instituto quem conhecera pessoalmente o chefe revolucionário, isto é, Monsenhor Francisco Muniz Tavares. Este indagou do ofertante se o retrato era cópia de outro "que Luís do Rego (Barreto) fez presente ao Sr. D. João VI e que até há poucos anos existia num quarto do palácio de São Cristóvão", acrescentando porém que não vira o quadro, mas ouvira dizer da existência dele. Guedes de Melo esclareceu, em carta de 22.XI.1872, reportando-se "ao testemunho fidedigno e presencial do respeitável ancião Maximiano Marcelino Alves, Escriurário do Tribunal do Comércio desta Província (da Bahia), que o retrato que se diz existir na câmara del Rei D. João VI foi prestado por quem o guardava tão somente para dele se tirar uma cópia, que foi executada no Rio de Janeiro em 1845 pelo pintor Moreau, despendendo com isso somas fabulosas o filho natural daquele mártir (do mesmo nome do pai), que sendo naquele tempo um feliz aventureiro dos negócios da Costa (de África) dispunha de grossos cabedais. A cópia feita por Moreau foi reproduzida por Lobo e é esta reprodução que hoje possui o Instituto" afirma a carta. O filho natural homônimo de Domingos José Martins faleceu na África em 1864. A tela está assinada por T.S. Lobo, mas não tem data.

#### SALA B

Estão aqui apresentadas espadas, espadins e armas de fogo diversas. Entre aquelas há uma encontrada em escavações nos Montes Guararapes, entregue por Mário Melo em 1918; um espadim que pertenceu ao Visconde de Suas-

suna (1793-1880); outro, de cabo de madrepérola, foi do diplomata e historiador Manuel de Oliveira Lima, do mesmo tipo do que pertenceu a Joaquim Nabuco (1849-1910), Embaixador nos Estados Unidos da América, o qual está exposto em outra *vitrine* juntamente com o chapéu armado do seu uniforme diplomático, estes oferecidos, por designação da família Nabuco em 1911, por intermédio do Governador do Estado.

Uma das cátedras nas quais até a década de 1910 ministravam suas aulas os professores do Ginásio Pernambucano, foi oferecida pelo respectivo Diretor (também Presidente do Instituto) Prof. Pedro Celso Uchoa Cavalcanti. Em outro mostruário há uma coleção de leques e pentes do tipo "trepa moleque" usados pelas senhoras em meados do século XIX, estes últimos ofertados por Timoleão Pires de Albuquerque Maranhão e José Hygino Duarte Pereira.

Valiosa coleção iconográfica do Recife do século XIX está aqui exposta e consta de uma vista panorâmica desta Cidade no fim da década de 1820, obra de R. Schmidt, gravada a aquatinta e colorida por Frederico Salathé, editada por João Steinmann; outro panorama, em três gravuras, em preto e branco, é de autoria de Frederico Hagedorn, que esteve no Recife em 1855, litografadas no fim da década seguinte por Guesdon, na tipografia de F. Delarue em Paris e anunciadas à venda pelo *Diário de Pernambuco* de 8 de junho de 1869. Gilberto Ferrez, grande conhecedor da iconografia brasileira, considera esse panorama "um dos mais belos do país". De um conjunto de 12 cromolitografias, numeradas e assinadas E.B., que devem ser atribuídas a Emilio Bauch, que em princípios de 1852 esteve no Recife declarando-se em anúncio no *Diário de Pernambuco* de 5.I.1852 "retratista de Hamburgo" e "prometendo executar com prontidão e perfeição toda e qualquer obra de sua arte", há quatro aqui apresentadas, a saber: a de nº 2, Rua da Cruz (atual do Bom Jesus), a de nº 4, Alfândega, de nº 6 Largo do Teatro Santa Isabel e a de nº 8 Largo da Matriz da Boa Vista. Não é conhecida a procedência dessas cromolitografias, mas é de crer sejam alemãs. De outro conjunto de 58 cromolitografias (do período 1878-1885), desenhadas (com base em fotografias) por Luís Adam Cornell Krauss (1850-1904), alemão naturalizado brasileiro, impressas na litografia recifense de Francisco Henrique Carls (c 1827-1909), há aqui vários exemplares.

Um grande painel de madeira onde estão pintadas as armas do Império foi oferecido em 1890 pelo Inspetor da Tesouraria da Fazenda Manuel Antônio Cardoso e procede do extinto Erário do Estado. Quadro a óleo com retrato do Padre Antônio Vieira (1608-1697) proveio do Convento do Carmo de Belém do Pará e foi oferta da viúva do Dr. Carlos Estêvão de Oliveira em 1951.

#### PÁTIO

Da sala B alcança-se o pátio, ao fundo, onde estão algumas peças de artilharia e inscrições epigráficas. Daquelas devem ser indicadas as seguintes:

1) canhão de bronze pesando 2.500 kilogramas, calibre 24, fundido em Amsterdam em 1629 por Assuerus Koster (1604-1661). Essa peça conservou-se em Pernambuco graças à ação do Instituto, pois constando-lhe em 1865 que dois canhões holandeses de bronze existentes no Arsenal de Guerra estavam para ser remetidos para o Rio de Janeiro (que nada tem a ver com o período da ocupação holandesa), dirigiu-se ao Ministro da Guerra pedindo-lhe que "em lugar de os remeter para essa Côrte, ponha-os ambos, ou ao menos um, à disposição deste mesmo Instituto, ou os conserve como estão no Arsenal de Guerra de Pernambuco, onde possam ser vistos em todo o tempo" (atas de 7.XII.1865 e 4.I.1866). O Ministro, em resposta datada de 7 de março 1866 respondeu que, "em consideração ao pedido do Instituto" havia ordenado ao Presidente da Província que remetesse tão somente um deles para a Côrte, conservando o outro no Arsenal de Guerra (original no arquivo do Instituto). Somente em 1885 foi ele entregue ao Instituto (ata de 10.IX.1885), tendo havido mais tarde uma tentativa para fazê-lo voltar ao Arsenal, concluindo o Cidadão Ministro da Marinha, por aviso nº 234, de 22 de janeiro de 1891, por autorizar "que deve continuar no museu do Instituto a peça holandesa". A outra foi remetida para o Rio de Janeiro, para onde, ainda em nossos dias, continuam a ser remetidos canhões holandeses encontrados em Pernambuco. Sobre a peça aqui descrita ver a *Revista* vol. 47 (1975) pp. 191-210.

2) falconete de bronze, de berço, com esfera armilar usada como emblema pelo Rei de Portugal D. Manuel (rel-



nou de 1495 a 1521) e as armas portuguesas; mede 0m62 de comprimento. Doada em 1978 pelo Dr. Nelson Caldas, recolhida do mar, no litoral do Nordeste.

3) morteiro de bronze, no qual se lê: "Lisboa Arsenal Real do Exército 1774 Manuel Gomes de Carvalho e Silva, Tenente-General da Artilharia do Reino"; procede do Forte do Brum, doado em 1923 pelo General Joaquim Inácio Batista Cardoso. Mede 0m82 de comprimento.

4) pequeno canhão de ferro doado em 1927 pelo Coronel Francisco Pedro Boulitreau, encontrado no Engenho São João, município do Recife; tem uma coroa real e as iniciais E.C.L.

5) dois fragmentos de canhões de ferro: um encontrado em 1918 a margem direita do Rio Capibaribe na Cidade de Pau d'Alho (ver *Revista* nº 101, 1919, pp. 199-207) e outro recolhido no local onde esteve o Reduto do Rio Formoso, na praia dos Carneiros, local da famosa resistência de Pedro de Albuquerque aos invasores holandeses (1633), oferecido por João Batista Regueira Costa em 1898.

Nesse pátio, em parte coberto, estão várias lápides com inscrições, figuras e objetos de pedra, das quais são salientadas as seguintes:

6) ESTE ORATORIO MANDV FAZER O SOR. D. LOR.ÇO DAL.MA G.AL DE PER.CO ANNO DE 1716. Lápide medindo 2m65 de comprimento e 0m12 de altura, com a inscrição em uma única linha. Procede do oratório que o referido Governador D. Lourenço de Almeida (1715-1718), construiu para que os presos da Cadeia Velha (na atual Av. Marquês de Olinda), pudessem assistir missas, o qual estava situado à frente da Cadeia. Tanto Alfredo do Valle Cabral quanto os registros do Instituto atribuem que procederia do oratório da Cadeia Nova (na atual R. do Imperador), mas esta somente veio a ser construída em 1731 (ver nº 25, abaixo).

7) parte de uma lápide com inscrição latina que se encontrava na fachada do palácio dos governadores da Capitania, em Olinda, e dali retirada quando se reedificou o prédio e, partida, foi usada no passeio de um prédio fronteiro, onde a encontrou o historiador Francisco Adolfo de

Varnhagen (1816-1878) em visita àquela Cidade em 1865, o qual a entregou aos cuidados do Major Gustavo José do Rego que a ofereceu ao Instituto (ata de 14.IX.1865). Incompleta hoje a inscrição, o texto integral foi porém registrado no livro do missionário metodista Daniel P. Kidder (1815-1891) ao descrever Olinda em 1838 no seu livro *Sketches of a Residence and Travels in Brasil* (1845), quando a lápide ainda se conservava no local original. Diz-se aí que André Vidal de Negreiros, então Governador de Pernambuco, reedificou o palácio em 1660.

8) lápide tumular de Diogo Cavalcanti de Vasconcelos, benfeitor da Igreja de Nossa Senhora do Carmo do Recife, de cuja capela-mor foi padroeiro. Era casado com Catarina Vidal de Negreiros, filha natural de André Vidal de Negreiros. A pedra mede 1m20 por 0m70. Oferecida em 1898. Não pode ser lida a inscrição na sua totalidade:

DEPOZITO DOS OS  
SOS DO CAPITÃO DIO  
GO CAVALCANTI DE V  
ASCONCELOS FUND  
ADOR DESTA CAP...  
A ENSIGNE BEM...  
R OS.....  
.....  
A E VNIAM  
A MAE AVO DOC  
STERE AGOSTO  
28 DE 170....

9) lavabo pertencente à sacristia da atual Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, na praia deste nome, no Recife, construída no século XVIII, o qual foi dali retirado quando das reformas nela realizadas na década de 1860.

10) frade-de-pedra, de arenito dos arrecifes, medindo quanto aparece 0m78, o qual existia na Rua da Hora no bairro do Espinheiro, no Recife.

11) lápide medindo 1m04 por 0m42 na qual se lê:

ANNO                    DE 1782  
SENDO                  GOVERNOR

O ILMO.	E EXMO.
SENHOR	JOSE CE
ZAR DE	MENEZES

A parte central está apagada, na qual deveria estar uma coroa real ou as armas de Portugal, as quais foram mandadas "picar" em todo o Recife por ordem de Manuel de Carvalho Paes de Andrade em 16 de fevereiro de 1824. Procede do antigo calabouço do Quartel de Polícia (ver abaixo nº 13) e foi ofertada em 1874 por Tomás de Carvalho Soares Brandão Sobrinho.

12) pedra medindo 0m47 de altura por 0m44 de largura, na qual se vêem quatro figuras, da esquerda para a direita: a do Cristo, a do Pai e a de São João Batista e, pairando sobre a cabeça da figura central, a Pomba do Espírito Santo. Não tem inscrição e nem há registro de procedência nem de doador.

13) lápide medindo 1m05 por 0m43 na qual se lê-

AQUARTELAMENTO  
 QUE MANDOU FAZER O ILLMO. EXMO.  
 SNR. O SNR. JOSE CEZAR DE MENE  
 ZES GOV. OR E CAP. GEN. L DE PERN. CO  
 E MAS CAPITANIAS ANEXAS

Doadada em 1875 por Tomás de Carvalho Soares Brandão Sobrinho, o qual a encontrou em uma das paredes internas do então Quartel de Polícia, na Rua dos Quartéis, no bairro de Santo Antônio, o qual naquele ano estava sendo demolido. Nesse quartel foi que ocorreu o episódio inicial da Revolução Republicana de 1817. José César de Menezes governou Pernambuco de 1774 a 1787.

14) Cruz de pedra que encimava o frontão da capela existente na Fortaleza de Santa Cruz (pelos holandeses chamado Forte Orange), na Ilha de Itamaracá, medindo de altura 0m75, oferecida em 1923 pelo Coronel Círiaco Pereira.

15) lápide de 1m16 de altura e 1m15 de largura, na qual se vê ao alto o IHS usado como emblema pela Companhia de Jesus, com uma cercadura em forma de cartela e, embaixo, dois leões a sustentar algo assemelhado a uma

âncora, tendo ao pé a data de 1673. Estava assentada na frontaria de dois prédios (que tinham sido anteriormente um) da Rua do Vigário (depois, do Vigário Tenório), no bairro do Recife, os quais tinham os números 27 e 29, mais tarde (1917) os números 155 e 163. Foi oferecida por Catarina Edith Fenton em 1929 proprietária de um dos prédios. Pereira da Costa sugere que a suposta âncora indicaria a sede dos negócios mercantis e de navegação da Companhia de Jesus no Recife (*Anais Pernambucanos* vol. IV p. 71), mas esta suposição não parece aceitável para o século XVII.

16) duas lápides superpostas de 1m69 de largura e 0m93 de altura e que contêm a seguinte inscrição, hoje parcialmente desgastada, mas aqui transcrita segundo a registrou em 1887 Alfredo do Valle Cabral em suas pesquisas epigráficas em Pernambuco:

#### DIVO

P. ANTONIO NUNCUPATUM.

SCAEPTR. TENENTE. LUSORUM. ET. CORDA.  
SECUNDO

CUI MERITIS. ORIMD. NEMO. SECUNDOS. ERIT.  
?NICUNQUE. AUT. PORTUM; PORTAM. VE. RECLUDETE  
TE...

IN. CAPUT. IPSE. TUUM. BELLA. CRUENTA. MOVES

ANNO E PARTU VIRGINIS

1705

Estas lápides estavam colocadas sobre o portão da Fortaleza do Buraco, que tinha como padroeiro Santo Antônio. Foi oferecida ao Instituto em 1962 pelo III Distrito Naval, que promoveu a demolição dela para início da construção de uma base naval no Recife (a qual não teve prosseguimento, tendo inclusive o III Distrito Naval sido transferido daqui para outra Cidade).

17) pedra medindo 0m70 de altura por 0m52 de largura, tendo em alto relevo o brasão de armas do Vigário da então Vila de Pau d'Alho José Francisco de Moura Pacheco,

brasão que lhe foi concedido por diploma régio de 9 de maio de 1807. A pedra e o diploma foram oferecidos ao Instituto em 1887 por José Ladislau Pereira da Silva.

18) pedra medindo 0m85 de altura por 0m64 de largura, contendo o brasão de armas de D. Francisco de Sousa, fundador, com sua mulher, D. Inês Barreto de Albuquerque, da Igreja de Nossa Senhora do Paraíso (1686) e do Hospital de São João de Deus, no bairro de Santo Antônio do Recife. Doada em 1939 pela Santa Casa de Misericórdia que funcionava então naquela Igreja, demolida em 1943.

19) pedra de arenito dos arrecifes, medindo 1m09 de altura por 0m78 de largura, na qual se representa uma figura como de profeta, em cabelo, vestes talares, tendo na mão direita um cajado e na esquerda um livro. Tem ao alto, na moldura que cerca a figura, uma inscrição em holandês que diz: JACOB BEN ICK GENAEMT, isto é, Eu me chamo Tiago. Estava assentada na fronteira de uma casa na Rua do Bode (*Bockestraet*) ou dos Judeus (*Jodenstraet*) ao tempo da dominação holandesa, depois do Bom Jesus, mais tarde da Cruz e novamente do Bom Jesus, no bairro do Recife. Localizava-se ela nas proximidades senão mesmo na esquina dessa rua com a da Cadeia Velha (em parte hoje Av. Marquês de Olinda). Figura e inscrição têm sido motivo de controvérsias desde que sobre elas chamou atenção em 1857 o jornalista Antônio Pedro de Figueiredo (1822-1859). Aquela casa, que no século XIX tinha nº 64, sofreu reformas em 1880 e, quando das desapropriações dos imóveis do trecho citado, para a abertura da Avenida Rio Branco, em decorrência do plano de melhoramento do porto, foi a lápide cedida pelo Engenheiro-chefe das obras, Alfredo Lisboa, ao historiador Alfredo de Carvalho, o qual em 1911 a ofereceu ao Instituto. Esteve ela desaparecida de 1911 a 1938, quando o Dr. João Peretti (1882-1952) fê-la retornar. A casa onde, ao tempo dos holandeses, estava colocada a pedra, pertencia ao holandês Jacob Baire. Eram comuns, e ainda hoje em cidades da Holanda se conservam algumas, lápides desse tipo em frontarias de casas: insígnias de ofícios, divisas ou emblemas com textos, figuras e paisagens. No caso do Recife, a figura — que indicava o nome do proprietário da casa — representa possivelmente ou o patriarca Jacob, do Velho Testamento, ou um dos Apóstolos de nome Tiago.

20) duas grandes pedras que serviam de base aos pilares do Arco de Santo Antônio da ponte do Recife, as quais foram recolhidas ao Instituto em 1917 pelo Diretor das Obras Públicas, Engenheiro José Apolinário de Azevedo, quando da demolição do Arco naquele ano. Medem 1m06 de altura por 0m86 de largura e 0m56 de profundidade. Lêem-se nelas as seguintes inscrições, a primeira do pilar do lado sul e a segunda do lado norte:

<p>DEUSE PRINCIPIO AESTA PONTE NO ANNO DE 1742 COM O GENEROZO DONATIVO QUE GRATUITAM(TE) DERAÕ OS TRES ESTADOS DESTA COMARCA SENDO OUVIDOR DELLA O D(R) ANTONIO RABELLO LEITE IVIS DE FORA O D(R) IOSEPH MONTEIRO VERIADORES DO SENADO DA CAMARA IOSEPH VIEIRA DEAZEVE DO AMBROSIO MACHADO DA CUNHA O CAP(M) ANTONIO BATISTA COELHO PROCURADOR DO CONCELHO O D(R) MANOEL ROIZ COCHARRA</p>	<p>ACABOVSE ESTA PONTE NO ANNO DE 1743 SENDO OUVIDOR O D(R) FRANCISCO CORREA PIMENTEL E IVIS DE FORA O D(R) IOSEPH MONTEIRO VEREADORES DO SENADO DA CAMARA O CAP(M) ALBERTO DE V. M. DO AMARAL O CAP(M) IOSEPH ROIZ DE CASTRO O CAP(M) IOAO DO REGO BARROS PROCURADOR DO CONCELHO IOAO RIBEIRO DE OLIVEIRA</p>
--	--

21) Sobre um desses pilares está a pia batismal que pertenceu à Capela de Nossa Senhora das Necessidades, do povoado dos Arrombados (hoje Duarte Coelho), na Estrada Velha de Olinda, demolida no começo deste século (Pereira da Costa, *Anais* vol. VI p. 244). Oferecida em 1924 por Manuel Lopes Machado.

22) Cruz de pedra que pertenceu à Igreja Anglicana da Santíssima Trindade, construída em 1838-39 na Rua da Aurora, esquina da Rua Formosa, no Recife, demolida em 1945 para dar lugar à construção do Edifício Duarte Coelho. Mede 0m75 de altura e foi oferecida em 1945 por Severino Cavalcanti de Oliveira.

23) lápide medindo 0m63 de altura por 0m87 de largura, com a inscrição:

SENDO GOVERNOR. E CAPPAM. GEN...  
 DE PERNCO. o ILLMO. E EXMO. SNR. LUIS  
 DIOG...  
 LOBO DA SA. MANDOV EDIFICAR EST...  
 FORTAZA. NO ANNO DE 1758 ACABOV  
 SE NO DE 1761 SENDO COME. O CAPPM. D...  
 EMFANTARIA FRANCO. DA SA. SOARE...

Procede da Fortaleza de São José, da Ilha de Fernando de Noronha, e foi oferecida em 1878 pelo então Comandante dessa Ilha, Coronel Alexandre de Barros Albuquerque.

24) figura de pedra representando um leão assentado, segurando na mão escudo oval, no qual não se nota qualquer desenho ou inscrição. Mede de altura 0m67. Oferecida por Joaquim Arantes (ata de 22.III.1928), o qual informou tê-la encontrado a quatro metros de profundidade numa escavação no bairro do Recife entre a Travessa da Madre de Deus e a Rua do Amorim, "estando colocada sobre uma rampa de pedra com declive para o oriente". Acrescentou que numa das paredes da velha casa onde foi feita a escavação havia uma lápide com a data de 1600, mas os operários a quebraram.

25) lápide de lioz rosa medindo 1m55 de largura por 0m61 de altura com a inscrição abaixo:

ESTA OBRA MANDOU FAZER EL  
 REY D IOÃO O V. NOSSO SENHOR PE  
 LO GOVERNADOR E CAPITAM GE  
 NERAL DUARTE SODRE PEREYRA

ANNO DE 1731

Estava colocada no frontispício da Cadeia Nova do Recife, à Rua do Imperador nº 371, onde hoje funciona o Arquivo Público Estadual. A construção foi iniciada em 1729 e concluída dois anos depois, correndo as obras sob a administração do Senado da Câmara do Recife. Com a constru-

ção da Casa de Detenção do Recife e a mudança dos presos da Cadeia Nova para esta última, em 1856, o prédio foi reformado para nele funcionarem o Tribunal da Relação e o Júri; nessa ocasião a lápide foi arrancada e arremessada em frente à porta da cocheira do Palácio do Governo, no então Campo das Princesas, onde Salvador Henrique de Albuquerque a viu em 1865 e a requisitou para o Instituto, sendo-lhe entregue por ordem do Presidente da Província de ..... 26. IX. 1865. Na Cadeia Nova estiveram presos os revolucionários republicanos de 1817 e 1824 e muitos daí saíram para o patíbulo. Alfredo do Valle Cabral, em sua pesquisa sobre a epigrafia pernambucana, referindo-se a esta lápide, acentua "a belíssima inscrição, admiravelmente cavada em mármore cor de rosa".

26) lápide medindo 0m65 de altura por 0m57 de largura tendo ao centro um escudo de armas (?), no qual estão representados em diagonal duas cabeças de peixe sus-tendo na boca as duas extremidades de um bastão; em torno do escudo está a invocação AVE MARIA GRATIA PLENA. Não consta a procedência dessa lápide, nem quem a ofereceu.

27) pedra medindo 0m93 por 0m93 com as armas portuguesas (castelos e quinas), tendo abaixo a cruz da Ordem de Cristo, belo trabalho de cantaria, em relevo, de meados do século XVIII, sem qualquer inscrição. Estava colocada na Igreja de Nossa Senhora do Ó do Recife, contígua à qual estava o Colégio da Companhia de Jesus e foi oferecida em 1886 pela Mesa Regedora da Irmandade do Espírito Santo que, desde 1855, administra a Igreja, hoje conhecida pela invocação da referida Irmandade.

28) fragmento de uma lápide medindo 0m38 de altura por 0m40 de largura oferecida em 1888 pelo Vigário Genuíno Gomes Pereira, da matriz de Nossa Senhora da Conceição de Sirinhaém, por ele encontrada por detrás da igreja, quando se escavava o terreno para construção do cemitério (ver Pereira da Costa, *Anais* vol. II p. 463).

29) lápide de mármore branco medindo 1m40 de altura por 1m30 de largura com as armas da República, procedente do edifício do antigo Arsenal de Guerra do Recife (extinto em 1899), depois sede do Quartel General do 2º Dis-



trito Militar (de Pernambuco ao Ceará), situado no local do antigo Colégio dos Jesuítas, hoje do Grande Hotel, no Caís Martins de Barros. Foi oferecida ao Instituto em 1931, quando da demolição para a nova construção.

No pátio há outras lápides e placas de bronze com inscrições. Salientam-se daquelas as três seguintes:

30) lápide que assinalava o local da casa onde faleceu João Fernandes Vieira, na Rua de São Bento em Ollinda, assentada por iniciativa deste Instituto em julho de 1865 e retirada pelo proprietário do imóvel em 1983.

31) lápide que indicava a localização do Arco e Capela do Bom Jesus, primeiro monumento a ser demolido no Recife pelo poder público a título de melhoramento urbano, por um Presidente da Província não pernambucano, em 1850. Colocada por este Instituto em 1866.

32) lápide memorativa da casa chamada "panela" do Clube Cupim, onde eram abrigados os escravos na fase da campanha abolicionista para daí serem encaminhados a lugar seguro. Ficava na atual Avenida Rosa e Silva (antiga Estrada dos Aflitos). Assentada pela Câmara Municipal desta Cidade em 13 de maio de 1889. A casa foi demolida, mas o local está assinalado por uma lápide de iniciativa deste Instituto.

33) estrado de madeira medindo 1m45 de comprimento por 0m60 de largura, sobre o qual descansou o cadáver de Joaquim Nunes Machado, morto na ocasião do ataque ao Recife pelos revolucionários do Partido Praieiro em 2 de fevereiro de 1849. Oferecido ao Instituto em 1917 pelo Padre João Pedrosa, Vigário da Igreja de Belém, onde foi aquele então sepultado.

34) arca de ferro de três fechaduras, medindo 0m91 de comprimento, 0m60 de largura e 0m60 de altura, procedente da Prefeitura do Recife e por esta oferecida em 1948.

35) mesa de ferro do Engenho Massangana, onde Joaquim Nabuco viveu sua meninice, oferecida em 1930 por Alfredo da Rosa Borges.

36) pilão de pedra, encontrado no Engenho Pindobinha, oferecido em 1932 por Antônio Miguel Pessoa de Araújo.

37) marco dos correios, para depósito de cartas, que existia em frente ao Arsenal da Marinha, na atual Praça Artur Oscar, inaugurado (com 3 outros) em 1881. É de ferro e de fabricação inglesa e tem a indicação de fabricante: Shaw, Fawkes & Co. oferecido em 1933 pela então Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos.

38) duas rodas de leme, a de maior diâmetro pertencente ao navio *Elisabeth* de uma companhia de navegação pertencente a Artur Hermann Lundgren (Recife), com baixa em 1896 e a outra procedente do monitor *Pernambuco*, cuja quilha foi batida em 1890, incorporado à esquadra em 1910 e destinado em 1911 à flotilha do Mato Grosso, servindo no Rio Paraguai, tendo baixa em 1948. Oferecido em 1954 pelo Comandante do III Distrito Naval.

### SALA C

Em dois mostruários estão expostos entre outros os objetos seguintes:

Prato da Companhia das Índias, isto é, de fabricação chinesa, medindo 0m42 de diâmetro, com brasão central apresentando três bandas de ouro em campo azul. E. F. Brancante identifica esse prato como pertencente à baixela de Luís Pedro Peregrino de Carvalho Menezes e Ataíde (1700-1758), Vice-Rei do Brasil (1749-1754).

Prato de faiança para galhetas (0m20 por 0m13,5), tendo ao centro as iniciais IHS como motivo central, provavelmente português do século XVII, doado em 1906 por F. A. Pereira da Costa.

Compoteira de cristal com a coroa de Conde e o monograma CBV, do Conde da Boa Vista (1802-1870) título recebido em 1866.

Terrina de louça branca com a coroa de Conde e o brasão do Conde da Boa Vista.

Compoteira de opalina amarela, com 0m18 de altura, com prato e tampa.

Poncheira de prata de fabricação inglesa medindo 0m26 de altura, com a seguinte dedicatória: "Assembléia Geral da Companhia Pernambucana ao seu digno Gerente Francisco Ferreira Borges, Fevereiro de 1865". Era de navegação a referida Companhia, fundada em 1853.

Objetos diversos de marfim para confecção de doces e rendas (bilros). Oferta de Cesário Nobre de Almeida e Castro em 1953.

Óculos de vidros verdes oferecidos em 1891 por Fabrício Gomes de Andrade Lima como tendo pertencido ao Capitão José de Barros Lima (Leão Coroado) e "achados nas matas do Engenho Pagitinga, perto de Monjope, o qual se refugiara naquelas matas por ocasião dos acontecimentos revolucionários de 1817 e aí fora preso por denúncia do escravo Renovato".

Chave de prata dourada, insígnia de gentilhomen da Imperial Câmara, que pertenceu a Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (1793-1880), Visconde de Suassuna, oferecida em 1930 por Ladislau Cavalcanti.

Coleção de moedas cunhadas por iniciativa deste Instituto, a saber:

- 1) Comemorativa da Abolição da escravidão (1888);
- 2) idem de cinquentenário deste Instituto (1912);
- 3) idem do centenário da Revolução Republicana de 1817;
- 4) idem do centenário da Confederação do Equador (1924);
- 5) idem do centenário deste Instituto (1962);
- 6) idem do centenário do falecimento do Conde da Boa Vista (1970);
- 7) idem do sesquicentenário do arcabuzamento de Frei Caneca (1975).

A coleção de retratos de figuras do Império aqui exposta inclui os seguintes:

de D. Pedro II com cerca de 10 anos de idade, farda de gala e condecorações, sustentando com a mão direita um livro em cuja capa se lêem algumas letras indicativas da palavra Constituição. Sem nome de autor, provavelmente feito cerca 1835 por aluno da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro;

de D. Pedro II já adulto, sem indicação de autoria;

de D. Pedro I sem indicação de autoria (Hersthal nº 411), oferecido em 1888 pelo médico Praxedes Gomes de Sousa Pitanga;

da Imperatriz D. Amélia, segunda esposa de D. Pedro I, sem indicação de autoria, oferecido em 1887, com o do marido, que está na sala D, por João Lopes Carneiro da Fontoura;

do Marquês de Olinda, sem indicação de autoria, oferecido em 1899 pelo fundador deste Instituto Joaquim Pi-

res Machado Portela, que em carta "garante a autenticidade do mesmo retrato";

de João Alfredo Correia de Oliveira (1835-1919), com a farda de Ministro, sem indicação de autoria, procedente do Conselho Municipal do Recife e oferecido em 1931;

de José Pedro Veloso da Silveira (1796-1871), ou José Pedro das Lajes, por ser senhor do Engenho dessa denominação, sem indicação de autoria, oferecido em 1938 por seu neto Fábio da Silveira Barros;

de José Joaquim da Cunha Rego Barros (1797-1874), segundo Barão de Goiana, sogro do Conselheiro João Alfredo, assinado por Victor Meirelles e datado de 1873, ofertado em 1938 por Gumercinco Correia de Oliveira;

de Bernardo José da Câmara (1806-1878), Barão de Palmares, senhor do Engenho Cuiambuca, sem indicação de autoria, oferecido em 1940 por D. Emília Câmara. O retrato da Baronesa está na sala D;

de Francisco Ferreira Baltar e de sua esposa Carolina, ele Comendador e comerciante no Recife, ambos assinados por F. Piereck e datados de 1877, ofertados pela viúva de Severiano de Siqueira Cavalcanti em 1940;

de Antônio Gonçalves Dias (1823-1864), assinado pelo pintor alemão radicado no Recife e naturalizado brasileiro Jorge Augusto Roth, datado de 1890, oferecido em 1926 por Francisco Augusto da Fonseca Filho, o qual pertencera à então extinta Sociedade Literária Gonçalves Dias, do Recife.

Nesta sala há belo mobiliário do século XIX, composto de mesas de centro, canapés, secretárias e tremó com espelho.

#### SALETA DA ESCADA

Aí estão duas bandeiras nacionais, do Império, pertencentes a corpos de Voluntários da Pátria formados em Pernambuco e que participaram da guerra contra o governo do Paraguai (1865-1870). Entregues ao Instituto em 1873 por determinação do Ministério do Império.

#### SALA D

Além de alguns móveis do século XIX estão expostos os retratos seguintes:

de D. Pedro I, de autoria de Henrique José da Silva, pintor da Imperial Câmara, 1828, oferecido em 1887 juntamente com o de D. Amélia, localizado na sala C;

de José Antônio de Azevedo Santos, comandante de navio, falecido em 1866, de autoria do pintor pernambucano Eduardo Gadault, datado de 1860, oferecido por Eliseu Fialho, neto do retratado;

de Henrique Marques de Holanda Cavalcanti, Barão de Suassuna, sem indicação de autoria;

de Maria Eulália Nobre de Miranda (falecida em 1892), Baronesa de Palmares, sem indicação de autoria, mas trabalho de mestre, oferecido com o do Barão, localizado na sala C;

de Manuel Tomé de Jesus (c 1774-1856), Capitão-mor de freguesia da Escada, senhor do Engenho Noruega, sem indicação de autoria, oferecido em 1934 por Gerônimo e André de Arruda Falcão;

de D. Tomás José de Melo (1742-1805), Governador de Pernambuco (1787-1798), sem indicação de autoria (provavelmente de José de Oliveira Barbosa), procedente de um dos hospitais da Santa Casa da Misericórdia do Recife.

#### AUDITÓRIO

A mesa da presidência das reuniões que aí se realizam pertenceu ao Senado Estadual, tendo ao lado duas colunas de jacarandá encimadas por leões jacentes, que então representavam a Província de Pernambuco, as quais são procedentes do Palácio da Presidência ao tempo do Conde da Boa Vista (1838-1844) e foram oferecidos ao Instituto em 1922.

Vêm-se aí os seguintes quadros de pintura a óleo sobre tela, os três primeiros na parede sobre a mesa presidencial:

de D. Pedro II, Presidente Honorário do Instituto, sem indicação de autoria, oferecido em 1889;

de Francisco Muniz Tavares (1793-1875), Padre, participante e cronista da Revolução Republicana de 1817, primeiro Presidente deste Instituto (1862-1875), de autoria de Baltasar da Câmara;

de Manuel Antônio Pereira Borba (1864-1928), Governador do Estado (1915-1919), Grande Benfeitor deste Instituto;

de Joaquim Pires Machado Portela (1827-1905), a quem se deve a fundação deste Instituto, para o que associou quatro outros contemporâneos seus no Recife em 1862.

## SALA E

Magníficos móveis de sala de visita ornamentam esta, devendo ser destacado o notável sofá que proveio da Assembléia Provincial (cerca 1870); mesa de centro, consolo e tremós completam o conjunto. Todo o mobiliário é do século XIX e pernambucano. Aí estão, também, os seguintes retratos:

de Alexandre José Barbosa Lima (1862-1931), Governador de Pernambuco (1892-96), de autoria de Daniel Bérard, datado de 1894 e proveniente do Concelho Municipal desta Cidade;

de Manuel Correia de Oliveira Andrade, filho do Conselheiro João Alfredo, de autoria de Victor Meirelles, datado de 1875 e oferecido em 1938;

do Cônego Lino do Monte Carmelo Luna (1821-1874), historiador, sócio deste Instituto, sem indicação de autoria, oferecido em 1897 por José Antônio do Monte;

de Luís Salazar Moscoso da Veiga Pessoa, assinado por E. Cabral e datado de 1877;

de Teodoro Machado Freire Pereira da Silva (1832- ), político, Ministro no Segundo Reinado, sócio honorário deste Instituto, de autoria de Jorge Augusto Roth e datado de 1884;

de Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque (1797-1863), Visconde de Albuquerque (1854), sem indicação de autoria;

de Antônia Cavalcanti de Albuquerque, Baronesa de Vera Cruz, senhora do Engenho Monjope, oferecido em 1929 pela família Vieira da Cunha;

de Gervásio Pires Ferreira (1765-1836) rico comerciante e industrial do Recife, revolucionário de 1817 e Presidente da Junta do Governo que expulsou de Pernambuco o último Governador português, o General Luís do Rego Barreto e as tropas reinóis, alcançando para Pernambuco, antes do Grito do Ipiranga, virtual independência do domínio português. Sem indicação de autoria, oferecido em 1886 por Joaquim Pires Gonçalves da Silva, sobrinho de Gervásio;

de Francisco Ferreira Baltar (há outro retrato seu no térreo, sala C), assinado por J. Stewart e datado de 1875;

Nas paredes há, ainda, quatro pratos de louça opaca de fabricação inglesa do século XIX, um dos quais apresenta brasão de armas por identificar, tendo em baixo as

iniciais LJES, oferta, esta última, do Sr. João Peretti em 1922.

#### SALA F

O mobiliário aqui exposto pertenceu ao palácio da Presidência da Província ao tempo do governo de Francisco do Rego Barros (1838-44), depois Conde da Boa Vista, oferecido em 1922. Um grande espelho oval procedente de "nobre solar pernambucano" (não indicado) foi oferecido em 1937 por João da Costa Azevedo. Busto em terracota de Carlos Ernesto de Mesquita Falcão (c 1831-1874), português de nascimento e que aqui se fixou como taquígrafo, foi pai de Aníbal Falcão (1859-1909), oferta de Carlos Falcão em 1934. Busto do industrial pernambucano, membro benemérito deste Instituto, Othon Lynch Bezerra de Mello, oferta de sua família.

Dois retratos, um de D. Pedro, então Príncipe Regente, e da Princesa Leopoldina, sua primeira mulher, de cerca de 1821, gravados por Jean François Badoureau, segundo Jules Antoine Vautier (Hersthal n<sup>os</sup> 87 e 87P) sendo que aquele é considerado um dos mais famosos retratos do Príncipe, depois primeiro Imperador (*apud* Hersthal).

#### SALA G

Duas marquesas de estilo Pernambucano ou Béranger, recordam o famoso marceneiro francês Julião Antônio Béranger (c 1789-1853) criador desse estilo no Recife, onde viveu desde 1815. Um relógio de parede, que pertenceu à casa-grande do Engenho Noruega, uma mesa de centro e um consolo são todos do século XIX.

Nas paredes há litografias de A. Sisson com retratos do Conde d'Eu (1863) de D. Pedro II (1864) e da Imperatriz Teresa Cristina. Uma outra, de grande dimensão, representa D. Pedro II. Foram todas elas oferecidas por João Diniz em 1877.

Dois pratos de faiança azul e branca de Delft (Holanda), de meados do século XVIII, têm a marca B — P.





# Arquitetura dos Conventos Franciscanos no Nordeste

*José Luiz Mota Menezes*

## CONSIDERAÇÕES GERAIS:

O estudo das fundações franciscanas no Brasil não oferece farta bibliografia, em comparação com aqueles já realizados, ou em realização acerca dos estabelecimentos dos padres da Companhia de Jesus. Enquanto a ordem inaciana tem encontrado em seus historiadores, nomes de fôlego como o do padre Francisco Rodrigues, autor de trabalho que estuda a expansão dos Jesuítas na Assistência de Portugal, e, quanto ao Brasil, do padre Serafim Leite, autor da *História da Companhia de Jesus no Brasil*, afora inúmeras obras anteriores, tais como a de Simão Rodrigues e Vasconcellos, os franciscanos, pelo menos aqui, a eles poucos historiadores se têm dedicado. Na verdade, existem obras gerais sobre a Igreja, inclusive uma recente sobre a Igreja na América Latina, cujos 2º e 3º volumes aos franciscanos dedica algumas notas. No entanto, a respeito da arquitetura dos seus conventos, da expansão da ordem, da ação missionária, o que existe são obras esparsas e não conclusivas, no que se refere ao todo do país. A obra mais vasta ainda se constitui no *Orbe Seráfico* de Frei Jaboatão. É obra, entretanto, pouco esclarecedora no que se refere a construção dos conventos, salvo na descrição da obra que ele assistiu e que, no entanto, por força do interesse maior do trabalho, se perde no todo com pequena contribuição para o historiador de arte.

Na verdade, serão os edifícios, que, à maneira de Focillon, deverão falar. São as construções que irão permitir maiores ilações e, talvez, um trabalho conclusivo a respeito dos estabelecimentos franciscanos no Brasil.

A obra do historiador francês Germain Bazin, se bem que calcada sobre documentos fornecidos pelo IPHAN — Rio e por informações dos chefes de Distritos da mesma repartição para os Estados, e, naturalmente, resultante de suas observações pessoais, está longe de ser completa. É difícil, assim nos parece, conceber um trabalho conclusivo a partir de viagens rápidas e sem o suporte de observação cuidadosa e meditada dos conjuntos estudados. Mesmo assim é o que se dispõe de mais completo, no contexto geral. A esse trabalho do Historiador francês juntam-se outros regionais, ai já com visão de Historiador de arte, e que desta forma se afastam daqueles que versaram e versam mais sobre a história dos franciscanos, da sua ação missionária.

Desse modo, o que pretendemos com estas considerações gerais, não é uma justificativa do pouco que podemos contribuir em trabalho escrito de um fôlego sobre a matéria, mas, tão somente situar o problema à luz dos conhecimentos atuais.

#### OS FRANCISCANOS:

Fundada a ordem por Francisco de Assis, tem como propósito maior o voto de pobreza e pobres deveriam ter sido os seus conventos na Europa. No entanto, inevitavelmente, com o crescimento do número de irmãos, com a necessidade de organizar e estabelecer regras para o bom funcionamento dos conventos, aquela sobriedade e mesmo pobreza de propósitos vem pouco a pouco se transformar e grandes construções serão erigidas na Europa.

O espelho para a organização das regras será aquela de São Bento e poucas alterações se realizarão no contexto geral, existindo apenas diferenças circunstanciais e que vão referir-se mais ao caráter mendicante, que a ordem manteria por toda sua existência (salvo nos dias atuais). O dia-a-dia de um frade, seja qual for a ordem a considerar, não mudará muito. Trabalhar e orar. Para o trabalho, as oficinas e a horta ou pomar, para o orar, o coro, as orações conjuntas, marcadas religiosamente na própria estrutura e divisão do dia-a-dia do frade. Na estrutura geral da ordem diferirá dos Beneditinos e não teremos abadias, mas conventos. No entanto, no que respeita a autonomia, cada convento deverá ter sua vida própria no que respeita a sobrevivência. Viverão de esmolas e doações. Esses Conventos que se distribuirão por toda a Europa guardarão aspectos comuns. Um de-

les é resultante da clausura, do celibato dos frades e da relação do convento com a comunidade onde se insere.

#### DO PROGRAMA DAS CONSTRUÇÕES RELIGIOSAS FRANCISCANAS:

O programa estabelecido para as casas franciscanas manteria um carater quase inalterado por muitos séculos. Louis Dimier ao estudar as construções de um convento, mosteiro ou abadia, demonstra que a distribuição dos diversos comodos de um convento não se alterará desde que as primeiras construções definem o partido a ser adotado para as primeiras casas religiosas na Europa. Ele vai além e estuda as fundações do Norte da África, do Oriente Próximo, etc.

No documento mais antigo, conhecido manuscrito que mostra sumariamente, a distribuição dos cômodos da Abadia de Saint Gall, podemos verificar que tais conclusões são verdadeiras e coerente com o espirito conservador das ordens religiosas fundadas na Idade Média.

De modo geral a Igreja ocupará um dos cantos de uma quadra que se formara a partir de um pátio aberto, à maneira dos adros das antigas basílicas cristãs, a crasta ou claustro. Este pátio, cercado, fechado, voltado para dentro, bem está de acordo com o espírito meditativo da organização religiosa — voltada para dentro de si mesma, alheia à vida profana, se assim quisermos considerar. Em torno desse pátio uma galeria correrá e permitirá o acesso aos cômodos que se distribuirão ao redor. Nos conventos o térreo será destinado ao refeitório, à despensa, aos quartos de hóspedes, quando as dimensões do estabelecimento permitiam, e a outros depósitos secundários. Da Igreja se tem acesso a esse pátio e nele se incluirá uma das peças importantes conventuais — a sala do Capítulo (nos conventos franciscanos). No primeiro andar as celas, simples e onde se deve sentir o caráter de pobreza e mesmo de desconforto; a biblioteca e salas de estar. Destaca-se a cela do guardião.

Algumas condições são estabelecidas: melhor e fácil circulação entre as celas e o coro da Igreja, para as orações em comum. Boa circulação entre as celas e o refeitório. Isto sem considerar ainda as condições e localização aprazível do conjunto.

Para acesso à quadra e necessariamente aos quartos de hóspedes e clausura, a portaria com respectiva capela.

A Igreja para os frades e o público. Nenhum contato entre o público e a clausura. O que dava ao interior uma divisão de espaços que se manteve por longo tempo. Ao redor da quadra o pomar, para abastecimento do convento, o que, via de regra, condicionava também a necessidade de grande espaço para as fundações.

E com essas características de programa e partido de plantas que são fundados os Conventos Franciscanos na Península Ibérica, e precisamente em Portugal.

#### OS PRIMEIROS FRANCISCANOS NO BRASIL:

Em termos de estabelecimento são os Jesuítas os que primeiro chegam ao Brasil. São Jesuítas as construções pioneiras e sua ação de catequese e iniciada talvez antes que a dos Franciscanos.

No entanto, já perambulavam Brasil afora inúmeros Franciscanos, isolados e sem autorização para fundar conventos.

Algumas tentativas são realizadas mas não obtêm êxito. E no ano de 1585, portanto no final do século XVI, que eles vão se estabelecer, em caráter definitivo, em Olinda. Daí partirão, a exemplo dos Jesuítas na Bahia, para a fundação de suas casas no restante do Brasil. Vem Salvador em 1587, Igaracú em 1588, Paraíba em 1590 e daí para o Sul, Vitória (1591), Rio de Janeiro, etc.

Não vêm os Franciscanos com a força e o amparo Real dos Jesuítas. Por princípio a ordem difere, quanto à catequese, dos inicianos. Há com relação aos franciscanos maior respeito ao indígena, no que se refere à doutrina. Os Jesuítas têm programa estabelecido e maneira própria de doutrinar. Algumas divergências se instalam entre eles, a ponto de surgirem crises na Paraíba (Filipéia) e noutros lugares.

Por outro lado, as primeiras fundações franciscanas refletem bem o caráter de pobreza da ordem — serão casas pequenas, sem aquela monumentalidade que caracteriza os inicianos e mesmo os carmelitas, por exemplo, em Olinda. No século XVI, à luz do que nos legou Frans Post em seus desenhos, gravuras e pinturas, apenas se destaca um convento como grandioso, e, este mesmo não identificado (talvez fosse o da Paraíba), citado como grande desde as crônicas ou relatos holandeses. Desses primeiros conventos nada restou senão suas imagens ou descrições de cronistas da ordem.

No século seguinte, o XVII, é que teremos já construções de certo vulto, embora poucas igualadas às dos inicianos. Parece-nos que a partir dos meados do século XVII e que se configuram construções maiores e se destacam alguns modelos que merecem ser considerados.

Em 1629 é fundado o convento da Vila de São Francisco na Bahia. Em 1630, Sirinhaém, Pernambuco; 1639, Santos, São Paulo; 1640, São Paulo; 1650, 1649, Cairú e Iguape. Esses dois últimos é que nos parece terem sido iniciados já com a fisionomia, em termos de dimensões, que têm atualmente e, salvo engano, os que definiram o partido de alçado típico que consideraremos adiante.

Daí para frente surgirão os conventos de Nossa Senhora da Penha, no Espírito Santo: Itanhaém (1655); São Cristóvão, Sergipe (1658), Penedo, Alagoas, 1660; Marechal Deodoro 1660 e Itaboraí, Rio de Janeiro (1660).

#### AS FUNDAÇÕES DOS SÉCULOS XVI E XVII: primeira metade.

Ao considerar as fundações em separado, do século XVI e primeira metade do século seguinte, o fazemos levando em conta aquelas que foram modificadas na segunda metade do XVII ou no princípio do século XVIII. A luz das descrições e das ilustrações de F. Post, tais conventos eram muito pequenos.

Examinando, por exemplo, o de Igaracú, Pernambuco, várias vezes representado pelo pintor holandês, podemos fazer uma idéia do tipo construtivo adotado para essas primeiras edificações aqui consideradas.

Pequeno adro; de idênticas proporções a Igreja, lembrando mais uma capela rural que igreja conventual, alpendre ou galilé disposto à frente da frontaria, sustentado o telhado por colunas; porta única na igreja e um óculo à altura do coro. Não cremos que se tenha já definida a crista; em Igaracú dela parece existir construída apenas uma ala, correndo alinhada com a parede fronteira da igreja. Não há torre, mas sineira. Quanto ao material construtivo Bazin considera a hipótese do uso de taipa, com o que discordamos e preferimos aceitar a idéia do adobe ou da pedra. Poucas celas, em acordo com o número de frades e a simplicidade das primeiras construções.

Teria sido assim o de Salvador, em seu primeiro estágio?

Temos dúvidas quanto ao de Olinda. A galilé deste Convento guarda características singulares e que o filia mais ao de Ipojuca

Não dispomos de documentação maior para considerar os de Vitória, Vila de São Francisco. Quanto ao de Sirmnaem, a Vila Formosa, a representação que dele faz Post não nos esclarece devidamente.

Creemos, no entanto, que não divergiriam muito tais conventos fundados nos últimos anos do século XVI e na primeira metade do XVII.

No Nordeste temos ainda a considerar a ocupação holandesa que, segundo se sabe, interrompeu as novas construções, ou melhor, as possíveis modificações de que talvez cogitassem os frades.

No que respeita as características de gosto, a simplicidade dos conventos os filiam à arquitetura rural portuguesa, que, embora simples, não é destituída de qualidades estéticas.

A pobreza da construção não retira a qualidade artística. Na representação que do convento de Santo Antônio do Recife faz Frans Post, pode constatar-se a existência de uma cúpula, a mesma, provavelmente, que hoje é parte da capela-mor da atual Igreja, e cujo exterior era protegido por telhado à maneira das igrejas portuguesas. No que se refere à fachada, nela se identificam princípios de composição da arquitetura do Maneirismo. A justeza das proporções fazem dessa e outras construções representadas pelo pintor holandês como de Franciscanos, obra de certa categoria para a época, talvez não tão rica quanto as dos Jesuítas ou de outras ordens religiosas, a exemplo da Igreja dos Inacianos de Olinda e do Convento Carmelita da mesma cidade.

#### CONSIDERAÇÕES SOBRE A ARQUITETURA DOS CONVENTOS FRANCISCANOS NO NORDESTE

Dobrada a metade do século XVII, expulsos os holandeses, os conventos franciscanos, na área que fora ocupada pelos invasores, serão ampliados. Noutras partes também se vão modificar as fisionomias das construções mais antigas. A riqueza da terra e o desenvolvimento da ação franciscana assim o exigiu. As fundações que ora em diante se farão, salvo casos isolados, serão bem maiores que aquelas pioneiras.

Nesta altura vamos levantar a primeira questão: teriam sido aproveitadas partes antigas dessas primeiras construções?

No Recife, há quase certeza do aproveitamento da capela-mor, em cúpula, da primeira igreja. As características arquitetônicas, as perfilaturas denotam bem a obra iniciada nos primeiros anos do século XVII. Nessa cúpula seriam aplicados azulejos na segunda metade do mesmo século, porém a estrutura e as cantarias são antigas.

Em Olinda acreditamos, embora sem a segurança que uma prospecção arqueológica garantiria talvez, que a atual capela-mor ainda é a antiga, com modificações que a adaptam ao tratamento do corpo da nave.

Mas, são dois casos; restariam outros exemplos para uma afirmativa segura. Na verdade, os conventos são ampliados. Acreditamos que os de Cairú e Iguapé tenham já surgido com as dimensões atuais. A data na galilé de um deles provavelmente nos ajudaria a certeza.

O de Salvador é ampliado e definirá para o interior e exterior da Igreja um modelo próprio, que não chegará a ser imitado senão nas pilastras almofadadas do da Vila de São Francisco, em sua ampliação no século XVIII.

Igaracú, Olinda, Paraíba e Sirinhaém serão modificados, ampliados.

Ipojuca é construção singular; nesse convento não encontramos traços de ampliação: ele guarda uma harmonia de tratamento que parece indicar obra realizada de uma só vez.

Sobre esses conventos e seus aspectos arquitetônicos teceremos algumas considerações.

Em primeiro lugar, pouco se pode dizer quanto à quadra. Em todos eles, a disposição, o tratamento dos interiores, as celas e as demais dependências, guardam semelhanças inconfundíveis e que resulta, naturalmente, do tipo de tratamento comum, quer no Brasil quer em Portugal, para esse trecho do conjunto. As modificações, de caráter artístico, se sentirão melhor nos claustros. Também devemos considerar as cozinhas, que em Penedo, por exemplo, se lança à maneira medieval (ver Viollet Le Duc) para fora da quadra do convento.

Quanto aos claustros, neles se esmeram, como ocorre desde a Idade Média, os mestres das obras. No Brasil, como em Portugal, eles serão tratados à maneira dos pátios internos dos Palácios Italianos, em uma arquitetura de ar-

cadadas e colunas de gosto renascentista-maneirista. Desde os mais antigos (Bazin considera o mais antigo o de Ipojuca) aos mais recentes, esses trechos dos conventos serão de uma extraordinária composição e de sobriedade, onde o azulejo, ao tentar enriquecê-los, levou-nos a criar perspectivas não condizentes com a arquitetura dos mesmos. De um modo geral será preferida a coluna ou a pilastra toscana. As perfilaturas derivarão diretamente dos tratadistas, algumas arcaizantes, tais como aquelas do claustro do convento de Ipojuca, outras puras como a do convento de São Francisco, em Salvador.

No entanto, não será na quadra onde se irá destacar e, mesmo, poder considerar-se a existência de uma escola franciscana do Nordeste. Será isso no partido de planta de alguns conventos. É na fachada que, a exemplo de pano de boca, se irá justapor ao corpo da nave, na altura da galilé.

Na Ordem Franciscana devem distinguir-se três ordens: a primeira, de frades, a segunda de freiras e a terceira, de leigos. As ordens terceiras terão grande importância no Brasil. Foi uma irmã terceira, D. Maria Rosa, a doadora do terreno, com capela e cômodos anexos, aos primeiros franciscanos. Teria sido iniciada como terceira por um franciscano em Olinda, antes do próprio estabelecimento da Ordem no Brasil.

Nos estabelecimentos franciscanos, como de resto também nos dos frades da Nossa Senhora do Carmo, as igrejas dos terceiros, no resto do Brasil, serão dispostas ao lado da Igreja principal e isoladas (Ex.: Rio de Janeiro).

Nos estabelecimentos de Olinda, Igaracú, Paraíba, Recife, Cairú e Iguapé, a Igreja ou Capela dos terceiros se engasta ortogonalmente à Igreja da ordem 1ª e o acesso à mesma se fará por um grande arco aberto do lado do Evangelho ou da Epístola. (Em São Francisco do Conde é do lado da Epístola, hoje entaipado). Na maioria dos conventos é do lado do Evangelho.

Nos Conventos assinalados, aos quais se soma também o de Penedo, a disposição em planta é inusitada e não tem similar em Portugal, salvo o exemplo isolado e posterior da Igreja dos Capuchos de Coimbra.

São conjuntos grandiosos pela justaposição de elementos diversos e característicos.

Um grande adro, galilé com fachada típica que analisaremos depois, torre única e recuada; capela dos terceiros ortogonal à nave; casa de oração dos terceiros ortogo-



nal à capela e paralela à igreja da ordem 1ª, corpo da quadra. Extraordinário jogo de telhados e volumetria das mais notáveis.

A igreja principal terá uma frontaria singular e bem característica em os conventos considerados.

Analisando os exemplos exteriores dos conventos franciscanos, as igrejas precisamente, poderemos agrupá-los, no que respeita ao seu aspecto tipológico, da seguinte forma:

Em um primeiro grupo, as que seguem o padrão de Ipojuca. A galilé se destaca do corpo da igreja e o coro é duplicado, para dentro e para fora da parede limite inicial da nave. O corpo saliente avança além do alinhamento dessa parede e deixa a torre recuada. Tem a galilé a mesma largura da igreja. Acima de cada arco e no eixo uma janela. Desse partido, derivarão outras igrejas pertencentes a outras ordens religiosas. Em Pernambuco seguirão tal composição a igreja do recolhimento de Nossa Senhora da Conceição em Olinda, a do Convento de Santa Tereza e, ainda, a do Rosário, na mesma cidade.

A diferença que se fará sentir entre o modelo e as demais igrejas será mais no frontão, que vai se abarrocando gradativamente, até atingir o climax na igreja de N. Sra. dos Anjos de Penedo, Alagoas. Cremos que em algumas igrejas o frontão atual seja resultado de reformas posteriores e não do tratamento desejado pelo autor do risco, que ao que tudo indica se inspirou no modelo de Ipojuca (mera hipótese). A influência de tal tratamento é tão grande que a igreja dos Jesuítas do Recife irá seguir essas linhas gerais. Em Portugal não é comum tal tratamento e somente encontramos um exemplo de tal composição em uma igreja que por sinal não é de Franciscanos e é posterior aos exemplos citados.

Um segundo grupo derivaria, em princípio, do já estudado, apenas deslocando a torre para a linha da galilé, e citaríamos os conventos de Marechal Deodoro e São Cristóvão entre outros como seguidores de tal modificação. São construções já do século XVIII, da primeira metade e concluídas na segunda parte desse século.

Um terceiro grupo se formaria, talvez, a partir da fachada do convento de Salvador, esta porém isolada, salvo naquela influência, já assinalada, para o de São Francisco do Conde.

Finalmente temos o quarto e último grupo predominante no Nordeste e cujas origens pensamos encontrar na

Bahia, nos conventos de Iguape e Cairú. São fachadas dispostas em uma composição singular onde a parte térrea é em galilé de arcos de meio ponto, assentes em pilastras, o andar superior vem ter a largura do corpo da nave (a galilé excede a largura da nave e totaliza com a torre) e onde as janelas se dispõem ao meio de cada arcada e, finalmente, um terceiro corpo, o frontão, onde se insere um nicho ou as armas franciscanas. Arrematando as diferenças de largura, curvas e contra curvas dão uma triangulação típica a tais frontarias. Uma trama, de caráter maneirista, a exemplo daquela utilizada pelas igrejas e derivadas de Il Gesù, e do Maneirismo italiano e português, que utiliza pilastras e entablamentos e isola vãos e arcadas em rica e equilibrada composição.

Se pudéssemos ordenar as fachadas assim tratadas pelo gosto, colocaríamos em primeiro lugar as duas baianas, depois a de Igaracú vindo a seguir Olinda (uma adaptação), depois Paraíba e, finalmente, o Recife.

No que respeita ao caráter arquitetônico dessas fachadas, podemos considerar as de Iguapé e Cairú com características maneiristas, onde o teor barroco se assinala nas curvas de arremate entre os andares e nos grandes coruchéis, imensos mesmos, que se dispõem na prumada das pilastras.

Vem a seguir a de Igaracú. Nesta o gosto é, apesar de sóbrio, mais do barroco, de um barroco singular e português, que não soube ainda vestir sua roupagem italiana. Notável o tratamento arcaizante, diria mesmo medieval, dos colunelos que ladeiam as pilastras da galilé.

No caso de Olinda vale ressaltar que a parte inferior pertence a uma etapa de obras, a superior a outra, bem barroca, nos arremates das janelas e no frontão. É uma fachada maior, porque cremos ter sido realizada com aproveitamento da cantaria de outra fase da construção.

Quanto ao Convento da Paraíba, este é das mais extraordinárias composições do barroco-rococó do Nordeste. Não apenas pelo imponente adro, mas pela notável composição da frontaria. Há no frontispício dessa igreja um jogo notável entre o tratamento, de certa forma pesado do corpo inferior, que segue o gosto da primeira metade do século XVIII, e a elegância do corpo superior, já da segunda parte do século e com características rococós.

A igreja do Convento do Recife é o final de linha. Apesar de bem composta, já se notam nela certos arremates mal arrançados e falhas de composição imperdoáveis.

De todos os frontispícios assinalados vale salientar ser o de Igarauçu o mais bem elaborado. As curvas se encadeiam desde a parte superior e se arrematam em uma sóbria porém bem realizada composição. Há um traçado perfeito, ainda ao quadrado, que une tal tratamento, aquele das igrejas do primeiro grupo, tais como a de Ipojuca, Rosário, etc., e numa relação mais distante com a sobriedade das obras da Matriz de Olinda, depois Sé e Igreja dos Jesuítas da mesma cidade. Relação que fazemos, não com respeito às perfilaturas, porém no que se refere à sobriedade com que são dispostos os ornatos.

Os interiores dessas igrejas têm, salvo o do Convento Franciscano de Salvador, pontos comuns. Nave única; ausência de capelas intercomunicantes; capelas nas cabeceiras apenas marcadas pelo retábulo, disposto às vezes em diagonal. Tetos com forros de madeira em caixotões com ou sem pinturas. Azulejos que se aplicam em silhar nas laterais e que correspondem em gosto à época de decoração desses interiores — primeira e segunda metade do século XVIII.

No que se refere aos retábulos, por terem sido usados nas ampliações que se fizeram a partir da segunda metade do século XVII e primeira do seguinte, o tipo considerado "Nacional" no gosto português, pelo Historiador Robert Smith, e do 2º tipo pelo mestre Lúcio Costa, esses retábulos são chamados "franciscanos". São retábulos que utilizam colunas torsas, envolvidas por ramos de parreira e depois figuras de anjos e pássaros, que, ascendem e contornam criando arquivoltas concêntricas, como bem destacou o arquiteto Lúcio Costa.

Esses interiores serão com o tempo, modificados. Alguns perderão seus retábulos originais e novos, quer nos fins do século XVIII quer mesmo XIX, alterando-lhes o interior, criando em alguns casos situações singulares qual o da igreja do Convento Franciscano do Recife.

No que se refere ao convento franciscano de Salvador, as capelas que ladeiam a nave da igreja da Ordem 1ª, ao se disporem em arcadas em todo o sentido, nos dão idéia mais de uma igreja com três naves, tratadas de forma singular, do que capelas intercomunicantes à maneira de S. Bento da mesma cidade.

A talha terá papel preponderante no interior dos conventos franciscanos, correspondendo as ampliações citadas à fase de maior desenvolvimento da talha no Brasil e em Portugal, pelo que é notável a contribuição do toreada na

decoreção interior das igrejas franciscanas. Maior participação terá ainda nas ordens terceiras, legando-nos obras notáveis tais como a Capela dos Terceiros do Recife, a chamada Capela Dourada.

#### EM CONCLUSÃO:

Duas fases distinguimos na obra construtiva franciscana no Brasil — uma, que pertence ao século XVI, e boa parte do seguinte, a das igrejas e conventos pequenos: são representados em F. Post e descritos pelos cronistas. Nessa verifica-se o caráter mendicante da ordem e sua relação direta com a comunidade a que pertence. Mais de acordo com a escala do homem e menos com a intenção de monumentalidade, sóbrias e relativamente pobres essas fundações guardarão relação direta com os preceitos de Francisco de Assis. Uma segunda fase e que corresponde a algumas fundações da segunda metade do século XVII e cujo teor já não é aquele dos primeiros dias e onde as construções embora não atinjam, salvo raras exceções, as dimensões das que outras ordens erigirão, serão no entanto maiores e mais ao gosto de enriquecimento interior e exterior que se faz sentir mais nas igrejas, feitas de doação e de inúmeras esmolas dos da terra. Perde-se a sobriedade dos primeiros tempos, no entanto mantêm-se as características da arquitetura que, por razões óbvias, chega a insinuar, conforme assinalou Germain Bazin, uma verdadeira Escola de construtores Franciscanos, especialmente no Nordeste. Tais são as conclusões provisórias, porquanto o estudo da arquitetura dos Franciscanos no Brasil ainda está por ser iniciado.

## Notas Sobre os Baobás de Pernambuco

*Napoleão Barroso Braga*

No seu "Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principais províncias do Brasil", impresso no Rio de Janeiro em 1810, por ordem de Sua Alteza Real, o naturalista Manuel Arruda da Câmara pontificou: "O Reino vegetal é sem dúvida a fonte mais fecunda, mais pronta e menos trabalhosa das riquezas de qualquer Nação; e todo o cuidado em promover este manancial de felicidade pública será pouco, à vista do imenso proveito que daí se pode tirar. Dos vegetais é que se extrai o sustento dos *homens*, os seus vestidos e enfeites; os regalos da vida; os remédios das enfermidades; a matéria primeira das Artes; a Agricultura, pois, é a verdadeira mãe das Artes, do Comércio e da Navegação".

Nesse seu "Discurso...", por exemplo, Arruda da Câmara sentiu como acurado observador ecológico, a necessidade de serem aclimatadas em viveiros, os chamados Hortos Públicos, "não só plantas de países estranhos, senão ainda os de várias províncias do Brasil, que ou são raras, ou cuja destruição será inevitável, apesar de todas as proibições, por causa da extensão do país e da pouca população".

Entre as inumeráveis plantas relacionadas por Arruda da Câmara, no seu "Discurso..." está o *baobá* africano. Vale a pena transcrever o pequeno texto referente ao baobá que encontramos à página 210, da obra do historiador José Antônio Gonsalves de Mello sobre o grande naturalista:

"BAOBAB — *Adansonia digitata*.

Esta árvore é a maior que se conhece em todo o mundo; não é raro acharem-se de 27 a 34 pés de

diâmetro. Mr. Adanson calculou que uma árvore desta de 27 pés de diâmetro tem vivido 3.700 anos; se seguindo o mesmo princípio, em que fundou seu cálculo, as que tiverem adquirido 34 pés de diâmetro devem ter vivido 5.500 anos. É a planta de mais préstimos no Senegal. Seus frutos são do comprimento de um melão ordinário, e grossura de um dedo; seu gosto é ácido e agradável; os habitantes do país o comem, ou só ou com leite; ele é objeto de comércio em Marrocos, nas partes Orientais da África e no Levante, onde reduzem a pó e o passam para a Europa debaixo do nome de *Terra sigilada de Lenmos*. Próspero Alpino foi quem primeiro descobriu esta droga não pertencendo ao Reino mineral. Os Negros do Senegal usam das folhas reduzidas a pó no comer, e das tintas das mesmas como preservativo das febres endêmicas daquele país. Já se acham na Martinica alguns pés desta árvore, que foram transportadas pelos escravos de África”.

Quanto ao *baobá*, relacionado pelo citado naturalista com primazia entre as árvores de “países estranhos” que poderiam ser aclimatadas no Brasil, vale observar que a mais antiga referência em língua portuguesa a essa árvore, classificada pelo botânico francês Michel Adanson (1727/1806), foi feita por Azurara na sua “Crônica do descobrimento e conquista de Guiné”, por volta de 1447/48, o que importa dizer, cerca de 300 anos antes do estudo de Mr. Adanson. A revelação desse fato, observação que julgamos fazer com certo ineditismo, partiu do botânico português Francisco de Melo — Conde de Ficalho — professor de Botânica na Escola Politécnica de Lisboa, autor da obra “Plantas úteis da África portuguesa”, cuja 2ª edição foi prefaciada e revista pelo Prof. Ruy Telles Palhinha.

Classificando o *baobá* como a “árvore colossal e utilíssima”, freqüente nas colônias lusitanas em África, “encontra-se na ilha de São Tiago e na Guiné, onde lhe dão o nome de *cabaceira* e *calabaceira*”, sendo abundante em toda a zona litoral de Angola, onde forma uma das feições mais características da vegetação, resistindo viçosa as estiagens prolongadas, e onde os Negros, que atravessam regiões áridas, por exemplo as de Quiçama, aproveitam a água da chuva depositada em cavidades dos seus enormes troncos. Estende-se para as regiões elevadas e chega mesmo a Pungo

Andongo, por 1.020 metros de altitude, mas torna-se aí pouco irrequente, reaparecendo porem com abundância na planicie de Cassange, por 1.012 metros. No Sul da Provincia nao vai além de 900 metros, aproximadamente, de altitude, como observaram os srs. Capelo e Ivens, e falta pois completamente em toda a zona elevada de Coconda e Bié. Chamam-lhe os Negros de Angola *nbonao*, nome que os portugueses converteram em *imoondeiro*. E também abundante em todas as terras baixas da provincia de Moçambique, onde lhe dao o nome de *imputeiro*, no Sul, e de *molambeira* mais ao Norte. Os franceses chamam-lhe de *baobab*, e os ingleses *monkey bread-tree*".

Preferimos transcrever na integra a descrição do Conde de Ficalho, porém abrimos um parênteses para mencionar uma preciosa observação do proprio botânico lusitano, que nos traz as primeiras referências acerca da árvore nacional do Senegal: "A *Adansonia* foi naturalmente um dos primeiros vegetais que atraíram a atenção dos navegadores, e na mais antiga *relação* dos descobrimentos dos portugueses encontramos uma descrição exatissima desta notável árvore, assim como dos produtos que dela tiram os naturais. Diz-nos Azurara: "E naquela ilha onde as armas do Iffante estavam entalhadas [é a ilha de Bisigniche] acharam árvores muyto grossas destranha guisa, ante as quaes avya hua que era no pee darredor cviiij [108] palmos. E esta arvor nom tem o pee muyto alto se nom como de nogueira; e da sua entrecasca fazem boõ fyado para cordoalha, e arde essa mesmo como linho. O seu fruiito he como cabaças, cujas pivides são assy como avelhãs, o qual fruiito comem em verde, e as pevides secamnas, de que teem grande multidom, creio que seja para sua governança depois que o verde fallece".

"O seu produto mais importante — prossigamos com a descrição do Conde de Ficalho — consiste na entrecasca ou *liber*, a cuja fibra dão em Benguela o nome de *liconte*. Esta entrecasca é tirada da árvore em lâminas grandes, que, depois de uma maceração breve, são expostas ao sol para enxugar, e sendo batidas e sacudidas ficam reduzidas à parte fibrosa e semelhante a um tecido grosseiro. Desta espécie de falsos panos fazem sacos, que em Angola servem para enfardar carvão, algodão, café, ginguba, etc. Dos mesmos panos de *imputeiro* usam nas feitorias da costa oriental para envolver os produtos exportados, e os Mendongues de Inhambane ocupam-se muito do seu fabrico. As lâminas da en-

trecasca, rasgadas em tiras, servem para atilhos e sendo desfiadas fornecem material para cordéis, cordas, etc. Há alguns anos o sr. Monteiro fundou no Ambriz estabelecimentos destinados a extrair, preparar e comprimir as fibras da Adansonia, que exportava para a Europa como matéria prima de fabricação de papel".

A nossa admiração e ao mesmo tempo espanto pelo gigantismo dessa árvore desgraciosa no seu aspecto, adveio ao nos deparar, pela primeira vez, com o secular baobá da Praça da República no Recife, árvore esta que depois viria a ser tombada em ato público em 23/5/1980, por iniciativa do Prefeito Gustavo Krause, por resolução da Secretaria do Meio-Ambiente. Além da presença daquele edil, do então Governador Marco Maciel e diversas autoridades, contou com o corpo do Balé Nacional do Senegal, que na ocasião excursionava pelo Brasil. O texto do decreto foi redigido em português e francês, esta última, língua oficial daquele país, em cujo pavilhão nacional se vê a árvore simbólica.

Depois desse baobá da Praça da República, o mais conhecido era o da antiga sementeira de Santo Amaro, de frente do Cemitério da Redenção, naquele bairro. Nosso interesse aumentou quando foi "descoberto" outro secular Adansonia, a margem esquerda do Rio Capibaribe, em Ponte d'Uchoa, no final da Rua Madre Loyola. Como que escondido no fundo de um quintal, veio à evidência quando o DNOS iniciou os trabalhos para alargamento da calha do rio, cujas margens foram violentadas pela fúria das águas provenientes das sucessivas cheias das décadas de 1960/70, especialmente a do ano de 1975, de maior volume e consequências destruidoras já experimentadas pela cidade. Através da seção de "Cartas à Redação", do *Diário de Pernambuco*, em reiteradas notas, a partir de 1978, vimos observando com interesse a existência desse vegetal em nosso Estado.

Nossas observações despertaram também igual interesse de leitores diversos, dentre os quais, para nossa maior satisfação, a do historiador e amigo José Antônio Gonsalves de Melo, que nos forneceu subsídios para situarmos o aparecimento da árvore gigante do Senegal neste Estado de Pernambuco, particularmente no Recife.

Arrimado no noticiário do *Diário de Pernambuco*, de maio de 1874, o citado historiador pôde determinar que o exemplar da Casa Forte, situada na área da casa nº 147, da rua Engenheiro Bandeira de Melo, teria sido proveniente de



"sementes" trazidas em 1872 pelo médico Joaquim d'Aquino Fonseca, de Dacar-Senegal.

Na época, o Dr. Aquino Fonseca (1818-1882) residia num sítio à rua do Hospício nº 33 e, através da "Revista Diária" do referido jornal, de 11/5/1874, adiantava que "poderei dar algumas delas a quem as quiser remover, como as dei para serem plantadas na Casa Forte". Além do exemplar da árvore mencionada, encontramos outro baobá naquele bairro, à rua Marquês de Tamandaré, defronte do nº 162.

Curioso foi que essa última árvore nos foi mostrada pelo engenheiro Eduardo Luís Fonseca dos Santos, tetranelo do médico Joaquim d'Aquino Fonseca, sem que o referido técnico suspeitasse da atividade botânica do seu illustre antepassado. O mesmo jornal, cuja circulação antecede o aparecimento dessas árvores africanas, publicou uma carta do sr. Jacinto Soares de Menezes, residente em Gameleira (PE), notificando ser possuidor de um baobá, no seu sítio "Passagem", em Duas Barras, à margem da via férrea do São Francisco, cuja muda lhe fora doada pelo seu amigo Antunes Guimarães, ex-Chanceler do Consulado de Portugal no Recife. Ainda o mesmo matutino, de 12/5/1874 publicava um artigo do Dr. Francisco Augusto da Costa (não confundir com o historiador F.A. Pereira da Costa), no qual mencionava existir um baobá na praia de Porto de Galinhas, avaliando a sua idade em torno de meio século, acrescentando que "a esforços nossos atualmente existem algumas dessas árvores plantadas em algumas propriedades nesta Província", adiantando: "O cemitério público [Santo Amaro], o jardim do Palácio da Presidência e o jardim do Campo das Princesas [Praça da República atual] já possuem algumas árvores dessa espécie". Termina por dizer que "oferece sementes a quem as pedir". Quanto ao depoimento do sr. Jacinto Soares, de Gameleira, definiu que "proveio de uma das três sementes que foram ministradas pelo comandante de um navio mercante que navegava para a África e das quais apenas medraram duas. Quando recebi o presente, era de apenas um pequeno arbusto de cerca de um palmo de altura e agora, 18 meses são decorridos que já representa uma pequena árvore de 10 palmos de altura e 32 polegadas de diâmetro na base (...) Talvez ainda exista o outro espécime no sítio que foi do meu prezado amigo". Essa notícia termina por dizer que "oferece sementes a quem as pedir". Outra divulgação do velho *Diário de Per-*

nambuco saiu dia 6/5/1874 com o título de "Baobab, Adansonia digitata, Lin."

A propósito ainda do baobá que viceja entre os terrenos da casa nº 147, da rua Engº Bandeira de Melo e do nº 111, da Rua Edgard Altino, no Poço da Panela, ocorreu que o proprietário desta última pretendeu derrubá-lo a fim de que parte do seu quintal fosse descartada do grosso tronco e raízes da gigantesca árvore. Aconteceu que seu vizinho, em cujo quintal nota-se bem cuidado jardim, denunciou a tentativa criminosa da derrubada da árvore, através da imprensa local. O sr. Edvaldo Pedrosa, proprietário da casa nº 147, com a ajuda do seu amigo Caio de Souza Leão, funcionário da Secretaria da Fazenda do Estado, tiveram o apoio do deputado Edmir Régis, que levou ao plenário da Assembléia apelo, aprovado em discussão única, dia 8/9/82, ao prefeito Jorge Cavalcanti, no sentido de proceder o tombamento da árvore ameaçada, pontificando que "a preservação das nossas reservas ecológicas é também uma maneira humana de administrar e por isso o fundamento deste nosso apelo". Convém aditar, que antes desse ato, que constituiu a Indicação nº 2724, no registro daquela Assembléia, publicada no Diário do Poder Legislativo, de 3/9/83, houve uma concentração de jornalistas e ecólogos no sítio, à sombra amiga da Adansonia, cuja repercussão através da imprensa recifense atingiu a ressonância desejada.

Conviria registrar, paralelamente, que o baobá da Ponte d'Uchoa teve também a sua vida ameaçada por duas vezes. A primeira, denunciada pelo agrônomo Osvaldo Martins F. de Souza através do *Diário de Pernambuco*, de 21/6/80, em "Os baobás do Recife", quando esclareceu que "mãos criminosas andaram decepando com machado as suas grossas raízes, na volúpia certamente de presenciar a sua queda contra as águas do rio. A segunda, por nós, servindo-se do mesmo jornal, de 27/9/83, quando denunciámos que "agora novamente, talvez as mesmas mãos que antes cortaram algumas raízes do baobá da Ponte d'Uchoa voltaram a cortar galhos na sua copa, justamente os mais grossos e viçosos, deixando propositadamente aqueles que pendem para o rio, o que fatalmente provocará a sua lenta queda". Finalizamos essa denúncia por apelar para a Fundarpe, tendo despertado a atenção do sr. Secretário do Turismo, Cultura e Esportes, Dr. Francisco Bandeira de Melo, que encaminhou o assunto ao diretor daquele órgão, Prof. Roberto Pereira. Lembramos, a propósito, que esse mesmo baobá,

quando dos trabalhos de alargamento da calha do Capibaribe, estaria fatalmente incluído no trecho a ser retificado pelo DNOS, entretanto, ulterior deliberação alterou o traçado de alargamento, transferindo para a margem oposta a dragagem, salvando a árvore como também um viveiro de peixes do sítio vizinho, pertencente ao industrial e banqueiro Jorge Batista da Silva.

Acerca da Adansonia, de Porto de Galinhas (Ipojuca), o Prof. Kaimundo Dall'Agnol, no seu trabalho "Grafitos, catarse do coletivo" faz referências aos grafitos esculpidos no seu monumental tronco — nomes, iniciais, corações traspassados por setas (de Cupido), notando-se que a proporção que a árvore cresce, as inscrições vão se aprofundando no cerne da árvore e alteiando-se no seu caule, como observou a psicóloga Zaida M. Costa Cavalcanti — "...na parte mais elevada do seu tronco registra entalhes de nomes dos hoje mui respeitáveis vovôs e vovós da região..."

Sentimo-nos gratificados por termos, através dos jornais do Recife, contribuído de forma constante e objetiva na busca e identificação dos nossos raros e seculares baobás, alguns dos quais de existência anônima, confundidos até com outras espécies, tais como Barrigudas, Carolinas ou Macaibeiras...

Outro registro que fazemos em louvor da ecologia é o de que a Prefeitura recifense, através da URB-Recife iniciou o levantamento botânico da área pública da cidade, mencionando três Adansonia nos limites da prospecção até agora realizada, incorrendo porém em engano, quando afirmou que os referidos baobás "foram plantados no início do século". Atentos ao porte gigantesco dessa árvore, descobrimos por acaso, um outro centenário baobá, que viceja ao lado da casa-grande do antigo Engenho Poço Comprido, em Vitória, tendo notícia confiável, naquela oportunidade, da existência de um outro, no Engenho Aripibu, no município de Ribeirão, também neste Estado.

Nossa atenção, bem como de outros interessados na preservação do chamado "verde público" e a da sua expansão, tem concorrido para o seu desenvolvimento, como é o caso da criação do Jardim Botânico do Curado, onde se conservam relíquias da "mata atlântica", permitindo, por outro lado, a criação dos chamados "sítios históricos" na área nobre da cidade.

Anotamos que o Conselho Municipal de Cultura ajudou, incentivando o renascer o interesse pelas árvores, ver-

dadeiros "marcos vegetais", incluindo os raros baobás, por proposta do conselheiro Ulisses Pernambucano de Mello Neto, ocasião em que lembrou figuras do nosso passado que influenciaram, em épocas diversas, no sentido de implantar e preservar a vegetação no perímetro da cidade, como o Conde Maurício de Nassau, Arruda da Câmara, D. Tomás José de Melo, Ulisses Pernambucano, avô do citado conselheiro, além de outros.

Vale a pena lembrar, como fez o aludido conselheiro, um concurso instituído em 1926 pelo psiquiatra Ulisses Pernambucano, para "eleição da mais bela árvore do Recife". Ganhou uma majestosa *jaqueira*, justamente uma árvore do terreno do Hospital da Tamarineira, "arrabalde que lembra outro vegetal..."

Concluídas estas notas, obtivemos novas e confiáveis informações acerca da existência de outras árvores africanas que vicejam no Nordeste, a saber:

1 — Ao lado da casa-grande da Usina Aripibu, em Ribeirão; 2 — No antigo Engenho Poço Comprido, em Vicência; 3 — Na Fazenda Capivarinha, em Sanharó; 4 — No Engenho Criméia, em Nazaré-da-Mata; 5 — Na cidade de Serra Talhada — PE; 6 — No bairro de Lagoa Seca, em Natal-RN; 7 — No Colégio Agrícola de Jundiá (UFRN), em Macaíba-RN; perfazendo um total de 19 exemplares.

Vale observar que o baobá existente em Aripibu poderá ser coincidentemente o mesmo que fora plantado, no século passado, em terras do Sítio Passagem, em Duas Barras, no Município de Gameleira, isto porque, para a formação do Município de Ribeirão, em 1928, parte do seu território fora desmembrado do de Gameleira, inclusive o atual distrito de Aripibu.

## A Revista do Instituto Arqueológico

*Fernanda Ivo Neves*

Segundo os modernos padrões de avaliação de periódicos os mesmos podem ser considerados como científicos ou técnicos quando dedicam mais de 50% do seu conteúdo a artigos assinados, resultantes de atividades de pesquisa ou emitindo opiniões, pontos de vista etc., de especialistas sobre determinados assuntos. O seu conteúdo deve manter coerência com o objetivo a que se propôs e apresentar nível científico condizente com a entidade editora.

Uma análise, mesmo superficial, da *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano* mostra que ela está perfeitamente enquadrada nesse conceito. Se o seu início foi modesto, limitando-se a transcrever atas e discursos, logo o número de artigos assinados foi aumentado, atingindo já, a partir do 6º tomo, um percentual compatível com os objetivos da instituição de que é porta-voz e ocupando um lugar de destaque na historiografia brasileira.

A média de artigos assinados por fascículos que nos primeiros tomos era de 3,5 vai subindo gradativamente até alcançar 16,3 na década de 30, mantendo a partir daí uma média estável.

As publicações periódicas exercem duas funções básicas: de *disseminação*, divulgando pesquisas e estudos em prazos curtos, atingindo de imediato os interessados e de *memória* no momento em que preservam a informação para servir no futuro como fonte de consulta. Para isso elas devem ter continuidade e regularidade a fim de garantir o fluxo da informação.

BRAGA e OBERHOFER (2) em artigo recentemente publicado afirmam que as funções básicas dos periódicos de

disseminação e memória, podem ser medidas por algumas variáveis tais como: duração, periodicidade regular, difusão, colaboração e autoridade.

A Revista do Instituto alcança um alto nível sob esses aspectos; vejamos:

1) *Duração*, atributo *memória*, que vai sendo valorizado a medida que a publicação aumenta o número de anos de circulação sem interrupção.

A Revista do Instituto circulou pela primeira vez em outubro de 1863, contando portanto 120 anos de existência, fato de extrema raridade entre periódicos científicos brasileiros, onde a maioria sofre a "doença dos três números", isto é, o desaparecimento prematuro após a publicação de alguns números.

É verdade que durante esses 120 anos a Revista sofreu algumas interrupções, mas as mesmas podem ser consideradas pouco significativas no computo geral, uma vez que ela reaparece sempre e obedecendo a padrões compatíveis com os objetivos do Instituto, não prejudicando portanto a sua função de memória.

As interrupções mais longas ocorreram entre 1870 e 1883, por razões que não foram registradas, e entre 1961 e 1975, por questões econômicas. Desde 1924 a Revista vinha sendo impressa, gratuitamente, pela Imprensa Oficial do Estado, a qual em 1961 se transformou em empresa de economia mista e passou a cobrar pelos serviços que executava. Sendo o Instituto uma instituição particular e não tendo recursos para arcar com as despesas de impressão, teve que suspender a publicação da Revista. Só em 1975, com a ajuda do Departamento de Assuntos Culturais do MEC (atual Secretaria de Cultura), ela pôde reaparecer e continuar a ser publicada com regularidade.

Outras interrupções que ocorreram, e cujas razões não foram registradas, nunca foram superiores a 2 anos.

2) *Periodicidade regular*, indicador de qualidade da função *disseminação*: quanto mais regular e frequente é a periodicidade, melhor a capacidade de disseminação.

De início a Revista se propunha a ser trimestral, mas esta periodicidade dificilmente é mantida e encontramos vários números semestrais, outros anuais e ainda outros pluri-anuais. Atualmente é anual. Para uma difusão ampla das idéias esta situação não é ideal, mas se considerarmos o alto

custo da publicação de um periódico e as dificuldades econômicas que sofrem as instituições culturais particulares, como é o caso do Instituto Arqueológico, constatamos que poucas são as chances de modificar este aspecto. É melhor fazer uma disseminação reduzida do que deixar de fazê-la.

3) *Difusão*, indicador de qualidade das funções *memória* e *disseminação*. A existência de coleções completas em bibliotecas reflete o reconhecimento pela comunidade da qualidade do conteúdo do periódico e o fornecimento de separatas mede a capacidade de circulação dirigida.

Através da consulta ao Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos verificamos que a difusão da Revista do Instituto é razoável, dentro dos parâmetros brasileiros, pois existem 15 coleções com bom grau de completeza, além de várias outras com baixo grau de completeza. Infelizmente esta difusão vem sendo prejudicada nos últimos tempos pela limitação dos recursos necessários para uma difusão mais ampla.

O fornecimento aos autores de separatas dos artigos publicados em cada número tem garantido um fluxo permanente de disseminação dirigida, que tem alcançado um amplo público, embora específico. Essa divulgação tem suprimido, por vezes, as falhas das coleções das bibliotecas.

Os primeiros números da Revista logo se esgotaram, dificultando a sua difusão. Por essa razão entre 1897 e 1899 foram reeditados os números de 4 a 9, os quais, mesmo possuindo uma paginação diferente, têm rigorosamente o mesmo conteúdo da primeira tiragem.

Em 1977 foram feitas reedições fasciculadas dos números 29 (jun. 1883) e 30 (jun. 1886) que se achavam esgotados e, pela importância do seu conteúdo, eram constantemente solicitados por estudiosos e pesquisadores. O número 29 traz um importante trabalho de um anônimo sobre as revoluções do Brasil onde traça um panorama geral de Pernambuco em 1817. O número 30 é composto pelo relatório completo das pesquisas realizadas nos arquivos holandeses por José Hygino.

4) *Colaboração*, indicador de qualidade da função *memória*, pois a capacidade de atrair ampla colaboração é um reflexo positivo do prestígio do periódico.

A Revista do Instituto contou sempre no seu corpo de colaboradores com os nomes mais expressivos no campo das pesquisas e dos estudos históricos tais como: Alfredo de

Carvalho, Pereira da Costa, Capistrano de Abreu, Nina Rodrigues, Rodolfo Garcia, Oliveira Lima, Barbosa Lima Sobrinho, Mário Melo, José Antônio Gonsalves de Mello, Evair do Cabral de Mello, etc.

Isto se deve ao fato de que, pela importância de seus objetivos e pela seriedade com que sempre foram desenvolvidos os trabalhos para consecução dos objetivos, o Instituto tem atraído para o seu corpo de associados, seja como sócio efetivo ou correspondente, os pesquisadores e estudiosos mais importantes de cada época.

RODRIGUES (7) na introdução ao índice da Revista por ele preparado, destaca a importância da mesma para a historiografia brasileira.

5) *Autoridade*, indicador geral que garante a qualidade das funções básicas do periódico: *memória e disseminação*.

A edição de uma revista científica não é simples coleta e impressão de artigos recebidos para publicação, mas implica em orientação do pesquisador para os objetivos da instituição mantenedora.

O corpo editorial da Revista, composto de sócios do Instituto, tem sido ao longo dos anos do mais alto nível. Todas as equipes que ocuparam esta função demonstraram a preocupação constante de manter o nível do conteúdo adequado aos objetivos do órgão que representa, considerado por RODRIGUES (7) como uma das melhores instituições de cultura do Brasil.

Os critérios de análise acima enfatizados procuram refletir aspectos de qualidade que podem ser objetivamente mensuráveis. Por esta razão um dos principais fatores de qualidade, o texto dos artigos, não foi mencionado.

Sob este aspecto a Revista do Instituto já foi estudada por diferentes autores em épocas diversas e teve sempre os seus méritos reconhecidos.

OLIVEIRA LIMA (6) em artigo escrito em 1903 lembra que as sociedades culturais dependem sempre do interesse de um pequeno grupo para realizar um trabalho aproveitável. O Instituto Arqueológico não foge à regra e sua Revista é um retrato claro dessa situação e fases de pouco interesse se alternam com fases brilhantes. Ele apresenta como responsáveis por essas fases brilhantes os notá-



veis historiadores José Hygino Duarte Pereira, Alfredo de Carvalho e Pereira da Costa.

RODRIGUES (7), no artigo introdutório do índice da Revista por ele preparado, faz um estudo qualitativo da mesma, avaliando o conteúdo dos artigos publicados e concluindo pelo seu mérito como fonte da historiografia brasileira, conseqüência da importância no campo das pesquisas históricas. Ele lembra que o Instituto Arqueológico teve como modelo o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, mas logo deu um passo à frente ao criar a comissão de pesquisas de manuscritos e monumentos históricos, o que ampliava e tornava mais efetiva a pesquisa. Ele destaca o nome de alguns historiadores, detendo-se especialmente no de Alfredo de Carvalho que considera um pioneiro nos estudos de história social no Brasil.

MELLO (5) em entrevista sobre os 120 anos do Instituto refere-se também à importância de José Hygino Duarte Pereira, Pereira da Costa e Alfredo de Carvalho, acrescentando ainda a fase dominada por Mário Melo, voltada sobretudo para as prioridades pernambucanas e a atual, iniciada em 1975, que visa a restabelecer o plano de Alfredo de Carvalho.

Outros tipos de estudos podem ainda ser feitos sobre a Revista do Instituto aplicando as leis bibliométricas para verificar a freqüência dos assuntos tratados, a quantidade de artigos apresentados e a produtividade dos autores. As leis bibliométricas estudam o tratamento quantitativo e o comportamento da informação registrada. Elas são empíricas e derivam qualidade de quantidade. Conforme a aplicação as leis tomam várias formas de expressão e nomes diversos, embora se originem do mesmo princípio.

No presente trabalho foram empregadas duas modalidades de leis bibliométricas: Lotka para estudar a produtividade dos autores e Zipf para analisar a freqüência dos assuntos.

Os 56 tomos da Revista que foram analisados trazem 576 artigos assinados, 74 artigos sem assinatura e transcrevem 133 documentos inéditos de interesse para o conhecimento e análise dos fatos históricos.

Para estudo da produtividade dos autores, obviamente só foi estudado o primeiro grupo de 576 artigos, mas para o estudo dos assuntos tratados foram considerados os 3 gru-

pos, num total de 783 itens, levando em consideração que os artigos quando publicados mesmo sem assinatura e os documentos transcritos representam a linha de interesse dominante.

Para uma primeira análise agrupamos a Revista em blocos de 10 tomos cada, exceto o último que só tem 6 tomos publicados até agora. A divisão teve como objetivo ressaltar os autores mais produtivos e os assuntos que despertaram mais atenção em cada período. Tal divisão apresenta, aparentemente, algumas discrepâncias quanto ao período de tempo coberto por cada bloco. O primeiro cobre um período de 40 anos, o quinto um de 32 anos e os demais entre 11 e 14 anos. Essas diferenças podem ser justificadas pelas interrupções ocorridas na publicação da Revista. O número de páginas por fascículo também é diferenciado e vai se modificando à medida que a Revista passa a trazer um maior número de artigos assinados. Assim é que no primeiro bloco a média é de 110 páginas por fascículo e posteriormente cresce para mais de 400 páginas.

O primeiro conjunto analisado, abrangendo os tomos de 1 a 10, compreende 38 autores com uma produção de 107 artigos dando uma média de 2,8 artigos por autor.

Verifica-se pela Tabela 1 que 10% dos autores produziram 39,6% dos artigos e que 63% dos autores produziram apenas 20% do total. Esse resultado está de acordo com as pesquisas de Lotka que constatou que cerca de 60% dos autores produziam um só trabalho.

Os 4 autores que representam a "elite produtora", pois reúnem 40% da produção — F.A. Pereira da Costa, S.H. Albuquerque, Alfredo de Carvalho, J.D. Codeceira — foram analisados em termos de assuntos tratados.

Verificamos que há uma grande dispersão de assuntos e destes um só — Confederação do Equador — coincide com os mais frequentes no período. Mas, se compararmos os assuntos da Tabela 4 com os mais frequentes na distribuição geral (Tabela 29) nota-se que houve uma aproximação muito grande entre os dois grupos.

Da análise da Tabela 4 fica evidente que no período a preocupação dominante é com o estudo da ocupação holandesa e a exaltação dos heróis de 1654. Esses dois assuntos abrangem 22,5% da produção do período.

O segundo conjunto (t.11-20) é composto por 53 autores que produziram 123 artigos dando uma média de 2,33 artigos por autor.

A lei de Lotka mais uma vez é confirmada pois a "elite produtiva" é responsável por 43% da produção total.

Dos autores que compõem a "elite" encontramos 2 (Pereira da Costa e Alfredo de Carvalho) que participam também do grupo anterior e 2 novos (Mário Melo e Oliveira Lima).

Os assuntos por eles tratados coincidem totalmente com os mais freqüentes no período (Tabela 8) e no geral (Tabela 29). O interesse pelo estudo do domínio holandês decaiu e o grupo de artigos sobre o tema perfaz apenas 16,46% do total. O interesse pela história política e econômica se sobrepõe (18,9), devendo-se isso talvez à influência de Alfredo de Carvalho, autor mais produtivo do período (Tabela 6) e responsável por 26,82% dos artigos publicados e membro da Comissão de Redação durante vários anos.

Nos tomos de 21 a 30 temos um conjunto de 60 autores produzindo 113 artigos, com uma média de 1,88 artigo por autor.

Analisando a Tabela 9 vemos que 10% dos autores são responsáveis por 45,12% da produção do período e que 40,7% dos autores só produziram um artigo.

Pela terceira vez o nome de Pereira da Costa aparece entre os componentes da "elite produtiva" e pela segunda vez o de Mário Melo (com 25% da produção), entrando então outros nomes que ainda não haviam aparecido (Tabela 10).

Os assuntos tratados com mais freqüência pela "elite" são os mesmos que tiveram a preferência do conjunto no período (Tabela 12) e no total (Tabela 29), embora não apareçam na mesma ordem de preferência. O assunto predominante é a história das cidades (18,24%), seja no seu aspecto histórico propriamente dito, seja no aspecto folclórico, seguindo-se a história política e econômica (11,48%). O estudo da Confederação do Equador (assunto também presente nas Tabelas 4 e 8) apresenta aqui o seu índice mais alto, 6,75%, o que se justifica por haver ocorrido no período abrangido por esses tomos o centenário da revolução.

No bloco compreendido pelos tomos 31 a 40 temos um conjunto produtor de 83 autores produzindo 142 artigos o que dá uma média de 1,71 artigos por autor. É uma média baixa, significando um desvio na lei de Lotka; no outro extremo temos a média mais alta (79,5%) de autores produzindo um só artigo, conforme podemos verificar na Tabela 13.

Entre os nomes que compõem a "elite produtiva" (Tabela 14) mais uma vez domina o de Mário Melo como responsável por 19% da produção total do conjunto, aparecendo ainda o de Pereira da Costa, mas já com uma produtividade bem mais baixa que nos blocos anteriores — 2,11%.

Os assuntos tratados pela "elite produtora" estão, mais uma vez, em consonância com os do período e com o total (Tabela 16 e 29). Dois assuntos têm a preferência dos autores — biografias de pernambucanos que se destacaram no cenário local ou nacional ou de personalidades de alguma maneira ligadas à história de Pernambuco.

No penúltimo bloco, tomos 41 a 50, temos a média mais baixa de produtividade: 1,64, pois para um conjunto de 37 autores temos somente 61 artigos produzidos, embora o percentual de autores com um só artigo (70,27%) seja menor que no conjunto anterior (Tabela 17). Essa média baixa pode ser explicada, em parte, pela publicação nesse período de 3 tomos que podemos chamar de especiais: o tomo 41 que publica o Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda; o tomo 44 apresentando o índice da Revista (t. 1 ao 43) preparado por José Honório Rodrigues e o tomo 45 dedicado à memória de Mário Melo, com poucos artigos e muitas reproduções de notícias aparecidas nos jornais por ocasião do seu falecimento.

A "elite produtora", responsável por 40,98% da produção, é composta, na sua quase totalidade, por nomes novos que até então não haviam apresentado nenhuma colaboração na Revista. A única exceção é Mário Melo que aparece como responsável por 6,55% da produção (Tabela 18).

Os assuntos abordados pela "elite" não coincidem com as preferências dos demais autores do conjunto (Tabela 20) nem com os mais correntes no geral (Tabela 29), exceto o estudo de período da ocupação holandesa que é constante nas 3 Tabelas, embora não na mesma ordem. Isso evidencia as novas tendências seguidas pelos autores que iniciam a colaboração na Revista nesse período. Encontramos vários pontos de contato com o período dominado pela produção de Alfredo de Carvalho.

O bloco que compreende os tomos 51 a 56 apresenta também algumas distorções: uma produtividade média por autores muito baixa (1,76) e um percentual muito alto de autores com um só artigo (76,47%). Tal situação deve-se, talvez, ao fato de que esse bloco só possui 6 tomos publica-

dos até agora, ao contrário dos outros que são compostos por 10 tomos.

O conjunto produtor é composto por 17 autores com um total de 30 artigos (Tabela 21). A "elite produtora" (Tabela 22), responsável por 50% da produção, é composta de 17,64% dos autores que produzem no período e é, praticamente, uma repetição da fase anterior.

Os assuntos tratados são semelhantes, havendo apenas diferença nas frequências com que aparecem.

Se analisarmos a produtividade dos autores como um todo, reunindo o conjunto dos trabalhos apresentados do tomo 1 ao 56 (Tabela 25), veremos que ela se enquadra perfeitamente dentro da lei de Lotka. A medida de produtividade é de 2,3 artigos por autor e a "elite produtora" produz 38,84% dos artigos e no extremo oposto 67,22% dos autores produzem apenas 28,11% dos artigos, isto é, 160 escrevem um só trabalho.

Na Tabela 26 temos a lista dos autores que mais produziram e que formam, portanto, a "elite produtora". Como essa lista foi organizada levantando dados ao longo dos 120 anos de circulação da Revista, podemos fazer outro tipo de análise levando em consideração o número de tomos em que cada autor colaborou (Tabela 27) e encontramos então uma posição diferente, com relação à produtividade de cada um.

Mário Melo, o autor que apresenta maior número de artigos, foi também um dos que colaborou na Revista por período mais extenso. O primeiro artigo aparece no tomo 15, nº 80 de junho de 1910 e o último no tomo 45 de 1960 (publicação póstuma). São 50 anos de efetiva colaboração, tornando-se, inegavelmente, uma presença marcante na vida da Revista. Mas, se considerarmos o número de artigos em relação ao número de tomos em que colaborou vemos que a sua produtividade não é a mais alta e ele passa para a terceira posição.

Outro autor que colaborou em igual número de tomos (31) foi Pereira da Costa, mas com uma produtividade um pouco mais baixa que a de Mário Melo tanto em números absolutos como em média.

Considerando a relação entre o espaço de tempo que colaborou e o número de artigos publicados o autor que apresenta maior produtividade é Alfredo de Carvalho, com a média de 4,77 artigos por tomo. Essa produtividade está de acordo com a importância que teve tanto na vida do Instituto quanto na da Revista. A orientação que imprimiu à

Revista durante o período em que esteve à frente da Comissão de Redação foi considerada por todos como brilhante.

Outro autor que apresenta uma alta produtividade é Salvador Henrique Albuquerque tendo em vista o período de tempo em que aperecem colaborações de sua autoria.

Os 11 autores que representam a "elite produtora" foram analisados em termos de assuntos tratados. A frequência dos assuntos mostrou-se bastante dispersa sendo os mais frequentes:

Domínio holandês	26	(1)
História política	20	(5)
Biografia	14	(2)
Biografia dos heróis da restauração	14	(7)
História das cidades	13	(4)
Historiografia	9	
História econômica	9	(6)
Povoamento	8	(8)
Índio	8	
Revolução de 1817	7	(12)
História da cultura	7	
Revolução de 1710	6	

Os números colocados entre parênteses ao lado da frequência mostram a posição do assunto em termos de frequência total. Verifica-se que houve coincidência entre os assuntos preferidos pela "elite" e o geral, variando apenas a colocação.

Foram levantados 38 assuntos com frequência acumulada de 791 vezes, evidenciando uma alta concentração de interesse nesses assuntos (Tabela 28). Tal concentração pode ser explicada por ser a Revista aqui estudada o órgão de divulgação de uma instituição cultural com objetivos bem definidos e cujas Comissões de Redação, ao longo dos seus 120 anos de existência, sempre procuraram se manter fiéis a eles.

O estudo do período de dominação holandesa, que tem a mais alta frequência, destaca-se ainda mais se somarmos os estudos dos fatos ocorridos na ocasião com as biografias das figuras que mais se destacaram na luta pela expulsão dos invasores. Os dois itens reunidos são tratados em 16% dos artigos publicados na Revista.

Outro assunto que merece destaque é o estudo das revoluções ocorridas em Pernambuco — 1710, 1817, 1824, 1848 — que aparece disperso na lista de assuntos, mas que, se reunidos, são tema de 8% da produção total da Revista.

TABELA 1

PRODUTIVIDADE DOS AUTORES (t. 1-10) (1863-1903)

Nº. de autores (A)	Nº. de artigos (P)	A.P
1	16	16
1	13	13
1	9	9
1	8	8
1	7	7
1	6	6
4	4	16
4	2	8
24	1	24
TOTAL 38		107
MÉDIA — 2,81		

TABELA 2

AUTORES MAIS PRODUTIVOS (t. 1-10) (1863-1903)

NOME	Nº. de artigos
PEREIRA DA COSTA, F.A.	16
ALBUQUERQUE, S.H.	13
CARVALHO, A. de	9
CODECEIRA, J.D.	8
FREIRE, A.A. de L.	7
BRANNER, J.C.	6

TABELA 3

FREQUENCIA DOS ASSUNTOS (t. 1-10) (1863-1903)

Nº. de Assuntos T	Frequência F	T.F.
1	27	27
3	21	63
1	20	20
1	10	10
2	9	18
3	8	24
3	7	21
1	6	6
3	3	9
2	2	4
11	1	11
TOTAL 31		213

TABELA 4

ASSUNTOS MAIS FREQUENTES (t. 1-10) (1863-1903)

ASSUNTO	FREQUENCIA
Domínio holandês	27
Biografia dos heróis da Restauração	21
Biografias	21
História religiosa	21
História das cidades	20
Revolução de 1817	10
Confederação do Equador	9
História econômica	9



TABELA 5

PRODUTIVIDADE DOS AUTORES (t. 11-20) (1903-1918)

Nº. de autores A	Nº. de artigos (P)	A.P.
1	33	33
1	8	8
2	7	14
1	5	5
2	4	8
2	3	6
6	2	12
38	1	38
TOTAL 53		123
MÉDIA — 2,33		

TABELA 6

AUTORES MAIS PRODUTIVOS (t. 11-20) (1903-1918)

NOME	Nº. de artigos
CARVALHO, A. de	33
PEREIRA DA COSTA, F.A.	8
MELO, M.	7
OLIVEIRA LIMA, M.	7
GALVAO, S. de V.	5
COSTA, J.B.R.	4
SOUTO MAIOR, P.	4

TABELA 7

FREQUENCIA DOS ASSUNTOS (t. 11-20) (1903-1918)

n°. de Assuntos (T)	Frequência (F)	T.F.
1	27	27
1	24	24
1	12	12
1	11	11
4	8	32
2	7	14
2	6	12
1	5	5
1	4	4
3	3	9
5	2	10
4	1	4
TOTAL 27		164

TABELA 8

ASSUNTOS MAIS FREQUENTES (t. 11-20) (1903-1918)

Assunto	Frequência
Domínio holandês	27
Biografias	24
História econômica	12
História política	11
História da cultura	8
Índios	8
História do povoamento	8
Revolução de 1817	8
História das cidades	7
Confederação do Equador	7

TABELA 9

PRODUTIVIDADE DOS AUTORES (t. 21-30) (1919-1930)

Nº. de Autores (A)	Nº. de Artigos (P)	A.P.
1	29	29
2	6	12
1	4	4
2	3	6
8	2	16
46	1	46
TOTAL 60		113

MÉDIA — 1,88

TABELA 10

AUTORES MAIS PRODUTIVOS (t. 21-30) (1919-1930)

NOME	Nº. de Artigos
MELO, M.	29
CAMPELO, S.	6
PEREIRA DA COSTA, F.A.	6
BRANDÃO, U.	4
BARBOSA LIMA SOBRINHO, A.J.	3
PINTO, E.	3

TABELA 11

FREQUENCIA DOS ASSUNTOS (t. 21-30) (1919-1930)

Nº. de Assuntos (T)	Frequência (F)	T.F.
1	13	13
1	11	11
5	10	50
1	9	9
2	8	16
2	5	10
3	4	12
4	3	12
4	2	8
7	1	7
TOTAL 30		148

TABELA 12

ASSUNTOS MAIS FREQUENTES (t. 21-30) (1919-1930)

Assunto	Frequência
História das cidades	13
Folclore	11
Confederação do Equador	10
Domínio holandês	10
História das artes	10
Povoamento	10
Biografia	10
História política	9
História religiosa	8
História econômica	8

TABELA 13

PRODUTIVIDADE DOS AUTORES (t. 31-40) (1931-1945)

Nº. de autores (A)	Nº. de artigos (P)	A.P.
1	27	27
1	10	10
1	6	6
1	5	5
2	3	6
11	2	22
66	1	66
TOTAL 83		142

MÉDIA — 1,71

TABELA 14

AUTORES MAIS PRODUTIVOS (t. 31-40) (1931-1945)

NOME	Nº. de artigos
MELO, M.	27
FIGUEIREDO, N.	10
SETE, M.	6
PERETTI, J.	5
PEREIRA DA COSTA, F.A.	3
TAUNAY, A. de E.	3

TABELA 15

FREQUÊNCIA DOS ASSUNTOS (t. 31-40) (1931-1945)

Nº. de assuntos (T)	Frequência (F)	T.F.
2	18	36
2	16	32
2	10	20
1	9	9
3	8	24
1	7	7
1	6	6
2	4	8
3	3	9
3	2	6
6	1	6
TOTAL 26		163

TABELA 16

ASSUNTOS MAIS FREQUENTES (t. 31-40) (1931-1945)

Assunto	Frequência
Biografias	18
História política	18
História religiosa	16
História das cidades	16
Domínio holandês	10
Biografia dos heróis da restauração	10
História das artes	9
Genealogia	8
Povoamento	8
Geologia	8

TABELA 17

PRODUTIVIDADE DOS AUTORES (t. 41-50) (1946-1978)

Nº. de autores (A)	Nº. de artigos (P)	A.P.
1	7	7
3	4	12
2	3	6
5	2	10
26	1	26
TOTAL 37		61

MÉDIA — 1,64

TABELA 18

AUTORES MAIS PRODUTIVOS (t. 41-50) (1946-1978)

Nome	Nº. de artigos
MELLO, J.A.G.	7
MELLO, U.P. de	4
VEIGA, J.G.	4
MELO, M.	4
MELLO, E.C. de	3
WILLEKE, V.	3

TABELA 19

FREQUÊNCIA DOS ASSUNTOS (t. 41-50) (1946-1978)

Nº. de assuntos (T)	Frequência (F)	T.F.
1	18	18
1	13	13
1	10	10
1	6	6
2	5	10
2	4	8
1	2	2
9	1	9
TOTAL 18		76

TABELA 20

ASSUNTOS MAIS FREQUENTES (t. 41-50) (1946-1978)

Assunto	Frequência
História religiosa	18
Biografia	13
História econômica	10
História política	6
Historiografia	5
Domínio holandês	5



TABELA 21

PRODUTIVIDADE DOS AUTORES (t. 51-56) (1979-1983)

Nº. de autores (A)	Nº. de artigos (P)	A.P.
1	7	7
1	5	5
1	3	3
1	2	2
13	1	13
TOTAL 17		30

MÉDIA — 1,76

TABELA 22

AUTORES MAIS PRODUTIVOS (t. 51-56) (1979-1983)

Nome	Nº. de artigos
MELLO, J.A.G.	7
MELLO, E.C. de	5
VEIGA, J.G.	3

TABELA 23

FREQUENCIA DOS ASSUNTOS (t. 51-56) (1979-1983)

Nº. de assuntos (T)	Frequência (F)	T.F.
1	8	8
1	6	6
1	4	4
4	2	8
4	1	4
TOTAL 11		30

TABELA 24

ASSUNTOS MAIS FREQUENTES (t. 51-56) (1979-1983)

Assuntos	Frequência
Domínio holandês	8
História econômica	6
História das artes	4

TABELA 25

PRODUTIVIDADE DOS AUTORES (t. 1-56) (1863-1983)

Nº. de autores (A)	Nº. de artigos (P)	A.P.
1	67	67
1	43	43
1	33	33
1	14	14
1	13	13
1	10	10
1	9	9
4	8	32
2	7	14
4	6	24
2	5	10
5	4	20
12	3	36
42	2	84
160	1	160
<b>TOTAL 238</b>		<b>669</b>
<b>MÉDIA — 2,8</b>		

## TABELA 26

AUTORES MAIS PRODUTIVOS (t. 1-56) (1863-1983)

Nome	Nº. de artigos
MELO, Mário	67
CARVALHO, Alfredo de	43
PEREIRA DA COSTA, F.A.	33
MELLO, José Antônio Gonsalves de	14
ALBUQUERQUE, Salvador Henrique	13
FIGUEIREDO, Naasson	10
GALVÃO, Sebastião	9
COSTA, J.B. Regueira	8
CODECEIRA, José Domingues	8
MELLO, Evaldo Cabral de	8
OLIVEIRA LIMA, M.	8

## TABELA 27

MÉDIA DE PRODUTIVIDADE DOS AUTORES DE ACORDO COM O NÚMERO DE TOMOS EM QUE COLABORAM.

Nome	Nº. de artigos	Nº. de tomos	Média
CARVALHO, Alfredo de	43	9	4,77
ALBUQUERQUE, S.H.	13	3	4,33
MELO, Mário	67	31	2,16
CODECEIRA, J.D.	8	4	2
FIGUEIREDO, Naasson	10	9	1,11
PEREIRA DA COSTA, F.A.	33	31	1,06
MELLO, Evaldo C. de	8	8	1
MELLO, José Antônio G. de	14	15	0,93
GALVÃO, Sebastião V.	9	12	0,75
OLIVEIRA LIMA, M.	8	11	0,72
COSTA, J.B. Regueira	8	14	0,57

TABELA 28

FREQUENCIA DOS ASSUNTOS (t. 1-56) (1863-1983)

Nº. de assuntos (T)	Frequência (F)	T.F.
1	87	87
1	86	86
1	66	66
1	60	60
1	53	53
1	48	48
1	39	39
1	35	35
1	28	28
2	27	54
1	24	24
1	23	23
1	22	22
1	19	19
2	18	36
1	13	13
1	11	11
1	10	10
2	9	18
1	7	7
3	6	18
3	5	15
3	3	9
4	2	8
2	1	2
TOTAL 38		791



## Um Ministro da Igreja Calvinista no Recife Holandês: O Espanhol Vicente Soler 1636-1643

*José Antônio Gonsalves de Mello*

A documentação acerca do período da dominação holandesa do Nordeste brasileiro é, em relação ao período que abrange, nos 24 anos que decorrem entre 1630 e 1654, das mais vastas e variadas da História brasileira. Somente nos nossos dias começou ela a ser examinada na sua amplitude internacional, com a pesquisa de arquivos não somente holandeses, portugueses e espanhóis, como também belgas, alemães, franceses, sendo que apenas os da Grã-Bretanha não mereceram ainda maior atenção. Entretanto, creio que os papéis do Almirantado britânico poderão oferecer informes de valor, como pude verificar em sondagens a que neles procedi.

Nas fontes históricas de origem holandesa, ao lado da correspondência oficial, quer as da terra conquistada, quer as da metrópole, incluem-se papéis de particulares, sobretudo membros da administração civil e militar. Entre esses particulares estão Johan Nijhov (ou Nieuhof), Hendrik Haecx, Pierre Moreau, Auguste de Quelen e outros. Entre os militares incluem-se Ambrosius Richshoffer, Cuthbert Pudsey, Zacharias Wagener, e outros. Faltam, porém, testemunhos de comerciantes, que tão interessantes poderiam ser, pelo que pudessem dizer das condições econômicas das terras conquistadas no Brasil. Faltam também, os de membros de grupos religiosos, como o dos Judeus *sephardim* tão numeroso e importante que foi então. Felizmente já não falta a de um Ministro da Igreja Reformada Holandesa, que neste artigo comentarei. Refiro-me à correspondência do Ministro daquela Igreja, Vicente Joaquim Soler.

Creio que fui o primeiro, em livro já antigo, a salientar a figura interessante desse religioso, que não poupava recriminação aos governantes do Brasil holandês. Ficara eu a conhecê-lo por meio de cinco cartas desabusadas que escrevera à Câmara da Zelândia da Companhia das Índias Ocidentais nos anos de 1636 e 1637. Aos Conselheiros Políticos que compunham o colegiado que administrava o Nordeste brasileiro em nome da Companhia — os *Politteke Raden* em holandês — apontava-os, num trocadilho, como Ratos Políticos. E, em tom de profeta do Velho Testamento, via no Recife uma nova Sodoma. Mas não somente as cartas. Era ele, também, autor de um folheto curioso, impresso em Amsterdã em 1639, no qual descrevia as terras e os costumes dos habitantes do Brasil com observações e informes valiosos.

Como escrevia em francês e, no Recife, era Ministro da Comunidade Francesa da Igreja Reformada, presumi que fosse francês, embora um autor contemporâneo e que aqui o conheceu pessoalmente, Frei Manuel Calado do Salvador, tenha dito que era espanhol de nascimento, do Reino de Valência. Mais tarde, ao estudar com maior atenção o testemunho de Frei Manuel Calado, pude comprovar a sua fidedignidade. Não tenho dúvida em dizer hoje que o livro que ele nos deixou — *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade* (1648) — é uma das fontes históricas fundamentais acerca do período da dominação holandesa. E sua importância é maior, porque ele não se limita a depor acerca da sociedade portuguesa de Pernambuco, da qual fazia parte, mas seu testemunho é igualmente importante a respeito da sociedade holandesa e, muito em especial, do governo e da pessoa do Conde João Maurício de Nassau. Não fosse o testemunho de Frei Manuel Calado, estaríamos consideravelmente desinformados acerca da ação política do Conde.

Pois Frei Calado, a propósito de certo acontecimento, referiu-se ao "Predicante" — era esta a designação vulgar dos Ministros da Religião Reformada — ao "Predicante francês Vicente Soler, Valenciano de nação, o qual havendo sido Frade Agostinho, tinha fugido da Religião e, passando à França, se fez ali Calvinista e se casou e se fez Predicante da seita de Calvino e com esse título assistia em Pernambuco e na ocasião [que seria cerca de 1643] estava alguma cousa agravado do Conde [de Nassau] por haver desprezado o amor de sua filha Margarita Soler... cujo sen-

timento havia sido causa de a filha do Soler morrer de paixão e tristeza". (1)

O testemunho de Soler, conhecido através das cinco cartas de 1636 e 1637 e do rolheto de 1639, já antes referido, foi enriquecido com dezessete outras cartas por ele endereçadas a Andre Rivet, Teólogo Reformado, Professor de Teologia da Universidade de Leiden e, por algum tempo, preceptor do Príncipe de Orange, que foi depois Guilherme II. (2) Dessas 17 cartas 12 estão datadas do Recife entre os anos de 1636 e 1643 e abrangem, pois, todo o período de governo do Conde de Nassau, pois Soler regressou a Holanda na mesma frota em que o Conde viajou de volta. (3)

A vasta correspondência ativa e passiva de André Rivet foi há poucos anos trazida ao conhecimento do público graças ao *Inventário da Correspondência de Andre Rivet, 1595-1650* organizado pelo Prof. Paul Dibon e publicado em Haia por Nijhoff em 1971. (4) São cerca de 400 os correspondentes de Rivet, havendo 4.350 cartas inventariadas, o que dá uma idéia do material utilizado. Rivet, pela sua qualidade de Teólogo, pelo seu prestígio de Professor da Universidade de Leiden, pela sua função de preceptor do Príncipe, pelo respeito de que gozava no mundo político e no das letras, teve papel de relevo nos Países Baixos desde fins do século XVI até meados do século seguinte. (5) Tal era o homem que terá sido possivelmente o patrono de Soler para obtenção da função que ocupava no Recife, e a quem dirigiu 12 cartas em oito anos que esteve em Pernambuco. (6)

Pouco sabemos da vida de Vicente Joaquim Soler. Que era, de fato, como informou Frei Manuel Calado, natural do Reino de Valência, confirma-se pela primeira carta que dirigiu a Rivet, em 1633, na qual diz de si mesmo que era "um pobre estrangeiro, espanhol de nação". E no termo lançado no livro de posse na sua função de Ministro da Religião Reformada, a serviço da Companhia das Índias Ocidentais, em 24 de janeiro de 1636, o qual se guarda no Arquivo da Comunidade Reformada de Amsterdã, ele se declara "Hispano Valentinus" e que era "Verbi Divini apud Brasilienses Minister". (7) Naquele ano de 1633 residia em Condé-sur-Noireau, na Normandia, na França, sendo já então casado.

Da sua família sabemos que se compunha da mulher, Maria, de uma filha, Margarida (que fora no Recife uma das amantes do Conde de Nassau, segundo a informação de Frei Calado) e de um filho, que não é referido pelo nome,



mas bem pode ser o Jean Soler que em junho de 1644 foi indicado para Escabino do Rio Grande do Norte e ali morreu assassinado no ano seguinte. (8) Alias, esse filho causou profunda decepção ao pai, que ao ter noticia do "mau comportamento" dele (segundo diz em carta a Rivet, que supunho datada de 1638), achou melhor traze-lo para perto de si, pois ficara na Holanda. A decepção paterna provinha do pouco ou nenhum interesse que o jovem manifestava para entrar no serviço religioso, para o qual o pai o votara "desde o ventre materno". Soler conta que nao poupou castigos físicos ao filho e chegou mesmo a expulsá-lo de casa, quando ainda nao tinha nove anos. A decisão de trazê-lo para o Recife foi cumprida e, em 1639, estava ele na casa do Conde de Nassau, "esperando deste o favor de um emprego, ao nivel de seus poucos conhecimentos", conta o pai ao seu correspondente. Finalmente, em 1641, Soler dá boas noticias a Rivet: "meu filho se comporta honestamente e tomou gosto por sua profissão de comerciante".

Como a principio o filho, também decepçionante para Soler foi um jovem francês apresentado por Rivet, o qual, servindo como soldado nas tropas da Companhia das Índias Ocidentais, demonstrou desejo de ser admitido à Igreja. Chamava-se Alexandre le Rond e dele há uma carta na documentação de Rivet, na qual conta que Soler "tanto se empenhou em meu favor que depois de me livrar da dura servidão das armas, me pôs a servir a um comerciante muito honesto", enquanto prosseguia os estudos e a freqüentação da Igreja. (9) Soler considerava-o "três sage" e temente a Deus, acrescentando em outra ocasião que era um jovem muito digno e que lhe dava muita consolação. Mas a decepção com o pupilo veio em 1643, como ele conta em carta ao correspondente: "Vossa recomendação e seu bom comportamento tinham-me levado a amá-lo como a meu próprio filho. Sua situação era tal que ele podia viver bem melhor do que eu e poupar alguma coisa; mas o vilão hipócrita, a pretexto de procurar uma moça para casar, seduziu a irmã mais velha desta, que era casada, a qual partiu para a Zelândia na frota do mês de abril, para ali o esperar, segundo combinaram, o que está confirmado. Ele se abandonou à devassidão e à embriaguez, freqüentando publicamente os mais infames bordéis".

A filha Margarida, o pai fez freqüentes referências nas cartas: conta que em 1638 casou no Recife, embora não me tenha sido possível identificar o nome do marido, que

aliás vivia no interior, pois era senhor de um engenho. Depois de cinco anos de vida conjugal separaram-se, justificando Soler o fato em carta a Rivet sob a alegação de que o marido "dava toda a aparência de ser frio". Em 1643 Margarida faleceu e o pai noticia com "aflição" o acontecimento ao seu correspondente, em poucas palavras: "Deus nos visitou, levando-nos nossa querida filha. Seu Santo Nome seja louvado".

De Maria, sua mulher, sempre doente desde a Europa, diz que lhe admirava a coragem de ter enfrentado viagem tão penosa até o Recife. É, aliás, um fato a ser salientado, a disposição com que as mulheres holandesas aceitavam a longa viagem a cruzar o Atlântico até estas terras. Mais libertas do que as mulheres luso-brasileiras, aceitavam com mais facilidade do que estas os dois a três meses de convivência com marinheiros e soldados a bordo dos navios. Frei Manuel Calado registra as maneiras desembaraçadas das mulheres holandesas, a freqüentar tavernas e a beber cerveja tanto quanto os homens. E não eram prostitutas: ele diz, textualmente, que eram "as mais lindas damas e as mais graves mulheres holandesas, francesas e inglesas que em Pernambuco havia, que bebiam alegremente melhor do que os homens". (10) É significativo do papel da mulher no convívio social holandês e das homenagens que lhes eram prestadas, o fato de que fortificações por holandeses aqui construídas ou ampliadas receberam nomes de mulher. Por outro lado, a leitura das fontes históricas de origem portuguesa mostra que a grande maioria dos homens casados que deixavam Portugal para servir na África, na Ásia ou no Brasil, vinha desacompanhada das esposas; excepcional, ainda nisto, Duarte Coelho, ao vir tomar posse da sua Capitania de Pernambuco, em 1535. Na maioria dos casos, os Governadores-gerais, os Vice-Reis, os Governadores das diversas Capitânicas deixavam na metrópole suas mulheres. No caso dos holandeses, se não há elementos quantitativos para uma afirmação segura, pelo menos a documentação deixa perceber (como no caso do Livro de Batismos da Igreja Reformada do Recife no período de 1633 a 1654) ter ocorrido o contrário — e o exemplo de Soler seria fato comum.

Maria Soler, porém, não se adaptou a sua nova residência e já em 1639 consta que insistia em regressar. O marido, que chegara a pensar em aqui viver o resto de seus dias, concordou com a mulher. Mas, apesar das dificulda-

des, foram continuando e, embora o prazo do seu contrato de trabalho fosse de quatro anos, eles aqui permaneceram oito anos. Entretanto a mulher foi por ele descrita, pouco caridosamente, em 1643, como de aparência "seca e tostada como um arenque e com pouca saúde, vivendo neste país sempre com desgosto". A morte da filha abateu-a consideravelmente.

Apesar dos problemas de família, Vicente Joaquim Soler aqui exerceu constante atividade. Ainda esta por escrever a história da Igreja Reformada no Brasil holandês, mas quando for escrita Soler terá nela um indiscutível relevo. A sua condição de espanhol e o fato de falar português, chegando mesmo a fazer prédicas nessa língua, permitiram-lhe o convívio fácil com os luso-brasileiros. Já ficou dito que Frei Manuel Calado reproduz no seu livro uma história que ouviu dele. (11)

O número de Predicantes da Igreja Reformada no Brasil holandês foi sempre diminuto. Em 1641 Soler afirma que a Igreja estava então bem provida de Ministros do Verbo Divino, em número de 19, e mais 2 Proponentes, que eram candidatos à função de Ministro, já examinados em teologia. Entretanto, esses poucos religiosos deviam prestar assistência a uma população procedente dos Países Baixos que deve ter atingido cerca de 15.000 pessoas (entre militares e civis) no Nordeste brasileiro, nos anos do apogeu econômico, que foram os de 1640 a 1644. É certo que dessas 15.000 pessoas grande número seria indiferente à religião ou às práticas religiosas, segundo depoimento do próprio Soler; entre os franceses eram muitos os Católicos, ou papistas, como eram designados. A parte dos Judeus naquele número era importante e o nosso Predicante mostra-se revoltado pelo apoio que eles recebiam das autoridades holandesas, inclusive de Nassau, embora Soler afirme que este os odiava. Mesmo descontando a todos estes, o número de Predicantes era pequeno, em relação à população, pois havia que atender não só aos habitantes que se concentravam nas cidades, como às guarnições militares sediadas nos vários fortes espalhados pelo Nordeste, e às aldeias indígenas.

A essa insuficiência numérica de Predicantes refere-se Soler em 1639 ao informar que os holandeses (ele escreve Flamengos) "por falta de Ministros, recorrem aos Padres [Católicos] para batizar-lhes os filhos e abençoar-lhes os casamentos", o que é assunto tratado também nas reuniões do clero Calvinista no Recife. Mesmo em número insuff-

ciente, os Predicantes tentaram a pregação à população Católica luso-brasileira, distribuindo entre ela vários livros, entre os quais um texto espanhol de certo Carrascón intitulado *O Católico Reformado* e Frei Manuel Calado diz que com algum fruto, pois "persuadiram aos ignorantes (e ainda aos que não o eram) que a verdadeira religião era a que naqueles livros se ensinava". (12) Uma curiosa lista de livros que se encontravam num dos armazéns da Companhia das Índias Ocidentais no Recife revela que nele existiam em 1645 2.200 *Catecismos em espanhol*, 203 *O Católico Reformado*, 201 Livro de *Salmos*, Gramáticas grega e latina, Testamento e Bíblias em espanhol, Fábulas de Esopo, além de folhetos para o ensino religioso nas escolas holandesas, como os 2.951 exemplares de um *Livrinho de perguntas*. (13)

Soler redigiu aqui um catecismo na língua espanhola e, depois, em colaboração com o colega David van Dooreslaer, "um breve, sólido e claro compêndio da Religião Cristã" (que seria um outro catecismo) escrito em três línguas, português, holandês e tupi, o qual foi remetido para a Holanda em 1638 para ser publicado e estava em 1643 a ser impresso. Não há notícia posterior do que ocorreu com esses textos, nem existe qualquer exemplar de um ou de outro em bibliotecas holandesas.

A Soler deve-se, também, a iniciativa de construção da única igreja levantada no Recife pelos holandeses, os quais utilizavam sempre as igrejas Católicas já existentes para as suas práticas religiosas. Em 1640 ele escreve a Rivet dizendo que "a nossa comunidade Francesa tem necessidade de um templo, a fim de regularizar as nossas práticas a que nossa gente possa estar presente. Mas é indispensável que a ordem para isso venha da Holanda. Em nome de Deus, queira contribuir com todo o vosso poder para obra tão meritória e tão necessária. Sua Excelência [o Conde de Nassau] prometeu-me escrever a respeito ao Conselho dos XIX". O apelo feito a Rivet foi bem acolhido e o Conselho dos XIX da Companhia das Índias Ocidentais mandou dar 4.000 florins para o trabalho, aos quais o Conde de Nassau juntou quantia igual paga a título de multa pelo perdão concedido a certo Judeu blasfemador. Com os 8.000 florins pôde Soler ver construída a 'sua' igreja, que sobressai na Cidade Maurícia nos desenhos de Frans Post feitos para o livro de Gaspar Barlaeus. A planta baixa era em forma de cruz grega, no mesmo plano de outros templos

que se conservam na Holanda, como a Igreja Nova de Haia, projetada por Pieter Arendsz Noorwits.

Com as populações indígenas e africanas no Nordeste Soler conviveu como Predicante e das suas observações deixou-nos flagrantes no folheto que publicou em Amsterdam em 1639 e ao qual parece referir-se em carta a Rivet no ano seguinte, ao mencionar "minha relação muito verdadeira" (*ma relation très veritable*). Por muito tempo ele foi Ministro do Verbo Divino na Aldeia Nassau, de índios tupis, situada no bairro das Graças, no Recife, nas proximidades de uma grande casa onde o Conde de Nassau costumava descansar, a qual veio a ser cedida mais tarde para ser transformada numa fábrica de cerveja. Com relação aos negros, procurou ele insistentemente que fossem mandados à igreja para receberem instrução religiosa. Em vão, porém.

Nas suas cartas ele se queixa com freqüência da desatenção dos funcionários da Companhia. Não obstante ter assinado na Holanda um contrato onde se estabelecia que ele teria direito a tratamento e alimentação condizentes com sua função, esse contrato não era cumprido. Em carta de 1639 a Rivet ele desabafa: "O Sr. nunca teve um empregado seu cuja condição seja tão mesquinha quanto a nossa, não obstante ter um contrato particular assinado, pelo qual me prometem fornecer-me uma mesa honesta, mas essa honestidade ainda não passou do papel e da tina". E, no ano seguinte: "Por um contrato explícito foi-me prometida uma mesa honesta e, entretanto, do dinheiro que me entregam para minha alimentação não posso comprar senão pão e vinho e, mesmo assim, sobriamente, pois um pão de dois soltos é vendido por doze e um litro de vinho por trinta... o mesmo com os demais víveres". Em 1643 as queixas são mais amargas: "Nunca, pela graça de Deus, amei nem procurei as riquezas, mas preciso viver; pode o Sr. estar certo que seu empregado e sua camareira vivem muito melhor do que minha mulher e eu, que não temos alimento mais delicado para as grandes datas senão um pedaço de carne magra de vaca, da qual a libra custa 10 soldos, pois a de carneiro é vendida a 24 e a de vitela a 14. Uma galinha custa meia pistola, um ovo 3 e 4 soldos e assim o demais". (14)

Vê-se que Soler não regionalizou sua mesa, embora tivesse apreciado certas delícias tropicais. No folheto que publicou em Amsterdam em 1639 ele revela algumas das suas preferências. Aqui "há campos muito lindos, onde cresce um arbusto que produz um fruto que, na minha opinião, é

o mais saboroso do país e, por experiência, o mais sadio: os habitantes chamam-no *Mangaba* (...) As águas são excelentes e é a bebida ordinária de todos. Em geral eu não bebo outra cousa, não obstante não haver falta de vinho espanhol ou francês ou cerveja holandesa; bebo-a, algumas vezes, mesmo em jejum, como é costume do povo do país e sinto-me muito bem, graças a Deus. Em lugar de pão o povo em geral come uma certa farinha, branca como neve, feita da raiz de um certo vegetal. Alguns fazem bolos com ela, os quais alguns dos nossos consideram muito mais saboroso do que o melhor pão de cereais, de que em geral não temos falta". (15) Entretanto parece certo que a dieta básica dos holandeses nas zonas urbanas do Brasil era predominantemente importada dos Países Baixos: Soler registrou que aqui eram recebidos carne salgada de vaca e de carneiro, toucinho, presunto, língua, salmão, bacalhau salgado e seco, arenque, farinha, vinhos da Espanha, da França e do Reno, cerveja, queijo e manteiga, azeite, azeitonas, alcaparras, figos, passas, amêndoas, etc.

Ao lado dessas informações, a correspondência com Rivet aborda principalmente as deficiências da administração da Companhia das Índias Ocidentais. Ele distingue bem a atitude política 'da Companhia', aqui representada pelos seus funcionários superiores, da que o Conde de Nassau adotava. Àqueles funcionários chama com certo desprezo "esses Senhores" (*ces Messieurs*) e a eles costuma atribuir os erros e as medidas arbitrarias; ao Conde, a conciliação, a caridade, o perdão, a afabilidade, a justiça.

Não é ele o único a fazer tal distinção entre os elementos mais obedientes aos ditames recebidos da Holanda e o Conde de Nassau, o qual, embora representante máximo da Companhia, não se sentia compelido à execução submissa das instruções recebidas. Auguste de Quelen, francês natural da Bretanha, autor de uma valiosa *Breve Relação do Estado de Pernambuco*, publicada em Amsterdam em 1640 em francês e logo em seguida em holandês, acusa os representantes da Companhia de não cumprir as promessas feitas pelo Conde, "enodoando a fé pública da Companhia na pessoa de seu chefe", e de não respeitar as decisões do Conde.

Um dos exemplos mais significativos da tentativa da Companhia de desautorizar João Maurício no seu governo, foi o da nomeação do Coronel Cristóvão Arciszewsky, com a qual era retirada parte das funções daquele e, em certos particulares da organização militar, subordinando-o mesmo

a este. Nassau aceitou a situação por algum tempo (pois que o Coronel trazia a aprovação do Príncipe de Orange), mas quando Arciszewsky leu perante o Alto Conselho do Recife certa carta que dirigirá à Holanda, na qual fazia críticas à administração do Conde, este exigiu que o Conselho lhe concedesse a demissão ou fizesse embarcar o crítico de volta à metrópole, tendo o Conselho decidido por esta última solução.

A questão originou-se do malogro do ataque empreendido pelo Conde contra a Bahia (1638); em pouco tempo, porém, ele recuperou o seu prestígio militar, com a vitória que veio a alcançar contra uma poderosa armada espanportuguesa comandada pelo Conde da Torre (1640). Nessa ocasião Nassau empenhou-se dedicadamente na defesa quer em terra, quer no mar, enfrentando ainda em terra uma conspiração de soldados franceses Católicos, do exército holandês do Brasil, que se propuseram a ajudar os seus correligionários luso-brasileiros e, no mar, vencendo a resistência de capitães de navios mercantes que se recusavam a incorporar-se à pequena esquadra holandesa para dar combate à contrária.

Soler dá o seu depoimento a Rivet e salienta o papel que pessoalmente teve o Conde naquele feito: "Dou somente a Sua Excelência, depois de Deus, a glória desta vitória tão notável, pois além de tudo impediu o levante da gente de terra e do mar, a qual nos teria feito um mal maior do que o inimigo e talvez que, mesmo sem este, nós nos tivéssemos derrotado a nós mesmos".

E acrescenta: "Em recompensa de serviço tão assinado alguém escreveu à Holanda a pintá-lo como um iníquo tirano, o qual nada cede em crueldade ao Duque de Alba" — referência ao famoso chefe espanhol que combateu os neerlandeses na sua guerra de independência, como que o símbolo da tirania. "Se diversas pessoas dignas de fé não me tivessem assegurado isso sob juramento, eu não acreditaria que o inferno houvesse cometido uma tão negra e tão imprudente impostura, tão distante da natureza e de prática ordinária de Sua Excelência. A sua clemência brilha e se evidencia por toda parte; ela é tão natural nele que ao condenar o faz com desgosto e isso somente quando a clemência fica desenganada. Maldição a quem chama o doce de amargo e a luz de trevas! Ele não faz senão perdoar, na minha fraca opinião um tanto mais do que devia, não porém segundo sua inclinação. Poucas semanas se passam sem

que ele alcance o perdão para alguém e notadamente para Franceses, os quais, para minha tristeza, são muito inquietos e violentos. Eu temo de o importunar tão freqüentemente, mas ele tem prazer de conceder o perdão, as mais das vezes sem ser solicitado para isso".

E exemplifica a caridade do Conde: "Se algum soldado, se algum artífice da Companhia ou outra pessoa pobre está doente, ele mesmo, à entrada da mesa, faz-lhe o prato duas vezes por dia, do melhor que nela está servido. Ouve as queixas e recebe a todas as horas os pedidos mais insignificantes, sem maltratar a ninguém com palavras ou fazer-lhe mau semblante e ordinariamente despacha-os a contento. Graças a um tratamento cheio de bondade ele conquistou os índios, tão necessários a este Estado. Os Portugueses, com os quais esbanjou perdões, embora sejam uma nação pérfida e muito má, confessam e declaram publicamente que somente a Casa de Nassau poderia produzir um homem tão afável, tão humano e tão clemente".

Este testemunho transmitido por Soler ao seu correspondente, acerca da afabilidade do Conde para com os luso-brasileiros e os ameríndios, encontra confirmação de várias procedências. Frei Manuel Calado, cujo depoimento é fidedigno, como já salientei, recorda que Nassau "compunha as cousas por o melhor modo que podia". Ainda o Frade registra aquele que é talvez o símbolo maior da gratidão que lhe votavam os luso-brasileiros, ao dizer que para estes ele "era o seu Santo Antônio". (16) Pode haver maior elogio em boca de luso-brasileiro? Compará-lo ao Santo a quem todos recorrem e em quem todos confiam? Os ameríndios, sem a fé no Santo lisboeta, fizeram-lhe a concessão do qualificativo de "irmão". (17)

É possível, porém, acrescentar mais: no cartório dos Estados Gerais que se guarda no Arquivo Geral do Reino, em Haia, encontram-se várias cartas em português a encarcerar a permanência do Conde no Brasil. Uma delas é notável, não só por ser subscrita por aqueles que seriam pouco depois, em 1645, os chefes da Insurreição Pernambucana contra o domínio holandês, como eram Francisco Berenguer de Andrade, Antônio Cavalcanti, Antônio de Bulhões e João Fernandes Vieira, como porque escreviam na qualidade de membros da Câmara de Escabinos da Cidade Maurícia, portanto em função desse cargo. A carta é de 14 de setembro de 1642 e nunca foi publicada. Além das razões apontadas, a razão maior para fazê-la notável é a previsão certa do



que viria a suceder no Nordeste em 1645. Dizem os Escabinos portugueses de Maurícia aos Muito Altos e Poderosos Senhores Estados Gerais das Províncias Unidas: "em setembro do ano passado mandou o Ilmo. Sr. João Maurício Conde de Nassau despedir-se desta Câmara e povo, certificandonos que esperava a licença de Vossas Serenidades para se passar à Holanda, por se ir acabando o tempo de sua obrigação e depois soubemos que Vossas Serenidades lhe não aprovaram sua partida; e agora, novamente, temos notícia que os Senhores Dezenove o chamam deste governo dentro em um ano, o que é cousa tão contrária ao bem comum deste Estado que não sabemos encarecer a Vossas Serenidades, pela experiência e notícia que temos desta terra do Brasil, da natureza e inclinação dos moradores, das necessidades e circunstâncias que aqui se requiere e da disposição, modo, viver, entendimento e afabilidade e mais partes do dito Senhor no governar, que se ele se ausenta deste Estado muito em breve se há-de tornar aniquilar tudo o que com sua presença floresceu e se alcançou e temos por tão infalível e evidente esta matéria que escusamos propor a Vossas Serenidades mais encarecimento nela"... (18)

Não só a Câmara de Maurícia, pelos seus Escabinos portugueses. A de Goiana, também pelos seus confrades portugueses, escreveu que "temos notícia que nos querem tirar o Ilmo. João Maurício Conde de Nassau, que nos governa, o qual ampliou, pacificou e conservou este Estado e sem cuja presença estamos certos que se não pode conservar e além de ser para este povo a maior perda que pode suceder-lhe, são evidentiíssimas as razões por onde consta que a conservação do Brasil pende da assistência e respeito de sua pessoa, as quais não devem ser ocultas a Vossos Altos Poderes"... (19) Os de Igarapé não ficaram atrás: "... Vossas Altezas sejam servidos mandar considerar que a conservação do Brasil consiste na assistência do dito Senhor e as razões de estado sobre esta matéria são ainda mais que as da nossa conveniência; umas e outras entendemos devem ser a Vossas Altezas tão presentes que escusamos a prolixidade de advertir-lhes desta matéria como tão importante". (20)

É claro que a unanimidade dessas manifestações está a indicar uma ação concertada, senão mesmo uma insinuação superior. Mas parece certo, também, que a afirmação repetida por todos de que, afastado o Conde de Nassau do governo do Brasil, o Estado corria perigo de convulsionar-se, reflete não só a opinião dos luso-brasileiros como ainda de

holandeses e era esta, também, a de Soler, que em carta de 1640 escreveu a Rivet, a propósito do Conde de Nassau: "Tenho por certo que enquanto ele permanecer neste país sua presença e sua virtude impedirão pelo menos que as cousas mudem para pior". Em carta de 1642 confirmou: "O Sr. Tolner informar-vos-á amplamente do que se passa por aqui, onde tudo cairá em incrível confusão se Sua Excia. [o Conde] partir, o que Deus não permita. Os que pedem o seu regresso são ou ignorantes ou maliciosos ou querem a ruína deste Estado, ao qual ele prestou serviços tão notáveis". E, no ano seguinte, afirma profético: "Este país está num estado deplorável e se Sua Excelência partir *conclamata sunt omnia*. Digo em boa consciência que sua só presença vale mais do que um exército e que se não fosse por consideração a ele haveria quem cuspi-se na cara desses Senhores do Alto Conselho".

O Conselho dos XIX, na Holanda, permanecia, porém, irredutível no propósito da demissão do Conde, pois as finanças da Companhia estavam em grave declínio e uma das medidas de economia incluía a dispensa de João Maurício. Este deixou claro no documento com que entregou o governo do Nordeste do Brasil aos seus sucessores — documento a que José Hygino chamou de testamento político — que a sua ação no governo não era o resultado apenas de sua conduta moral, mas de uma atitude política, quer em relação ao povo subjogado — o luso-brasileiro — quer à gente de sua própria nação. Em relação àqueles ele aconselhou: "os portugueses serão muito submissos a VV.SS. se foram tratados com cortesia e benevolência e procedendo nesta conformidade VV.SS. obterão deles, em todas as ocasiões, maior proveito e obediência do que dos nossos próprios naturais. Sei por experiência que o português é uma gente que faz mais caso da cortesia e do bom tratamento do que de bens". E quanto ao aspecto religioso das relações entre o governo e as populações conviventes no Brasil holandês: "No eclesiástico ou em cousas da Igreja a tolerância ou condescendência é mais necessária no Brasil do que entre qualquer outro povo a que se tenha concedido a liberdade de religião. Se acaso o fervor e o zelo Cristão pelo verdadeiro culto persuadirem outra cousa a VV.SS., convém que nesta conjuntura não manifestem tal intuito. Cada um de VV.SS. faça-se insensível neste particular para evitar grandes inconveniências".

Mas aconselha: "Devem VV.SS. proceder com todo o rigor contra os portugueses que forem convencidos de trai-

ção. Entretanto pode às vezes convir, por discricção e por certas razões, que a misericórdia modere a execução dos castigos, pois deste modo VV. SS. serão amados e temidos: a mescla dessas duas qualidades é tão necessária em quem governa que não durará muito tempo o governo demasiado propenso a uma ou a outra". (21)

Soler, já o disse antes, indicou em 1640 ao seu correspondente, que no Recife àquela altura o Conde de Nassau estava a ser acusado de crueldade. Ele explica a razão da acusação ou, segundo ele, da calúnia. O Conde fora acusado "da morte de um índio que fora lançado ao mar e do banimento de dois ou três portugueses. O índio tinha merecido mil mortes. O grande prestígio de que gozava entre os da sua nação e o perigo iminente em que teria posto este Estado por sua revolta infalível levaram não apenas S. Excia., mas todo o Conselho, a decidir por esse tipo de morte, a fim de ocultá-la ao conhecimento dos índios. Quanto aos portugueses, os da sua mesma nação os acusaram, em uma ocasião em que era necessário desconfiar de tudo, mas S. Excia. teve o cuidado muito particular das famílias deles e da conservação dos seus bens".

O caso desse índio foi divulgado pela primeira vez por mim na biografia de João Fernandes Vieira publicada pela Universidade Federal de Pernambuco em 1956. Desconhecia eu então a repercussão dessa morte no Recife, que agora a correspondência de Soler revela. O fato teve origem em 1639, num dos momentos de crise militar, quando o Brasil holandês corria o risco representado pela presença no litoral do Nordeste brasileiro da esquadra espano-portuguesa do Conde da Torre. Nassau naquela ocasião convocou os capitães das aldeias indígenas para pedir-lhes ajuda para combater as tropas luso-brasileiras que percorriam a zona da mata pernambucana. Todos prometeram auxiliá-lo, "mas [diz um documento oficial subscrito pelo Conde e o Alto Conselho], certo Pantaleão Correia, Capitão da Aldeia de Tapicirica, que sempre demonstrou ser mal afeto ao nosso Estado, papista intransigente, pois foi educado pelos Jesuítas, respondeu depreciativamente inquietando os índios, pelo que, para resguardá-los, consideramos necessário retê-lo aqui com toda a cortesia e embarcá-lo para fora desta terra na presente frota, de modo a evitar que levante contra nós esses povos inconstantes". E adiante, no mesmo documento: "a propósito de Pantaleão Correia, a quem já nos referimos, no caso em que, por qualquer circunstância, a ordem que de-

mos a seu respeito não seja executada em caminho e ele venha a aportar à metrópole, pedimos queiram enviá-lo para a Nova Neerlandia [isto é, para o que seria mais tarde Nova York] ou para a Guiné, de modo que nunca mais torne ao Brasil a inquietar os índios. Não tomem VV.SS. isto em pouca consideração e tenham-no sempre sob as vistas, de modo a não poder escapar". (22)

A ordem foi cumprida em caminho, como ficou dito, pelo que o "papista intransigente" encontrou a morte ao ser lançado ao mar. Soler atribui a responsabilidade da sentença não pessoalmente ao Conde mas "a todo o Conselho", o que parece aceitável, desde que no Conselho seja incluído o voto do Conde de Nassau, que o presidia.

Fica evidente que, neste caso pelo menos — e não conheço outro exemplo — o que foi considerado segurança do Estado prevaleceu sobre a política de transigência com as populações dominadas, isto é, com a população do Brasil português. É estranhável o silêncio a respeito deste episódio da parte de Frei Manuel Calado. Talvez porque, supondo, a vida humana era tão pouco valorizada — e os códigos penais de então o demonstram claramente — que a morte de um homem, e este um ameríndio, era cousa que não merecia registro. Supondo isto, o fato de que na comunidade holandesa do Recife o caso teve a repercussão que se comprova da carta de Soler, parece demonstrar da parte daquela maior respeito pela vida humana do que da parte dos brasileiros.

O testemunho do Predicante Soler, até hoje inédito, ajunta-se ao de muitos outros, holandeses e, mais que todos, ao dos luso-brasileiros, a indicar que ao Conde de Nassau pessoalmente deveram as populações dominadas a moderação e a justiça que da parte da Companhia e dos seus subordinados não encontraram. Os Escabinos luso-brasileiros declararam que com a partida dele do Brasil toda a sua obra política estaria irremediavelmente comprometida, como de fato veio a ocorrer. E a circunstância de ter sido tentada a sua recondução ao Nordeste, em 1647, por parte dos Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos, indicaria que se procurava obter com sua presença o que com a força das armas não se havia alcançado até então.

#### NOTAS

- (1) Fr. Manuel Calado, *O Valeroso Lucideno* (Lisboa 1648) p. 128; 2a. ed., 2 vols. (Recife 1942) I p. 270.

- (2) As cinco cartas de 1636 e 1637 estão datadas do Recife 8 de junho e 16 de julho de 1636, 15 de março e 28 de abril de 1637 e uma sem data, mas de 1637: Arquivo Geral do Reino (Hala) (citado ARA), cartório da Companhia das Índias Ocidentais (citado OWIC) maços 51 e 52. O folheto de 1639 intitula-se *Cort ende sondarlingh Verhael van cenen Brief van Monsieur Soler, Bediener des H. Evangelij inde Ghereformeerde Kercke van Brasillen Inde welcke hy aen eenighe syne Vrienden, daer hy aen schrijft, verhaelt verscheyden singulariteyten van't Landt. Uyt de Francoysche in onse Nederlantsche tale overgeset*. Amsterdam 1639.
- (3) As 17 cartas de Soler estão datadas respectivamente de:
- 1) Condé sur Nereau, 14 de abril de 1633
  - 2) Recife, 16 de março de 1636
  - 3) Recife, 15 de março de 1637
  - 4) Recife, 6 de março de [1638?]
  - 5) Recife, 2 de abril de 1639
  - 6) Recife, 12 de fevereiro de 1640
  - 7) Recife, 6 de maio de 1640
  - 8) Cidade Maurícia, 10 de setembro de 1640
  - 9) Maurícia, 6 de abril de 1641
  - 10) Maurícia, 15 de fevereiro de 1642
  - 11) Maurícia, 12 de abril de 1642
  - 12) Maurícia, 20 de março de 1643
  - 13) Maurícia, 5 de junho de 1643
  - 14) Delft, 8 de outubro de 1647
  - 15) Delft, 7 de janeiro de 1648
  - 16) Delft, 10 de fevereiro de 1648
  - 17) Delft, 15 de maio de 1648.
- (4) Paul Dibon, *Inventaire de la Correspondance d'André Rivet (1595-1650)* (Hala, 1971).
- (5) André Rivet nasceu na França (departamento de Deux-Sèvres) em 1572 e faleceu em Breda em 1651.
- (6) Quero agradecer à Direção da Biblioteca da Universidade de Leiden (na Holanda) a gentileza da oferta de cópias xerografadas das cartas de Soler, a qual me concedeu, também, permissão para as publicar.
- (7) Archief van de Gereformeerde Gemeente, Amsterdam: Livro de termos de posse.
- (8) Sobre Jean Soler: ARA, OWIC 70. *dag. notule* de 11 de junho de 1644 e OWIC 60 relatório de A. van Bullestrate sobre sua viagem à Paraíba e ao Rio Grande do Norte, s.d., mas posterior a 24 de outubro de 1645 data de sua chegada ao Recife. Consta aí que Jean Soler foi morto pelos tapuias por ordem de Jacob Rabbe.
- (9) Paul Dibon, *Inventaire cit.*, p. 176. A Biblioteca da Universidade de Leiden ofereceu-me igualmente cópia desta carta de le Rond, datada do Recife 28 de agosto de 1640.
- (10) *O Valeroso Lucideno* (1648) p. 111. 2a. ed., I p. 234.
- (11) Livro cit. (1648) p. 128; 2a. ed., I p. 271.
- (12) Livro cit. (1648) p. 31; 2a. ed., I p. 69.
- (13) ARA, OWIC 60 a lista é o anexo "E" da *generale missive* de abril de 1645. Há outras listas.
- (14) Soler refere preços em frações de franco, o que torna difícil a equiparação aos preços em florim.
- (15) Os Países Baixos não produziam trigo e, por isso, o pão aí existente era então feito de farinha de vários cereais como centelo, ce-

- vada, trigo mouro (fagópiro), aveia e mesmo de favas, pelo que se apresentava preto, brando, viscoso, denso e indigesto. O pão branco de trigo era caro: Paul Zumthor, **Daily Lite in Rembrandt's Holland** (Londres 1959) p. 70. Não é diversa a descrição que faz Fr. Manuel Calado do que se comia entre os holandeses em Pernambuco: brotes, diz ele, "são uns pães negros feitos de farinha de favas, lentilhas, cevada, feijões, que se parecem com os pães de farelos que se fazem para os cachorros": **O Valeroso Lucideno** (1648) p. 329, 2a. ed., II p. 304.
- (16) **O Valeroso Lucideno** (1648) p. 129; 2a. ed., I p. 272.
- (17) J. A. Gonsalves de Mello, **Tempo dos Flamengos** 2a. ed. (Recife 1978) p. 201.
- (18) ARA, Staten Generaal, maço 5773.
- (19) ARA Staten Generaal, maço cit. A carta está datada de 3 de setembro de 1642.
- (20) ARA, Staten Generaal, maço cit. A carta está datada de 11 de setembro de 1642.
- (21) "Testamento Político do Conde João Maurício de Nassau" (trad. José Hygino), datado do Recife 6 de maio de 1644, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** vol. 58, 1a. parte (Rio 1895) pp. 224-235.
- (22) J. A. Gonsalves de Mello, **João Fernandes Vieira**, 2 vls. (Recife 1956) I, p. 104.



RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO  
NO ANO DE 1983

*SESSÕES* — Realizou o Instituto, em 1983, quinze sessões ordinárias, uma sessão magna comemorativa e uma de Assembleia geral.

*SÓCIOS ADMITIDOS* — Seguindo os trâmites estatutários, foram admitidas como sócios as seguintes pessoas: Sócios Correspondentes: o Dr. João Wamberto Pinheiro de Assunção e a socióloga Rita Marie Therèse Cordonnier; como Sócios efetivos: o Prof. Frans Leonard Schalkwijk, que tomou posse no dia 27 de janeiro, e os senhores, Desembargador José Ferraz Ribeiro do Valle, Dr. Leonardo Dantas Silva e Prof. Manoel Correia de Oliveira Andrade, cuja posse ficou marcada para o dia 27 de janeiro de 1984.

*SÓCIO FALECIDO* — Com imenso pesar, registramos o falecimento do nosso dedicadíssimo e distinto consócio efetivo e Benfeitor Dr. Pedro Alves Camelo, a quem deve o Instituto relevantíssimos serviços. Sua memória foi reverenciada na sessão de 19 de outubro, cujos trabalhos foram suspensos, celebração de missa no 7º dia, havendo sido marcada homenagem oficial e pública para o dia 27 de janeiro de 1984.

*SUBSTITUIÇÕES* — Em virtude do agravamento de saúde do consócio Gutemberg Peixoto, nosso Tesoureiro, foi nomeado para substituí-lo interinamente o consócio Dr. Dagoberto Pires de Carvalho. Havendo falecido o 1º secretário, Dr. Pedro Camelo, assumiu esse cargo o 2º secretário, José Aragão, ficando a nossa Bibliotecária, Profa. Fernanda Ivo Neves, respondendo pela 2a. secretaria.

*COMEMORAÇÕES* — Promoveu o Instituto, no dia 27 de janeiro, sessão magna comemorativa do 329º aniversário da



Restauração pernambucana, e do 121º de sua fundação, tendo o orador oficial, Prof. Rui dos Santos Pereira, dissertado sobre a notável contribuição do conde Maurício de Nassau para o estudo da flora e da fauna brasileira, através de cientistas e artistas europeus que trouxera da Europa.

Deixou o Instituto de comererar as datas de 6 de março e 2 de julho, em virtude das dificuldades financeiras que atravessa.

*EMPRÉSTIMO* — Atendendo a uma solicitação do Dr. Marcos Vinícios Vilaça, Secretário de Cultura do MEC, depois de exame e aprovação dos sócios e sob as condições constantes das Atas, consentiu o Instituto em emprestar à 4a. Diretoria Regional da Fundação Nacional Pró-Memória, a bandeira da associação abolicionista "Ave Libertas", que pertence ao seu acervo, para figurar na Exposição organizada por aquela entidade, inaugurando o Museu da Abolição, nesta cidade.

*REFORMA DOS ESTATUTOS* — O 1º Secretário, sr. José Aragão, como membro da Comissão de Estatutos, elaborou e apresentou um projeto de reforma dos nossos Estatutos, o qual foi encaminhado à dita Comissão para estudo e emissão do seu parecer.

*ASSEMBLÉIA GERAL* — A 16 de março, realizou o Instituto a sessão de Assembléia geral, na qual foram eleitas a Diretoria e as Comissões Permanentes, inclusive a Comissão de Genealogia, cuja instituição, proposta pelo Presidente, foi unanimemente aprovada.

*TRABALHOS APRESENTADOS* — Nas sessões ordinárias do Instituto, foram apresentados os seguintes trabalhos: pelo consócio Dr. Rui dos Santos Pereira: Anotações e comentários sobre o livro "Manuel de Arruda Câmara — Obras Reunidas", do Prof. José Antonio Gonsalves de Mello; pelo consócio Dr. Vanildo Bezerra Cavalcanti: "Duarte Coelho, seus ascendentes e descendentes".

*ANOTAÇÕES E COMENTÁRIOS* — Pelo Prof. José Antonio Gonsalves de Mello, foram lidas anotações e comentários sobre os seguintes assuntos: 1º) O mais antigo texto do "Livro que dá razão do Estado do Brasil", de Diogo Campos Moreno, o qual contém preciosas informações sobre as Ca-

pitânicas de Pernambuco e de Itamaracá; 2º) o médico José de Mol, famoso no século XVIII, que, naturalizado brasileiro, vivera durante 30 anos no Recife; 3º) as diversas formas de administração do Brasil holandês e comentário sobre um trabalho do holandês Servaes Carpentier sobre as Capitânicas de Pernambuco e da Paraíba, em 1635, com interessantes notícias sobre a produção agrícola, a fauna, o comércio, os tipos de habitação e as relações entre senhores e escravos; 4º) informações encontradas no livro "Estudos sobre o século XVI", de Américo da Costa Ramalho, sobre a fortaleza da feitoria de Pernambuco em 1533; 5º) crônica inédita sobre os Padres oratorianos em Pernambuco, escritos pelos próprios religiosos, a qual se encontra na Torre do Tombo; 6º) pesquisas em torno de Inventários e Testamentos do século XIX.

**FINANÇAS** — Com parecer favorável da Comissão de Finanças, foi aprovado o Balanço da Receita e Despesa do Instituto relativas ao ano de 1982, apresentado pelo Tesoureiro.

Diversos outros assuntos foram debatidos nas sessões ordinárias, todos de interesse geral e dentro da finalidade do Instituto, que cumpriu, em 1983, do melhor modo possível, a missão que se atribuiu nos Estatutos.

Recife, 6 de junho de 1984

*José Aragão Bezerra Cavalcanti*  
1º Secretário



Impresso nas oficinas gráficas da COMPANHIA  
EDITORA DE PERNAMBUCO - Rua Coelho Leite  
530, Santo Amaro - Recife - Fone: 231-3310  
C. G. C. 10.921.252/0001-07 - Insc. 18.1001.01117-2

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)